

O SÉCULO

1140



1640

1940



Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações, nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal



Роста Вейра

Partonac a
Antônio Pires Ferreira de Carvalho



A EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO

- 1340 — Expedição às Canárias.
- 1415 — Conquista de Ceuta — a chave do Mediterrâneo.
- 1418 — Descoberta da Ilha de Pôrto Santo.
- 1419 — Descoberta da Ilha da Madeira.
- 1432/53 — Descoberta do Arquipélago dos Açores.
- 1434 — Dobra-se o Cabo Bojador, o que destrói a falsa lenda da inhabilitabilidade da zona tórrida, desfazendo as doutrinas de Aristóteles e Ptolomeu.
- 1436 — Descoberta do Rio do Ouro.
- 1441 — Chegada a Cabo Branco.

- 1500 — Descoberta oficial do Brasil.
- 1501 — Exploração da costa da América do Norte, descoberta da Terra Nova, da Terra Verde (Groenlândia), e da Ilha da Conceição.
- 1502 — Descoberta da Ilha de Santa Helena.
- 1503 — Construção da primeira fortaleza em Cochim (Índia).
- 1505 — Ocupação da costa oriental da África e descoberta da Ilha de Ceilão.
- 1506 — Desembarque em Madagáscar e seu conhecimento.

- 1535 — Cérculo de Dru, que marcou o apogeu do Império Português na Índia.
- 1542 — Chegada ao Japão.
- 1549/51 — Evangelização do Império Nipónico.
- 1553 — Organiza-se uma expedição ao interior do Brasil, até aos rios de S. Francisco, Verde e Pardo.
- 1557 — Fundação de Macau, dada como recompensa aos portugueses por terem livrado dos piratas o mar da China.
- 1560 — Visita a Inhambane, Tongue, Quelimane, Sena, Tete, Chacutuy e Zimbó de Monomotapa, em África.
- 1570 — Continuam as explorações no interior do Brasil, até ao Arassuahy.
- 1578/86 — Realização de outras grandes explorações em África e descoberta das nascentes do Nile.
- 1582 — Visita ao Norte do Canadá, passando o estreito de Behring.
- 1593 — Percorrem-se grandes extensões no Brasil: Rio Verde, Andarahy, Rio Doce, La-

Os portugueses

- 1445 — Chegada a Cabo Verde.
- 1450 — Tomada da praça forte de Alcácer-Cequer, em África.
- 1465 — Atinge-se a Serra Leoa.
- 1471 — Conquista de Arzila e descoberta da Costa do Ouro, passando o Equador. Descoberta do hemisfério austral, guiando-se por uma nova constelação: a Cruz do Sul.
- 1472 — Exploração das terras do noroeste do Atlântico.
- 1473 — Fundação do forte de S. Jorge da Mina, na costa de África.
- 1484 — Os barcos lançam ferro na baía do Zaire, no Congo.
- 1486 — Dobra-se o Cabo da Boa Esperança.
- 1487 — Visita à Abissínia e conquista de Azamor, em África.
- 1492 — Descoberta da Península do Labrador.
- 1494 — Obtem-se, pelo Tratado de Tordesilhas, com milhas para o Ocidente, a mais da demarcação estabelecida pela Bula Papal, o que assegura aos portugueses a possessão do Brasil, cuja existência eles já conheciam.
- 1498 — Descoberta do caminho marítimo para a Índia.

descobriram e tornaram conhecidos da Europa mais de dois terços do Universo

- 1507 — Conquista de Ormuz, a «pérola do Oriente».
- 1510 — Conquista de Goa.
- 1511 — Conquista de Malaca e descoberta das célebres ilhas de Samatra, Java e arquipélago de Sonda e Banda, e chegada às Molucas.
- 1514 — Embaixada ao Papa, com as riquezas do Oriente. Chegada à costa da China.
- 1518 — Ocupação da Ilha de Ceilão.
- 1520 — Pela ciência e coragem de seus filhos Portugal realiza a primeira viagem à volta do Mundo.
- 1521 — Visita à Nova-Escócia.
- 1526 — Descoberta da Nova-Guiné.
- 1531 — Realiza-se uma larga penetração no Brasil.

- goa de Jupanaran, Grande Sussahy, Vale Itamarandiba, Rio de Todos os Santos, nascentes do Jequiriça e Paraguassu; construção de uma fortaleza na cordilheira da Orobó e descoberta de importantes minas de ouro.
- 1601 — Descoberta da Austrália.
- 1603 — Chegada a Jericoacoava, e derrota dos indígenas na grande batalha de Camorim, atravessando a montanha de Ibiapaba e atinge-se Parnahyba.
- 1605 — Descoberta das Ilhas de Tuamotu, Tahiti e Novas Hébridias.
- 1624 — Visita ao interior do Tibé e descoberta de uma das mais importantes nascentes do Ganges. Percurso minucioso na região do lago Niassa, em África.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS, NA SUA MÁXIMA EXPRESSÃO



ABRANGIA MAIS DE TRÊS PARTES DO MUNDO.



MAJOR AMADEU GOMES DE FIGUEIREDO
(Governador de Cabo Verde)



MAJOR CARVALHO VIEGAS
(Governador da Guiné)



MAJOR RICARDO VAZ MONTEIRO
(Governador de S. Tomé e Príncipe)



DR. MANUEL DA CUNHA E COSTA MARQUES MANO
(Governador geral de Angola)



GENERAL JOSÉ TRISTÃO DE BETTENCOURT
(Governador geral de Moçambique)



BRIGADEIRO JOSÉ CABRAL
(Governador do Estado da Índia)

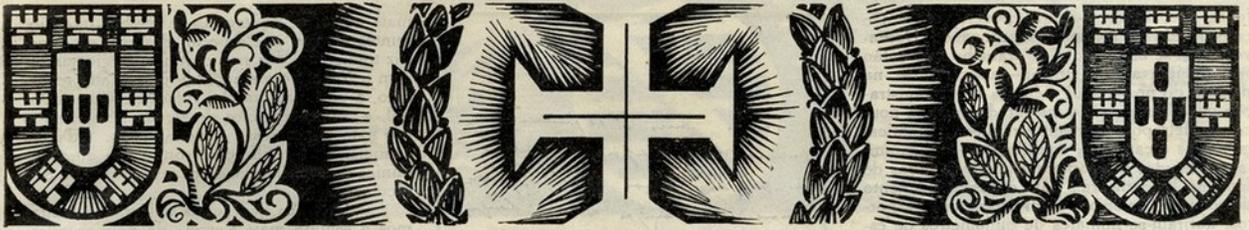


COMANDANTE GABRIEL MAURÍCIO TEIXEIRA
(Governador de Macau)

GOVERNADORES coloniais



CAPITÃO MANUEL FERREIRA DE CARVALHO
(Governador de Timor)



O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS DEFINIDO PELO PRESIDENTE SALAZAR



verdadeiro Homem de Estado é um *artista*, quer dizer, (como todo o verdadeiro artista), um Poeta que realize o sonho em que se embala. Mas há-de ser, em primeiro lugar, um *escultor*, modelador de almas; depois, um *arquitecto*, capaz, ao mesmo tempo

das mais arrojadas concepções e das construções mais seguras.

Também a Política é, em primeiro lugar, uma arte — a arte do possível, como pretendia Canovas, ou antes, como ensina Charles Maurras — a arte de tornar possível o que é necessário.

Por isso sòmente será Homem de Estado o governante que possa dizer, como Salazar: — *temos uma doutrina e somos uma força.*

Doutrina sem força, num governante, não é doutrina, é ilusão; força sem doutrina, não é força, é desordem. A força para realizar a doutrina: — eis o essencial do Artista — Homem de Estado.

Normalmente, a linguagem do Homem de Estado é a acção. As suas palavras são os seus actos, as providências governativas, a maneira como escolhe os seus colaboradores e como os orienta e integra na sua doutrina. Se quisermos, muitas vezes, compreendê-lo e compreender a sua doutrina será necessário procurar a linha geral dos actos que, sob a sua direcção, se praticam — adivinhar o pensamento que o guiou.

Para compreendermos Salazar temos já alguns elementos escritos, além da sua obra de estadista: — os seus discursos, as suas exposições, os seus relatórios, as suas leis. Mas não é

bastante: — seria necessário possuir as memórias dos seus confidentes, as instruções aos seus colaboradores, os seus despachos... E mesmo assim faltar-nos-ia a perspectiva do tempo, para integrarmos o seu pensamento no quadro da sua época e para lhe buscarmos as raízes na história.

Porque por agora até as suas palavras nos poderão enganar: — quantas vezes não serão elas senão momentos isolados no tempo, pontos sòmente na linha sinuosa do seu pensamento em acção?...

Chamaram-lhe já o poeta dos números; e durante algum tempo pôde ter-se essa impressão. Mas agora deverá considerar-se muito mais do que isso — o poeta do Estado restaurado.

Qual será o pensamento de Salazar quanto ao Império Colonial Português?... No Acto Colonial definiu assim a vocação colonizadora de Portugal: —

«É da essência orgânica da Nação Portuguesa o desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nêles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente».

Esta definição é uma verdade histórica incontrovertível; mas na sua expressão poderia dar a idéa de uma diferenciação no espírito de Salazar entre as parcelas do território. O artigo 1.º da Constituição, porém, não deixa a menor dúvida quanto ao pensamento do estadista:

«O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

1.º — Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açôres;

2.º — Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas

dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;

3.º — Na África Oriental: Moçambique;

4.º — Na Ásia: Estado da Índia e Macau e respectivas dependências;

5.º — Na Oceania: Timor e suas dependências».

Quanto ao território; e quanto à gente, eis como se exprime o artigo 3.º:

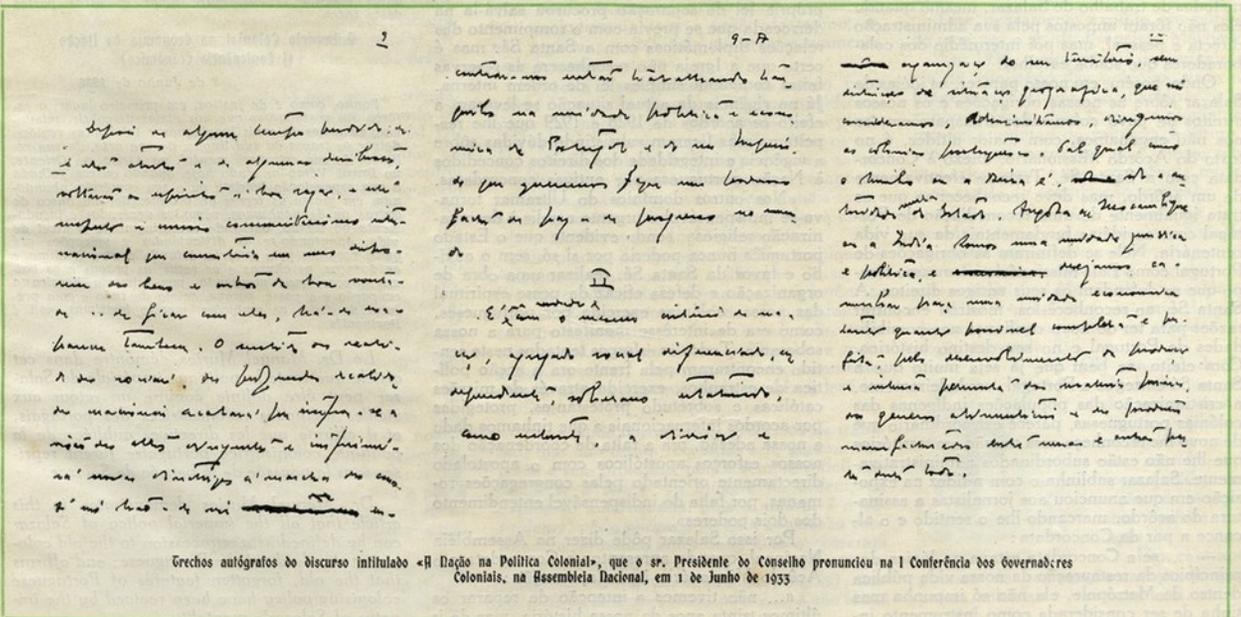
«Constituem a Nação todos os cidadãos portugueses residentes dentro ou fóra do seu território, os quais são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas, sem prejuizo do preceituado pelo direito internacional».

Não parece excessivo considerar êstes textos como exprimindo o pensamento de Salazar. Ele pode, aliás, documentar-se com textos de sua responsabilidade pessoal e literária — nomeadamente no seu discurso de 1 de Junho de 1933, na sessão inaugural da Conferência dos Governadores Coloniais.

Mas já em 1932, falando a António Ferro, dizia:

— As nossas Colónias deveriam ser as grandes escolas de nacionalismo português. Por elas deveriam passar, obrigatoriamente, a maioria dos nossos oficiais do Exército, todos aqueles em quem é preciso manter aceso o culto da Pátria e o orgulho da Raça. Para as comandar, para as administrar, deveria escolher-se o melhor pessoal, o mais digno, o mais habilitado, nunca o rebotalho da Metrópole. Se queremos ser um grande País colonial, temos de mudar de processos, de mentalidade, temos de ir para as nossas colónias como quem não sai da sua terra, como quem não vai para o estrangeiro...».

De 1932 para cá, em matéria colonial, adiantou-se muito e o pensamento de Salazar



Fragmentos autógrafos do discurso intitulado «A Nação na Política Colonial», que o sr. Presidente do Conselho pronunciou na I Conferência dos Governadores Coloniais, na Assembleia Nacional, em 1 de Junho de 1933.

foi-se executando, — o que poderia ser então considerado um sonho foi-se realizando. Desenvolveram-se os métodos de trabalho que então se principiavam a tentar — applicaram-se na medida do possível os métodos de administração que Salazar havia instaurado pouco a pouco na Metrópole: — mantiveram-se sistematicamente os orçamentos equilibrados, realizaram-se os estudos que tornaram possíveis obras de fomento fundamentais para o desenvolvimento de todas as colónias, apertaram-se os portos, abriram-se milhares de quilómetros de estradas novas, lançaram-se novos caminhos de ferro, imprimiu-se novo ritmo de vida a todas as parcelas do Império.

A transformação material, moral e espiritual a que os portugueses da Europa assistem quasi sem dar conta (segundo às vezes parece...), mas que enche de espanto os que chegam de fóra, transportou-se ao Império Colonial e é agora legítimo orgulho de quantos vemos, efectivamente, na actividade colonizadora dos portugueses a função essencial da Nação, como se disse no *Acto Colonial*.

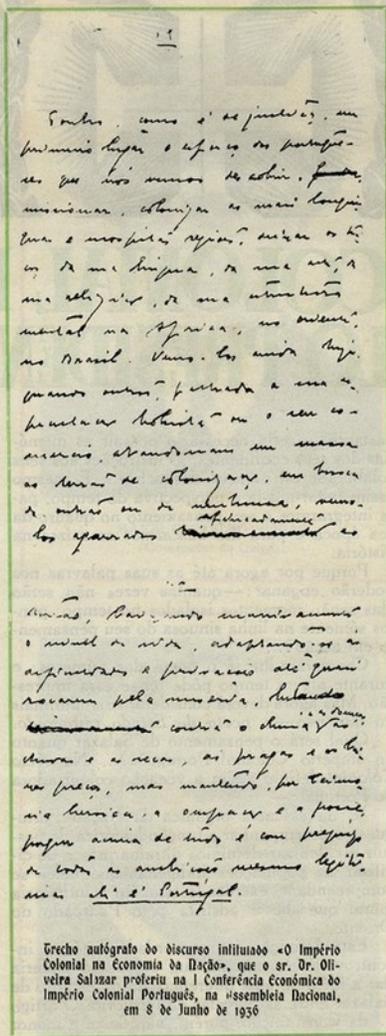
A viagem do Chefe do Estado aos domínios ultramarinos do Atlântico e a Moçambique marcou o prosseguimento de uma politica que é em primeiro lugar da responsabilidade de Salazar e de que se estão a colher os frutos no domínio das aquisições internas e internacionais. Em todo o caso, importa notar que no campo da administração, Salazar deve ser apontado especialmente como exemplo.

APLICARAM-SE às Colónias os processos de administração instaurados na Metrópole — Política de verdade, política de sacrificio, política nacional; e o desafogo financeiro obtido nas Colónias, combinado com o que se alcançara na Metrópole, já não admite

que nas chancelarias estrangeiras se volte a jogar o futuro do Império Colonial Português, tomando como certeza a incapacidade dos portugueses como administradores e a sua crónica penúria financeira. Importa sublinhar este aspecto da actual situação de Portugal-Império, pois se não ignora que na desordem interna da administração e da vida politica do País e no recurso constante ao crédito externo se fundamentaram os conchavos internacionais em que algumas vezes as colónias portuguesas estiveram em risco de serem sacrificadas às cobichas de povos mais fortes. E se, na verdade, já agora não podem invocar-se tais condições, desde que a administração portuguesa a quem e além mar readquiriu a dignidade e a ordem que, bem poucas vezes, possuiu, não pode esquecer-se que em primeiro lugar se deve à applicação dos métodos de trabalho de Salazar, mesmo quando elles não foram impostos pela sua administração directa e pessoal, mas por intermédio dos colaboradores que soube escolher.

Onde, porém, em nosso parecer, as idéias de Salazar sobre as nossas obrigações e os nossos direitos de povo colonizador transparecem, se nos não enganamos, com maior nitidez, é no texto do *Acórdão Missionário*, anexo à *Concordata* com a Santa Sé. Trata-se efectivamente de um acórdão, mas deve reconhecer-se que se trata igualmente de uma reconciliação de Portugal com as idéias fundamentais da sua vida centenária. Nêle se definiram as obrigações de Portugal como País missionário ao mesmo tempo que se defendem os seus antigos direitos. A Santa Sé, ao reconhecer-lhe, mostrou encontrar razões para ter de novo confiança nas possibilidades de Portugal e no seu destino histórico. Com efeito, se bem que já seja muito que a Santa Sé entregue a Portugal, verdadeiramente, a cristianização das populações indígenas das colónias portuguesas, parece extraordinário que de novo lhe reconheça essa missão em territórios que lhe não estão subordinados administrativamente. Salazar sublinha-o com nitidez na exposição em que annunciou aos jornalistas a assinatura do acórdão, marcando-lhe o sentido e o alcance a par da *Concordata*:

— «... se a *Concordata* estava na lógica dos princípios da restauração da nossa vida pública dentro da Metrópole, ela não só impunha mas tinha de ser considerada como instrumento in-



Exco autógrafo do discurso intitulado «O Império Colonial na Economia da Nação», que o sr. Dr. Oliveira Salazar proferiu na I Conferência Económica do Império Colonial Português, na Assembléa Nacional, em 8 de Junho de 1936

dispensável de correção dos erros praticados e de defesa contra novos perigos que poderiam enfraquecer com a nossa posse espiritual, o domínio da nossa legítima soberania.

«O Padroado português do Oriente constitui ainda hoje, a-pesar dos reflexos de velhos erros, uma das grandes jóias do nosso património. A própria lei de separação procurou salvá-la na derrocada que se previa com o rompimento das relações diplomáticas com a Santa Sé, mas é certo que a Igreja não reconhecera as reservas feitas com uma simples lei de ordem interna. Já na vigência da actual situação se levaram a efeito os acordos de 1928 e 1929 que lhe respeitaram; mas ficaram subsistindo dúvidas sobre a vigência e integridade dos direitos concedidos à Nação portuguesa por antigas concordatas.

«Nos outros domínios do Ultramar tornava-se indispensável e urgente acudir à desorganização religiosa, sendo evidente que o Estado português nunca poderia por si só, sem o auxilio e favor da Santa Sé, realizar uma obra de organização e defesa eficaz da posse espiritual das nossas colónias exercida por portugueses, como era de interesse manifesto para a nossa soberania. Todos os esforços tentados neste sentido encontraram pela frente ora a acção politica de estranhos, exercida através de missões católicas e sobretudo protestantes, protegidas por acordos internacionais a que tínhamos dado a nossa adesão, ora a falta de coordenação dos nossos esforços apostólicos com o apostolado directamente orientado pelas congregações romanas, por falta do indispensável entendimento dos dois poderes».

Por isso Salazar pôde dizer na *Assembléa Nacional*, quando apresentou a *Concordata* e o *Acórdão Missionário* à sua aprovação:

«... não tivemos a intenção de reparar os últimos trinta anos da nossa história, mas de ir

mais longe, e, no regresso à melhor tradição, reintegrar, sob este aspecto, Portugal na directriz tradicional dos seus destinos. Regressamos, com a força e a pujança de um Estado renascido, a uma das grandes fontes de vida nacional, e, sem deixarmos de ser do nosso tempo por todo o progresso material e por todas as conquistas da civilização, somos nos altos domínios da espiritualidade os mesmos de há oito séculos».

E parece-nos que nestas palavras encontramos o sentido mais elevado da politica ultramarina de Salazar. Isso mesmo se nota nas próprias condições em que Salazar fez realizar as *Comemorações Centenárias*, sem deixar no esquecimento as raízes históricas — as mais profundas e as mais vivas — da vida portuguesa.

Toda a politica imperial de Salazar se pode assim definir por um regresso às velhas normas colonizadoras dos portugueses, que tiveram ocasião de ensaiar todas as experiências e de tirar todas as conclusões de que mais tarde se utilizaram as nações marítimas criadas pelos descobrimentos (as nações atlânticas).

Retomaram-se os rumos esquecidos da politica colonizadora portuguesa, ao impulso do pensamento de Salazar. Política de síntese, a que se prende a politica geral do País, parece que, ao defini-la, se esclarece melhor o mais íntimo e o mais elevado pensamento do homem de Estado a que providencialmente se confiaram os destinos de Portugal.

MANUEL MÚRIAS

Textos das gravuras dos autógrafos do sr. Presidente do Conselho

A Nação na Política Colonial (I Conferência dos Governadores)

1 de Junho de 1933

«Depois de algum tempo perdido, de muitos atrlros e de algumas desluzidas, voltando os espiritos a boa razão, e este sussepto e curioso comunitarismo internacional que consistiria em uns disporem dos bens e outros de boa vontade... de ficar com eles, há-de desaparecer também. O sentido das realidades sociais, das profundas realidades nacionais, acabará por impôr-se à visão dos altos dirigentes e imprimirá novas directrizes à marcha das coisas».

A nós não-de vir encontrar-nos então trabalhando tranquilos na unidade politica e económica de Portugal e do seu Império, de que queremos fazer um poderoso factor de paz e de progresso no Mundo.

II

«É na verdade com o mesmo critério de nação, agredado social diferenciado, independente, soberano, estabelecido, como entende, a divisão e organização do seu território, sem distincões de situação geográfica, que nós consideramos, administramos, dirigimos as colónias portuguesas. Tal qual como o Minho ou a Beira é, sob a autoridade unica do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia. Somos uma unidade jurídica e politica, e desejamos caminhar para uma unidade económica tanto quanto possível completa e perfeita, pelo desenvolvimento da produção e intensa permuta das matérias primas, dos géneros alimentícios e dos produtos manufacturados, entre umas e outras partes destes todos».

O Império Colonial na Economia da Nação (I Conferência Económica)

8 de Junho de 1936

«Ponho, como é de justiça, em primeiro lugar, o esforço dos portugueses que nós vimos descobrir, missionar, colonizar as mais longinquoas e inhóspitas regiões, deltar os traços da sua lingua, da sua arte, da sua religião, da sua estrutura mental, na Africa, no Oriente, no Brasil. Vêmo-los ainda hoje, quando outros, fathada a sua especulação bolsista ou o seu comércio, abandonam em massa as terras da colonização, em busca de outras ou de nenhuma, vêmo-los agarrados afincadamente ao torrão, batzando sucessivamente o nível de vida, adaptando-se ás dificuldades e privações até quasi roçarem pela miséria, lutando contra o clima e as doenças, as chuzas e as secas, as pragas, os baixos preços, mas mantendo, por teimosia heroica a occupação e a posse, porque, acima de tudo e com prejuizo de todas as ambições, mesmo legittimas, aqui é Portugal!».

«Le Dr. Manuel Murias démontre dans cet article que toute la politique impériale de Salazar peut être définie comme un retour aux vieilles méthodes colonisatrices des portugais, et il affirme que les directives oubliées de la politique colonisatrice portugaise furent reprises sous la poussée de la pensée de Salazar».

«Dr. Manuel Murias demonstrates in this article that all the imperial policy of Salazar can be defined as a reversion to the old colonising standards of the Portuguese; and affirms that the old, forgotten features of Portuguese colonising policy have been revived by the impetus of Salazar's mentality».



O PENSAMENTO POLITICO DO MINISTRO DAS COLONIAS



PARA o sr. dr. Francisco José Vieira Machado os problemas coloniais foram desde a infância problemas muito sérios, que sentiu e viu sempre misturados à sua própria vida familiar. Habitou-se a respeitar nalguns dos seus próximos parentes o esforço que desenvolveram pela grandeza do Império Colonial Português e pela sua constituição moderna. Durante algumas dezenas de anos, com efeito, quasi não houve acontecimento de vulto na vida da maior parte das colónias portuguesas a que não ficasse ligado o seu nome. Bastará citar dois nomes—o do general Joaquim José Machado, que andou por Moçambique, Angola, India e Macau, exercitando os mais altos cargos e participando na solução dos mais graves problemas, e o de Mariano Machado, a quem se deve o primeiro impulso e a idéa inicial para a construção do caminho de ferro de Benguela.

Assim do sr. dr. Francisco Machado se pode dizer que nunca lhe foram de todo alheias as questões coloniais; e, quando, homem feito, entrou na vida pública, ninguém poderia estranhar que de tal maneira, quasi exclusiva, lhe prendessem o espirito esses problemas.

Verdadeiramente, retomava uma tradição ilustre de família.

E todavia, antes de assumir a gerência da pasta das Colónias, o sr. dr. Francisco Machado realizou um treino excepcional que o obrigou a estudar de perto algumas das questões mais graves da vida ultramarina, como vice-presidente do Banco Nacional Ultramarino e, depois, como subsecretário de Estado das Colónias, sendo ministro o sr. dr. Armando Monteiro.

Era a hora em que se adaptava a administração colonial aos princípios gerais instaurados na administração metropolitana pelo sr. dr. Oliveira Salazar, tal como haviam sido definidos no *Acto Colonial*.

Perfeitamente integrado nas novas orientações políticas da Nação, tendo colaborado já, como vice-governador do Banco Nacional Ultramarino e como subsecretário de Estado, na resolução dos problemas que então se procurou resolver, o sr. dr. Francisco Machado, quando assumiu, há mais de quatro anos, a gerência da pasta das Colónias, continuava uma obra em que já tivera a sua parte de intervenção pessoal e a que imprimiu a seguir, com a sua natural energia, maior vigor e mais acelerado ritmo, como é do seu feito de estadista afeito a encarar de frente as realidades, sem fantasias, de certo, mas com o gosto de vencer o que é difficil — um pouco desdenhoso às vezes do que logo aparece fácil de fazer.

O inventário, inevitavelmente breve, da obra realizada no Ministério das Colónias, pelo sr. dr. Francisco Machado, será feita noutro lugar. Não é possível, contudo, se quisermos dar uma impressão do clima espiritual em que se desenvolve a sua acção governativa e pôr à vista o fio que prende os seus actos, sem apontar aqui mesmo algumas das grandes realizações do ilustre homem público.

Será necessário, em primeiro lugar, lembrar que, a pesar de todas as inquietações que perturbam o Mundo, as colónias portuguesas, du-

rante a administração do sr. dr. Francisco Machado, (encaminhando-se para o equilibrio económico necessário), mantiveram o equilibrio financeiro alcançado, não sem sacrificios, durante a administração do sr. dr. Armando Monteiro.

Aplicou-se, aliás, o método que tão bons resultados estava dando na Metrópole, partindo-se do principio de que se não há boas finanças sem boa politica—como já sustentara o barão Louis—a desordem financeira traz consigo quasi sempre as mais graves perturbações de toda a ordem.

Não se trata, aliás, de inventar, na hierarquia dos valores, a ordem dos problemas. O que sucede é que, algumas vezes, como succedeu em Portugal nos primeiros anos da Ditadura, o problema financeiro é o mais urgente e condiciona todos os outros.

Como quer que seja, o equilibrio orçamental, mantido com a maior tenacidade, correspondeu nas Colónias como na Metrópole, à applicação de novos métodos em todos os ramos da vida e da administração.

Foi possível, graças às economias realizadas, restabelecer a autonomia financeira das Colónias, reduzindo em todas, liquidando em quasi todas, as dívidas à Metrópole. Ao mesmo tempo, para garantir a útil applicação dos saldos obtidos e acumulados, pôs-se de parte o velho processo de deitar poeira nos olhos, iniciando à luz obras que se não sabia como levar adiante e realizar aquelas que mais convinham, quasi sempre, aos interesses nem sempre legítimos dos influentes do momento.

Em 1934, quando da *Conferência dos Governadores Coloniais*, ainda foi possível ouvir o Governador Geral de Angola arrolar, entre as reclamações da Colónia, a organização de um «plano para a conclusão dos imóveis que em grande quantidade existem em Angola, e que, tendo investidas importantes somas, se irão prejudicando com a acção do tempo, se não houver possibilidade de progressivamente as ir levando a efeito».

Far-se-ia desta maneira fora do tempo, para salvar dinheiro levanamente comprometido em obras que não haviam sido estudadas, o plano que se não fizera a tempo e horas. Mas os novos métodos de trabalho, que permitiram salvar o que valia a pena, acabaram com os antigos processos, mais vistosos de início e mais tentadores, quando se tem por mira agradar a clientelas e se não receia hipotecar o futuro.

Os planos de fomento de Moçambique e Angola, preparados sob a direcção do sr. dr. Francisco Machado e durante a sua gerência, baseiam-se em estudos feitos ou preparados em estudos necessários a obras consideradas mais urgentes. E quando foram publicados e mandados executar, dotavam-se suficientemente, com a certeza de que seria possível levá-los ao fim.

Em virtude destes novos processos de trabalho, que não foram recebidos sem alguma surpresa e sem protestos, pois é sempre difficil restabelecer a ordem (*o milagre da ordem*, na expressão maurassiana, pois *o natural é a desordem*), pôde chegar-se a esta conclusão consoladora: — nunca antes de 1940 se executaram ao mesmo tempo e em todas as colónias (especialmente em Moçambique e em Angola), tantas e tão importantes obras públicas, e não feitas

à toa conforme os caprichos do momento, mas integradas em planos de conjunto e convenientemente dotadas. Abriam-se estradas rodadas e troços de vias férreas, estudaram-se, apetrecharam-se ou começaram-se portos; procurou-se disciplinar as iniciativas particulares, agremiando as funções económicas num começo de applicação do corporativismo; criaram-se escolas e outros edificios; procurou-se estabelecer a unidade económica e moral do Império, de maneira que as suas economias se completassem e mutuamente sirvam o mais possível, não só as colónias para com a Metrópole, mas também as colónias entre si—problema gravissimo entre os mais graves e que o Estado só há pouco encarou e busca resolver.

Por outro lado, para que a administração possa ser mais segura e as realizações assemelhem-se em menos falíveis cálculos, desenvolveu-se aquilo a que, justamente, se tem chamado a occupação científica das Colónias. Geólogos, engenheiros, naturalistas, — portugueses sempre que pode ser, ou estrangeiros quando não é possível encontrar técnicos nacionais,—estudaram nestes últimos anos e continuam a estudar o solo e o sub-solo do Ultramar português, fornecendo indicações preciosas para a sua exploração e contribuindo para que não voltem a repetir-se casos como o daquela região de Angola, que fôra considerada à primeira vista uma *noiva Catanga*. Chegou, por isso, o material de caminho de ferro para servir esta região mineira: que os estudos agora feitos verificaram não existir.

E se a administração colonial passou a obedecer não a caprichos mas a planos estudados, é evidente que todos esses planos se integram num plano geral, que só se há-de compreender pela compreensão do pensamento do ministro que orienta e anima o esforço colectivo dos administradores ou responsáveis da vida local.

Esse pensamento expô-lo em público mais de uma vez o sr. dr. Francisco Machado.

Em 1936, meses depois de assumir a gerência do Ministério das Colónias, dizia o sr. dr. Francisco Machado, ao inaugurar a série de conferências de Alta Cultura Colonial, que promoveu e animou da primeira à última com o seu vigilante patrocínio:—«O nosso génio colonial criou, com a sua experiência multi-secular uma escola de colonização original.

«Para compreender a nossa escola é indispensável ter sempre presente o principio fundamental que a norteia e informa—o principio da unidade nacional, que engloba num todo uno e indivisível Metrópole e as colónias.

«Desta *idéa-máter* da unidade portuguesa decorrem, logicamente, os métodos da nossa acção colonial».



OR isso o sr. dr. Francisco Machado, em *perfeita lógica com o principio básico da unidade imperial portuguesa*, não hesita em reconhecer que a nossa politica de colonização é essencialmente uma *politica de assimilação*.

«Em contraposição à politica de segregação adoptada por outros países coloniais»—acentua o sr. dr. Francisco



O sr. dr. Francisco Vieira Machado tomou posse do Ministério das Colónias em 18 de Janeiro de 1936

Machado — «não criámos barreiras intransponíveis entre as populações nativas e nós próprios antes, ao contrário, com elas estabelecemos um íntimo contacto, isento de preconceitos».

E logo, tocando num dos aspectos fundamentais da colonização portuguesa, no mesmo estudo, o sr. dr. Francisco Machado sublinha que «a difusão da língua portuguesa pelos indígenas faz parte, logicamente, da nossa política de assimilação, como o ensino dos seus idiomas próprios, com a exclusão do idioma do povo colonizador, é regra adoptada pelas nações que praticam a política da segregação».

Política de assimilação quer dizer, pois, no autorizado parecer do sr. dr. Francisco Machado, política de perfeita integração no espírito da Pátria, pela transmissão da língua civilizadora e da religião verdadeira, no respeito cristão da personalidade humana do indígena.

«Desejamos que todos os portugueses possam um dia ter iguais direitos e obrigações» — proclama então o sr. ministro das Colónias — «e assim é que aos indígenas já civilizados abrimos de par em par todas as carreiras».

Assim, a par da unidade moral de todos os portugueses, sem distinção de raças ou de côres, a unidade económica do Império: «Formando o território nacional um todo único» — como o define a Constituição — «a economia colonial tem de ser complementar e não concorrente da economia metropolitana e das diversas parcelas do Império entre si».

«Mas se Portugal é um todo» — acentua o sr. dr. Francisco Machado — «os produtos coloniais têm de ser considerados por estranhos como produtos portugueses, que de facto são».

«Com efeito, como à disposição do mercado mundial todos os produtos da nossa indústria e da nossa agricultura, quer metropolitanos, quer coloniais, que o consumo interno do País pode dispensar».

«E por isso não logramos compreender que se pretenda fazer para os produtos coloniais especificada distinção, como certos princípios, recentemente postos em público, inexplicavelmente reclamam».

Unidade moral, económica e política: eis o princípio fundamental da política colonial portuguesa. Restaurado este pensamento no Ministério das Colónias a partir da breve, mas impressionante passagem do sr. dr. Oliveira Salazar por este departamento do Estado, um dos objectivos constantes do sr. dr. Francisco Machado tem sido, precisamente, o de executar na administração, e o de o impôr à consciência dos portugueses.

Logo poucos meses depois da sua posse, iniciava o seu esforço para a formação de uma mentalidade imperial com a organização do curso de *Alta Cultura Colonial*, a que se fez alusão, e que o sr. dr. Francisco Machado desejava fosse o início de um Instituto de Altos Estudos Coloniais que, infelizmente, não temos ainda.

Para a realização daquele curso de Altos Estudos Coloniais pediu o sr. dr. Francisco Machado a colaboração de alguns estudiosos de problemas coloniais, «... solicitado para a nossa obra colonial os intelectuais da minha terra» — declarava então o sr. ministro das Colónias.

«Desejo que eles desempenhem a função social que lhes cabe, que eles cumpram, integralmente, o dever nacional que lhes incumbem — nunca mais do que hoje de primacial importância».

«Recorro, pois, aos intelectuais do meu País».

«Espero que os melhores da minha terra, pela inteligência e pelo saber, tenham e propagandem a mentalidade que convém ao povo português — a mentalidade imperial».

Depois das conferências de Altos Estudos Coloniais, o sr. dr. Francisco Machado não esmoreceu na sua nobre tarefa. Pouco depois iniciavam-se os estudos para a organização da Exposição Histórica da Ocupação, iniciativa magnífica em que se expuseram, ao mesmo tempo, os factos relacionados com a formação do Império Português moderno e a linha geral da história dos portugueses como povo colonizador, para justificar, na expressão de uma experiência secular, os princípios fundamentais em que assenta a colonização portuguesa moderna.

Parece que, realmente, se entendeu nessa altura melhor que não possuímos colónias por acaso, nem somos ainda hoje por acaso um grande povo colonizador. Essa Exposição, que parece ter valido, além disso, como tipo português de exposição de que se não perdeu o exemplo e em que, pela primeira vez, os artistas portugueses moços foram chamados a interpretar em larga escala, a vida histórica de Portugal — deverá ser considerada, se nos não enganamos, por uma declaração de princípios do ministro das Colónias, que acompanhou desde as primeiras horas a sua execução e orientou, desde os primeiros traços, a organização do seu plano.

Como nada se fez a acertar na Exposição Histórica da Ocupação, convém notar que nada se fez sem o parecer, muitas vezes sem a determinação do sr. dr. Francisco Machado — que nela soube encontrar um processo de dizer ao País o seu pensamento de ministro das Colónias, apontando à Nação as suas responsabilidades de madre criadora de nações e conquistadora de almas para a civilização.

Não se tratava já, como se vê, apenas de reconstituir em Portugal uma consciência colonizadora. Foi-se muito longe: — Prêgou-se-lhe na ostentação dos pergaminhos históricos recolhidos dos grandes arquivos portugueses, tanto particulares como públicos, nos painéis dos seus artistas, nos quadros estatísticos, num plano de trabalhos em que se mostravam as raízes na História.



natural que nem todos logo compreendessem; mas o sr. dr. Francisco Machado nem por isso desistiu. As viagens do Chefe do Estado (a última das quais se pode considerar um *serviço de guerra*, porque já se anunciavam os temporais catastróficos em que a Europa se debate agora), valeram, em primeiro lugar, como declaração da *unidade total do Império* — declaração que já não foi sómente, graças a Deus, ouvida e compreendida apenas *de dentro*, mas foi percebida igualmente *lá fora*.

Unidade moral; unidade espiritual; unidade política; unidade económica: — e então se viu que não era apenas uma vaga aspiração, mas uma realidade concreta, viva e transfiguradora, que trespassa a alma de todos os portugueses conscientes.

Mas unidade histórica também, como a definiu na Ponta do Padrão o Chefe do Estado. E, de resto, esta a característica inconfundível da colonização portuguesa, ligada pelos mesmos objectivos civilizadores de geração a geração, desde o século XV — quando se colonizaram as ilhas do Atlântico, com os mesmos processos, animados da mais viva caridade cristã, que serviram no Brasil, de que as comunidades cristãs do Oriente são o sinal magnífico e que ainda agora marcam profundamente a colonização portuguesa, no esforço civilizador que se realiza.

E este conceito de *unidade nacional* — unidade total no tempo e no espaço — que melhor define e caracteriza, desta forma, a actividade do sr. ministro das Colónias, que neste próprio momento atrai para as livrarias com as admiráveis publicações da Agência Geral das Colónias — através das quais o Ministério das Colónias assume a função do animador não apenas do esforço colonizador actual, mas também, ao

mesmo tempo, da interpretação histórica da expansão dos portugueses no Mundo.

Eis como inesperadamente o Ministério das Colónias se apresenta, pela acção e graças ao pensamento activo do sr. dr. Francisco Machado, na consciência das suas responsabilidades supremas, de representante do País na sua mais alta missão — na sua vocação essencial.

E já se não estranha que, ao apresentar ao Conselho do Império os seus projectos de lei sobre colonização, o sr. dr. Francisco Machado os preceda de um longo relatório sobre as tentativas realizadas pelo Estado — um relatório que é uma peça histórica, que não pode deixar de influir, como influiu, na arquitectura dos seus planos.

Efectivamente, um ministro das Colónias de Portugal não pode, como qualquer outro, proceder na organização dos seus planos de governo, dando razão à sua fantasia ou obedecendo às teorias em voga. Muito mal se fez, muitos erros se perpetraram quando se procedeu assim... O sr. dr. Francisco Machado sabe que não precisa de realizar ensaios, mas de utilizar velhas experiências que deram as suas provas e foram aproveitadas ou deturpadas, mas não excedidas, a pesar da diferença de recursos, pelos outros povos marítimos nascidos da passagem para o Atlântico do eixo da Civilização.

E assim é que, se vimos bem, na obra do sr. ministro das Colónias e no seu pensamento há muito mais de *renovador* do que de *invasor*. Sabe que restaura a *ordem portuguesa* esquecida e compreende que deve propôr-se *continuar* um esforço secular; e neste objectivo se concentra a sua juventude consagrada à grandeza do Império.

Não cremos que se possa com maior justiça qualificar a obra de um homem, cujo nome, ilustre já pela acção colonizadora dos seus maiores, fica prêso indissolivelmente a um dos maiores impulsos que têm sido dados para o ressurgimento da vocação imperial da Nação portuguesa e para a dignificação, orientação e disciplina dos esforços heroicos mas tantas vezes dispersos, por falta de quem os reúnissem num feixe e os fizesse seguir aos seus mais nobres objectivos naturais.

«... se com uma Metrópole pobre, corroída de idéias dissolventes, digladiando-se em intestinas rixas sem grandeza nem finalidade patriótica, internacionalmente desvalorizada, com governantes metropolitanos descrentes da capacidade da Nação por imbuídos de um cepticismo entorpecedor, Portugal fez em África prodígios... — escreve noutro lugar o sr. dr. Francisco Machado — justo é confiar nas suas possibilidades de hoje. Curado do cepticismo e salvo das desordens e da penúria, unido, consciente das suas virtudes e dos seus deveres, possui uma situação financeira desafogada e uma ordem social inalterável, tem um chefe obedecido com fé e um sistema político que lhe permite mandar e assim realizar, numa total convergência de esforços, a nossa missão histórica».

E o sr. dr. Francisco Machado termina assim o seu estudo — a sua exortação: «Para fazer uma grande obra ultramarina só faltaria vontade — e essa, Deus seja louvado! — não nos faz faltar».

«Queremos!».

O sr. dr. Francisco Machado tem sido a vontade do País ao serviço da sua grandeza imperial.

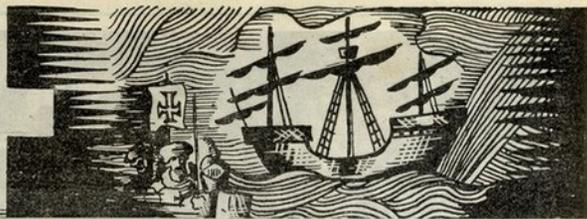
M. M.

La pensée politique de l'actuel Ministre des Colonies est définie avec une naturelle clarté par M. M. L'auteur démontre que le Dr. Vieira Machado a toujours vu et senti les problèmes coloniaux et leurs a consacré toute son activité depuis son plus jeune âge; et il affirme que toute la politique administrative du ministre est orienté dans le sens de la conception de l'unité nationale.

The political outlook of the present Minister for Colonies, is clearly and ably defined by M. M., who demonstrates the attention and interest which Dr. Vieira Machado, since his early youth, has devoted to colonial problems. He further affirms that the conception of national unity is the best definition of the administrative policy always observed by this Minister.



Doutor
FRANCISCO MACHADO
Ministro das Colonias



OS PORTUGUESES AO SERVIÇO DA FÉ E DA CIVILIZAÇÃO DO OCIDENTE



CONFUNDIRAM os guerreiros cristãos da época das Cruzadas, a evangelização com a conquista, certos como estavam de que só na prática do Evangelho existia redenção de pecados e salvação de almas. Por isso armaram hostes, se aprestaram frotas e em demanda dos lugares santos partiram os monges cavaleiros para a conquista da Palestina. Era a guerra sem tréguas entre a Cruz e o Crescente, entre o Evangelho e o Alcorão.

Esta guerra, que muitos foram travar longe, pensaram outros que a poderiam travar mais perto, e conseguiram, sem tomar o caminho dos mares, alcançar o mesmo fim.

Não só no Oriente existiam moiros. Grande parte da Ibéria estava em mãos de muçulmanos e os reis infieis da Península eram inimigos de temer e que reinavam em terras de tentar. Não admira, portanto, que nos cérebros dos príncipes cristãos germinasse a idéia de expulsar da Europa os soberanos que não professavam a mesma lei e de entre si repartirem o quinhão magnífico dos Califas.

E assim nasceram as Cruzadas do Ocidente, aconselhadas, abençoadas e favorecidas pelos papas com as mesmas graças, privilégios e indulgências com que a Igreja havia distinguido as outras.

Entre os príncipes que tomaram a peito o alargamento do domínio cristão na Península, figura como um dos mais aguerridos e empenhados nessa empresa o Conde D. Henrique de Borgonha, bisneto de Roberto II, rei da França e pai do nosso primeiro rei.

O conde D. Henrique teve como primeiro domínio na Ibéria, o Condado de Portugal, que lhe foi dado como recompensa de serviços prestados à Fé por D. Afonso III, rei de Lião.

Senhor do Condado, D. Henrique pensou em lhe alargar o âmbito e a sua descida vitoriosa marca o início de Portugal como nação cristã e livre.

Era, porém, a seu filho, a D. Afonso Henriques, que o Destino havia escolhido para em passadas largas de gigante, talhar na terra muçulmana esse reino a que estava reservado o papel futuro de dar aos outros povos a noção prática do tamanho do Mundo.

Para que um elo forte unisse as duas Cruzadas — a do Oriente e a do Ocidente — quis ainda o Destino que os guerreiros que iam para a Terra Santa combater, à terra portuguesa aportassem e ajudassem o rei a estender-lhe as fronteiras.

Aqui se juntaram os paladinos duma mesma idéia e juntos pelejaram contra o mesmo inimigo, trazendo idênticos sinais nos guiões e nas armaduras.

Rechassados de cidade em cidade, de castelo em castelo, defendendo palmo a palmo a terra que fôra sua, os árabes foram descendo, impotentes para arrostar com o ardor das armas cristãs.

Uma civilização requintada havia amolecido os chefes, e o povo, habituado à paz, não acordou rapidamente para a defesa do torrão. Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa, Sintra, foram-se rendendo, uma após outra. Desengra-

zava-se o colar e as pérolas iam caindo nas mãos do rei Conquistador.

Progredia em espaço e em ideal a Cruzada do Ocidente.

Um século porém teria ainda de decorrer até que as armas de Portugal levassem de vencida para além da última praia os últimos moiros do Algarve. Só no meado do século XIII, em 1250, o reino marcava para os séculos, na orla das praias algarvias, as fronteiras que ainda hoje conserva.

E então findou a primeira Cruzada portuguesa.

Da dominação árabe na Península não restava só a memória e nas trovas do tempo ainda a nota maguada do adeus de Boabdil, às torres de Granada, não era motivo de xácaras e soláus. Granada ainda era moira. Não estava morto na Ibéria o poderio muçulmano. Confinado na costa africana, ali existia latente, fortificando-se com o desejo de recuperar um império perdido, império onde os seus artistas tinham erguido maravilhas e os seus soldados derramado torrentes de sangue.

A costa africana, vizinha de ao pé da porta, constituía uma ameaça permanente às praias fronteiras. A guerra de corso infestava o Mediterrâneo e as próprias costas do Atlântico sofriam amiudadas vezes as arremetidas dos piratas do Rife.

Centenas de cristãos gemiam no cativeiro e remavam como forçados nas galeras do Sultão.

Ceuta era a guarda avançada dessa costa, cujos recortes se podiam avistar da Europa e portanto o ponto onde convergiriam as tropas árabes no momento em que intentassem a expedição da reconquista.

Logo que o Mestre de Aviz viu firmada a paz com Castela, depois de 20 anos de lutas que a vitória portuguesa corou e que a essa geração de guerreiros magníficos sucedeu ou-

tra, ávida de glórias e sequiosa de mostrar as suas façanhas, tomou forma no espírito do rei, uma idéia que há muito o ocupava. Nessa época de exaltação da Fé, época que o Condestável em sua pessoa e feitos sintetizava, era bem compreensível a intenção do Mestre. D. João I tinha o seu segredo, em segredo acalentava uma tenção que desejava, antes da morte, ver realizada.

Muitas vezes o preocupava a ameaça muçulmana, espiando de tão perto as praias do reino e as costas de Espanha.

Desvendado o segredo a poucos, a pouquíssimos, de concerto com os infantes começou D. João a tratar dos preparativos duma expedição cujo objecto era justamente o assalto daquella praça, que mais de perto ameaçava a paz da Península. Ceuta deveria cair sob o assalto dos portugueses. O Mestre assim o queria e para que lhe não falhasse a arremetida dispôs magnificamente a expedição.

Tão bem guardado foi o segredo que pelo Reino correram os mais desencontrados boatos sobre os ajustes que por toda a parte se concluíam, e ninguém atinava com a intenção do Rei; no entanto todos viam que alguma coisa se preparava misteriosamente.



ERA de facto, uma nova Cruzada contra os infieis que o Rei de Portugal ia levar a cabo.

Se ao Rei e aos Infantes animava a idéia de combater infieis, grata aos seus espíritos de cavaleiros cristãos, a João Afonso, financeiro do Reino, também a idéia aprazia.

A este não era o misticismo religioso, a pro-



A PRIMEIRA CRUZ ERGUIDA EM PORTO SEGURO

(Quadro do pintor brasileiro Pedro Peres)



TÂNGER — Os mouros abandonando a cidade. (Pormenor da tapeçaria de Pastrana)

Cêuta disseram os árabes, e as Côrtes preferiram Ceuta.

Este desastre fez adormecer na Alma portuguesa o sonho africano. A tomada de Alcácer Séguer, os nossos dissabôres em Tânger, a conquista de Arzila, a ocupação do Sul de Marrocos foram as últimas imagens dêsse sonho.



D E SDE que D. João I lhe vedou o intento ousado de conquistar Gibraltar, como imprudência desnecessária, D. Henrique foi instalar-se no Promontório e ali, na sociedade dos Cartógrafos, que o acompanhavam, concebeu mais vasto e útil plano. Relatos de viajantes, dourados pelas lendas e lendas confirmadas pelos relatos dos viajantes, falavam de terras maravilhosas, continentes ignorados e ilhas perdidas na vastidão dos mares. Isso que a fantasia dava como certo, a ciência do tempo considerava como possível. O mar não devia ser a vastidão deserta e muito pequena seria a terra firme se a sua superfície se limitasse ao Mundo conhecido!

Sobre isto falavam os sábios e o Infante e cada dia que passava mais se ia radicando no seu espírito a idéa de mandar os seus homens à procura das terras ignoradas, perdidas naquêle grande mar sem dono.

Era esta a Grande Cruzada, a maior de tôdas, a mais legítima e menos cruenta, aquela de que só haveria a colher domínios a acrescentar ao Reino e raças primitivas a civilizar. Nesta idéia se fizeram ao mar as primeiras caravelas do Infante.

Estava lançada a idéia civilizadora do descobrimento e quando elas voltavam com a notícia duma nova facha de costa ou dum arquipélago novo, duas vitórias tinham ganho os nautas do Promontório, uma traduzida em novas regiões, a juntar à coroa de Portugal; a outra representada por êsse desfazer de terrores e superstições que tornavam os Oceanos um reino vedado a tôdas as pesquisas humanas.

Só em almas fortes, curiosas de defender, fossem quais fossem os riscos que defendiam, o Mistério das Aguas, teria cabido êsse propósito de procurar o desconhecido, de rasgar a caligem do Mar Tenebroso, de arrostar com êsses monstros gigantes que a tradição afirmava estarem sempre de vela a defender os segredos dos mares.



S exércitos muçulmanos, mais ou menos numerosos, melhor ou pior apetrechados, eram exércitos de homens que a experiência cristã sabia vulneráveis e mortais. Esses outros inimigos que os primeiros nautas do Promontório partiam a combater, eram fantasmas, demónios ou gênios que não morriam de tiros de besta nem de golpes de lança; eram entes sobrenaturais que o terror exaltado tinha criado, seres irreais a que as nuvens, os ventos e as tormentas davam foros de verdadeiros e contra os quais não bastavam a simples valentia e a ciência de pelear.

No entanto, êsses homens foram ao encontro de todos os médos, dispostos a encarar os fantasmas e a seguir até às fronteiras do Vedado a rota que lhes fôra traçada:

Foi mais do que ousadia. Foi uma visão profética da Verdade que só pôde caber em almas cheias de fé e em cérebros aptos para tôdas as concepções. Era o instinto civilizador da Raça a vencer a superstição e a desfazer as lendas que o terror do desconhecido criara em espíritos mais débeis. Era a primeira grande vitória da Inteligência clara sobre a névoa fantástica e terrífica em que a mentalidade acanhada dêsse tempo envolvera todos os rasgos da curiosidade científica da aventura.

As primeiras caravelas que partiram de Sagres foram bem as arautas, magníficas, da Civilização do Ocidente, que levaram, unidos num

pagação da Fé, a vitória do Evangelho que o tentava.

Lisbôa já então era um pôrto de mar importante, a meio caminho entre a Itália e a Flandres, mas o tráfego entre êstes dois reinos nunca se poderia fazer com segurança, enquanto o estreito não estivesse livre, enquanto os piratas infestassem as costas, e as armadas moiras de Ceuta pudessem atacar os navegantes. Era, portanto, a conquista dessa praça, um empreendimento duplamente interessante por reunir os interesses espirituais e temporais do Reino, em uma única conquista a tentar.



A Espanha também veria com bons olhos a aventura portuguesa. Era de Ceuta que os mouros de Granada recebiam socorros e reforços, e um ponto de apoio cristão ao longo e no ponto culminante da costa marroquina não era auxílio a desprezar nem tentativa

a contrariar. Tôdas estas razões mêmementer políticas e comerciais juntou D. João I às outras de carácter religioso, que para a África o impeliavam e o assalto da praça foi resolvido.

As hesitações do Rei quanto à oportunidade da conquista, contrapôs o Infante D. Henrique as suas e conseguiu que o soberano em pessoa dirigisse a expedição.

Ceuta caíu e a sua queda foi o início do grande sonho africano que então começou a rutilar nos cérebros portugueses.

A grande costa estendia-se ao longo do Mediterrâneo como um grande campo de aventuras, uma grande tentação de domínio, um com-

plemento magnífico para a pequenina e heroica Nação, que principiava a estender as asas para mais dilatados vôos.



O Infante sonhara com o Portugal ultramarino e para realização dêsse grande sonho, Ceuta não lhe bastava.

Ainda neste devaneio magnífico se encontram reunidos os interesses espirituais e os temporais, os cavaleiros de Cristo e João Afonso. Sabiam os primeiros que para além dessa costa marroquina existia um império lendário cujo soberano professava a doutrina do Evangelho. Os segundos não ignoravam que era através do Sudão africano que chegava a Tunes e ao Egito o ouro da África.

Queriam uns ir ao encontro dêsse rei cristão isolado entre infiéis, queriam os outros encaminhar para outros destinos as riquezas da África ignorada e dessas Índias misteriosas e distantes que as lendas apontavam como o Reino das pedrarias, o empório inesgotável de tôdas as riquezas do Mundo. Era por isso que Ceuta não bastava ao sonho do Infante.

Morto o Rei, não descansou D. Henrique junto do irmão, para lhe pedir ordens para a conquista de Tânger. D. Henrique queria aproveitar o momento em que a Espanha estava entretida com os mouros de Granada.

Três anos levou a discutir esta empresa e na demora se explica o insucesso que teve. Foi neste malfadado cerco que D. Fernando, o Infante Santo, ficou cativo dos mouros. Ou êle ou



A CONQUISTA DE CEUTA

(Reconstituição de Rocha Vieira)

grito claro, o nome de Portugal e o nome de Cristo, a milhões de ouvidos e a milhões de almas que desejavam, sem compreender, o advento duma Verdade eterna.

E

STA foi a mais bela das Cruzadas do Ocidente.

A luta contra os mouros, luta de ocupação e de domínio, em nome de um princípio religioso, guerra que se fazia para alargar o âmbito da cristandade, substituindo o dógma pelo dógma, paciência nos seus resultados

de carácter teológico, de que enfermava. A Fé cristã, pelo facto da conquista, não brotava espontaneamente nas almas. O mouro submetido, aceitava o Evangelho não como lei redentora, mas como uma imposição que devia suportar e acatar para ter direito à existência.

Além disto, além desta diferença de crêdo, pouco ou nada o Ocidente podia oferecer aos árabes. No campo das ciências positivas teria mais que aprender do que ensinar.

Outro tanto não aconteceu com a Cruzada Portuguesa.

Os habitantes das terras que os nautas iam descobrindo eram seres virgens de toda a civilização, almas selvagens em toda a pureza do termo e, portanto, terrenos aptos e propícios ao lançamento e germinação da semente da Boa Nova, da Lei que prega a igualdade e a dignificação de todos os homens.

A par da missão teológica de ensinar as gentes nos princípios da Fé, coube também aos nossos iniciar esses povos nos métodos e processo da civilização latina. Os missionários que iam ficando nas terras descobertas e os colonos que do Reino para lá partiam, levavam consigo a ciência das indústrias; ensinavam a tecer, a semear, a construir. Ageitaram as mãos ociosas dos nativos aos engenhos e às ferramentas dos civilizados. Alargado o caminho dos mares, sucederam-se os descobrimentos, e as terras novas que iam aparecendo faziam esquecer dia a dia a África muçulmana. Çafim,

Azamor, Arzila, Alcácer Segué, foram abandonadas.

De todo o nosso domínio no Norte africano, restavam apenas Ceuta, Tânger e Mazagão.

Esta última ainda resistiu com brilho e êxito ao cerco de 1562.

Ruy de Carvalho, comandante da praça, cobriu-se de glória e a vitória portuguesa foi celebrada solenemente no Concílio de Trento.

Até ao sonho de D. Sebastião, pouco mais havia que dizer sobre o nosso domínio no Norte de África e dos resultados trágicos desse sonho, mais vale não dizer uma vez que nos propomos falar apenas de Portugal, como arauto da Civilização do Ocidente. Uma simples nota: 354 anos depois da tomada de Ceuta nada possuíamos em Marrocos.

Campo mais vasto para essa obra era o Brasil, mais vasto e mais adequado para aquilo que nos propunhamos fazer.

Foi aí, foi nesse domínio gigante que a obra civilizadora de Portugal operou maravilhas. Nem as gentes, nem a selva, nem as febres tolheram a missão colonizadora de Portugal, nesse território imenso que ainda hoje, séculos volvidos, tem mistérios e riquezas a desvendar!

Ao longo da costa intermina foram-se estabelecendo aldeias, levantando igrejas, agregando povoados. Aos poucos, porque mesmo que Portugal inteiro se despovasse, escassa seria ainda a população para ocupar tantíssimas léguas de domínio, se foi realizando a imigração; devagar se foram lançando os alicerces desse novo império; as naus iam e vinham e enquanto elas faziam o caminho dos mares, os nossos iam conhecendo a terra, iam desbravando as matas, iam sondando as entranhas das rochas em cata dos metais preciosos.

Os colonos da última terra africana do Norte, os habitantes de Mazagão, abandonada voluntariamente a cidade, ali aportaram para construir o Mazagão brasileiro.

Missionários, artífices, engenheiros, simples colonos ali se estabeleceram.

Todas as ambições de possuir terra lá cabiam, porque ela sobrava e então as aldeias se foram transformando em vilas e estas em cida-

des. A Civilização do Ocidente fá, pouco a pouco, criando para o Mundo uma das maiores nações.

E Portugal foi o arauto dessa Civilização enropeia, em todas as terras que descobriu, nos reinos que conquistou em todo o lugar onde chegaram os seus missionários, os seus capitães e os seus comerciantes.

A

INDA hoje é fácil verificar a extensão da sua influência pelo que da nossa língua ficou nas terras onde aportamos e que foram nossos domínios.

De Sagres partiu para o Mundo a primeira mensagem da Civilização latina aos povos bárbaros de todas as latitudes, por isso queremos para nós uma glória que nos não pode ser negada: a de havermos sido, em toda a terra até então desconhecido, o Arauto da alma e do cérebro da Latindade Cristã.

CASTELO DE MORAIS

Mr. Castelo de Morais décrit dans cet article l'action que les portugais ont développée, depuis la Fondation de la Nationalité, au service de la Foi et de la Civilisation Occidentale; soulignant que dès le début les portugais se sont crus destinés à cette grande œuvre d'humanité et de beauté qui a connu sa période d'or au XV siècle.

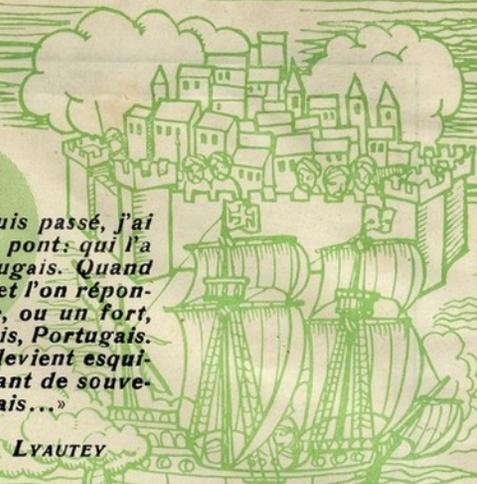
Mr. Castelo Morais describes in this article the action of the Portuguese, since the foundation of the Nationality, in the service of Faith and Civilization in Western Europe. He specially stresses the fact of the Portuguese believing themselves destined to carry out this great work of humanity and beauty which had its golden period in the XV century.



«Dans toutes les régions du monde où je suis passé, j'ai toujours demandé, chaque foi que je voyais un pont: qui l'a construit? Et toujours on m'a répondu: les Portugais. Quand je voyais une route, je posais la même question, et l'on répondait: les Portugais. Et quand c'était une église, ou un fort, toujours la même réponse: Portugais, Portugais, Portugais.»

Aussi je souhàite que, si un jour le Maroc devient esquimau ou chinois, nos sucesseurs y trouvent autant de souvenirs français que nos en avons trouvé de portugais...»

MARECHAL LYAUTEY



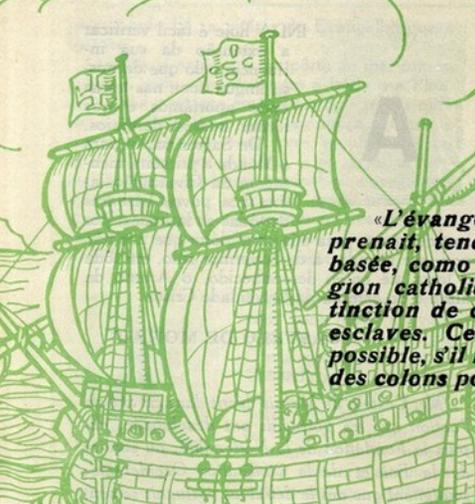
«Em tôdas as regiões do mundo por onde passei, sempre que via uma ponte preguntava quem a construíra e sempre me respondiam: os portugueses. Diante de uma estrada e ao fazer semelhante pergunta, a resposta era idéntica: os portugueses. E quando se tratava de uma igreja ou de uma fortaleza, sempre a mesma resposta: os portugueses, os portugueses, os portugueses.»

O meu desejo seria que, se Marrocos se tornasse algum dia esquimo ou chino, os nossos sucessores lá encontrassem tantas reminiscências francesas como portuguesas nós temos achado.»

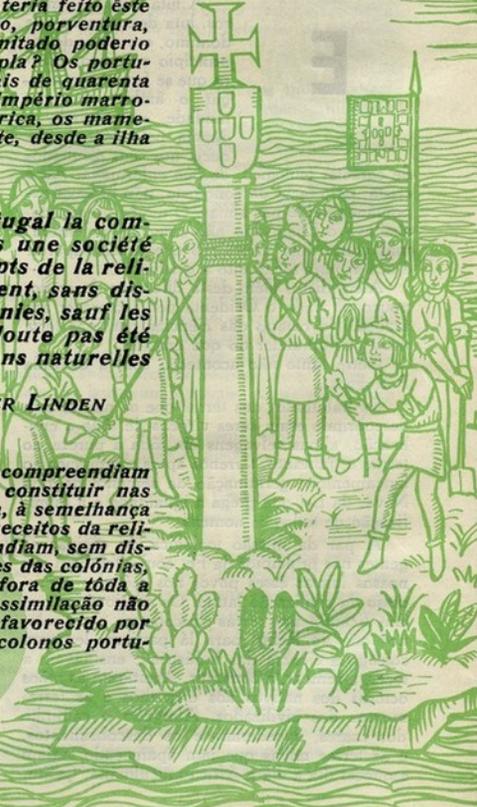


«Quels hommes devaient donc être alors les Portugais, et quels efforts extraordinaires en avait fait ce peuple de héros? Avait on vu jusqu'à alors une nation avec si peu de puissance faire de si grandes choses? Il n'y avait que quarante mille Portugais sous les armes, et ils faisaient trembler l'empire de Maroc, tous les Barbaresques d'Afrique, les Mameluks, les Arabes et tout l'Orient, depuis l'île d'Ormuz jusqu'à la Chine.»

GUILLAUME RAYNAL



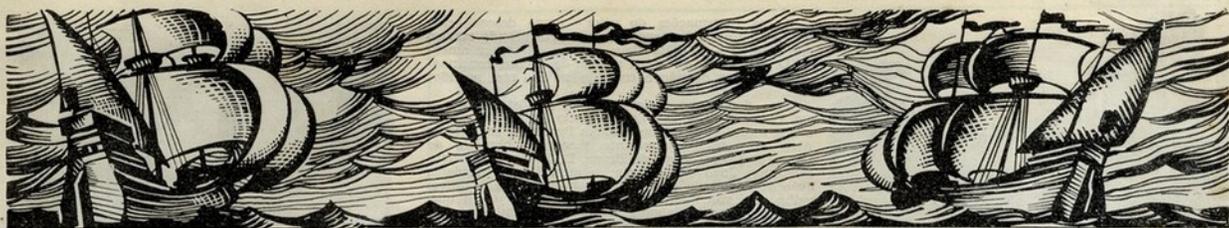
«Que homens seriam, então, os portugueses, e que esforços extraordinários teria feito este povo de heróis? Tinha-se visto, porventura, até então, um país de tão limitado poderio desenvolver uma acção tão ampla? Os portugueses em armas não eram mais de quarenta mil. Todavia, faziam tremor o Império marroquino e todos os bárbaros da África, os mamelucos, os árabes e todo o Oriente, desde a ilha de Ormuz até à China.»



«L'évangélisation, telle que les rois de Portugal la comprenait, tendait à constituer dans les colonies une société basée, como la société portugaise, sur les préceptes de la religion catholique, et dans laquelle se confondaient, sans distinction de couleur, tous les habitants des colonies, sauf les esclaves. Ce travail d'assimilation n'eût sans doute pas été possible, s'il n'avait été favorisé par les dispositions naturelles des colons portugais.»

LAUNOY ET VAN DER LINDEN

«A evangelização, tal como a compreendiam os reis de Portugal, tendia a constituir nas colónias uma sociedade baseada, à semelhança da sociedade portuguesa, nos preceitos da religião católica e na qual se confundiam, sem distinção de côr, todos os habitantes das colónias, à excepção dos escravos. E é fora de toda a dúvida que este trabalho de assimilação não teria sido possível se não fôsse favorecido por uma disposição natural dos colonos portugueses.»



AS DESCOBERTAS E CONQUISTAS DOS PORTUGUESES REVELARAM À EUROPA DOIS TERÇOS DO MUNDO



espírito marítimo dos portugueses não nasceu, propriamente, com o infante de Sagres, embora ele tivesse sido, sem dúvida, o grande impulsor das heróicas arremetidas através do Desconhecido — o grande construtor do Império.

Enquanto os soldados portugueses, comandados por Afonso Henriques, pelos Sanches e pelos outros dois Afonsos se batiam na conquista do Norte e do Sul, o tempo não sobrava para pensar nos mistérios do Oceano, que, por Oriente nos cercava. Houve, porém, algumas armadas constituídas por pequeninas e frágeis embarcações, com as quais, seguindo a costa, os soldados do mar ajudaram os de terra na conquista do Algarve. Sabia-se que, pelo menos do Norte, havia um caminho pelo mar, pois na barra do Douro, no tempo de D. Afonso III, fundeavam navios vindos de vários países da Europa, empregados no comércio.

Fixadas, porém, as fronteiras terrestres, os portugueses começaram a olhar para o mar. A moirama batida no Sul do País contava lendas terríveis acerca dessa imensa e desconhecida planície aquática. Alguns aventureiros, vindos de Veneza, diziam que lá havia barcos que sulcavam o mediterrâneo e iam até à Turquia comerciar com os infelizes. Porque não haviam os portugueses de tentar, também desvendando esses mistérios, desbravar o ignoto povoado de gigantes fabulosos e horrendos?

Sentia-se a necessidade de caminhar — «mais além!», como anos depois, gritaria o Infante — adivinhava-se que, «mais para além», alguma coisa havia. Era, porém, precisa uma Armada.

D. Deniz, que a História consagrou como «Lavrador», esquecendo-se de o apontar como organizador da primeira Armada de Portugal, mirava o mar, lá ao longe, do alto do seu castelo de Leiria e olhava-o, apaixonado e freneticamente, das areias de Monte Real, Espanhóis e sarracenos não se aquietavam e o rei percebeu que as costas portuguesas necessitavam de defesa. Como? Só com uma Armada digna desse nome, tripulada por homens hábeis e destemidos, comandada por capitais que aliassem a ciência à heróicidade. O pinhal de Leiria, que mandara plantar para sustentar as areias, poderia fornecer a madeira para os barcos. Restava cons-ruir-lhos e arranjar-lhes comandantes, porque Fuas Roupinho e o Cogominho já se tinham despedido da vida.

Criou-se a Marinha Portuguesa, comandada pelo almirante Pessanha, que viera de Génova com vinte compatriotas, bons conhecedores da faina do mar e, no



INFANTE D. HENRIQUE

(Dos Painéis de Nuno Gonçalves)

reinado de D. Pedro, Lançarote Pessanha, filho do genovês, toma o comando da primeira esquadra portuguesa, verdadeiramente digna desse nome, e parte à frente de dez esplendidas galés a auxiliar o rei de Castela contra o de Leão.

Então, Castela acordou à vista das dez galés e o reino vizinho desenvolveu extraordinariamente a sua incipiente armada. O rei português — estamos já no

reinado de D. Fernando — não se deixou ficar nas dez embarcações e deu-se aquilo a que hoje se chamaria a corrida aos armamentos: ordenou que, sem demora, se construíssem vinte navios, constituindo-se uma companhia de seguros para garantia do tráfico. Logo após, Lançarote Pessanha foi com as suas galés assediar Sevilha, destruindo a esquadra inimiga, atirando, contra ela, dois navios que apresara e à cuja carga, que era azeite, lançou fogo.

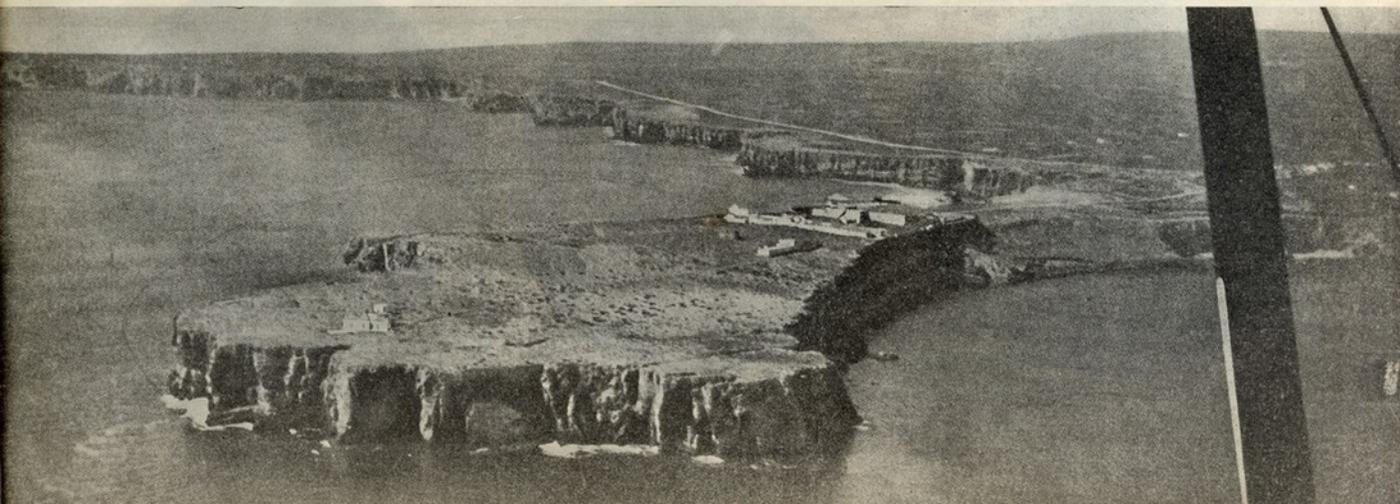


VENECOR de Sevilha foi demitido, pouco depois, mas, quando morto D. Fernando, Leonor Teles reinava, voltou ao serviço e partiu para Odemira, a fim de levantar a vila a favor da rainha. O povo, revoltado, apunhou-o e matou-o. Mas o reinado de D. João I ia começar — e surgiria um infante que, esquecido do mundo e de si próprio olharia para o mar, apaixonadamente, e diria para os seus homens: «Mais além! Mais além!».

Vitoriosa a revolução popular, consolidado o reino, interna e externamente, D. João I empregou-se a fundo na reconstituição do País. Nasceu, o sonho, o sonho de ir mais além, a corporização da ideia que vinha de longe, do tempo de D. Deniz, de desbravar os mistérios do Oceano, de caminhar mais para o Sul, para saber ao certo como era a terra da moirama. Os filhos de D. João eram os arautos da ideia nova, as juventudes ardentes e invencíveis ao serviço de uma causa que faria nascer um império. D. Duarte, futuro rei, literato e neurastênico, era o único que não acompanhava a família nesta ânsia de novos feitos, sempre entregue ao seu recolhimento e aos seus silêncios. Mas D. Pedro, bravo e aventureiro; D. Fernando, sombrio com o sacrifício; e D. Henrique, o grande construtor, entregavam-se totalmente à essa aspiração. Principalmente D. Henrique. Silencioso e duro tendo herdado da mãe, inglesa, o carácter frio e persistente dos britânicos, este príncipe viveu exclusivamente para o sonho de levar Portugal mais além. Místico, virgem, isolado do mundo e de tudo quanto não se relacionasse com esse sonho devorador, D. Henrique representava, na sua gelida serenidade o cabruqueiro da ânsia da nação. Todas as virtudes, todos os desejos, todos os ideais, todas as aspirações do povo estavam — ele bem o sabia — consubstanciadas nessa rigidez de britânico, onde pulsava um coração português, nessa persistência, nesse desejo incoerente de ir mais além, nessa vontade férrea de vencer, nesse sacrifício voluntário de todos os prazeres da vida, até do amor, para que esse sonho nebuloso e grande, vivo e palpante nas almas

DO PROMONTÓRIO DE SAGRES

partiram os primeiros portugueses ao mando do Infante D. Henrique para a descoberta e para a Glória





Aspecto geral da igreja, charola e paço do Infante D. Henrique, em Tomar, onde esteve a Ordem de Cristo de que aquele foi governador e administrador

de todos os portugueses, se tornasse realidade, heróica realidade.

Por exemplo: como era a África, esse país longínquo de mistério e de lenda, onde os mouros diziam haver animais selvagens capazes, um só, de destruir um batalhão? Como seria essa terra ardente, feita de vulcões — onde há um Sol que queima mais do que o nosso — essa terra portentosa que albergava os mouros? Porque não levar a cruz de Cristo, heróicamente ensangüentada em cem batalhas até ao coração da moirama, dando, de vez aos infiéis, a verdade proclamada pelo Redentor? Se os portugueses tinham corrido de Portugal a golpes de cutelo essa moirama atrevida e ignara, porque não continuar essa guerra santa, que Deus abençoaria, levando a essas longes terras a bandeira vencedora das cem batalhas?



CEUTA! Ceuta é em África, na tal África de mistério. E se os portugueses lá fôssem e assaltassem as suas muralhas e desfraldassem, no alto dessas pedras que sustentavam um império a desfazer-se, a sua bandeira gloriosa de Ourique e de Aljubarrota?

D. Henrique foi o impulsor da aventura, o grande arquitecto do edificio dessa primeira esplêndida vitória portuguesa, além Europa. A mãe, D. Filipa de Lencastre, defendia, perante o marido o sonho ardente do filho: «Sim, sim! Ide a Ceuta!»

Ceuta conquistou-se — Portugal estava em África

Mas não se conhecia nada, absolutamente nada de Ceuta e da sua defesa. Mandar espiões vulgares não daria, certamente, resultado, além de que poderia pôr os mouros de atalhia, delatando a perder todo o plano. Imaginou-se, então, uma forma ardilosa: iria à Sicília uma embaixada portuguesa pedir a mão da rainha viuva para o infante D. Pedro. De caminho, o navio português fundearia em Ceuta — e as muralhas e outras defesas observar-se-iam. Assim se fez, encarregando-se da missão o hábil e inteligente prior do Hospital, Alvaro Gonçalves Camelo, que se desempenhou primorosamente da ardisca missão. A volta — nunca mais se pensou em pedir a mão da rainha da Sicília, que durante muitos anos chorou de raiva pela ofensa — o prior do Hospital apresentou-se ao rei e declarou que vira tudo e sabia tudo. «Tudo?». «Tudo, meu senhor!». Pediu areia, fitas e favas e sobre uma grande mesa reproduziu em relevo a fortaleza de Ceuta, mostrou as mais prováveis e fáceis entradas da praça e elucidou do armamento e do número de homens da guarnição. O soberano não escondeu a sua alegria pe-

rante as informações do prior — nome desconhecido que a História não deve esquecer pelo grande serviço que prestou — e D. Henrique exultou de contentamento. D. Filipa de Lencastre, a pesar de doente, continuava a insular decisão e coragem no seu real marido: «Ide a Ceuta!».

Dias depois, no maior segredo, a Corte reuniu-se em Torres Vedras. Estavam lá, além do rei, da rainha e dos infantes, D. Nuno Álvares Pereira e seu irmão, Alvaro Pereira; o almirante Pessanha, herdeiro de Lançarote; o arcebispo de Braga, D. Lourenço; o chanceler-mor João das Regras; o escrivão da puridade, João de Azambuja e o cavaleiro João Gomes da Silva, velho mas valente e destemido como um jovem que, às observações de alguns sobre as probabilidades do êxito da empresa, disse para o rei: «Quanto a mim, real senhor, não saberei fazer outra coisa do que ir à frente dos meus homens e gritar-lhes: «Soldados, além!», «Além!», será Ceuta, real senhor!».

Resolvido que se assediasse Ceuta, o capitão de mar, Afonso Furtado encarregou-se dos navios e dos viveres. A rainha estava moribunda e chamou os filhos, D. Duarte, D. Henrique e D. Fernando, que iriam na expedição. Recomendou-lhes coragem e cuidado com a moirama e, depois dum suspiro, disse-lhes: «Que vento levará a frota, Deus meus! Os príncipes despediram-se e partiram para o Tejo. D. João I, já doente e D. Nuno Álvares Pereira, heróico como em Aljubarrota, estavam nos primeiros lugares a assistir aos novos. A Armada partiu. Dias depois, chegava ao mar de Ceuta e, a 20 de Agosto de 1415, começaram os preparativos do desembarque. O combate estalou e D. Henrique solicitara licença para



GONÇALVES ZARCO, DESCOBRIDOR DA MADEIRA E PORTO SANTO

(Estátua de Francisco Franco)

se bater à frente de todos. De tal maneira se portou que foram dar ao rei a notícia da morte do destemido príncipe. Mas o infante não morrera! Os portugueses avançaram, a custo, e ao fim e ao cabo de renhido combate, venceram! D. Henrique tomara Ceuta, mas a maior vitória, a que mais consolou o seu coração ardente a que mais consolidou o seu sonho de sempre foi a informação dada pelos mouros de que, emais além!, lá para o Sul, havia terras que não acabavam, terras banhadas pelo mar, terras ignotas e ricas que ele, Henrique, queria descobrir e integrar na Nação

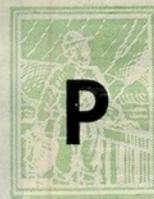


Paço onde nasceu o Infante D. Henrique, no Porto

(Desenho de Roque Gameiro)

portuguesa. Portugal estava em África! Era preciso ir mais além! Os mouros prisioneiros contaram coisas maravilhosas. Para lá da planície que segue à costa havia montanhas e, depois, areias e, depois, um mundo novo, rico, selvagem, ubérrimo, habitado por outras raças, homens que combatiam bravamente e avaramente defendiam suas terras.

Cioso da sua conquista mais do que da conquista de Ceuta, o infante resolveu regressar o mais depressa possível a Portugal, para construir, então, as bases do edificio magnifico que o havia de engrandecer a sua Pátria.



PORTUGAL já estava em África, mas era preciso ir mais além, sempre mais além, até que não houvesse mistérios a desvendarem, nem gigantes lendários a vencer!

Em Ceuta deixaram os portugueses uma guarnição de três mil homens, e os infantes como recompensa da valentia demonstrada, foram armados cavaleiros em Tavira, no meio de grande pompa. D. Henrique recebeu o título de Duque de Viseu e a gerência dos negócios de África.

Três anos depois, três anos duraram os quais o infante de Sagres meditou, certamente, no seu acunhante e devorador sonho, constou que a moirama se revoltara em Ceuta e que, de fora, os marroquinos tentavam tomar a cidade. D. Henrique correu com reforços e D. Nuno Álvares Pereira, alquebrado e doente, deixou a sua cela no Convento do Carmo e desceu à beira rio a oferecer-se para a nova batalha, o que o rei não lhe consentiu.

Outra vez em Ceuta, o homem de génio e de vontade que dentro em breve iria isolat-se em Sagres, ouviu mais mouros, alguns vindos de muito longe, de tão longe que haviam perdido na viagem a noção do tempo. Entre os cativos havia um que lhe contava uma história fabulosa: que um certo Roberto Machim se perdera numa ilha envolta em bruma, não muito distante de Portugal.

D. Henrique voltou ao País e todas aquelas histórias o deslumbravam cada vez mais. O sonho mais ainda se fortalecera e a convicção profunda de que emais além havia terras a desvendar, mais se radicava no seu espirito. Rico e nobre, uma das primeiras figuras do reino, podendo levar a vida faustosa de todos os príncipes do seu tempo, o futuro soll'ário de Sagres tudo sacrificou ao desejo inebriante de vencer. Mestre da Ordem de Cristo, queria levar a cruz da Ordem, onde a sua inteligência adivinhava haver homens que



PERO DA COVILHÃ



FERNÃO DE MAGALHÃES



GONÇALO VELHO CABRAL, descobridor dos Açores

não conheciam a lei divina. Sim, se existia esse misterioso «mais além», era preciso que Portugal lá chegasse!

DA SOLIDÃO DE SAGRES À PRIMEIRA DESCOBERTA

Os portugueses passam o Cabo Não e instalam-se em Porto Santo e na Madeira



sonho do Infante em breve se tornou o sonho de todos os nobres e, depois, o sonho do povo. Os portugueses, já habituados às guerras, cobertos de glórias, recordando as arrancadas vitoriosas de Aljubarrota até Ceuta, acostumaram-se à ideia de que, mais tarde ou mais cedo, Portugal tomaria novos rumos, rumos universais que construiriam um Império. Criara-se entre o povo uma espécie de psicose do «mais além», uma necessidade íntima,

albergada em todos os corações, de entrar pelo mar fora e vencê-lo, derrotá-lo, esmagá-lo, como nos campos de batalha as hostes guerreiras de moços e castelhanos haviam sido vencidas, derrotadas, esmagadas. O Infante foi, nesse glorioso momento histórico, o intérprete, o realizador, o organizador, da ansiedade de todo um povo. Tudo o que uma Nação, nas horas heróicas em que traça o seu destino, exprime e sente, estava consubstanciado nesse Infante silencioso e duro, que nunca tinha um sorriso, que não amava, que jamais experimentara um prazer, esse homem único, inflexível, prodigioso de actividade, que se esquecia do mundo para se lembrar somente da fogueira inextinguível que ardia nos corações dos seus compatriotas.

Então, fugiu da Corte e escondeu-se, lá para o Sul, frente ao mar — a única paixão da sua vida! — no Promontório de Sagres. Ali, numa casinha pequena e sem conforto, ouvia missa de manhã e passava o dia e quase toda a noite a perscrutar o misterioso e trágico Oceano que rugia sempre, como que a ameaçá-lo e a prevent-lo contra os seus projectos audaciosos, e gastava o resto do tempo decorando as lendas e observando as cartas náuticas, que apresentavam o universo das mais diferentes maneiras. O mundo, para muitos sábios, era um ilha rodeada de um Oceano. As descrições de Ptolomeu, de Strabão, de Plínio, eram devoradas por D. Henrique. Como seria, afinal, o mundo? Que havia «mais além», depois daquelas grandes nuvens que, às vezes, beijavam o mar em frente de Sagres? Poder-se-ia passar o Cabo Não, de que os marroquinos, em Ceuta, lhe haviam dito: «Quem passar o Cabo Não, voltará ou não?»

Aquela incerteza, aquelas interrogações constantes, aquela chama a devorá-lo, a consumi-lo, a queimá-lo lentamente, torturavam-no. «É preciso vencer! É preciso ir mais além ou morrer!». «Pois é preciso violar o Cabo Não!».

D. Henrique chamou a Sagres os homens mais ilustres e mais valentes do seu tempo: capitães, mareantes, astrónomos, construtores, guerreiros de Ceuta. Com os rendimentos da Ordem de Cristo e subsídios do rei seu pai, construiu o seu primeiro navio e deu-o de comando a D. João de Castro e lhe disse: «Ide. O Cabo Não



A CIDADE DO FUNCHAL, sendo-se, ao centro, a fortaleza do Pico



BARTOLOMEU DIAS

gal sem grande trabalho, anunciou ao senhor Infante o que ficou escrito supra.

Os portugueses tinham passado o Cabo Não — e tinham voltado! A lenda árabe desfizera-se. Se, para além, mais terras houvesse, mais terras se descobririam. Começara o sonho do infante — o sonho do povo de Portugal!

Passaram-se mais três anos de preparativos e, construído novo navio, mais forte porque, se Deus ajudasse, iria mais longe, já embarcaram dois escudeiros do infante, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Navegaram. Passaram outra vez o Cabo Não, rindo-se, agora das terríveis lendas dos moiros, e foram navegando mais, com vento a favor, durante muitos dias. Uma manhã, viram ao longe o horizonte a ennegrecer-se: Terra! Era terra, sim! Os portugueses tinham feito a sua primeira descoberta, uma pequena ilha que denominaram de Porto Santo, Doidos de alegria, os audazes navegadores voltaram o mais rapidamente possível para Sagres, a vila do Infante, ao qual deram conta de que para a coroa portuguesa, para o Império nascente, havia um novo território — um território que ficava «mais além». Portanto, «mais além», havia terras. «Para a frente!».



Infante alegrou-se, mas queria mais. A pequena ilha de Porto Santo era pouco para o seu grande sonho. Iriam os navegadores outra vez, agora mais elos e apetrechados, com bom piloto e vários homens conhecedores do mar. O piloto foi Afonso Fernandes e os práticos, António Gago, Lourenço Gomes, João Lourenço, Francisco de Carvalhal, Rui Pais e Álvaro Afonso. Francisco Alcoforado também seguiu com a missão de fazer a crónica do que acontecesse — um precursor dos enviados especiais dos jornais.

Passado Porto Santo, apronaram directamente à ilha agora chamada da Madeira — diz Diogo Gomes a «Relação» — e perto dali outra ilha, agora chamada Deserta e, entre uma e outra, acharam o lugar agora chamado do Funchal, onde nasceram muitas águas. A ilha da Madeira também já pertencia a Portugal. Passaram mais de cinco séculos e a Madeira é cada vez mais portuguesa.

Mas tudo isto era ainda pouco para o desejo ardente do Infante. Ele queria mais, muito mais, queria ir «mais além»!

Em Sagres não se descansava e os trabalhos de preparação de novas viagens marítimas estavam no seu auge, quando D. Pedro, irmão de D. Henrique, chegou de uma grande viagem pela Europa. Trazia um presente valiosíssimo para o construtor do Império: um livro. Era o livro de Marco Polo, o viajante veneziano que fora ao Oriente e no qual narrava as viagens que fizera de 1270 a 1296. Esse livro continha assombrosas revelações: contava o que o seu autor vira na Turquia, na Pérsia, na China, no Japão. Falava na Índia e das suas fabulosas riquezas; falava de Prestes João e das suas terras longínquas. Outro presente D. Pedro oferecera ao irmão: um mapa rudimentar da África, onde estava indicado ao fim da África, depois chamado o cabo das Tormentas.

«Mais além! É preciso ir mais além!» — exclamava o Infante. E novo barco se preparou para partir, mar em fóra, à busca do desconhecido, talvez, até, desven-



Ruínas do Castelo de Gondar, na Etiópia, as quais atestam a passagem da civilização portuguesa nas terras do «Prestes João»

é lá em baixo, Parsai e voltai, porque a moirama, diz que de lá se não volta e é forçoso que ela saiba que os portugueses voltarão».

D. João de Castro partiu e, mais tarde, Diogo Gomes, nas «Relações do Descobrimento da Guiné», contaria aos vindouros:

«No ano de Senhor de 1415, um certo nobre do reino de Portugal, D. João de Castro, era capitão de Armada, feito por D. Henrique, filho de D. João I, rei de Portugal e da duquesa de Borgonha. O qual infante sempre se cuidou de agasalhar homens ilustres e de mandar à sua custa descobrir regiões ignotas. E o sobredito João de Castro, navegando pelo mar Atlântico, tomou parte de uma ilha chamada a Gran Canária, a qual parte da terra ou ilha se chamava na língua dos naturais, Tell, que quer dizer fértil. E querendo voltar, encontrou no mar grandes inundações de mar, a que os portugueses chamam correntes, entre uma e outra ilha, as quais estão além do Cabo Não, onde Hércules pôs colunas nas quais estava escrito: «Quis navigat ultra capit de Non revertetur aut non», o que são na língua portuguesa: «Quem passa o Cabo Não ou voltará ou não». Por isso, Hércules fez ali o termo da sua navegação, temendo que por causa das grandes correntes de mar não pudesse retroceder. E assim, o sobredito capitão, voltando a Portu-

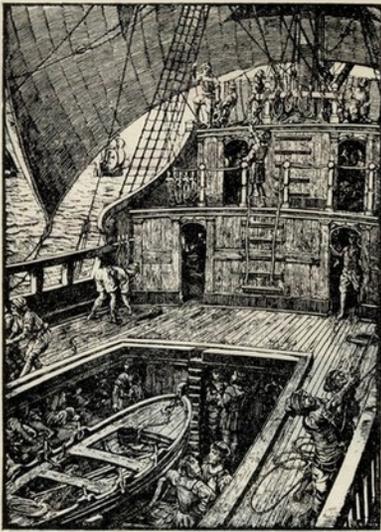


CABO DA BOA ESPERANÇA Gravura ao sec. XVII, do «Neptune Français»



PLANISFÉRIO

DEMONSTRANDO AS GRANDES VIAGENS MARITIMAS DOS PORTUGUESES
 NOS SECULOS XV · XVI · XVII



INTERIOR DE UMA NAU PORTUGUESA — A PARTE DE VANTE
(Roque Gamito)

dar os segredos dessa misteriosa Atlântida de que lendas milenárias falavam.

Gonçalo Velho Cabral partiu e, muitos dias depois, vindo no ar muitas aves a voar na direcção de um vulto negro, para lá dirigiu o seu barco, encontrando uns baixos que logo denominou as Formigas. Esses pássaros eram açores.

Gonçalo Velho voltou ao reino, mas D. Henrique mandou que partisse outra vez, pois pressentia que mais terras havia naquela região. O navegador lá foi e, a 14 de Agosto de 1432—divergem as opiniões sobre a data desta descoberta—descobriu uma ilha, Santa Maria, assim chamada por ser o dia consagrado à Virgem. Continuou a rota e foi descobrindo, sucessivamente, até Outubro, as outras ilhas do arquipélago. No ano seguinte, o grande rei que foi D. João I morria. Sob o reinado de seu irmão, D. Duarte, o Infante continuava a sua obra.

Desvendado o segredo do Cabo Não, descoberta a Madeira e os Açores, continuava o Cabo Bojador a assustar os mareantes e a espalhar lendas.

D. Henrique, com a ajuda de D. Duarte, construiu novo barco e deu o comando a Gil Eanes. Este foi, mas breve voltou desanimado, pois não conseguira ir mais além. O Infante é que não se deu por vencido. Que Gil Eanes tentasse outra vez, com mais coragem e mais fé Gil foi, desta vez com sorte.



seriam esses homens? «E preciso sabê-lo!», «E preciso ir mais além!».

A pesar de todos estes êxitos, todos estes formidáveis triunfos, D. Henrique ainda não sabia tudo: que iria embrenhar-se mais em Marrocos, porque os mouros, habitantes dessas ardentes terras de África, diziam-lhes coisas preciosas.

Morto D. João I, que sempre se opusera a aventuras, o Infante, ajudado por seu irmão D. Fernando—ansioso por se bater—assediou D. Duarte com mil pedidos e mil súplicas para que lhe desse um exército com o qual pudesse ir «mais além» de Ceuta, mais para o coração desse continente misterioso e traçoiro.

Ao fim de muitos rogos, levado pelos pedidos da esposa, D. Leonor, e contrariando as observações e os conselhos do outro irmão, D. Pedro, o rei D. Duarte consentiu em organizar um exército, dando a chefia ao Infante de Sagres. Lá foram seis mil homens para Marrocos. Num ataque fulminante, tomou-se Tetuão. Pelejou-se, depois, rijamente, em Tânger, mas as muralhas não se passaram. A moirama embarracada devastava as tropas. O resto sabe-se: heróica-

mente, depois de combater como um grande soldado, D. Fernando não consentiu que seu irmão D. Henrique ficasse prisioneiro. Fico ele! Sofreu martírio sem nome. Picaram-no, dizem que o penduraram pelos cabelos e o fizeram varrer as ruas cheias de estêrco. Nunca da sua boca saiu um lamento nem um grito de revolta. Esteve preso, sete anos—sete anos de martírio. Mas o sacrifício deste príncipe português não provocou desânimo nês e austero e luminoso solitário de Sagres. A dor imensa que sofreu mais lhe afevorou a esperança enorme no ideal invencível de alargar a fé e o Império. Não verteu uma lágrima. A dor foi transformada em vontade, vontade mais forte ainda, vontade hercúlea que levaria a bandeira de Portugal às cinco partes do mundo.

DILATA-SE A FÉ E O IMPÉRIO

na Guiné, em Cabo Verde, em S. Tomé e Príncipe e controla-se em África a primeira fortaleza de Portugal

Dois anos após a passagem do Cabo Bojador, novo barco se aprontou, sob o comando de Afonso Gonçalves Baldaia para ir além da região já descoberta. Em meados de 1436, Afonso Baldaia desembarcou na costa de África, muito ao Sul do Bojador e tivera a felicidade de encontrar, logo no final do primeiro dia de exploração, um grupo de indígenas que, espantados com a aparição dos brancos, fugiram para o interior e não mais foram vistos. Andaram cinquenta léguas para o Sul e, a pesar de encontrarem vários sinais de vida humana, não apareceram indígenas. Em certa altura, deparou-se-lhes um enorme rochedo com a configuração da proa de um barco, a que deram o nome de Pedra da Galé. Depois, após muitos dias de duros sacrifícios, alcançaram oitocentos e cinquenta quilómetros além Bojador e descobriram o Rio do Ouro.

Em 1441, outro acauz mareante, António Gonçalves, tendo como ajudante Afonso Guterres, foram ao Rio do Ouro e desembarcaram, embrenhando-se na selva

que a outra (de António da Nola), abordei eu primeiro a uma daquelas ilhas; e vi arca branca e pareceu-me um bom porto e fundei o o mar, e o nome de António. Dissolhe eu que desejava ser o primeiro a desembarcar e assim fiz. Não vi rosto de homem e chamamos a ilha de Santiago, por ser esse o dia do santo. All pescamos grande abundância de peixe. Na praia encontramos muitos passaros estranhos e correntes de água fresca. Os passaros eram tão mansos que os matávamos com bordões e havia lá muitos gansos. Havia, também, grande abundância de figos.

Em 1462, Portugal levava a sua bandeira a Ceuta, à Madeira e aos Açores, ao Rio do Ouro, à Guiné, à Cabo Verde. Que extraordinário esforço de uma só geração! Que magnífica e luminosa epopeia!

O sonho das conquistas em África continuava, era obcecante, arrebatador. D. Henrique para lá partiu com seu sobrinho, D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V, e tomou Alcácer-Céguier. A volta, porém, o solitário de Sagres sentiu-se cansado, doente e velho. Cumprira bem o seu dever de português, conseguindo para Portugal as primeiras terras do Império que viria, como cristão, espalhando a fé nos territórios imensos povoados por índios. Vivera inteiramente para esse sonho magnífico e realizara-o. Batera-se, heroicamente como soldado, prestara à Patria serviços que a História jamais esquecerá.

Fora aos vinte e seis anos para Sagres. Na idade em que o homem atinge a plenitude das suas forças e do seu vigor, na idade em que o homem arde na ansiedade do amor, ele renunciara a tudo, abraçara a Patria e para a Patria viveu, sem lhe roubar um dia, uma hora, um minuto da sua actividade espantosa. Quarenta anos este homem esteve isolado em Sagres a construir um Império! Quarenta anos, frente ao mar, quarenta anos de luctações, de silêncios, de sonhos!

A 13 de Novembro de 1498, morreu serenamente, evocando alguns dos seus companheiros de vitórias. E quando a sua voz já mal se ouvia, quando a vida lhe estava a fugir para sempre, quando já não havia brilho no seu olhar profundo e penetrante—um olhar que iluminara quarenta anos de vitórias!—o velho D. Henrique esboçou um sorriso, levantou a esquelética mão direita, apontou para o Sul e murmurou baixinho, como se a sua voz profética já viesse do túmulo: «Mais além!... Mais além!...»

D. Afonso V toma, depois, Arzila e Tânger—vingando o martírio do tio, D. Fernando—e D. João que viria a ser o Príncipe Perfeito, dirige, sabiamente, os negócios da Guiné.

Mas a ordem de D. Henrique: «Mais além! Mais além!», não fôra esquecida—e novas viagens se fizeram, mais terras se conquistaram. Fernando Pó, capitão dos melhores do seu tempo, descobriu, ao fundo do golfo da Guiné uma ilha a que deu o seu nome e, meses antes, 21 de Dezembro de 1482—João de Santarém, Pedro Escobar pisaram, pela primeira vez, uma ilha maravilhosa no mesmo golfo— a de S. Tomé—e, depois, outra não longe, a que chamaram do Príncipe, em homenagem ao filho de D. Afonso V. A 1 de Janeiro do ano seguinte, os mesmos capitães do mar desfraldavam a bandeira portuguesa na ilha do Ano Bom. Pela mesma altura, João Vaz Corte Real partiu para a «Terra dos Bacalhãos» e chegava à América, ou comandando um dos barcos da expedição luso-dinamarquesa, ou, sozinho, depois de ter via-



ESTALEIRO DA RIBEIRA DAS NAUS

(Roque Gamito)

e—finalmente!—encontraram um negro e uma escrava moira. Pela primeira vez trouxeram ao Infante a prova de que as terras descobertas eram habitadas. António Gonçalves voltou para Portugal, descobrindo, então, próximo da Pedra da Galé, o Cabo Branco.

D. Duarte falecera e D. Pedro era regente na menoridade de seu sobrinho, que devia ser o rei Afonso V, o «Africano». D. Henrique não esmorecia na sua ansia de descobrir novas terras para a Patria. Agora que sabia ser habitado aquele continente longínquo que, dantes, todos diziam ser só povoado por gigantes, queria ir «mais além», para que não ficasse nada por descobrir. Foi quando um familiar de Sagres, Deniz Fernandes, pediu uma caravela para ir, também, à conquista e à ocupação de novos territórios, descobrindo Cabo Verde. A epopeia, porém, não pára. Em 1445, Gonçalo de Sintra conseguiu desembarcar em Arguim, já ao sul daquele cabo, mas o gentio massacrrou-o e aos seus companheiros. Nuno Tristão, em 1446, partiu para descobrir mais terras, alcançando trezentos quilómetros ao Sul de Cabo Verde. Quis, então, desembarcar, mas foi recebido com tal sarraivada de setas envenenadas que morreu com desanove dos seus companheiros. Estes revessos não quebraram o ânimo e a vontade dos portugueses nem os amedrontaram. Sabedores do que se havia passado com o destemido Nuno Tristão, navegadores tão ousados como ele mas mais experimentados partiram numa verdadeira expedição, constituída por nove barcos, sob o comando de, entre outros, Gil Eanes, Estêvão Afonso, João Bernardes, Lourenço de Elvas e Fernando Vaz. Entraram no rio da Geba e attingiram a Guiné, que, depois, a custa de muito sangue e muito heroísmo, seria submetida. O Império alastrava, a fé dilatava-se. A geração de Henrique estava já a suceder outra, igualmente destemida, que prosseguiria a grande obra começada.

Logo em 1480, Diogo Gomes e António da Nola chegaram a uma ilha desconhecida. Diogo foi o primeiro a pôr pé em terra— a ilha de Santiago—e com certeza pela mesma altura, diz Manuel Murias, foram descobertas as ilhas de Fôgo, Maio, Boavista e Sal e as restantes do arquipélago de Cabo Verde nos dois anos seguintes. E curiosa e saborosa a descrição de Diogo Gomes: «Como a minha caravela era mais veloz do



INTERIOR DE UMA NAU PORTUGUESA—PARTE DA TRÉ

(Roque Gamito)



GRAVURA DO LIVRO N.º 1 DAS ORDENAÇÕES DE D. MANUEL I

Jado com os nórdicos. O apurado, porém, é que Corte Real esteve na Terra Nova antes de qualquer outro navegador e da sua experiência e conhecimentos se aproveitaram seus filhos, Gaspar e Miguel.

Na costa da Guiné, João Bernardes construiu a fortaleza de S. Jorge da Mina, a primeira fortaleza dos portugueses em África, pedras que cimentariam o prestígio nacional nas terras ardentes do continente negro. E D. João II ao subir ao trono, em 1481, juntou aos seus títulos o de senhor da Guiné.

★

A ordem de D. Henrique era a ordem de D. João II — era a de todo o povo português. Em 1481, Diogo Cão e Martinho da Boémia, que, pela primeira vez, levaram padrões a bordo, para que ficassem a marcar as terras de Portugal, chegaram à foz do Zaire e ali colocaram o primeiro — o de S. Jorge. Era o Congo. Depois, novas expedições se fizeram e a terra que havia de ser a nossa grande província de Angola inundou-se de portugueses, os primeiros bandeirantes, os primeiros missionários. Mas o sonho da Índia começava a preocupar seriamente o rei-Colombo julgava que a encontraria por Ocidente e o príncipe e seus conselheiros não defendiam essa hipótese. Colombo foi para Espanha oferecer-se aos reis católicos e D. João II, fixo na sua idéia, mandou por terra até aos confins do Oriente, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva. O primeiro foi para a Índia e o segundo inter-



Monumento de Pedro Álvares Cabral, no Rio de Janeiro

nou-se na Abissínia, onde morreu. Pero da Covilhã, ouvidas muitas e preciosas coisas no Oriente, voltou e ficou, por largos anos, como prisioneiro de honra no (Imen) país do Négus.

No espírito de D. João e dos seus navegadores racava-se cada vez mais a impressão de que, passada a África, vencido o Tormentoso, aterra do qual corriam as mais terríveis lendas, se encontraria, por mar, o caminho da Índia. Segundo Gaspar Correia — «Lendas da Índia» — aparecera na corte certo desconhecido, João Infante, cuja origem se não conhece, que foi mar em fora, à procura do famoso Cabo, tendo que regressar por causa de amotinações a bordo, mas confirmando ao rei a existência do tal cabo. Fizeram-se novos navios e, como João Infante tivesse morrido, escolheu-se Bartolomeu Dias, almoxarife dos armazéns de Lisboa, para comandar a frota, tendo sido Pero de Alenquer nomeado piloto chefe. Partiram em 2 de Agosto de 1488, dobraram o cabo do Padrão, colocaram marcos em Angra Pequena e num outeiro da Serra Parda e, depois de muitos sacrifícios e lutas com a negralhada, a bandeira de Portugal chegou ao cabo das Tormentas, onde se fixara o glorioso padrão de S. Filipe.

Ainda hoje não se sabe os motivos porque os portugueses não ligaram, depois, mais importância à região do cabo, que D. João chamaria das Tormentas. Devido a essa má visão dos navegadores e exploradores da época, Portugal perdeu a mais próspera e rica região do continente negro, que é hoje um dos mais ricos e avançados países do mundo. Mas não admira: o sonho maior, o grande ideal era a Índia. A Índia encantava e subjugava os portugueses. Ir-se-ia à Índia!

Colombo partira e, depois de descobrir a América (S. Salvador), regressou à Europa, aproudo a Lisboa, Vinha contente, feliz, pois julgava ainda ter chegado à Índia. D. João II ouviu-o e continuou a não acreditar, mas também não o deslitou.

Em Maio de 1498, firma-se com o Papa Alexandre VI o Tratado de Tordesilhas, segundo o qual os mundos descobertos ou a descobrir para os lados ocidentais



VASCO DA GAMA

(Quadro a óleo que pertence aos Côns da Vidigueira, existente na Sociedade de Geografia de Lisboa)



LISBOA NO SEC. XVI

Graua em cobre da edição latina da obra de Hans Staden sobre o Brasil (Francfort 1592)

do Oceano pertenceriam aos reis católicos, e, para os lados orientais, ao rei de Portugal.

D. João II tinha o que queria; o mundo dividido. E logo arquitetou a grande empresa, agora que sabia que, para Oriente, havia mar e, portanto, caminho para as Índias. Começou a construir as naus e chegou a escolher o almirante, que seria D. Estêvão da Gama, alcaide-mor de Sines. Mas o destino não quis que o príncipe Perfeito assistisse ao grande triunfo: morria a 26 de Outubro de 1495, sucedendo-lhe o duque de Beja, D. Manuel.

O sonho não morreria com D. João II, ficara no peito de todos os portugueses. Construíram-se as naus, a «S. Rafael» e «S. Gabriel» e, depois, a «Berrão». Comandava a armada Vasco da Gama, pois o primeiro indicado, seu pai, morrera. A 8 de Julho de 1497, a frota partiu da praia do Restelo e, a 18 de Novembro, passaram o Cabo da Boa Esperança.

Em fins de Janeiro de 1498, Vasco da Gama descobriu a Baía dos Bons Sinais e ali colocou um padrão — o de S. Gabriel — e ao terminar Fevereiro, estava na ilha de Mocimboa. Em Abril, estavam os portugueses em Mombaça, e a 14 desse mês, em Melinde. Dali partiram, directamente, para as terras da Índia e, em 20 de Maio, avistavam Calicut. Chegara-se à Índia. D. João II tinha razão e os portugueses mostraram ao mundo não só a sua heróicidade ancestral como a superioridade da sua ciência.

A 24 de Agosto de 1499, Vasco da Gama chega a Lisboa e é recebido apoteoticamente. D. Manuel I levanta-se do seu trono para o receber. O povo aclama-o em delírio. Para a Torre de Belém e o templo dos Jerónimos que se iriam construir, o rei destinava os «edifícios de Deus», cobrados sobre as mercadorias riquíssimas que as naus de D. Manuel e Vasco Corte Real vão ao Labrador, aproum às terras do Canadá e deixam na pedra de Dighton o sinal da sua passagem, Portugal

vai a todos os pontos do globo. Ainda haverá mais mundos para descobrir?

Pernão de Magalhães dá a volta ao mundo. O universo já não tem segredos. Derribam-se hipóteses milenárias, desvendam-se mistérios, desfazem-se lendas. Tudo isto se deve aos portugueses. O mundo de amanhã seria, devido a eles, um mundo completamente novo. A maior Revolução da Humanidade fizeram-na os portugueses com o seu heroísmo e a sua fé.

A MADEU DE FREITAS

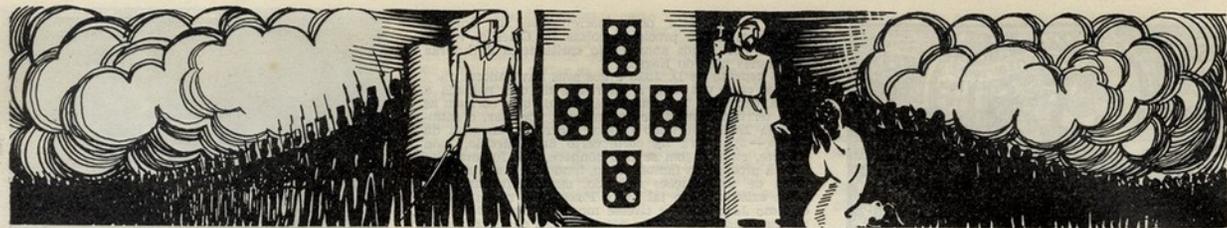
Dans cet article on fait largement l'histoire des découvertes des portugais et on souligne la personnalité de D. Henrique, Duc de Viseu, le grand ouvrier des découvertes, dont la vie a été entièrement consacrée à l'œuvre d'expansion des portugais dans le monde. L'effort des portugais, leur science nautique, leur heroïsme, leur idéal d'expansion de la foi chrétienne et leur mission de coloniser de vastes territoires peuplés par des sauvages, sont exposés dans cet article dont l'auteur conclut par l'affirmation basée sur des faits historiques, que la plus grande et la plus utile révolution de l'humanité a été menée à bout par les portugais.

In this article the discoveries made by the Portuguese are fully narrated. Prominence is given to the personality of Dom Henrique, the great participant in the discoveries, whose life was entirely devoted to the work of Portuguese expansion throughout the world.

The strenuous efforts of the Portuguese, their nautical science, their heroism and their ideal of expanding the Christian Faith; their mission of colonizing vast territories peopled with savages, are described in this article, the writer of which ends by affirming that the greatest and most profitable revolution of Humanity was carried out to its term by the Portuguese.



A pedra de Dighton, que marca a descoberta do Canadá por Miguel e Vasco Corte Real. Em cima, a parte esquerda com a data de 1511. Em baixo, a parte da inscrição onde se lê: «Dei In Deo», com o que se supõe ser o escudo de Portugal



OS GRANDES CONSTRUCTORES DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS



S constructores do Império — D. Henrique, D. Afonso V, D. João II, D. João III, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e outros — tiveram, é certo, opiniões diversas, diferentes teorias, directivas diferentes em suas imorredouras obras, mas a verdade é que nenhum deles — nem D. Sebastião — teve ideal que não fosse o engrandecimento e a glorificação da Pátria.

A ideia de império, que quer dizer, o ideal de expansão através dos mares ignotos — e não a ideia Imperial, que nasceu mais tarde — vinha de longe, desde o tempo em que, consolidadas as fronteiras terrestres o povo reparou que vivia em acanhado espaço para tão extraordinárias qualidades de lutador. O fenómeno é compreensível. As lutas pela independência foram rápidas em relação à energia do jovem país, que, dizer, a capacidade combativa dos soldados, a força rústica, a chama que aquecia todos os corações — não se tinham gasto. Havia muitos milhares de homens valentes dispostos a bater-se; havia um povo iluminado pelo ideal da Pátria; havia uma Nação ardente, entusiasmada, heróica. Todas essas energias estavam concentradas, sufocadas, amordaçadas. Trabalhava-se a terra, é certo; plantavam-se pinhais e lançavam-se as bases da primeira organização agrária, abriam-se estradas — mas tudo isso era pouco para um povo que se sentia fechado em estreita nega de terra à frente da qual o mar rugia constantemente, encerrando segredos, mistérios e lendas.

Isso sucedia, por exemplo, no tempo de D. Deniz — e foi nessa época, sem dúvida que pela primeira vez se olhou a sério para o problema das relações com o exterior. Do Norte da Europa apareciam navios carregados de produtos que não havia em Portugal. Esses barcos descarregavam, enchiam-se com madeiras e produtos agrícolas e lá iam, mar em fora, para os longínquos países desconhecidos. As vezes, levavam tripulantes portugueses que, meses ou anos depois, voltavam e narravam aventuras extraordinárias: terras onde mal havia Sol, mares sobre os quais surgiam blocos de gelo, ilhas frigidísimas, mas ricas de metais, penínsulas habitadas por navegadores audazes que se perdiam nas brumas do fim do Mundo. Do Norte, sabia-se muita coisa, sabiam-se até os nomes de alguns reis e príncipes e as idades e esbeltas de certas princesinhas loiras e misteriosas. Mas o Sul? Que haveria no Sul, continente a arder para onde fugiam os mouros corridos da península ibérica, depois dos cristãos verterem tanto sangue?

Essas notícias começaram a correr e a ideia nasceu, lentamente, segura, persistente, devoradora. O Mundo acabaria em Marrocos? E depois? Que haveria para lá de Marrocos? Seria, realmente, a terra encantada onde viviam gigantes monstruosos que não permitiam a passagem dos homens, por mais valentes que fossem?



D. AFONSO V, o «AFRICANO»
(Gravura do sec. XVIII)

Haveria para lá de Marrocos, como constava, um mar em fogo, cujas chamas se erguiam até ao céu? As lendas, o maravilhoso, obcecavam todos os cérebros. E do maravilhoso nasceu a ansia de saber, o desejo devorador de conhecer esses gigantes de que toda a gente falava e que ninguém tinha visto.

A ideia de expansão, nascida do maravilhoso encontra anos mais tarde, como todas as ideias, o seu primeiro arauto. Foi o Infante D. Henrique — o pri-

meiro construtor do Império Português. Energia esforçada, persistência admirável ao serviço de uma causa, cavaleiro audacioso e valente, correndo-lhe nas veias o sangue dos Capéus pelo pai e o dos Lencastre, por sua mãe, a inglesa D. Filipa, o génio de Sagres foi, na verdade, o cabouqueiro do Império. Mais organizador, mais homem de ciência do que general, tinha a guiá-lo, acima de tudo, a Ciência e a Fé. O seu trabalho é, especialmente, científico, apaixonadamente científico. O fogo íntimo que o anima é, mais do que qualquer outra ideia a fé cristã. Como foi ele, então, o homem que consubstanciou o ideal da Nação? Como foi o intérprete da ansiedade invencível de todo um povo? Foi porque a fé era nesse tempo o veículo de propaganda das ideias secundárias; foi, porque a ciência era — ele o compreendeu primeiro que nenhum português — a alavanca que erguia o ideal nascido. Num rasgo de génio D. Henrique reuniu os elementos necessários à realização do ideal do seu povo, reuniu a ciência e a fé. Tinha vinte e quatro anos quando se

lançou nesta colossal empresa. A História lhe agradece.

O pensamento do jovem que se despedira do Mundo, se encerrara em Sagres e se entregava inteiramente, sem restrições ao serviço da Pátria, era, especialmente, o de um sábio, que queria experimentar as suas hipóteses científicas quanto ao que, sobre a terra, conhecia. Só estudando muito, chamando para seu lado os mais célebres astrónomos e geógrafos do tempo, discutindo teorias, podia lançar as bases das descobertas. D. Henrique teve o génio de saber começar pelo princípio. Estabeleceu uma divisa que se tornaria célebre — «Talent de bien faire» — e prosseguiu no sonho, decidido, após longos estudos, a trabalhar no mar. O mar seria daí em diante o seu laboratório, o campo de experiências científicas, a retorta imensa de onde sairia o ideal realizado. A Fé tornou-se o outro veículo da Vitória. Um português de quinhentos não compreendia que sobre a terra houvesse homens que não fossem cristãos. Propagar a Fé, alargá-la ao Universo inteiro era um imperativo, um dever. Sabia-se que, lá para as bandas do Oriente, havia um lendário príncipe — Prestes João — que, embora rodeado de miguilmanos, abraçava o cristianismo. Se os portugueses conseguissem com o auxílio da sua ciência e do seu heróico ligar-se — fosse pelo mar, fosse por onde fosse — a esse cristão misterioso, e distante, fácil seria aniquilar os anti-cristos espalhados pelo globo. D. Henrique queria cristianizar, mas não perseguir os indígenas das terras onde chegasse. Queria integrar, nacionalizar, cristianizar esses povos dando-lhes os ideais dos portugueses, oferecendo-lhes as virtudes da civilização do Ocidente, sob a direcção suprema do Papa.

O pensamento do Infante foi completado com o do pai, D. João I, que viu naquele sonho uma possibilidade de expansão e um provável alargamento do território. E foi-o, também, pelo povo, que sentiu poder, enfim, empregar em arriscadas empresas a sua energia, a sua vontade, a sua heróica lendária. Eis os caboucos do Império que menos de meio século depois, daria, glorioso e altivo, dois terços do Mundo à Humanidade.

D. Afonso V o «Africano» e o seu pensamento político de fixar Portugal no Norte de África

Depois da vitória de Ceuta, D. Henrique tentara Tânger e fora vencido. Lá ficara o irmão prisioneiro. Mas o solitário de Sagres não desiste, mas precisa, de que esse pensamento encontre o cérebro capaz de o realizar, porque ele, homem de ciência visionário do Império nascente, não era general nem conquistador. Como acontece sempre nos grandes momentos históricos, nas horas altas das nações, esse homem surgiu: D. Afonso V, o rei, sobrinho do Infante.

O «Africano» quis, antes de mais, consolidar a influência portuguesa no Norte de África, pois considerava a base do Império que se formava. Para ele, antes de se tentarem mais descobertas, antes de se integrar na Nação Portuguesa mais territórios longínquos, antes de se mandarem para o mar mais esquadras que custavam milhões, era preciso consolidar a obra já



D. MANUEL I
(Gravura do sec. XVIII)



D. AFONSO DE ALBUQUERQUE
(Segundo o retrato da «Asia», de Parla e Sousa)

meio construtor do Império Português. Energia esforçada, persistência admirável ao serviço de uma causa, cavaleiro audacioso e valente, correndo-lhe nas veias o sangue dos Capéus pelo pai e o dos Lencastre, por sua mãe, a inglesa D. Filipa, o génio de Sagres foi, na verdade, o cabouqueiro do Império. Mais organizador, mais homem de ciência do que general, tinha a guiá-lo, acima de tudo, a Ciência e a Fé. O seu trabalho é, especialmente, científico, apaixonadamente científico. O fogo íntimo que o anima é, mais do que qualquer outra ideia a fé cristã. Como foi ele, então, o homem que consubstanciou o ideal da Nação? Como foi o intérprete da ansiedade invencível de todo um povo? Foi porque a fé era nesse tempo o veículo de propaganda das ideias secundárias; foi, porque a ciência era — ele o compreendeu primeiro que nenhum português — a alavanca que erguia o ideal nascido. Num rasgo de génio D. Henrique reuniu os elementos necessários à realização do ideal do seu povo, reuniu a ciência e a fé. Tinha vinte e quatro anos quando se



D. JOÃO II, o «PRINCIPE PERFEITO»
(Gravura do sec. XVIII)

feita, marcar bem o nosso domínio em Marrocos, estabelecer ali uma colónia, que apresentasse Portugal perante o Mundo como país civilizador de uma região imensa onde a religião cristã não tinha adeptos.



OI, então, que pela primeira vez surgiu, assente em sólidas bases doutrinares, a ideia Imperial, saindo-se do campo científico e da escala de heroísmo lendário em que se vivia, para o campo prático das realidades.

Foi por isso que, quando avançavam ao longo da África barcos portugueses que descobririam as ilhas de Cabo Verde, que D. Afonso V dirigiu para o Norte de África uma poderosa armada de duzentas e vinte velas, que

se destinava primitivamente, a ir auxiliar, acudindo ao apelo do Papa Calixto III, os príncipes cristãos que iam atacar os turcos. A cruzada dos príncipes falhara e D. Afonso V, além de salvar a Armada Portuguesa, podia empregar-se a fundo no Norte de África. Sem dividir as forças nem as energias nacionais, sem impedir que os navegadores prosseguissem na sua missão, o rei «Africano» partiu em Outubro de 1468 para Marrocos. Passa em frente de Tânger e, num golpe de audácia, toma Alcácer-Ceguer, guarda avançada daquela cidade-fortaleza. Anos depois morto o infante o rei seu sobrinho serve o ideal do tio com dedicação e inteligência, sem, porém, prosseguir na sua obra: ocupar prática e efectivamente Marrocos, semeando fortalezas naquelas terras inhóspitas onde, orgulhosamente flutuava a bandeira portuguesa.

Assim, em 1492—cinco anos após a sua primeira vitória em África—o rei parte de novo, para as terras marroquinas e, tomando inteligentemente Alcácer-Ceguer como base das operações contra Tânger, lança dali o ataque sob o seu comando, conjugando essas forças com as da esquadra comandada por Luiz Mendonça Vasconcelos. A empresa não deu grande resultado, pois somente se tomou Anafé, hoje a grande cidade francesa de Casablanca, mas, em 1471 levando consigo seu filho D. João II—que segundo o costume da época, devia ser armado cavaleiro no campo de batalha—D. Afonso V organiza outra esquadra—desta vez com quatrocentas velas e trinta mil homens de tripulação. O objectivo não é Tânger, mas Arzila, porque Alcácer cortára a comunicação de Tânger com o litoral e Arzila isolava-a do Sul, não a deixando comunicar com Fez. A armada concentrou-se em Lagos e dali partiu directamente e Arzila cal após fulminante ataque. E como consequência lógica, Tânger isolada entrega-se. Finalmente! A vitória, resultante, especialmente, da superioridade do comando dava a Portugal um domínio absoluto no Norte de África, dava-lhe o que o «Africano» chamava o Império Português de Marrocos.

D. Afonso V consolidara a sua política depois de a realizar a golpes de hercúleo. O seu pensamento de Império era uma magnífica realidade.

Depois de D. João II e de D. Manuel, os grandes venturosos das descobertas, a D. João III coube a tarefa de organizador colonial, como alguns historiadores lhe chamam.

Morto D. Manuel, o filho—que não tinha grande amizade ao pai por este ter casado com a mulher de quem estivera noivo—facilmente deu ouvidos à corrente contrária à política do «Venturosos». No Norte de África, onde faltava um grande capitão português, as coisas não iam bem e, ainda por cima, para manter o resto do prestígio português, era necessário enviar para lá muito dinheiro. No Oriente, reacendia-se a guerra, depois das vitórias de Afonso de Albuquerque. Pouco a pouco, desfalece o interesse por Marrocos até que o rei toma a resolução de abandonar as praças africanas, conservando, porém, o domínio no Estreito de Gibraltar para defender o Atlântico dos piratas turcos.

D. João III—muitos historiadores lhe dão razão e outros o atacam—julgou o império grande de mais para um País tão pequeno, quer dizer, não sentiu no povo português uma energia precisa para agüentar as outras terras descobertas em África, continuar na Índia, valorizar o Brasil e, ainda por cima, manter em respeito o Islam no Norte africano. Julgou melhor consolidar a nossa posição no Oriente e colonizar a toda a pressa o imenso Brasil, pois fabulosamente rico. De facto, Marrocos era um sorvedouro de vidas—e de Marrocos não vinha absolutamente nada para Portugal e o rei achou pouca paga para as vidas perdidas, o prestígio—nada mais do que o prestígio—que recebiamos.



QUADRO DE CONDEIXA, NA SALA AFONSO DE ALBUQUERQUE, DO MUSEU MILITAR DE LISBOA

A obra colonial portuguesa pedia concentração de energias, pois Marrocos que representara papel preponderante nas descobertas até se chegar à Índia, cumprira nesse ponto, a sua missão. O rei julgou que as negociações diplomáticas com o novo senhor de Fez dariam o resultado que esperava. Anos depois, D. Sebastião vai à África e Alcácer-Quibir enluta a nação por muitos anos—até 1640.

D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, dois grandes servidores do Império

A lista dos grandes construtores do Império Português é imensa, mas há dois nomes que a História regista, de pensamentos político e imperial diferentes, que não podem deixar de se evocar.

EPOIS da vitória de Cochim, vitória estrondosa que ameaça o poder islâmico, o sultão do Egipto, sentindo-se já ameaçado, escreve ao Papa Júlio II, ameaçando-o de arrastar os Lugares Santos, se os portugueses continuassem no Oriente. O Papa envia a Portugal uma embaixada para tratar do caso, mas D. Manuel recusa, terminantemente, e ameaça, por seu turno, tomar e destruir Mecca.

A vitória das armas juntou-se a vitória política, pois o sultão egípcio não arrazou nada. Mas, para consolidar essas vitórias julgou necessário modificar a política colonial usada até aí, mandando para a Índia um nobre da sua corte, que o representasse em tudo nos negócios do Oriente, como se fosse ele próprio. Em



PLANTA DA CIDADE E FORTALEZA DE DIU (ÍNDIA)

(Gravura do século XVIII)

1505, instalado Portugal nessa gloriosa Saftim, é nomeado o primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, que parte, imediatamente, para o seu posto.

Qual era o pensamento deste grande construtor do Império? Tal qual como D. Manuel, estava preso à ideia da «victoria-fortaleza». O regimento de D. Francisco de Almeida mostrava que a «victoria-fortaleza» apoiada numa esquadra forte e bem apetrechada, servindo de guarda-costas, consolidaria o Império no Oriente. Produto de ideia imperialista, ainda mal definida, não firmava em absoluto o prestígio e os interesses portugueses, pois não ia ao interior e não contactava intimamente com os povos. Assim, apoiando-se em fortalezas e desprezando a expansão para o interior, o domínio português era pouco sólido e podia, de um momento para o outro, desfazer-se: bastava que a tempestade destruísse a esquadra.

O sistema D. Francisco de Almeida seria, talvez, fraco, visto à luz da experiência de cinquenta anos depois, mas a verdade é que instalou Portugal em milhares e milhares de léguas de território costeiro do



D. FRANCISCO DE ALMEIDA

(Retrato da galeria dos Governadores da Índia, em G. 12)

Oriente. Começava a sua autoridade na Sofala, onde Pero de Analla construiu uma fortaleza — reproduzida nos territórios da Companhia de Mocimboa, quando da viagem do Chefe do Estado, em 1939 — alongava-se pela costa oriental africana até Quiloa e, depois, Mombaca, onde — cumprindo o sistema — se construíram fortes. Deixada a terra, a autoridade do vice-rei ia à embocadura do Mar Roxo e à ilha de Angediva, onde construiu outra fortaleza que servia de base à esquadra da Costa do Malabar e prolongava-se até às terras do rajá de Cochim.

Assim instalado, inicia a política de atracção dos



Tentativa de assalto à cidade de Aden por Afonso de Albuquerque, em 25 de Março de 1513, segundo uma gravura dos princípios do século XVI

príncipes indianos e forte com a sua Armada de vinte e dois navios, começa por coroar solenemente o rajá de Cochim. A obra, aplicando o sistema, continua. D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei, morre a lutar com os muçulmanos, mas o pai não esmorece e derrotado, depois, em frente de Diu, ganhando a famosa batalha naval de Rumes, feito extraordinário da Marinha portuguesa que ecoou em todo o Oriente. O Império não estaria absolutamente consolidado no Oriente — mas era respeitado.

Assim em 1509, quando o primeiro vice-rei retirou — morrendo na África do Sul, ao fazer a aguada ao navio, trucidado pelos selvagens — a situação de Portugal no Extremo Oriente, inspirava confiança. O novo vice-rei, Afonso de Albuquerque atrai os príncipes — desta vez a sério, e a bem — conferencia com muitos deles, concede-lhes prerrogativas em troca de prerrogativas para Portugal, o senhor de Calecut. Já em muito boas relações com os índios, estendendo cada vez mais a influência portuguesa, alia-se com Timoja, índio residente em Onor, que comerciava com barcos seus, e a conselho dele prepara-se para atacar Goa,



D. JOÃO DE CASTRO

cujos habitantes queriam livrar-se do jugo muçulmano. Goa foi tomada com uma esquadra de vinte e oito navios — e o rei de Portugal é, enfim, rei em terra firme do Oriente. Albuquerque põe, então, em prática as suas ideias de política colonial, ideias precursoras das de hoje. Entrega o governo da cidade a Timoja — um índio — e encarrega índios de cargos públicos, associan-

do-os à administração pública. Respeita as vias dos nativos e dá-lhes terras ao aral à cidade para trabalhar. Mantém as comunidades índias e casa portuguesas com formosas raparigas indígenas, formando a nova raça. Cria um município como em Lisboa, constrói um Arsenal e navios com artefactos índios, reforça as fortificações, espalha por toda a parte a notícia da vitória, propaga a língua e a religião de Portugal e recebe emissários de Cambaia, Calecut e Narsing. Depois, toma Ormuz e Malaca e emprega em toda a parte o seu sistema político. Albuquerque foi o grande construtor do Império no Oriente, o expoente máximo da expansão portuguesa.

Dans cet article on met en relief les personnalités et les pensées politiques des grands constructeurs de l'Empire Portugais.

Henrique, le Navigateur, le premier de tous; les rois D. Afonso V, D. João II, D. João III et, finalement, les deux éminents vice-rois de l'Inde: D. Francisco de Almeida et Afonso de Albuquerque; le premier semant de fortresses les côtes orientales afin de rappeler aux peuples que le Portugal allait partout; le deuxième firmant



MARTIM AFONSO DE SOUSA

et consolidant la puissance et l'influence portugaises, colonisant et civilisant, et intégrant ces peuples dans la vie et dans la pensée nationales.

In this article the personalities and political ideals of the great builders of the Portuguese Empire are focussed: Henrique, the navigator, the first of all; the kings, Dom Afonso V, Dom João III, and lastly, the two eminent vice-roys of India, Dom Francisco de Almeida and Afonso de Albuquerque, the former, scattering fortresses on the Eastern Coast, to remind the nations that the Portuguese made their way everywhere; the latter settling and consolidating Portuguese influence and power, colonizing, civilizing, and integrating these peoples in national life and instilling them with the national spirit.

GUERREIROS E FREIRES DAS PRINCIPAIS ORDENS MILITARES E RELIGIOSAS PORTUGUESAS



Templo



Hospital



Aviz



Cristo



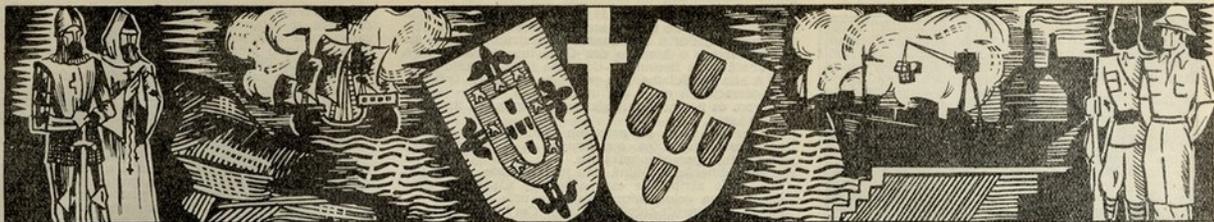
S. Tiago



Cluny



Cister



OS PORTUGUESES NA COLONIZAÇÃO



APOS a conquista e a ocupação das longínquas terras que iam descobrindo, os portugueses não deixavam a outros povos o encargo de as colonizar. Apressavam-se a realizar, eles próprios, essa importante e valiosíssima obra, exercendo a sua acção civilizadora sobre as coisas e sobre os homens. Sabiam os nossos grandes navegadores — e sobremaneira — demonstraram ao mundo inteiro — que a acção colonizadora e civilizadora se deveria exercer sobre as coisas,

construindo portos e estradas, cultivando o solo, explorando o sub-solo e, enfim, aproveitando todas as riquezas naturais. Sobre os homens, ela tinha que subordinar-se ao principal objectivo de elevar os indígenas a uma situação superior, fazendo desaparecer dos seus usos e costumes algumas práticas cruéis, convertendo-os a uma religião própria de povos civilizados — a de Cristo — acordando n'elles o sentimento de novas necessidades e ensinando-lhes, para satisfazê-las, tinham de recorrer ao trabalho.

Foram, pois, os portugueses, em todos os tempos, desde a primeira hora dos descobrimentos, aquelles que melhor souberam instruir e educar os povos selvagens, transformando-os, progressivamente, pela valorização dos seus recursos naturais e pela melhoria das condições materiais e morais da existência desses povos.

Esta noção elevada e nobre de colonização, no seu sentido mais perfeito, é que concedeu aos nossos antepassados a possibilidade de realizarem a sua missão civilizadora por forma que, ao fim de muitos séculos, mesmo nos territórios que nos foram arrebatados ou usurpados desde longos tempos, ainda se verificavam radicados e inabaláveis vestígios dela, quando não se encontram — o que não é raro — seguras manifestações do trabalho por elles realizado.

Torna-se curioso acentuar como suprema gloriificação desses homens que tão brilhantemente souberam cimentar, por toda a parte, a nossa influência civilizadora, que eles a exerceram sobre a mais extrema diversidade de caracteres racionais e étnicos, e, embora cuidando de fazer a subordinação política desses povos, passaram, em primacial lugar, a Fé em Cristo, como alicerce fundamental e imprescindível duma exemplar colonização.

Alinda as gentes de guerra, em seguida a qualquer das muitas ocupações que fizemos, mal começavam a construir fortes e fortalezas, onde se abrigassem, bem defendidos, quanto iam nas naus, e já os religiosos missionários, que os acompanhavam, tratavam de erguer pequenas e toscas capelas, para onde conduziam os indígenas, familiarizando-os com a religião cristã e coibindo, em troca, preciosos ensinamentos acerca da sua língua e dos seus usos e costumes, preparando e facilitando o desenvolvimento das relações entre conquistadores e conquistados.

Foi este o segredo da vitória que os portugueses alcançaram, tão brilhantemente, no capítulo colonização, que não obedecia, apenas, a um interesse material, antes era, pelo contrario, dominado pelo ardor espiritual.

E já demasiadamente demonstrado que não foi, apenas, o interesse mercantil que levou os nossos navegadores a desembairar a espada, dando à Pátria imensos territórios em todas as partes do Globo. Superando todas as dificuldades que se lhes deparavam nos sertões, marcaram itinerários de penetração, que serviram de guia aquéles que, depois d'elles, percorreram, esses caminhos.

Portugal, como povo colonizador e único nos fastos das nações colonizadoras, imprimiu, no seu arrojado programa, todos os defeitos e todas as nobilíssimas virtudes da nossa raça e, pondo de parte o utilitarismo material, incluiu-lhe, como factores basilares, o ideal religioso e o patriótico.

Paralelamente aos nomes dos grandes capitães, havemos de registar os dos missionários que, como bons membros da Igreja e portugueses, trabalharam na cristianização e na civilização dos povos conquistados por esses heróis.

A obra gloriosa levada a cabo, nos séculos XV e XVI, pelos portugueses ainda hoje constitui os alicerces inabaláveis do grande edificio de civilização que por toda a parte se encontra.

Solendo trabalhos e desconfortos inenarráveis e penas e martírios eles edificaram o nosso império colonial.

Importa salientar que a primeira e principal base da grandeza da nossa administração colonizadora foi a evangelização cristã, pois todos os conquistadores se esforçavam, no inicio da sua missão civilizadora, por mandar baptizar os infieis e adaptá-los à religião, para o que dispunham da dedicação dos missionários que os acompanhavam em todas as suas expedições.

Em Moçambique, esse baptismo assumia, entre os negros, um aspecto de importância, que os lisoteava sobremaneira, pois, com ele, se consideravam portugueses e senhores e agraciados com o titulo, para eles nobilíssimo, de «Muzungos», que era o mesmo dado aos nossos compatriotas e nunca a indivíduos de outra nacionalidade.

A segunda base foi a fundação, também pelos missionários, de fazendas agrícolas, e escolas de artes e officios, destinadas a ensinar aos indígenas os mestres necessários para a vida prática. Dessas escolas saíam

agricultores, carpinteiros, pedreiros, mainatos ou lavandeiros, criadas de servir, cozinheiros, doceiros, curandeiros, que se apelidavam entãncamente, de cirurgiões, julgadores de litígios carentes, e até ourives, cujos trabalhos de filigrana ainda hoje são admirados na Europa.

Os missionários foram sempre um valioso factor da continuidade da verdadeira civilização no dominio colonial. E esta uma verdade que refugie em plena luz na nossa história pátria, toda ella burlada de feitos memoráveis dos nossos capitães e dos nossos missionários, que, pregando a religião cristã nas vastíssimas e distantes regiões de Alem-Mar, consolidaram, pacifica e evangelicamente, o dominio português.

Foi, principalmente, a Índia o teatro dos épicos feitos de Portugal, que, como nenhuma outra nação, soube, em todos os seus domínios ultramarinos e, em especial, no Indostão, semear as missões religiosas, que são coevas das suas empresas marítimas.

A isto se deve o incremento do nosso poderio, em longínquos paragens. De toda esta exemplar acção ficaram padrões imorredoráveis, páginas de ouro da história dum povo pequeno, que soube formar-se grande pelos seus feitos.



FERDINANDVS PORTVGALLIE PRINCEPS
VIXIT ANN. XLI. OBIT A. M. CCCC. XLIII
INFANTE D. FERNANDO
(Gravura do século XVII)

Nas nossas brilhantes epopeias, a par dos Gamas, dos Almeidas, dos Castros e Albuquerque, figuram os aureolados nomes de Francisco Xavier, João de Brito e muitas centenas de jesuitas missionários, que derramaram o seu sangue nas regiões em deléza da fé católica.

Nos quarenta e quatro anos que decorreram desde que Vasco da Gama chegou à Índia, até alli aportar S. Francisco Xavier, os portugueses foram dando ensinamentos sobre a lei de Cristo e conquistando almas para a sua fé. António Galvão, capitão e governador das ilhas Molucas, conseguiu que muitos indígenas, não só do povo, mas também príncipes e rajas, e instruissem na doutrina católica e recebessem o baptismo.

S. Francisco Xavier é uma das mais puras e luminosas figuras da nossa história colonizadora. Dotado de irresistivel eloquência e da mais heróica coragem, deixou por todo o Oriente sinais indelezes da sua passagem. Não derramou o sangue humano, pois não usava outras armas que não fosse a sua fé em Deus e na Igreja, mas os reinos converteram-se com a sua voz, os povos prosternaram-se a seus pés e nações inteiras aceitaram e seguiram os seus preceitos.

Segundo o exemplo deste grande apóstolo, mais de quinhentos missionários da Companhia de Jesus se espalharam pelas immensas regiões que dominámos e neias exerceram fructuosa influencia colonizadora e civilizadora, arrostando com inúmeros sacrificios e dando, muitas vezes, o sangue e a vida, através de horrores e indescriveis martírios, em holocausto da obra a que se votavam dedicadamente.

Entre algumas das suas melhores criações, como o Colegio de S. Paulo, ou Seminário de Santa Fé, em Goa, que foi considerado como Universidade Católica do Oriente, havemos de attribuir aos jesuitas a introdução da imprensa na Índia. No ano 1557, diz o conde de Ficalho no seu livro «Garcia da Orta e o seu tempo» — saía dos seus prelos um compendio de Doutrina Cristã, composto pelo Padre Mestre Francisco Xavier.

Com o auxilio das suas tipografias, publicaram os jesuitas, na Índia, muitas obras de incontestável mérito, como crónicas, gramaticas, dictionarios, diversos tratados, sermões, praticas religiosas e as actas dos concilios provinciais de Goa, podendo afirmar-se, sem receio de contestação, que todos os livros impressos na Índia Portuguesa, nos séculos XVI e XVII, saíram das impressas jesuitas; e parece mesmo averiguado que a primeira poesia impressa de Luiz de Camões, o principe das poetas portuguezas, saiu também daquellas tipografias, pois foi dedicada ao então vice-rei D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, quando o épico e teve em Goa, para onde havia ido no governo do vice-rei D. Afonso de Noronha.

O que eram as feitorias e o superior critério a que obedeciam

As feitorias, que, como modelo colonizador, os portugueses estabeleceram por toda a parte, não careciam de grande emigração, porque empregavam um pessoal muito restricto, pois visavam, apenas, ao trafico com os indígenas e não a fundação de sociedades de colonos. Para as feitorias, diziam-se apenas, os mercadores que acompanhavam as expedições de conquista e que, em geral, regressavam a Metrópole, sem se estabelecerem definitivamente nos territórios ocupados, ou, pelo menos, sem nelas e estabelecerem os seus filhos.

As feitorias eram, especialmente, vantajosas para os povos comercialmente avançados e, consequentemente, possuindo excepcionais meios de expansão e tendo marinha militar e mercante de apreciavel importância, para manter as comunicações com a mãe-pátria. A situação do local para fundar feitorias obedecia à necessidade de ter um bom porto, collocado no percurso das grandes vias marítimas, não se tornando indispensavel que possuíssem terras de semeadura e bastando que proporcionassem facilidades de construção de armazens de acesso rapido.

Para fundar feitorias, apenas importava que alguns negociantes criassem e estabelecessem e entrassem em relações de negócios com os indígenas, progrediam rapidamente, e, com o andar dos tempos, como succedeu na Índia, nos fins do século XVIII, tornam-se fortalezas, formando, pouco a pouco, o núcleo dum grande império colonial.

As vantagens económicas das feitorias excediam, em muito, as suas vantagens politicas. Acresciam a riqueza e a influencia da metrópole, mas não aumentavam o seu poderio, nem dilatavam a sua raça.

Nas feitorias se incluíam as posições marítimas estrategicas, constituindo portos fortificados, em que os navios se podiam refugiar, quando de tal necessitassem.

Eram, pois, a fundação de feitorias que, primeiro prendia a atenção dos portuguezes, logo após a occupação e os primeiros laços de boas relações com os povos submetidos estarem dados, por intermédio dos missionários religiosos.

Mas era mister fazer mais alguma coisa e, então, criavam-se as fazendas agrícolas, nos terrenos que a isso se prestassem, e, junto delias, as diversas escolas de artes e officios a que já nos referimos.

Estas fazendas, aproveitadas, segundo a natureza do seu solo e do clima da respectiva região, entregavam-se a cultura de diversos productos de exportação, destinados ao commercio exterior.

Não se desenvolvia, de maneira notavel, a civilização dos indígenas esperando estes um desejo grande de criar interesses comuns com a nossa gente e levando-os insensivelmente, a adaptarem-se aos ensinamentos que lhes eram ministrados.

Constituídas por uma grande massa de população indígena, sempre progrediram de maneira tão notavel que em breve foram imitadas nas colonias espanholas de Cuba e das Filipinas; nas ilhas Canárias, nas colonias holandesas de Java, Bornéo e Guiana e nas inglesas e francesas.

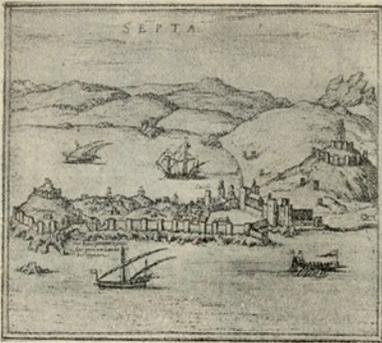
Para as constituir, tornava-se necessária uma superior organização artificial de trabalho, e a escravatura, que os portuguezes encontraram já instalada em todos os territórios que descobriam, forneceu-lhes, para essa organização, o factor indispensavel da mão-de-obra, visto que os europeus não podiam entregar-se a cultura, por causa do clima, e apenas podiam dirigir, orientar e ensinar; e não deixaram, os nossos, de o fazer, com abnegação perseverante, que redundou em proveito e gloriificação de Portugal.

A Metrópole recorreu, durante um largo espaço de tempo, uns três séculos, talvez, ao envio de criminosos para ajudarem os dirigentes; dessas fazendas e, em certos casos, trabalharam, também, activamente, com os indígenas, em especial nos diversos officios que estes aprendiam.

Estas deportações, hoje inteiramente postas de parte, constituíram um grande elemento de aproximação de diversos povos selvagens, embora tivessem, também, sérias desvantagens, a que se impunha dar reguro remedio, que a legislação da época permitia por em pratica, sem levantar qualquer sombra de cealuma, por mais dura que pudesse ser a forma utilizada para tal remedio.

Tendiam, pois, as feitorias e as fazendas à adaptação completa dos indígenas aos nossos costumes e ás nossas instituições.

Desenvolvendo as idéias da civilização cristã no sentido dos indígenas e convenientemente, a nossa gente, depois d'elles interados nos mais elevados principios humanitários, estabeleceram-se uma fórmula capaz de



CEUTA NO SÉCULO XV

assegurar uma união moral, que permitia um domínio efectivo, ao mesmo tempo glorioso e proveitoso para Portugal.

Para acelerar esta política de assimilação dos povos conquistados, muito contribuíram a distribuição duma justiça imparcial, a grandeza das edificações realizadas, a propagação do bem-estar material e até da riqueza para alguns e a difusão ampla da língua nacional.

Alguns aspectos da política de assimilação seguida pelos portugueses

Foi Afonso de Albuquerque quem mais e melhor quis orientar a colonização no sentido da assimilação, promovendo, na Índia, casamentos entre portugueses e indígenas e pretendendo identificá-los pela elevação destes últimos, a religião cristã.

De facto, apesar do interesse egoísta da Metrópole, que a tal se antepunha, já na antiga obra colonial dos portugueses se manifestavam tendências claras de assimilação, resultantes do espírito religioso e do temperamento nacional.

O espírito do proselitismo, embora não tivesse caracterizado a colonização portuguesa, exerceu nela grande influencia, considerando-se entre nós, mais do que em qualquer outro país, a religião indissoluvelmente ligada à civilização.

O ideal social dos reis portugueses era constituído pelo bom católico, que encontrava nas doutrinas da Igreja a fórmula completa dos seus deveres para consigo mesmo, para com o próximo e para com o rei. Bastando a religião para transformar as ideias e os costumes dum homem, é claro que o indígena convertido ficava a par dos colonos portugueses, como, em 1557, foi, pela primeira vez, preceituado para os índios.

A evangelização, segundo os nossos reis, devia, conduzir a fundação duma sociedade baseada na religião católica, e na qual todos os habitantes das colónias se deviam fundir. Para esta concepção assimiladora — a mais pura, afinal — tendia naturalmente, tornando-a possível em absoluto, o temperamento dos portugueses, que dominados por paixões violentas, se uniam às mulheres indígenas, misturando-se com a população das colónias, tanto mais que as raças inferiores nunca nos inspiraram o desprezo que por elas têm professado outras nações europeias.

Quando, em 1519, foram prometidas terras áquelas que casassem com mulheres índias, nem só os soldados, mas até diversos nobres, aproveitaram esse brinde nupcial.

Aos reis de Angola e do Congo prestavam os portugueses honras de efectiva realeza, tendo-os D. Manuel I, equiparados aos nobres dos seus reinos.

Todas estas factos concorreram para que os portugueses se desprendessem de qualquer relutância para tratar os indígenas como seus iguais.

Cabo Verde e a Guiné deveram o seu progresso às nossas feitorias

As ilhas do arquipélago de Cabo Verde estavam desertas por ocasião do seu descobrimento, e, para povoa-las de Santiago e do Fogo, foi necessário que o infante D. Fernando, a par dos colonos portugueses, como, em 1503, em companhia de António de Noli, Deniz Eanes e Aires Tinoco, primeiros donatários, os quais, valendo-se dum exclusivo que lhes fora conferido, resgataram na Guiné grande número de escravos para o arroteamento das terras.

O rei D. João III nomeou diversos capitães-mores para governar as ilhas, sendo o primeiro de que há notícia Martim Afonso, descendente do donatário Rodrigo Afonso, a quem foram conferidos poderes, em 1530, para distribuir as terras ainda não vinculadas, em sesmarias, aos povoadores. Em 1532, esta capitania foi elevada a bispado, por bula do Papa Clemente VII, e, como consequência do desenvolvimento da colonização, em 1600, alargaram-se as atribuições dos capitães-mores, que passaram a ser governadores, sendo no ano de 1604 que se deslocou da Metrópole para Cabo Verde a primeira missão de jesuítas.

Só em 1879, foi decretada a desanexação do distrito da Guiné da província de Cabo Verde, passando o território desta possessão a formar uma província independente.

Com um núcleo importante de gente europeia ou mestiça, Cabo Verde, apesar dos caprichos da Natureza, que várias vezes provocou a fome, tem uma posição privilegiada, como testa de muitas carreiras de navegação aérea e marítima. Em todas as ilhas do arquipélago há progressos evidentes, por o que muito tem contribuído a acção do sr. major Amadeu de Figueiredo, governador da colónia.

— A Guiné, desde que foi descoberta ficou ligada, comercialmente ao arquipélago de Cabo Verde, ao qual passou a fornecer braços para a agricultura, concentrando os mercados de S. Tomé as suas feitorias entre o Casamansa e o rio Grande, sendo Cachué o primeiro desses estabelecimentos.

No fim do século XVI, foi nomeado para Cachué o primeiro capitão-mor António de Barros Beserra, que cuidou de fortificar a povoação, rodeando-a de estacada de paus de sibre. Em 1640, Gonçalo de Gamboa, também capitão-mor, fez em Cachué muitos melhoramentos e fundou a povoação de Farm. Desde 1660, a Companhia de Cachué e Cabo Verde, começou a manifestar preferência pelo porto de Bissau, onde, em 1696,

por mandado de D. Pedro II, se estabeleceu uma feitoria fortificada. Nesse mesmo ano, foi para ali o bispo Frei Vitorino do Porto, que mandou construir a igreja da Condielária e o hospício dos Capuchos, convertendo a fé cristã o rei Bacompo-Gó e seu filho e muito povo. A ilha de Bolama, que pertencia ao rei de Guinalá, foi oferecida à coroa portuguesa para nela se estabelecerem os nossos e defenderem as terras das incursões dos b'jagos.

Diversas vezes ali sofreram verdadeiros massacres as nossas guarnições, que sempre os castigaram com brilhantes operações militares.

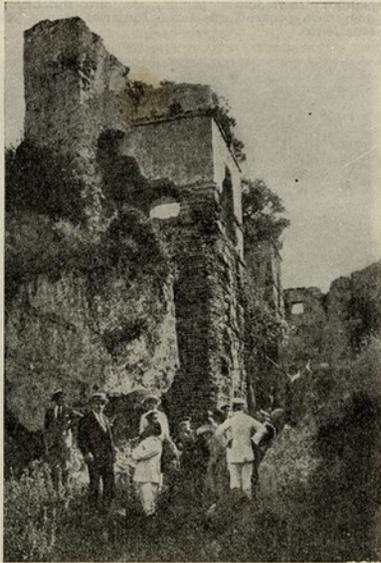
Actualmente, a Guiné, tem prosperidade, e com justiça, pode atribuir-se esta excelente situação à intelligente obra colonizadora realizada pelo actual governador, sr. tenente-coronel Luiz de Carvalho Viegas.

S. Tomé e Príncipe, apesar de inúmeros reveses, soube sempre libertar-se de enormes dificuldades para acentuar um progressivo desenvolvimento

A ilha de S. Tomé, logo após a descoberta, foi constituída em capitania e doada a João de Paiva, fidalgo da casa de D. João II, por carta de 24 de Setembro de 1483, mas só em 1493 começou a ser povoada, por Alvaro de Caminha, a quem fora transferida aqua doação. Os primeiros colonos que ali desembarcaram estabeleceram-se em Água-Ambó, junto a Ponte Figo, e dali se transportaram para o local onde actualmente está edificada a cidade.

No ano de 1500, passou a capitania da Ilha a Fernando de Melo, também fidalgo da casa real. Em 1504, já ali havia uma freguesia, sob a evocação de Nossa Senhora da Graça, e alguns missionários eremitas de Santo Agostinho, ou cônegos de Santo Eloi. Pelos anos de 1510 e 1512, ardeu a cidade, repetindo-se este sinistro em 1583 e ficando, desta terceira vez, as casas inteiramente destruídas. Nesse tempo, já a ilha estava arroteada em grande parte e com muitos engenhos de açúcar, gados, etc.

Por alvará de 16 de Janeiro de 1606, foram concedidos aos habitantes de S. Tomé os mesmos privilégios dos cidadãos de Évora, tendo esta concessão o fim de



RESTOS DAS MURALHAS PORTUGUESAS DE ALCÁÇER CEGUER

evitar a emigração para o Brasil, mas poucos resultados proveitosos obteve.



rei D. José I, por alvará de 15 de Novembro de 1735, fez transferir a sede do governo para a ilha do Príncipe, cuja salubridade se exagerava, voltando para S. Tomé, em 1852.

A decadência das ilhas de S. Tomé e Príncipe acentuou-se no decurso dos séculos XVII e XVIII, porque os seus grandes proprietários haviam partido para o Brasil, com os seus capitais, caldeiras e alambiques, abandonando as terras e as casas dos engenhos.

O comércio no vizinho reino de Gabão estava, por essa época, no seu máximo florescimento e, para o proteger, tinham os portugueses: uma feitoria fortificada na ilha do Corisco, a qual depois, foi passada para o Cabo de Lopo Gonçalves. Também no alvorecer do século XIX, se abriu de novo para nós o do Rio Leal ou Calabar, que, havia longos anos, estava vedado.

Foi nos anos de 1853 e 1854 que se restabeleceu, com extrema lentidão, o desenvolvimento da cultura do café em S. Tomé, pois até essa época colhia-se apenas aquele que as terras produziam espontaneamente e sem amanho e que os indígenas apanhavam, para vender a uns três comerciantes que lá havia e que o exportavam.

Em 1861, foram para ali, de Angola, alguns libertos, que desbravaram importantes roças, formando-se então uma sociedade agrícola, composta de três indivíduos, a qual, no espaço de sete anos, abriu e cultivou a importante propriedade denominada Monte-Café.

Souza e Almeida, depois barão de Agua-Izé, precocizava em 1877, a introdução da cultura do cacau naquelas ilhas, por ser a mais fácil e a mais adaptável, hesitando-se, porém, durante alguns anos, na adopção desta em substituição da do café. Surgiu, então, um grupo de homens empreendedores, que tinha à frente

José Constantino, mais tarde marquês de Vale Flor, os quais se lançaram, resolutamente, na cultura do cacau, com uma previsão e um arrojado que em breve colheram justo prêmio, de notáveis resultados para a economia das ilhas e da nação.

Uma ocupação pacífica das Ilhas Angolares, feita simultaneamente, abriu novas áreas de cultura aos agricultores de S. Tomé e Príncipe, num progressivo desenvolvimento que ainda hoje é motivo de sobra para todos os portugueses se orgulharem.

A partir de 1810 e ainda mais depois da separação do ano de 1500, quando o fidalgo António Carneiro, senhor do Vimieiro, obteve de D. Manuel I a doação da capitania deia e mandou arrotar a parte setentrional da ilha, dando incentivo às grandes plantações de cana da Madeira e à instalação de engenhos de açúcar.

No reinado de D. José I, em 28 de Outubro de 1753, foi esta ilha incorporada em Próprios Nacionais, e a 15 de Novembro do mesmo ano a sua povoação foi elevada à categoria de cidade de Santo António, sendo transferida para ela a sede da capitania das duas ilhas. A partir de 1810 e ainda mais depois da separação do Brasil, a ilha do Príncipe que, desde o século XVII, foi sempre o principal entreposto do comércio da Europa e da América, com os portos de Lopo Gonçalves, Rio dos Camarões, Gabão, Calabar, Pére Benim e Ajudá e ainda com a ilha de S. Tomé, caiu em decadência, que muito mais se acentuou por motivo de vários flagelos, até que, longos anos passados, em resultado do labor de alguns roceiros e firmas comerciais, e pela extinção da doença do sono, readquiriu, pouco a pouco, embora por outros processos, a situação privilegiada de que gozou no golfo da Guiné.

Angola, possessão fertilíssima, assegura, igualmente, o nosso prestígio de colonizadores

Diogo Cão, quando no reinado de D. João II, em 1482, descobriu o rio Zaire, colocou-lhe, na ponta da ilha de S. Paulo, o nome de Padrão-e, subindo o rio, estabeleceu relações com os habitantes do reino do Congo, que eram muito acessíveis e atenciosos, e trouxe para Portugal alguns deus, deixando já, como se fossem reféns, alguns dos nossos homens, que tinham a missão de se instruírem nos usos e costumes da região, e, ao mesmo tempo, criarem um bom ambiente de simpatia para a evangelização e co-ocionização de todo o vastíssimo território que com o Congo comunicava.

Voltou Diogo Cão, em 1480, ao Congo, cujo rei o acolheu com grandes manifestações de simpatia, permitindo que diversos jovens das melhores famílias guerreiras do reino fossem baptizados e convertidos à fé católica. Também, por um embaixador, mandou para D. João II um presente de marfim e de paños tecidos em palma.

Este embaixador, que veio a Portugal, trazia o encargo de solicitar de D. João II religiosos e oficiais artífices que instruissem o povo congolês, e foi em resultado desta diligência oficial — alás habilmente preparada pelos próprios portugueses — que, em Dezembro de 1490, partiu de Lisboa para o Congo a primeira missão católica. Organizada para o norte, chegou, na cidade principal — Ambasse, e mais tarde, S. Salvador — a catedral de Santa Cruz e uma fortaleza.

Foi Paulo Dias de Novais quem, em 1575, assumiu, pela primeira vez, o cargo de governador e capitão-mor do reino de Angola, com amplos poderes para repartir as terras conquistadas. Organizado para o norte, entrou a barra do Corimba e, com espendoroso aparato, desembarcou a sua gente, em devota procissão, na ilha de Luanda. Três anos depois, passou à terra firme, fundando a vila de S. Paulo, onde mandou construir uma igreja sob a invocação de S. Sebastião.

Quando, em 1589, preparava uma grande expedição ao Congo, para ir queimar a capital, onde se achava o rei de Angola, e aprisioná-lo, Paulo Dias de Novais morreu e só a 1 de Agosto de 1594 foi substituído, no seu cargo de governador por João Furtado de Mendonça, que levou para aquelas terras as primeiras doze mulheres brancas, convertidas da Casa Pia.

Foi o grande capitão Manuel Cerveira Pereira quem, tomando posse do governo no começo do ano de 1603, nesse mesmo ano desbaratou as hostes do temido Caffuxe, e de tal maneira que ele não mais pôde inquietar-nos. Em 1617, conquistou Benguela, que, por um tempo, fundando logo o forte e a povoação depois denominada S. Filipe de Benguela e, pouco depois, entrou pelo sertão, a combater os sobas do Dombe, sempre com brilhante êxito, até que os seus próprios se rebelaram contra ele e, preso e amarrado e coberto de injúrias, foi mandado para Luanda em um bel danesmatado e apodrecido.

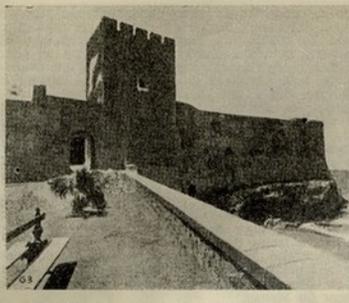
Foram-lhe mandados socorros da metrópole e ordens para tornar à sua conquista, que ele retomou imediatamente e com ardor, dilatando-a até ao sertão de Caconda e descobrindo várias minas de cobre. Faleceu coberto de glória.

Em 24 de Agosto de 1641, uma armada de vinte naus hoandesas tomou de surpresa, a cidade, as fortalezas e um riquíssimo despojo, acolhendo-se a população ao forte-presídio de Massangano, onde o inimigo, aliado à negra rainha Ginga, a foi atacar várias vezes, conseguindo mesmo desbaratar o arraial do governador Pedro Cesar, instalado nas margens do Bengo; numa dessas arremetidas, o próprio Pedro Cesar, com alguns dos seus melhores oficiais e 187 soldados, foram feitos prisioneiros.

Estas enormes dificuldades, conseguiram os nossos manter-se na defensiva dentro da fortaleza de Massangano, até que, em 12 de Agosto de 1648, surgiu em Luanda, Salvador Correia de Sá Benedites, que veio do Rio de Janeiro, encarregado por D. João IV da reconquista e governo de Angola, obra que realizou brilhantemente.



ARZILA — Porta da Terra, com o escudo das armas portuguesas



SAPIM — Aspecto da entrada do Castelo do Mar

temente, regressando, ao fim de três anos, ao Rio de Janeiro.

D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi para Angola, como governador, em 1764, fazendo, durante oito anos e meio, uma excelente obra civilizadora. No decurso do século XIX, de 1807 a 1810, o mais notável governo foi o de Antonio Saldanha da Gama, durante o qual se tentou descobrir o caminho para a costa oriental de África através do sertão dos Moluvas e Cazembe, de colaboração com Francisco José de Lacerda, governador dos Rios de Sena. No governo de José de Oliveira Barbosa, pretendeu-se canalizar para Luanda as águas do rio Quanza, empresa esta que também os holandeses haviam tentado quando estiveram senhores da cidade.

De então para cá, muitos acordos, tratados e convenções, se fizeram com outras nações, a fim de nos ser garantida a posse daquela importante província africana, que só ao nosso próprio esforço colonizador é devida, momento em que o progressivo desenvolvimento.

Henrique de Paiva Coqueiro foi, de 1907 a 1909, um dos grandes governadores de Angola, pois durante o seu governo, não houve recato daquela nossa possessão onde se não fizesse sentir a sua acção centralizadora e judiciosa, que ainda hoje serve de molde, em muitos casos, para a solução de diversos problemas. Com a proclamação da República, em 1910, continuou-se, sem cessar, a impulsionar o progresso de Angola, que tomou notável incremento, de 1921 a 1924, sob a superior orientação administrativa do general Norton de Matos, primeiro alto comissário daquela Província Ultramarina, seguindo-se-lhe o tenente-coronel Régio Chaves, depois o coronel Vicente Ferreira, que ali esteve de 1928 a 1929 e realizou, também, uma brilhante obra, secundado com o apoio do falecido ministro João Belo, e, por fim, Filomeno da Câmara, a quem coube o primeiro período de aplicação do Acto Colonial, promulgado em Julho de 1930.

A costa oriental da África deve o seu engrandecimento aos portugueses

Foi em 1505 que se iniciou a colonização portuguesa no território da África Oriental, que tem o nome de Moçambique e que começou por se a modesta capitania de Sofala.

O primeiro capitão da colónia, Pedro de Anaiá, entrou, em Setembro daquele ano, no rio Sotola e ali ergueu uma fortaleza, enquanto D. Francisco de Almeida, que fazia parte da sua armada, fundava feitorias em Moçambique, Quilva e Melinde.

Por morte de Pero de Anaiá, em 1506, sucedeu na capitania o feitor Manuel Fernandes, que, ajudado por Pero Quaresma, ido da Metrópole numa caravela, continuou dedicadamente a fortificação de Sofala, até que foi nomeado capitão de Sofala e Moçambique Vasco Gomes de Albuquerque, a quem fora cometida a incumbência de construir uma fortaleza na ilha de Moçambique, cujo porto se considerou como sendo o mais apropriado para escala segura das naus da Índia.

A colónia foi vivendo com varia fortuna, durante alguns anos, até que os vastos territórios que constituíam então o Estado da Índia foram divididos em três governos distintos, um dos quais abrangeu as comarcas desde o Cabo Guardafui até Ceilão, outro desde o Pegu à China, e o terceiro a costa africana, desde o Cabo das Correntes até ao Guardafui. Para este último distrito foi, como governador e com o título de conquistador das minas de Momotapa, o capitão-general Francisco Barreto, que já tinha governado a Índia e era general das galés do reino e partira de Lisboa, em fins de Abril de 1569, com três natus e mil homens de armas, na maioria fidalgos e todos alistados voluntariamente, pois se tratava da conquista de minas de ouro.

Este capitão-general sofreu, com as suas forças, uma tremenda derrota na terra firme fronteira a Moçambique, quando pretendia castigar o régulo Morimuno, que se havia sublevado.

Francisco Barreto pouco tempo teve de vida, sucedendo-lhe Vasco Fernandes Homem, que, através-ando os domínios do Quíteve, a cujo zimbaoé lançou fogo, se encaminhou para Chiconga, onde o régulo o acolheu esplendidamente, pondo a sua disposição as minas das terras em que exercia soberania.

Os piratas holandeses apareceram nos mares da África Oriental, no princípio do século XVII, e de tal forma se tornaram osados que, nos anos de 1607 e 1608, puseram cerco à fortaleza de Moçambique, defendendo-se os portugueses com grande valentia, apesar de não estarem concluídas as obras de fortificação da ilha.

Em 1609, chegou a Moçambique o primeiro governador de toda a costa oriental da África, com o título de general da conquista das minas, mas sujeito ainda as ordens do vice-rei da Índia.

Suspendeu-se, em 1623, a pesquisa das minas, mas manteve-se a determinação de penetrar, quanto fosse possível, no comércio da África.

No ano de 1774, os cafres invadiram o território de Bendire, no reino de Quíteve, e roubaram e incendiaram as casas dos portugueses ali residentes, só em 1831, Francisco Miguel Rodrigues, governador de Sofala, recuperou esse território e a sua antiga feitoria.

Os vátuas, em 23 de Outubro de 1833, cercaram a fortaleza de Lourenço Maroues, que os nossos tiveram de evacuar na noite de 27 para 28 do mesmo mês. O governador e os habitantes brancos de Inhambane, excepto dez, que conseguiram escapar, foram massacrados pelos cafres em 3 de Novembro de 1834. Em 1836, os vátuas atacaram a vila de Sofala, saqueando-a e incendiando-a. Novo movimento de revolta se deu em Moçambique, na noite de 27 de Dezembro de 1838, mas foi jugulado prontamente, sendo os chefes fusilados.

Foi em 1895 que Mousinho de Albuquerque, numa gloriosa expedição, que ficou gravada em letras de ouro na nossa história colonial, derrotou o poder dos vátuas, que, por tanto tempo, ameaçaram a independência de Moçambique, fazendo prisioneiro o seu temível régulo, o celebre Gungunhana.

Por meados de 1901, organizou-se na província uma expedição militar, a fim de bater o régulo Cambumba e pacificar os territórios da margem Sul do rio Zambeze, sendo estas operações coroadas do melhor êxito.

E, finalmente, em 1902, foi mandada ao Barué outra expedição, comandada por João de Azevedo Coutinho, a qual conseguiu bater os rebeldes e fazer a conquista efectiva da mesma região, até então sempre insummissa as autoridades portuguesas.

António Enes, o homem que dirigiu a campanha da pacificação e ocupação de Moçambique, foi também um notável administrador. Outros lhe continuaram a obra, e Moçambique é hoje a mais progressiva das nossas colónias, com cidades que parecem grandes centros europeus, belas linhas férreas, magníficos portos como os de Lourenço Marques, e da Beira, numerosas estradas que são superiores ás de muitos países da Europa e excelentes explorações do solo, segundo os mais modernos processos de cultura.

A colonização portuguesa na Índia

Quando os portugueses chegaram à Índia, em 20 de Maio de 1498, encontraram os seus infindáveis e riquíssimos territórios divididos numa innumerável multidão de reinos, independentes uns dos outros, e de republicas aristocráticas, professando os seus povos duas doutrinas religiosas: o brahmanismo, que considerava o género humano dentro de diversas castas, consoante a sua condição social — os brámanes, a casta puríssima; os naires, a segunda classe; os vaístas, que eram os lavradores, os industriais e os comerciantes; os sudras, da qual saíam, em geral, os criados de servir.



D. JOÃO III

(Gravura do século XVIII)

e ainda muitas outras, consideradas como impuras e vis, no final das quais se contavam os párias, tão desgraçadamente desprezados e envelhecidos, que, se um brámane, com a sua comitiva, encontrava algum natus estrado, logo lhe mandava a — casa, para que fosse mor-o sem piedade, porque — dizia-se — bastava respirar-se o mesmo ar que eles respiravam para se ficar manchado.

A outra religião era o budismo, que era, para o brahmanismo o mesmo que o cristianismo para o judaísmo.

Vasco da Gama, o glorioso navegador que nos levou

até à Índia, não conseguiu prolongar por muito tempo a sua estadia em Calicut, porque foram-lhe numerosas as perdas de que o Samedoi-Rajah o cercou, dificultando-lhe tudo quanto elle pretendia fazer, que forçoso lhe foi ao fim de três meses regressar ao reino, trazendo consigo seis mercadores que aprisionara quando estes, após diversas tentativas traicelaras, foram à bordo fazer troca de mercadorias.



COLHEU D. Manuel o Gama com grande alvoroço e, em 1500, despachou uma armada de treze velas, com destino à Índia, nomeando Pedro Álvares Cabral para a capitania.

Este, porém, antes de arribar ao seu destino, afastou-se da rota, por efeito de um medonho temporal, que o envolveu em Cabo Verde, e descobriu o Brasil, a que deu o nome de terra de Santa Cruz. Não deixou, porém, de ir à Índia, mas apenas com seis navios, e viu-se rodeado das mesmas hipocrisias, traçaças e delongas que sofrera o Gama, acrescidas do assassinio do feitor de Calicut, Aires Corrêa e dos demais portugueses que com ele estavam em terra, aos quais vingou corajosamente. Seguiu depois para Cochim, cujo rei o recebeu muito amistosamente. Após receber a bordo embaixadores dos reis de Cananor e de Coullão fez um carregamento de quatro mil quintais de especiarias e tomou rumo a Portugal, onde chegou já depois de João da Nova, com quatro naus, haver saído do Tejo para Cananor, onde estabeleceu uma feitoria, como Álvares Cabral tinha feito em Cochim.

Em 1502, voltou Vasco da Gama à Índia, levando uma poderosa armada, à qual se seguiu outra, em 1503, em que ia o grande Afonso de Albuquerque, que, ao chegar, logo fundou uma feitoria em Coullão, a terceira que ali tivemos.

Foi primeiro vice-rei da Índia, D. Fernando de Almeida, que partiu de Lisboa em Março de 1505, levando uma frota de vinte e duas velas.

Em 1506, partiu para a Índia, a armada do capitão-mor Tristão da Cunha, a qual, com a cooperação de Afonso de Albuquerque, então capitão-mor da armada de guarda-costa do Cabo Guardafui, tomou a ilha de Socotrá, enquanto D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei, descobria e reconhecia as ilhas Maldivas e de Ceilão.

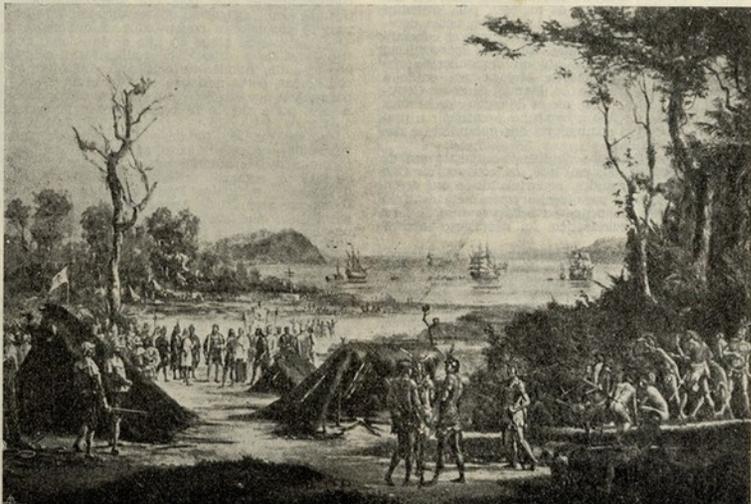
Em 1507 foram da metrópole para a Índia três armadas, na mesma época em que Afonso de Albuquerque explorava a costa e o mar da Arábia até ao golfo Pérsico, e conquistava Ormuz, a perola do Oriente.

Nomeado governador da Índia, Albuquerque foi encontrado com o vice-rei a Cananor, a fim de tomar conta do governo, mas D. Francisco de Almeida recusou-se a entregá-lo e mandou-o prender e encerrar na fortaleza de Cananor.

No mês de Março de 1509 partiu do Tejo uma armada de quinze naus, comandada por D. Fernando Coutinho marechal do reino, que levava instruções para empessar D. Afonso de Albuquerque no governo da Índia. Chegada a Cananor, levou consigo para Cochim o glorioso fundador do império português no Oriente, a quem D. Francisco de Almeida imediatamente transmitiu os seus poderes; embarcando em seguida para Portugal, onde não chegou, porque foi morto pelos caíres na aguada de Saldanha próximo do Cabo da Boa Esperança.

Após um ataque a Calicut, cidade que ficou reduzida a cinzas, no qual perdeu a vida o próprio D. Francisco Coutinho, Albuquerque regressou a Cochim, a fim de se preparar para nova expedição guerrreira, a qual tinha por fim a conquista de Goa, que, rapidamente caiu em nosso poder, tornando-se, mais tarde, a sede definitiva do império português no Oriente.

A 2 de Maio de 1511, o governador partiu, com uma forte armada, a conquista de Malaca, cuja administração regular, a contento dos povos das diversas raças que a habitavam. E, tendo recebido embaixadas dos reis de Java e de Sião, despachou enviados seus ao monarca de Pegu, mandou reconhecer as ilhas Molucas e Banda e voltou à Índia no princípio de 1512 dirigindo-se para Goa. A 21 de Fevereiro de 1515, Albuquerque, com 27 velas, largou de Goa e, passando por Mascote e Curiale, dirigiu-se para Ormuz, onde chegou a 28 de Março, assenhoreando-se da fortaleza já comecada e concluindo diversas obras de defesa. Depois, gravemente doente, resolveu regressar a Goa, onde já se encontrava o seu sucessor no governo da Índia, Lopo Soares de Albergaria, não chegando a desembarcar o faleceu a bordo



FUNDAÇÃO DA VILA DE S. VICENTE, NO BRASIL, EM 1532, POR MARTIM AFONSO DE SOUSA

(Quadro de B. Calisto)



BAPTISMO DO REI D. JOÃO, DO CONGO, EM 181

(Gravura do século XVI, da «Vera Descriptio», de Pigafetta)

da nau que o trouxera de Ormuz, quando se propunha voltar a Lisboa e embarcava a barra de Goa, na madrugada de 16 de Dezembro desse ano de 1515.

Lopo Soares visitou e abasteceu as fortalezas da costa de Malabar, despachou uma frota para Ormuz, outra para descobrir a China e ainda outra que, sob o seu comando, foi procurar no Mar Vermelho a esquadra do sultão do Cairo, que se dizia estar em Suez. Depois de ter visitado a ilha do Camarão, tomar Zolla e diligenciar tomar o porto de Berbosa, na costa fronteira, uma violenta tempestade separou os navios da esquadra, a maior parte dos quais naufragou, perdendo-se muita gente. Lopo Soares foi dar a Ormuz, com uma nau, e em Setembro de 1518 partiu para Ceilão, onde construiu uma fortaleza, depois do soberano da ilha se ter feito tributário do rei de Portugal.

Sucedeu-lhe Diogo Lopes de Sequeira, que organizou diversas expedições, indo uma cruzar na costa da Arábia e outra para a China; encarregou António Correia de assentar pazes com o rei de Pegu e fez, também, um tratado de paz com o Prestes João, adquirindo, ainda, a posse das terras firmes fronteiras à ilha de Goa, que, poucos anos depois, voltamos a perder. Martin Afonso de Melo Coutinho tentou, em 1522, com uma expedição que comandava, levantar uma fortaleza na China, mas viu baldados os seus esforços. Vasco da Gama, voltou à Índia, pela terceira vez, com o título de vice-rei, em 1524, falecendo três meses depois de ali chegar.

Foi no governo do honrado D. João de Castro que houve o segundo cerco de Diu, sendo capitão da fortaleza o interregno D. João de Mascarenhas. Quando D. Luiz de Ataide foi governador, levantaram-se contra nós, coligados, todos os reis do Indostão aos quais resistimos, praticando actos de heroidade dos mais brilhantes.

Quando D. Jerónimo de Azevedo, em 1612, foi nomeado vice-rei, apareceram os ingleses, pela primeira vez, em Surrate. Manifestava-se já então a nossa decadência e os recontra entre navios portugueses e holandeses repetiam-se todos os dias. Em 1631, appareceu em Coudão uma nova bandeira, até ali desconhecida, naquelles mares, a da Dinamarca. Malaca teve então a sorte de Ormuz e o seu capitão, Manuel de Sousa Coutinho, ao fim de vinte e cinco mezes de cerco e de heroica resistência, viu-se forçado a capturar e entregar a praça, em 1641, ás forças combinadas dos holandeses e dos subditos do rei da Índia.

As desordens inte-tinas do Estado aumentavam de dia para dia, chegando, em 1660, os conegos de Goa a armar-se em dois bandos, aquartelando-se em diversos pontos da cidade, para decidir, por meio de tiros de arcaabuz, quem iria ocupar a sede vacante, e, para acabar este molim eclesiástico, foi necessário intervir a força pública.

Em 1782, fez-se, em Goa, pela primeira vez, a exposição do corpo de S. Francisco Xavier, que, em 1748, havia sido reconhecido como protector da Índia.

Depois, quantas e quaõ terribes dissensões se deram, por largo tempo, como reflexo das lutas politicas da Metropoli. Os governadores e vice-reis succediam-se, sem que fosse possível acabar de vez com essas perturbações, que duraram desde 1801 até 1871, sempre deias resultando a perda dalguma parte daquelle imenso e riquissimo território, sobre o qual a cubia das demais nacões europeias teve sempre as suas fauces abertas.

No entanto, as terras onde flutua a bandeira portugueza acompanharam, na agricultura, no commercio, na industria, nas letras, nas artes e nas ciencias o movimento mundial. E mesmo nas outras que foram nossas há influencias portuguezas que nunca mais se apagarão, para gloria de Portugal.

Os portuguezes na China

Lopo Soares de Albergaria, quando governou a India mandou aos mares da China, em 1517, como atras

dizemos, uma armada comandada por Fernão Peres de Andrade, e conduzindo como embaixador ao príncipe do Ceão, Tomé Pires, que, no senão noore, pôs era apenas boticário, possuía bastante nauhaçãe e timura para levar a bom fim uma negociação difficil.

Este embaixador foi bem acolhido em Cantão, e dali seguiu para Pequim, capital do imperio, onde chegou a 11 de Janeiro de 1521, sem que lhe consentissem que de lá saísse até que morresse.

Acabava, os portuguezes fundaram um estabelecimento forte e serio ao Norte da China, em Ning-Po, ou Liam-Po, povoação que, poucos anos depois, entre os seus tres mil habitantes, contava mil e duzentos portuguezes. Numa so noite, porém, em 1542, Liam-Po foi arrasada e os seus habitantes massacrados, por um exercito de trinta mil chins que o atacou de subito.

Por intervenção do governador da India, o vice-rei de Cantão concedeu aos portuguezes um local numa pequena península, ainda deshabitada e inhospita, que tinha um bom porto e estava a bom alcance para near as mercadorias a Cantão. Chamava-se essa península Amangao, nome de que nos fizemos Macau. A concessão era, porém, condicionada a que os portuguezes conseguissem a derrota do poderoso pirata Chan-si-lao, chefe dos pavilhões vermelhos, que inestava ás costas da provincia de Cantão e se denominava rei das ilhas de Kuang-Tong. Acolla esta condição, partiu de Goa uma frota comandada por Francisco Martins, composta de duas naus e dois juncos, e nela embarcou Luiz de Camões, com o cargo de provedor dos defuntos e auentes, mas, reservadamente, com as atribuições de capitão-mor. Esta frota bateu os pavilhões vermelhos na Boca do Tigre e acabou de os destruir no porto interior de Amangao, onde se tinham refugiado, e, depois desta victoria, foi, a 14 de Agosto de 1562, permitido aos portuguezes estabelecerem-se em Macau, onde se fixaram de vez. O imperador confirmou a concessão e ali ficaram instalados para sempre.

Os portuguezes viviam em Macau como em cidade completamente sua, pois era governada pelos capitães das armadas que ali aportavam. Em 1570, os escravos dos portuguezes, constituídos em quadrilha, deram-lhe a assaltar as casas da ilha de Ian-Sang, onde praticavam toda a especie de roubos. Isso deu lugar a que os chins mandassem construir a muralha de Istmo com a sua porta, em que estabeleceram uma guarda, para evitar que os escravos pasassem alem desse limite. A essa porta deram os portuguezes o nome de Porta do Cerco.

No ano de 1583, fundou-se o Senado, ou câmara de vereadores eleitos pelo povo, que avocou a si a governação municipal e administrativa, e, em 28 de Novembro de 1615, foi nomeado «governador de guerra da cidade de Macau», o fidalgão Francisco Lopes Garra-co, que tomou posse em 31 de Agosto de 1616, sendo o primeiro governador que teve aquella nossa possessão, mas apenas com ingerencia em as asuntos militares.

★

Em 1688, mercê da fraqueza do Senado, estabelecer-se no nosso commo uma aliança chinesa e passou a ser-nos exigido o tributo anual de mil taéis, que depois baixou para secentos; e, por fim, para quinhentos. Tambem por essa occasião se consentiu na entrada em Macau dum governador de mandarim de Ian-Sang, encarregado de governar e administrar justiça aos chins que habitam em Macau, não tendo este delegação qualquer dependencia das autoridades portuguezas. Passaram a fechar-se, ao por do Sol, as portas das muralhas da circunvalação da cidade e muitos e graves outros vexames soffreu Macau até 1649.

Quando, em 1842, a Inglaterra, depois da guerra com a China, se apossou de Hong-Kong, o governo portuguez resolveu fazer de Macau porto franco e torna-la independente do governo da India, ao qual, até ali, estivera submetido. Assim que Macau foi transformado em provincia, anexando-se-lhe Solor e Timor, foi para lá nomeado, em 1846, governador o heróico e esclarecido official da Armada, Ferreira do Amaral,

sendo da sua notável acção que resultou a regeneração e a autonomia de Macau. Ferreira do Amaral expulsou os mandarinns, despeçou os funcionários das alianças chinesas, encerrando estas, abriu as portas da cidade, construiu estradas no camp.s que estavam vençados, assenoreou-se da ilha da Taipa, lançou tributos para fazer face ás despesas de administração, organizou os serviços e assegurou o nosso domínio com rara energia, grande talento e excepcional dedicação. Põe dizer-se atoutamente que a vida de este termino ainda a provincia de Macau, que elle resgatou com a própria vida, pois foi traiçoeiramente assassinado em 22 de Agosto de 1849, quando em visita de Macau appareceram numerosas forças chinesas, com o objectivo de cercarem a cidade, da qual pretendiam apoderar-se.

Vicente Niclâo de Mesquita, valente official do Exercito, à frente dum punhado de bravos, praticou o temerario feito de se apossar do forte chinês de Passaleão, nas proximidades da cidade, tão imprevistamente que os chins abandonaram o cerco e desistiram de se apossar de Macau.

De 1856 a 1874, Macau teve uma aura de prosperidade e engrandecimento, quando ali se estabeleceu a corrente de emigração para a América e para a Australia.

Em 1 de Dezembro de 1887, celebrou-se com a China um tratado de commercio, pelo qual a nossa potencia se comprometeu a reconhecer a Portugal a posse perpetua de Macau, como qualquer outra das nossas colonias.

A guerra actual entre a China e o Japão trouxe a nossa colonia de Macau uma situação difficil, pela grande affluencia de refugiados, a maior parte d'elles sem recursos. A-pesar d'isso, a todo se tem garantido a hospitalidade mais benevolã; e, terminada a luta, Macau retomará a posição que tinha, florescente, no conjunto do Imperio Colonial Portuguez.

A colonização em Timor

Por volta de 1512, os portuguezes começaram a encetar relações com Solor, até que ali desembarcaram missionarios, que, com rápidos progressos, foram convertendo aquelles povos.

Aquellas ilhas de Malásia estiveram até 1701 — quasi dois seculos — governadas apenas pelos religicos, que se estabelecerao primeiro em Solor pequeno, cujo rei catequizaram, constituindo lá uma igreja. Depois, passaram a Laranueta, catequizando igualmente o rei e constituindo outra igreja e uma fortaleza, ou traqueira, que, mais tarde, foi guarnecida com artilharia, dada pelo governador de Malaca.

Sem meios pecunarios, sem guarnição militar, sem navios de guerra e quasi sem armamentos, como estavam solidamente fixados em Laranueta, aquelles religiosos tiveram-se a conquistar todas as ilhas do grupo de Solor e passaram a ilha de Timor, sendo rei Antonio Taveiro quem abriu o caminho aos companheiros de rei Antonio da Cruz, fundadores do nosso dominio no arquipelago de Timor.

No ano de 1599, tinham já em Laranueta, um collegio de meninos, no qual se ensinava a ler, escrever e contar e tambem latin, e haviam construido dezotto igrejas.

Estabeleceram os religicos, entre aquelles povos gentilicos, ao mesmo tempo que a fé cristã, a dominação portugueza nas ilhas de Solor e Timor. No seu arvor religioso e patriótico, os missionarios, assim que catequizavam um rei, tornavam-no vassallo de Portugal ligando-o, por uma forma primitiva de tratado, pelo qual se obrigava a pagar determinada quantia a autoridade do nosso País e a socorrê-la com um certo numero de homens em caso de guerra.

A tomada de Cupang pelos holandeses, em meados do seculo XVII, deu origem a grandes rivalidades entre a autoridade temporal e a autoridade eclesiastica e o seculo XVIII foi, em Timor, de repetidas desordens, sendo diversas vezes o governador deposto e mandado preso para Goa. Só em 1851 o governo portuguez e holandes chegaram a accordo sobre os limites das suas possessões, e em 20 de Abril de 1859, assinou-se um tratado de demarcação e troca dalgumas possessões portuguezas e neerlandesas, no arquipelago de Solor e Timor.

Para Portugal ficou reservada, na ilha de Timor, a parte oriental, ou ragião dos Belcs, contendo apenas um pequeno encravamento holandês, Naucatar, e mais os territórios de Ceusi e Ambeno, na costa Norte da ilha neerlandesa. Em consequência dum convenio celebrado em 10 de Julho de 1893, ratificado por sentença do Tribunal Permanente de Arbitragem na Haia, em 25 de Junho de 1914, fez-se uma rectificação de fronteiras, pela qual desapareceram os encravamentos que até então existiam.

A acção colonizadora dos portuguezes no Brasil — o mais rico florão da coroa portugueza — já foi referida no primeiro volume desta obra.

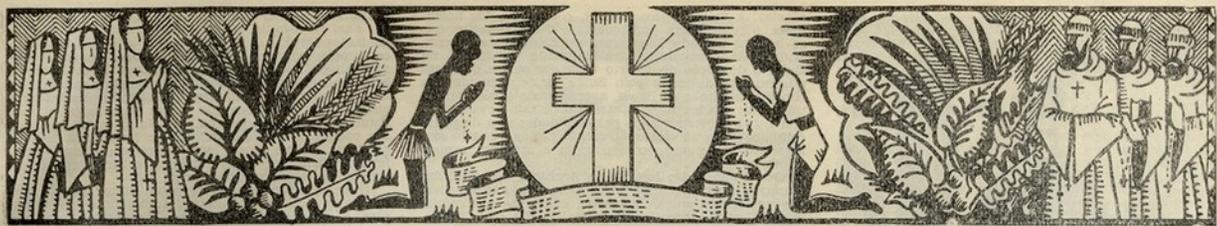
SALVADOR SABOYA

L'action missionnaire et colonisatrice des portugais dans toutes les terres decouvertes ou conquises a toujours été poursuivie parallelement à l'action guerriere d'occupation ou de reconquête.

Dans cet article on décrit ce que les portugais ont fait dans le Monde qu'ils ont decouvert, par l'intermédiaire des «feitorias», des royaumes assujettis et de l'administration directe des territoires, en Afrique Occidentale et Orientale, en Asie et en Amérique.

The missionary and colonizing action of the Portuguese in all the lands they discovered or conquered was always carried out as strenuously as was their warlike action of conquest or retrieval.

This article describes what the Portuguese achieved by means of administrators, vassalships and direct management of territories in West and East Africa, Asia and America.



CINCO SÉCULOS DE ACÇÃO MISSIONÁRIA EXPRIMEM EM CINCO CONTINENTES A CIVILIZADORA DOS PORTUGUESES



RETENÇÃO estulta seria, nesta edição especial de «O Século», destinada ao uso de um público tão amplo quanto varado, pretender dar uma visão sequer, preterita e actual, do labor missionário. De resto, a história está feita. Ela vem desde a remotíssima criação do bispado de Ceuta, até à última reforma do Padroado Português do Oriente. Começaram, oito séculos antes, quasi todos os dias, os missionários, ao resgatar-nos, a moirama de Lisboa.

Sintra e Santarém—casta magnifica de hortelões, mágicos transmutadores de barro, gréda e água quasi diluvianas, em terras de sádua verdura. Sintetizámos, por agora, o vasto Mundo missionário da alma portuguesa, nesta sua Exposição Mundial.

Vamos a Belém. Voltamos. Uma vez mais, regressamos. Será possível? Portugal é tão grande? Pois é! E não queremos acreditar, e voltamos, e recordamos o padre Barroso, e frei José dos Corações, e os missionários de hoje, homens já, mas que o ocasional escritor destas regras conheceu, a quasi todos eles, em Tuy, no Colégio de Santo António, plenos de preparação teológica sádios de saúde física.

Agora, a Casa de Santo António recebe todos. Sem distincção de nacionalidades, sem distincção de formação congreganista—igual para todos, a Casa de Santo António lisboense, abre os crivos rosados, os manjericos perfumados e simples. Acotovelámos na Exposição, centenas talvez milhares de estrangeiros procedentes das nações abaladas pelo ruídoso emervamento das paixões, conhecemos alguns prodigiosamente ricos, ou célebres, pelo saber nesta ou naquela criação meramente mundanas, que encolavam, entristecidos, ao sentimento a sua intensa pobreza:

—Que pena não ser português!

E com os ricos vieram os pobres. Gentes que têm deixado decorrer os anos por dezenas nas terras aduadas da nossa Africa. Velhos companheiros de Moutinho, nas lutas inacreditáveis de Mocambique, nessas lutas travadas na proporção de um para dez mil. Outros, do Norte ou do Sul de Angola, que foram soldados com Rocaedas e ficaram terras adentro nos bons e saos planaltos, beijados por um Sol doce e abençoado agora pelo netos que vêm néles os criadores modestos da terra que pisam. Sim, porque a terra faz-se—e muito principalmente em Africa. Todos sabem o que devem a missão da Huila, em especial, no Sul de Angola. Conselhos indicações salutaras, auxiliares negros arrancados à braveza do mato e duplicados pelo exemplo dos missionários. Não menos gratos se mostram os de Mocambique. A Beira, que já é um porto de luxo, uma cidade moderna, orgulho da actual companhia concessionária, era ao principio, um pantano. Enterrava-se uma trave, e apodrecia. Combinavam-se tejos refractários à humidade e diluam-se, traçoicamente, no decorrer de semanas. Mas os missionários não hesitavam. Novas madeiras, nada de ferro de duro corte e segura resistência; novas combinações para asfaltar o pluvioso solo, convertendo o barro erigido de capim em terra firme ou parque frondoso; cais, molhes firmes e que seguramente escocassem as águas. Entretanto, o mesmo espectáculo oferecia Lourenço Marques, reduzida, há escassos quarenta annos, a uns barracões somente. Mas os missionários afluíam, de todas as ordens, perseverantes, nessa estranha constância de homens que estão certos, em absoluto, de que o seu premio não está na terra. De que a vida não é um sóco Deve e Haver. De que a mais ampla familia ainda é a que Cristo consagrou com o seu santo sudário, ao baixar ao Sagrado Sepulchro.

Morreram muitos, só neste período neo-missionário. Mas as doenças que taravam os negros desapareceram das margens do Sena até ás do Zambeze. E dali até ao Niassa. E cá em baixo, até a ridente Lourenço Marques. Os filhos de Deus reproduziram-se em dezenas de milhares de boas-ventades armazenadas em férreos peitos. Todos eles sabem os conhecimentos rudimentares, que tornam possível uma escrita correcta. Aprenderam porém, toda a variedade de officios e mesteres que fazem dos seus negros braços, bronzes antigos, informáveis, replantadores das artes e officios compatíveis com o clima, as faltas e as necessidades locais.

Desses todos, os mais humildes, ninguém se aproxima—porque os respeitam. Descotadas episódicas batalhas, mais bem inevitáveis acções de policiamento, a tradição missionária portuguesa explica tudo:—ausência de sangue; nada de violência; nunca, nunca destruir. Se a vida é de lenta reprodução, odio, paixão diabólica, chama-se ao rubro nos corações simples e como lepra contagiosa, é capaz de destruir num segundo apenas o esforço de séculos interiores.

Nenhum país, descontada a Espanha, irmã nossa no esforço missionário das Américas, pode estabelecer comparação sequer com o da raça lusitana através dos séculos da sua existência e através, também, de todos os continentes ou ilhas dispersas pelas águas. Mas esta

unidade nacional, excepcionalmente una, é consequência, também de que nenhuma nação foi tão nacionalmente internacionalista no seu esforço, e desinteressada. E voluntariamente empobrecida. Fômos e continuaremos sendo, sempre, marinheiros e camponeses. Portanto, leais de franco olhar e sobranceira hospitalidade. Desde os primeiros annos, o afluír de padres de todas as ordens e nacionalidades, a Lisboa, a Goa, ao Rio de Janeiro—foi tão abundante e selecta, que pertence á História de todos os países. Impossível se torna mencionar nacionalidades. Porque todos deram ou receberam o seu auxilio neste esforço potente de fazer do Mundo aquilo que Camões já divinamente previra:

... e entre gente remota edificaram novo Reyno que tanto sublimaram...

O padroado português do Oriente

Recordemos, somente, porquanto a História está mais do que feita. A primeira conquista autenticamente oriental, descontada Goa, metropole, ainda hoje, do Cristianismo na Asia, foi Ormuz. A Pérsia, a quem aquele importantíssimo porto servia de respiradouro económico nunca foi portuguesa, mas recebeu as nossas missões durante séculos.

Ainda que concebidas por S. Francisco Xavier, o santo espanhol que, hoje ainda, repousa em Goa, as missões foram continuadas, incessantemente, nessa parte do nosso dilatado império espiritual, pelo padre Gaspar Barzo. Deixou-nos este, além do exemplo da sua vida missionária e do seu zelo apostólico—comparável ao dos primeiros missionários, dominicanos ou franciscanos, idos com Vasco da Gama ou Pedro Alvares Cabral—excelente trabalho literário. Os verdadeiros apóstolos da Pérsia foram, no entanto, os agostinhos. Destacaremos frei Simão de Moraes, que tendo ido para negociar uma aliança com o rei dos persas contra os turcos, tanto agrado despertou que ficou na Corte e até lhe confiaram a educação do herdeiro da coroa. Fallecido este, seu irmão mais novo mais se prendeu, todavia, ao bom agostinho, e pediu-lhe o en-

vio de companheiros. De Goa enviaram mais três. Sesenta annos depois, conseguiram enviar os ráros sobreviventes, noticias ao regente D. Pedro, que lhes respondeu e aumentou a pensão.

No Extremo Oriente, prolongando-se até á Oceania, predominavam os dominicanos. Em 1599, havia já, somente em Timor e Solor, dezotto igrejas com grandes freguesias e povoações de cristãos já feitos. Partos trabalhos e despesas tiveram nos reinos agora designados de um modo geral, por Indo-China. Nas Indias, a Fé afirmára-se com raizes indestrutíveis. Só na costa do Malabar, Goa excedeu os 300.000 habitantes e, exterminados os turcos, Diu, Damão, Bombaim e Colombo, capital da ilha de Ceilão, foram outros tantos focos irradiadores da Fé em Cristo. Na China, Macau foi a cidade renovadora do decrepito império dos mandarins. Havia missionários de todas as ordens e nacionalidades, mas sempre sob a disciplina e ordens da coroa de Portugal:—portuguezes, italianos, espanhois; barbadinhos, carmelitas, jesuitas, dominicanos, franciscanos, etc., etc.

Ultimamente, o rei D. Sebastião obteve dos Beneditinos que modificassem a sua antiga regra, a fim-de poderem associar-se ás outras ordens mendicantes no Ultramar. E assim em 1610, na promessa beneditina, acrescentou-se:—t. promiss. transeundi maris.

A força extraordinária do Padroado Português do Oriente, que permitiu subsistir através de todas as nossas crises internas e externas, consistiu muito simplesmente nisto:—possuir as organizações religiosas missionárias mais notáveis que tinham surgido na Igreja Católica, acarinhava-as e fomentava-as todas, com uma condição subentendida:—desempenharem pelo Povo, em nome da Nação, o preceito que desde a ascensão de Cristo ficou a constituir a vocação dos povos cristãos:—Ide e Ensinai todas as gentes!

Portanto, a Santa Sé não dividiu regalias perante as descobertas e conquistas dos portuguezes. Pelo contrario, carregou-nos com maiores encargos. O Mundo, nesses tempos dividia-se em dois campos de batalha:—de um lado os cristãos, que tão affligidos se viram dos secretários de Mahomet, que várias vezes foram até ao Mediterrâneo, a fim-de cortar as fontes vitais das hostes infieis. Surge Vasco da Gama, um pouco antes Pero de Alenquer. O caminho das Indias fôra descoberto. O turco estava arruinado e não voltou a renascer. O Papa só tinha uma politica a fazer:—apoiar os principes cristãos que haviam realizado a descoberta e aguardar a acção do inimigo de sempre. E divide o Mundo:—encargos, responsabilidades, lutas—para os portuguezes; na América, no Novo Mundo recém-encontrado por Cristóvão Colombo, mas cujos habitantes estavam isentos da fereza árabe, a partilha foi, decididamente, a favor de Espanha. A união desta era recente e precária. Já grande faina seria a sua se convertesse para o cristianismo aquelles milhões de seres inoffensivos e, para mais, separados da Europa pelo amplo Atlântico. A orientação do Papa Alexandre VI, foi inteligente e altamente propicia aos interesses da Santa Sé ainda que resguardando o prestigio espiritual dos portuguezes nesses novos mundos. Paulo II confirmou-a.

Que era sobretudo o esforço evangelizador dos portuguezes o que Roma queria salvaguardar, prova-o o facto de, tal qual aos cruzados dos séculos XI e XII, libertadores da Terra Santa, os Pontífices sempre concederem aos soberanos de Portugal e Espanha a Bula da Santa Cruzada, com farta remissão de culpas, de penitências e ainda com outros privilegios espirituais, aos que fossem nas expedições e aos que ajudassem as despesas da equipação delas.

E de transmutação em transmutação, chegou a Bula da Santa Cruzada até aos nossos dias, convertida em rendimento diocesano dos seminários. Assim procura a Igreja fazer perdurar o seu agradecimento ao Portugal Missionário, e assim sempre nos tem salvaguardado o imenso Império espiritual do Padroado Português do Oriente.

O esforço missionário no Brasil

Basta com abrir qualquer mapa:—Terra de Santa Cruz designação official durante séculos, ou um mapa astronomico:—Cruzeiro do Sul. Novos astros, novas estrelas, civilizações jamais vistas, e logo os apellidos corações da forte gente pollicromada com genial e raiosa coragem pelo pincel de Nuno Gonçalves, nas suas tábuas se sobressaltava em piedoso esvoaçar:—Terras de Santa Cruz, Cruzeiro do Sul. Passado tempo, a primeira cidade: Baía de Todos os Santos. E ainda nesta original quanto variada unidade religiosa nos distinguimos através de todos os séculos, dos espanhois, nossos co-vizinhos e dos anglo-saxões ou franceses da América do Norte.

Uns e outros, pensando apenas na transitoria pátria terrena somente sentiam a humana vaidade de criar Guadalajaras, Córdobaes, Toledoos ou Novas York, Jersey, Cambridge, Paris, Orleans, etc., etc. O portu- guez, ontem e hoje—não. Pensa que há alguma de si próprio, uma vocação missionária que adivinha ainda antes de conhecer e somente procura recordar o que pode haver para além da mísera vida de cada dia, do



DOIS JESUÍTAS DA PRIMEIRA MISSÃO PORTUGUESA Á MONGÓLIA, DISCUTINDO, DIANTE DE ACBAR, COM OS TEÓLOGOS MUÇULMANOS

(Quadro do século XV)



O PADRE BENTO DE GOIS, VESTIDO DE ARMÊNIO, A FIM DE PODER CHEGAR AOS REINOS DE CATHAY (CHINA E JAPÃO)

eterno questionar das cmadres de cada hortejo nacional. Por isso, um espanhol amigo e culto preguntava a alguém desta redacção:

— Os portugueses são mudos?
— Não. Pensam primeiro em Deus, mesmo aqueles que se fingem alheios a epreconceitos; depois, como que absolvidos em recolhida confissão, seguem na luta pelo pão de cada dia, mas sempre na preocupação de evitar o prejuizo alheio.

Retornemos ao Brasil, nesta rápida evocação geográfico-histórica, dedicada à selecta missão—ainda e sempre há gentilissimos missionários no Brasil como o poeta Oiegário Mariano ou o sr. general Francisco José Pinto—em cujas inspiradas vozes sussurraram as musicas desprendidas subtilmente pelos seus dez milhões de quilómetros quadrados, na sua maior parte constituídos pelas formosissimas florestas verdes, dos Estados dos interiores abundantemente regados pelos milhares de afluentes do Amazonas ou rios indirectamente tributários.

Verificaremos rapidamente, que não há uma pretensão Nova-Lisboa ou um acachapado Novo-Porto. Tudo é novo e de celestial inspiração. Preferiram, invariavelmente, os nossos missionários criar uma alma tão intimamente portuguesa que fosse possível ao brasileiro cosmopolita de hoje, modular de elegância e de cultura, usar a sua lingua como se nossa fosse e apenas com as naturais diferenças de pronúncia.

E a obra cumprir-se.
Perfeita?
Não. O Mundo é naturalmente imperfeito. Ai da cristã modestia portuguesa se agora assumisse, de súbito o ridiculo porte que nunca desejou, antes sempre enjeitou.

Toponímia portuguesa no Brasil

Vejam, em rápida inspecção, a bacia do Amazonas. Ou de um modo geral, as cidades dos Estados do Norte. Apenas encontramos, excepcionalmente produzidos pela nostalgia do distante Portugal nas margens do Amazonas:—Montalegre, Souza, Santarém, Obidos, Serpa, Barcelos, Tomar e Olivença. Mas as grandes capitais de Estado, conservam os seus nomes de etimologia guarani:—Manaus, Pará, Cuyabá, S. Luiz do Maranhão, Parnahyba, Ceará, Natal, Parahyba, Pernambuco, Macaé, Aracaju, Baião de Todos os Santos. Isto são apenas as capitais. Não teriamos espaço para evocar, sumariamente que fosse, os milhares de designações que certificam a nossa modestia... que, por excessiva, quasi chega a ser esotológica vaidade.

Nos Estados Centrais do Brasil, logo encontramos:—Espírito Santo; Belo Horizonte, capital do riquissimo Estado de Minas Gerais; Niteroy, capital do Estado do Rio de Janeiro; o distrito federal do Rio; depois, a famosa metrópole de S. Paulo, No meio disto, só encontramos a tradicional e infantil ingenuidade portuguesa, reflectida em povoações chamadas Corações, Boa Vista, S. José do Porto-Alegre, etc., etc.

Vejam, agora, os Estados do Sul:—Curitiba, capital do Paraná; Santa Catarina; Porto Alegre, a formosa e deslumbrante capital do Estado gaúcho de Rio Grande do Sul onde nasceu o sr. dr. Getúlio Vargas e se formou espiritual e politicamente.

O P.º António Vieira e o P.º Anchieta

Inútil seria esboçar aqui, sequer, um resumo da história das Missões no Brasil. Com muito acerto e inxcedível galhardia de estilo o fez o padre Joaquim Alves Correia em dois esplendidos cadernos da colecção «Imperio», da Agência Geral das Colónias. Citar seria não só plagiar mas, pior ainda, desparar essa magnifica prosa vernaculamente portuguesa. E tal não cabe no estilo corrido de um artigo.

Em compensação, permita-se-nos evocar duas figuras máximas do Brasil e do seu pensamento já então universalista e universalizante:—o padre António Vieira e o padre José Maria Anchieta. Brasileiro quasi, mas nascido em Lisboa, de onde saiu aos seis anos, filho de portugueses, o primeiro; espanhol insular, das ilhas Canárias, o segundo.

Escrever do padre António Vieira parecerá insolito descaio. Mas apenas o fazemos para recordar a sua unico interessante «Anua» ou seja Relação Anual, da provincia do Brasil, datada de 30 de Setembro de 1626, em que o jovem jesuita revelou as multipas facetas do seu talento, ao descrever sinteticamente com o bello estridor de um tribuno romano, a angustiosa resistência à conquista, pelos holandeses, da Baía. Ele tinha, apenas, quinze anos. Mas a geniosidade de imagens, a breve exposição das façanhas próprias e o exacto parecer das

alheias; a marcha pelo interior, o desgaste dos holandeses, o retorno dos portugueses e das populações que se haviam soldado à paternal obediência aos oitenta padres da Companhia habitualmente residentes na Baía; a descrição do incerto viver dos outros quarenta missionários dispersos pelo Sul e, principalmente, em Rio de Janeiro e S. Paulo, apenas mais tarde convertidas em cidades importantes—poderiam levar-nos a crer numa substituição de personalidades se a do padre António Vieira não fosse tão característica e se não nos fossemos que morreu com noventa e um anos e meio de idade.

Quanto ao padre José Maria Anchieta, espanhol das Canárias, mais breve lhe foi a vida, pois nasceu quasi que um século antes. Percorreu, conforme a História, todo o Brasil, Argentina e países do Rio de la Plata, tais como o Uruguai, o Paraguai e o Chile. Só no Brasil, ergueram milhares de templos em sua memória. Repousa em Berlim. Harborizou milhares de espectes totalmente desconhecidas na Europa e tornou-se o primeiro Apóstolo do Brasil. Conforme a tradição, baptizou milhões de catecúmenos e lançou o fundamento das vastissimas Missões do Rio da Prata. Fundiu-se na alma brasileira. E esta, como a Vieira, sempre lhe tem sido grata.

O Cristo do Corcovado

Há dois monumentos máximos no Mundo:—a estátua da Liberdade, que assinala a entrada do porto de Nova York, e, desde o Congresso Eucarístico de Buenos Aires, o Cristo do Corcovado, que assinala aos vindantes que aquela é a capital do grande Brasil. Dessa terra vermelha, pléiética, que apenas se encontra no inicio da sua evolução histórica e já assombra o Mundo com a espantosa trepidação do seu ritmo étnico e económico. Mas sobranceiro sempre, talhado em mármore eterno o Cristo do Corcovado assinalará nos arvões e nos barcos, aos plácidos transeuntes das formosas arenidas caricotas ou ao vindante que retorna do interior, no seu carro-automóvel, depois de percorrer três mil ou trinta mil quilómetros, o plácido repouso, como que murmurando:

— Vinde, gentes, que esta é a terra da cristandade brasileira.

As missões em Angola

Materiais não faltam. Melhor diríamos:—o defeito consiste no seu excesso e bondade. Tanto no passado



O PADRE MISSIONÁRIO ANTÓNIO DE ANDRADE—que, na China, adquirira revome quasi idéntico ao de São Francisco de Borja. Suplicado pelos idolátricos, foi um dos primeiros — talvez o primeiro — a aditar a Cristandade na China e Japão

como no renascimento missionário, a bibliografia pacientemente escrita por padres de todas as ordens e, no que vai do século decorrente, pelos do Espírito Santo, é e será honra da literatura luso-angolana. Exactidão cuidada, escolha verbal, riqueza lexical, gráfica, simplicidade descritiva—de tudo há, abundantemente, largamente. Angola já hoje tem a sua biblioteca própria. O futuro acrescenta-la-á pois sempre foi a bibliografia fruto de rápida multiplicação embora de escasso rendimento.

Primeira figura do vasto drama do extermínio dos escravistas: Sá da Bandeira. Declará-se a guerra de morte aos infames exterminadores do homem negro. Sá da Bandeira, mal referido ainda, de campanhas, lutas, cansaças em que o coração se lhe lacrava ao vér o entroscho de irmãos, anticipar-se a tudo e a todos com o seu famoso decreto abolindo a caça ao homem nos domínios dos reis de Portugal. Palavras concisas, doutrina exacta, ausência de Código. A tudo providenciou, porém; Deus parecia iluminar a sua pena tósca de velho cabo de guerra. Não só bastava decretar. Era preciso também criar nos vastos da vida de que a escravatura e seu comércio eram macabros substitutos.

Rápido ordenou:—emigração imediata, para os planaltos do Sul, de algumas molhadas de homens da Madeira, Açores e Algarve. Muitos pereceram, mas a maioria subsistiu. Ainda há poucos anos um bi-semanário da Hulla noticiava o entêro do último emigrado de Sá da Bandeira ou Lubango, como queiram chamar à próspera e sádia cidadiezinha serrana de que Mossamedes é o cais, prazenteiro sorridente, farto. E tal é a semelhança entre esta última cidade é quasi todas as que orlam o litoral do Algarve, que muitos dela têm pasmado.

Este o principio. Mas faltava mais:—a igreja completada pela respectiva missão religiosa. Desta, a/em da assistência espiritual, derivariam a assistência por hospitais próprios e o robustecimento da raza autoctone com os portugueses recém-vindos mediante a higiene e a riqueza progressiva da comarca. Já transcorreram três gerações. Muitos conhecem Angola; outros, julgavam ainda conheça-la. Voltaram, nas sucessivas viagens presidenciais e aquele crescimento lógico, aquelle aformoseamento dos costumes, aquelle exclusão da barbarie, mataram com o epiclismo as grandes pragas, as eternas chagas que há milênios assolam

a Humanidade. O que era capim estéril, converteu-se em sical abundante, propicio à tecelagem de madeixas de fortes tecidos. A ervagem dura, denegrida, estorricada, pelo Sol, aveludou-se, domou-se, fez-se parque interminável, onde ruminam centenas de milhares de bovinos devidamente cobertos por animais selectos. Do mar, anualmente, milhares de embarcações extraem quantidades prodigiosas de peixes para salga. E tudo segue, em tóscaz cargas, ou pela Zaire acima, a fim-de dar conta a nutritiva a milhões de habitantes do Condo Beiga. Outros, ficam logo no Lobito e a longa linha férrea ainda que farta trabalho, absorve, em certas épocas alimentos que lhe fazem falta.

Onde existiam casotas de pau-a-pique, existem agora frescas e esbeltas habitações, formando avenidas amplas. A rede de estradas abertas e mantidas pelos esobas locais para completar o caminho de ferro, sempre resfolegante, sempre a espalhar faílhias do igneo ventre, mas sempre benfazejo, soma, ela, só, milhares de quilómetros que os camiões diários por sua vez multiplicam por outros milhares.

O negro oíla, contempla, nalguns casos recorda. Uns, pela experiência vivida nas infâncias. Outros, pelos horrores ouvidos aos pais. Não mais chateadas as maus traços. Escolas vastas e alegres. Alimento simples mas nutritivo. E sempre os missionários, de amplas e paternais barbas, uns por aqui, outros por ali, são portugueses, outros estrangeiros mas rapidamente se afeiçoando a esta doutrina tão estranhamente compreendida mas que doti até ao coração como mural de virtude a espalhar-se por áreas incalculavelmente vastas convertem pelo exemplo, ensinando, rezando, trazendo bem à flor da alma todas aquelas floriznhas brancas que o coração mais rude abriga.

E repete-se o milagre do Brasil:—não há ódio de raças. Onde o português chegou, a raza autoctone assiste no mesmo pé de igualdade com os recém-vindos. E quando a escola abre a luz naqueles cerebros sumidos, reconhecem-se irmãos. Cristo não é o simbolo de uma religião fictícia. Não. Ali está revivescido para o bom combate.

Só assim se compreende que Angola, com um milhão e duzentos mil quilómetros quadrados habitada por quatro milhões de habitantes, praticamente não tenha a criminalidade.

No Norte na região planáltica de Malange, que desemboca em Luanda e em Santo António do Zaire, o espectáculo é idéntico. Nada dirmos do Lobito e dos seus planaltos de Benguela porque basta escrever que o seu formidável caminho de ferro, iniciado em 1901 e concluido devido à guerra universal de 1914-1918, em 1928-1930, ao ser inaugurado, verificou que as quarenta e cinco estações que o orlam se converteram em outras tantas cidadiezinhas exemplares. Ali, também, o missionário fez tanger os sinos da comunhão e quanto é doce, no quebrar da tarde, sentirmo-nos num Portugal imensamente maior? Do seu acidentado dorso, parte uma interminável rede de estradas. E estas, por sua vez, tem a estridência das povoações livres, salitantes e crianças, que, sem distincão de cores, se tratam de «tu». Mas rompe o dia e, antes de irem para a escola, vão sempre beijar a mão ao missionário, sem compreender bem todavia, quanto devem de imenso, inenarrável sacrificio à essas gerções de homens que em vida se sacrificaram pela conquista de Deus!

Voltemos porém, ao Norte—ao Congo. Passemos, num vôo rápido, por Luanda. Há vinte anos era, apenas a rua Salvador Correia e o jardim da Alta, onde, perfididos, sonolentos, dormem encostados uns aos outros, velhos e surmudos os edificios públicos. Agora, não. E claro que não teve o desproporcionado crescimento de uma metrópole norte-americana. Acrescentemos porém, que tão pouco sofreu o golpe mortal das crises periódicas que de um dia a outro fazem dos ricos novos-pobres e dos pobres novos-miseráveis. Todavia se pode viver em Luanda o repousado crescimento de um organismo forte e sábiamente tutelado. No entanto em vinte anos, que diferença!

Santo António do Zaire é a mais recente criação portuguesa em Angola. Deixou de ser um minúsculo portozinho fluvial, constantemente enroscado pelas lamas e calhaus rolados pelo Zaire, cuja rápida corrente espumreja, verde de raivas a muitos quilómetros de foz. Agora, é já alguma coisa. Não tudo! Mas tudo virá e, inicialmente a confiança em nós próprios. Também nesses distritos, até à longínqua Lunda, de entranhas devassadas para que milhões de diamantes fulgurem, um dia, em lindos peitos passa o perpasso, docemente, afavelmente, o missionário. E hoje um conselho discreto, amanhã um pedido, e a móca «tze-tze»—a ter-vil mosca do sono—vai desaparecendo porque ela só se pode reproduzir onde há mataçais apodrecidos no seio decomposto de águas estancadas. Se a água é a



O PADRE MISSIONÁRIO FRANCISCO ARANHA—jesuita, assassinado pelos indígenas de Salsete

lei da vida, forçoso é que, posta a correr, afaste a morte.

Neste rápido quanto incompleto tracejar, quantas falhas quantas lacunas, quantas forcosas omissões. Repara, porém, leitores, em que isto não é História. Simplesmente, jornalista sei, como antigamente se dizia: — paisagem de vãs palavras.

As missões em Moçambique

A obra missionária de Moçambique não poderia ser escudada nas chapas estereotípicas sem que decidéssemos uma rápida crónica à sua figura fundamental: — o austero D. António Barroso. E para tal, vamos roubar, publicamente os traços fundamentais que, sobre a figura de frei Barroso, tracejou profundamente a elegante pena de Amadeu Cunha — que, sem intuídos de lisonja, produziu um dos melhores trabalhos editados pela Agência Geral das Colónias.

Como se faz um padre...

Vivia por aqueles tempos... Mas, assim, não nos chegaria o espaço. Estamos em Remelhe, Torre de Moides, concelho de Barcelos. Possuidor de fartas terras era o sr. Bernardo Limpo, em horas roubadas ao sono. Por fim, decidiu-se. Mandou chamar os velhotes, o sr. José de Sousa e a sr. Eufrásia e perguntou-lhes se o deixavam ensinar latim ao garoto.

Olharam-se, deslumbrados, os esposos. Duvidaram. Teria o rapaz cabeça para tão altos saberes? Hesitantemente jubilosos, consentiram. Aos vinte e seis anos, completados os seus estudos, D. António Barroso seguiu para o Ultramar. Era em Agosto de 1880. Onze anos depois António Enes sobraçou a pasta da Marinha e Ultramar. Vagara o bispado de Moçambique e o grande jornalista de «O Dia» o autor dos nossos relatórios matizes da moderna colonização, pediu ao rev. António Barroso que lhe fosse falar. Lá chegou, tímido, como todos os homens de real talento, e António Enes ofereceu-lhe a prelazia, acrescentando:

Bispo de surpresa... mas sempre missionário

— A situação de Moçambique exige homens perspicazes, sensatos de acção firme, em todos os postos de responsabilidade... Apelava para o seu patriotismo, para a sua força de ânimo.

Difícil foi a António Enes vencer a resistência de D. António Barroso — mas venceu-a. Que mitra aquela!... «Os centros de depressão relaxista», escreveria, depois, o grande jornalista — estavam precisamente localizados sobre as igrejas desamparadas da protecção dos Poderes Públicos, ermadas pelo indiferentismo, profanas amide pelos desregramentos do próprio clero. A maioria dos templos ataviava-se ridiculamente com avelutões; desrespeitavam-se imagens da Mãe de Jesus com gáncias e pretos... Isto, era o menos que o ministro escreveria!

Desembarcou em Moçambique na ilha e cidade, capital então, a 20 de Março de 1892, logo, resumidamente, expunha o estado de coisas, que excedia, quanto ao próprio António Enes verificara: — «Não fosse a bela teima dos jesuítas, e nenhuma aparência de actividade missionária se notaria lá muito na província. Ao cuidado deles, estavam confiadas três missões. Uma delas, a de Sena, era um verdadeiro cemitério. Muitos, em poucos anos, lá ficaram».

Missões Católicas Portuguesas

ANGOLA

PROVINCIA DE LUANDA

Distrito de Luanda: — Missão Principal de Nossa Senhora de Luanda, Missão de S. Paulo dos Musseques, de Luanda e Missão dos Dembos.

Distrito de Quanza-Norte: — Missão de S. João Baptista, do Cazengo.

Distrito de Benguela: — Missão de Santo António, de Maquela do Zombo e Missão Principal de S. Salvador do Congo.

Distrito do Zaire: — Missão de Santo António do Zaire e Missão do Ambrizete.

Distrito de Cabinda: — Missão Sucursal da Imaculada Conceição, Missão Sucursal de Nossa Senhora das Vitórias (Lucília), Missão Principal de Santiago (Landana) e Missão Sucursal de Santo António de Pádua.

PROVINCIA DE MALANGE

Distrito de Malange: — Missão Principal de Nossa Senhora da Assunção, Missão Sucursal de Nossa Senhora de Fátima (Cacuso) e Missão Sucursal do Espírito Santo (Bondo e Bongoles).

Distrito da Lundu: — Missão Sucursal de Nossa Senhora de Lourdes (Saurimo), Missão do Sagrado Coração (Mussoo), Missão de S. Francisco Xavier (Muningo) e Missão de Santa Ana (Mussoo).

PROVINCIA DE BENGUELA

Distrito de Benguela: — Missão de Nossa Senhora de Fátima (Ganda).

Distrito de Quanza-Sul: — Missão de Santo António (Calulo) e Sucursal em Seles.

PROVINCIA DO BIÉ

Distrito do Bié: — Missão em Andulo, Cruche, Cabinges, Sillu e Pôrto e Nova Sintra.

Distrito do Mexico: — Missões em Moxico, Zambo e Dilolo.

PROVINCIA DA HULLA

Distrito da Hulla: — Missão Principal de N. S.ª das Vitórias (Cumbo) e Missões em Quipelo, Balombo, Bimbe, Bailuana e Cádá, Missões em Hulla, Chiringuero, Mushimo, Jau, Caconda, Quilo, Vila do Ponte, Calange, Sudi, Gambos, Chilo, Mupa e Oupandana.

TOTAL DAS MISSÕES EM ANGOLA — 49



PADRE ANTÓNIO VIEIRA — o maior orador, escritor e diplomata da sua movimentada época

A restauração da Fé e da Prelazia

Pela manhã, às horas fresquinhas, o bispo começou a correr a ilha-cidade. Templos, outrora formosíssimos, capazes de resistir séculos, nenhum. Restava a capela de S. Paulo. Pouco a restaurar; a criar, quasi tudo. Escrevia: — «Para mim, uma Nova Lusitânia em África não é uma utopia. Temos ainda pulso vigoroso para levantar mais um Brasil! O que é preciso é não descansarmos».

Trabalhador incansável, fizera-se missionário; e, para honrar a sua palavra, aceitara contrariado o báculo. Mas começou ele próprio a correr o litoral e até o interior da diocese. Miséria abandonou, desconhecimento total de quantos recursos poderia a acção e inteligência do homem com um pouco de esforço, fazer brotar da ingrata terra africana — sequeiosa de que a desembarcaassem de ruínas erras, de maus hábitos e de péssimos insectos. Condensava-se-lhe, cada vez mais, um plano sintético: — paróquias no litoral; missões no interior. E, justificadamente, anotava: — «... a razão é a experiência tão mostrada, exuberantemente, que o missionário abandonado assim no meio da barbarie que o cerca de todos os lados não a modifica, civilizando-a, mas é absorvido por ela, a não ser que a Providência faça milagres, que sendo possíveis, não são a regra, nem se devem esperar».

Chegara a Lourenço Marques e, embora cada vez mais convencido da necessidade de um seminário próprio para Moçambique já se contentava com a restauração, ali naquele ponto relativamente salubre, de uma casa de formação para brancos e assimilados. O fundamental era estabelecer uma casa-matriz.

Na Beira e no Pungué

Ao deixar a Beira, ou, para escrever com maior propriedade, o pantano, D. António Barroso escreveu: — «Continuo a pensar que nada vale». Seguiu pelo Pungué acima. O céu pesava como chumbo. As margens, indefinidas. As cubatas, miseráveis. Por fim — a vastidão pantanosa, silente, o abandono total. A nascente companhia fizera erguer uma ou outra casota de zinco. Mas passado Neves Ferreira, já nas escarpas da Garongoza, o deserto total, após o pantano. Valeu ao prelado, um dextro caçador, inglês de óptima pontaria, que, dia por dia, lograva abater a indispensável peça de caça. A fome avizinhava-se, porém, pois só tinha D. António Barroso, arroz para dois dias. E apenas haviam começado a subir as encostas das serranias que levavam à convencionada fronteira com a actual Rodésia! Transcorreram os dias, naquele arrastar penoso. Todo o desejo do prelado era alcançar Micoquece. Episódios inúmeros. Todos dolorosos. D. António Barroso, encharcado em suor de febre ainda quis continuar. Por fim umas duas horas decorridas, teve de parar. Era o esgotamento total. Por acaso, encontrou um In-



D. ANTÓNIO BARROSO — o grande Bispo Missionário

glês a curtir sezões a um recanto do caminho. «Que vida miserável esta gente leva por aqui!» escreve, no seu diário. Pretendeu adquirir uma porção de farinha para a sua gente, mas logo o dissuadiram do louco intento. Só fome, a fome absoluta... «Um prato de farinha custa, pelo menos, uma rupia».

As missões de Tete e da Beira

Dois dias depois novo encontro com homens leucos. Esquartejavam uma peça de caça e faziam arder um grande lume. Ao sabermos que estava ali o bispo de Moçambique, mandaram-lhe uma perna que pesava mais de oito quilos. E assim correu a fronteira sempre a encontrar ingleses mesmo nos sítios mais desamparados. Comentário final de D. António Barroso: — «O que tudo isto mostra é a coragem com que esta gente se atira pelo Mundo fora, vivendo mal, cheia de privações. Por outro lado, é indicio evidente da sua força expansiva, e do ânimo com que prossegue no propósito de ingressar tudo, o que acontecerá em breve, se isto continuar abandonado da nossa parte».

A pesar de tudo, meses depois D. António Barroso inaugurava ou melhor ditto, restaurava a missão em Tete. Igreja nova, capelas novas, escolas de artes e ofícios, escolas de primeiras letras, padres missionários recém-aclimatados mas satisfetíssimos naquele clima de altitude que lhes recordava Portugal...

Depois... quasi transcorreram cinquenta anos. Com as dos jesuítas, expandiram-se as missões franciscanas. A obra é continua, a fecundidade do solo excepcional. As grandes dificuldades iniciais foram totalmente vencidas. E aqueles que nunca foram às nossas colónias — o que hoje é um simples passeio... — podem fazer ideia, pela miniatura preciosa da Exposição do Mundo Português que o padre Barroso tinha razão ao escrever: — «... temos ainda pulso para levantar mais um Brasil!».

E tivemos. A missão da Beira é, em Moçambique, o que a da Hulla é em Angola.

CONSIGLIERI SÁ PEREIRA

Dans la première partie de cet article, Consiglieri Sá Pereira fait une évocation concise et vibrante du passé missionnaire au Portugal; dans la deuxième un bref résumé de la création historique du Patronage Portugais de l'Orient, dont l'expression canonique actuelle est la Bulle de la Sainte Croisade; dans la troisième l'évocation de l'effort missionnaire au Brésil, ainsi que l'esquisse de ses rapides et fécondes figures principales; — les pères jésuites António Vieira et José Maria Anchieta; dans la quatrième il retrace l'action missionnaire en Angola, en faisant une allusion spéciale à la production de Mission Primat de la Hulla; enfin, il fait une évocation brève et colorée de la vie de l'évêque António Barroso au Moçambique, dont il a accepté la direction du diocèse comme couronnement de sacrifice de sa vie de missionnaire.

Consiglieri Sá Pereira devotes the first part of this article to a concise and stirring evocation of Portuguese Missionary work in the past; the second part consists of a brief summary of the historic creation of the Portuguese «Padroado» in the east, canonically known as the Bull of the Holy Crusade; the third evokes the effort of the Missions in Brasil, giving a rapid sketch of their most prominent founders, the Jesuit priests, António Vieira and José Maria Anchieta; the fourth outlines the respective missionary work in Angola, special mention being made of Fructuosa, the Primate Mission of Hulla; and lastly a colourful story of the life of Bishop António Barroso, in Moçambique, is given, whose he has accepted as a crowning sacrifice to his life as a missionary.

Missões Católicas Portuguesas

MOÇAMBIQUE

Distrito de Lourenço Marques: — Duas Missões e quatro Sucursais em Lourenço Marques; uma missão e nove sucursais em Gaza; duas missões e seis sucursais em Marracene; duas missões e uma sucursal em Manhiça; duas missões e oito sucursais em Sallié; uma missão e quatro sucursais em Magude; duas missões em Maputo; uma missão e dez nove sucursais em Biléne; uma missão e oito sucursais em Muchopes; e uma missão e sete sucursais em Chibuto.

Distrito de Inhambane: — Uma missão e duas sucursais em Inhambane; duas missões e uma sucursal em Murrome; uma missão e vinte sucursais em Homoine; uma missão e doze sucursais em Inhambane.

Distrito de Quelimane: — Duas missões e duas sucursais em Quelimane; uma missão em Chinde.

Distrito de Tete: — Duas missões e duas sucursais em Tete; uma missão e três sucursais em Zumbo; uma missão e dez sucursais em Angonia.

Distrito de Moçambique: — Duas missões em Moçambique; uma em Nampula; quatro missões e três sucursais em Angoche; uma missão e três sucursais em Erati; uma missão e quatro sucursais em Mogincual; uma missão e três sucursais em Mangavales; e missões em Mossuril, Mõma, Metonia, Lago e Ribané.

Distrito de Pôrto Amélia: — Missões em Pôrto Amélia, Ibo, Lúrio, Mocandes e Montiques.

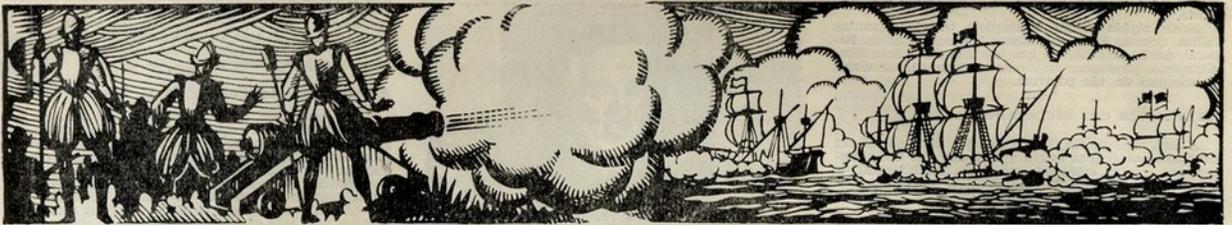
TOTAL DAS MISSÕES E SUCURSAIS — 179

TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA

(Companhia de Moçambique)

Missões na Beira, Murrome, Chui e Manica, com 79 filiais.

TOTAL — 83 missões e sucursais.



VICISSITUDES DAS COLONIAS PORTUGUESAS 1580 - 1640



A batalha de Alcácer Quibir, segundo uma gravura de Miguel Leitão de Andrade, que tomou parte no combate e foi feito cativo, tendo-se resgatado mais tarde



AQUELE ano infeliz de 1580, em que o grande cantor das glórias lusitanas não pôde viver mais para assistir à morte da Pátria, a epopeia colonial, ainda recente, estava já em pleno e franco declínio. A grandeza dos portugueses amsquinhara-se dois anos antes nos plains ardentes de Alcácer-Quibir. O sangue generoso e impetuoso da mocidade, a competência e a audácia dos velhos, afirmadas em muitas batalhas, as riquezas públicas e particula-

res, tudo se sumira nas areias calcinadas de Marrocos, onde o último Rei-Cavaleiro jogara imprudentemente o todo pelo todo, arriscando o reino para conquistar um império.

Como um navio de súbito desgovernado no meio de um temporal desfeito, a Nação deixou-se levar, quasi sem reagir, pela força invencível da corrente. Filipe II, o terrível «Demônio do Meio-Dia», estimulára o sobrinho inquieto e inexperiente para a grande aventura, da qual tinha tudo a ganhar, em qualquer dos casos: se D. Sebastião vencesse, teria nêle um genro ideal; se fosse derrotado e com a derrota perdesse a vida, poderia à vontade tomar posse do reino, que então se lhe ofereceria como um fruto maduro e sem grandes complicações de conquista.

Muitos anos de navegações e de guerras constantes tinham arrazado e depauperado as fontes vitais do País. A metrópole era pequena demais para abarcar o grande império descoberto e conquistado. Poucos eram os homens para se transformarem todos em soldados e em marinheiros, e d'êste modo se foram perdendo sucessivamente as indústrias e a agricultura. As riquezas incomensuráveis do Ultramar começaram logo a ser a causa da decadência, por mal administradas. O Mar Tenebroso, cujas ondas virgens as quilhas das nossas naus tinham rasgado audaciosamente, juntara também os seus ataques aos ataques dos homens, e dolorosos e contínuos naufrágios arrastaram para o fundo navios e tripulações, vidas preciosas e cargas riquíssimas. A nossa história trágico-marítima teve naquele período angustioso as suas páginas mais cruéis. Tudo se conjugava para perder rapidamente, destêta e aniquilada nos últimos capítulos, a maior epopeia dos tempos modernos.

As ambições, os despeitos, a crença vã de que apenas os feitos realizados assegurariam sem entraves o

futuro fizeram paralisar o resto das energias, ainda latentes. Na Ribeira das Naus os calafates deixaram de ter que fazer e os navios do período áureo, velhos e derrancados pelos temporais do Cabo, na volta da Índia, já não resistiam capazmente à fúria das ondas, atacados como vinham de especiarias e preciosidades de toda a natureza e roncoiros a todas as manobras.

O estrangeiro, cubitoso, viu asado o momento para dar o salto de tigre sobre este povo glorioso e tão depressa adormecido sobre os louros. Piçell foi a Filipe II e aos seus «stercos» experimentados nas guerras da Flandres e comandados pelo duque de Alba, apossaram-se da metrópole desguarnecida e despovoada. Com

a espada na mão e, por vergonha suprema, com a bolsa na outra, o filho de Carlos V não teve a menor dificuldade em sustentar os seus direitos à coroa portuguesa. A resistência que se lhe opôs foi débil e, na ponte de Alcáçara, um simulacro de combate entre a tropa aguerriada de Espanha e a ralé de Lisboa, cheia de patriotismo, mas sem preparação militar nem comando, foi a derradeira demonstração de que o povo português desejava manter a sua independência e que só sucumbia perante a força.



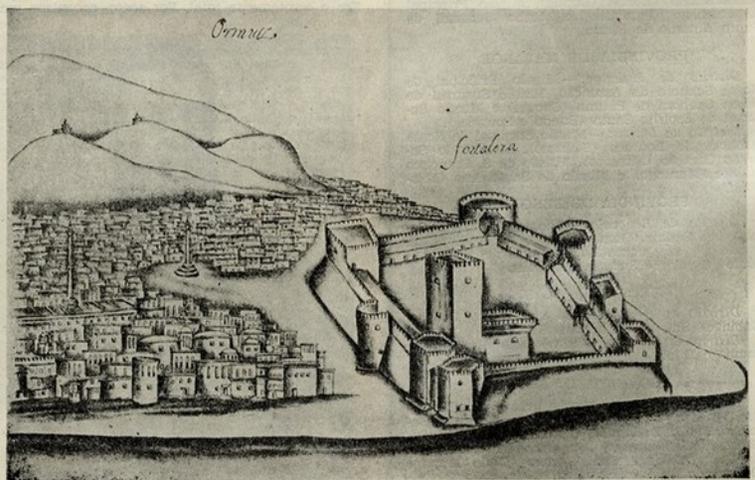
OMEÇOU então o aviltante período de cativo de sessenta anos. Inglêses, holandeses, franceses e outros povos do Norte, flagelavam os espanhóis, na Flandres e na Alemanha, não lhes dando um instante de repouso. A última sangria ao nosso esforço militar e naval foi-nos então feita por Filipe II, que arrebanhou todos os nossos navios e, juntando-os aos seus, constituiu a «Invencível Armada», com que se dispôs effectuar um desembarque nas

costas inglesas, para destruir na sua própria casa o poderio britânico. Uma derrota monumental infligida não pelos ingleses, mas pelos elementos, meteu no fundo a «Invencível Armada», e Portugal já sem independência, ficou também sem os restos da sua poderosa Marinha, naquela altura da História a única razão de ser da sua existência, como País gozando um pouco de autonomia, pelo menos nominal.

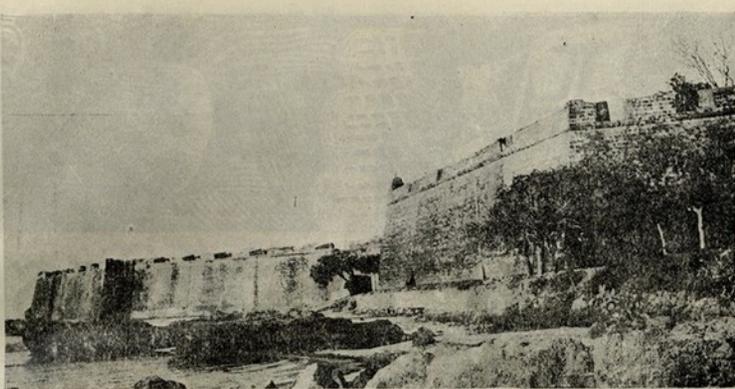
Os povos do norte lançaram-se então, sem rebuços, no combate aos espanhóis e, indiferentemente, aos portugueses em todo o Mundo. Os primeiros navios ingleses e holandeses, sobretudo, começaram a fazer incursões ao longo das costas africanas e americanas e, logo em 1595 as suas bandeiras tremulavam pela primeira vez no Índico, que os portugueses tinham descoberto e que até ali fora exclusivamente emare nostrum.

A metrópole, sobrecarregada de impostos e transformada numa verdadeira colónia espanhola, onde tudo se tinha perdido e obliterado menos a consciência nacional, que essa tremia de indignação e apenas aguardava o momento de manifestar-se em toda a sua pujança, estava longe de poder auxiliar com effecia os seus domínios ultramarinos. No Brasil, na África, na Índia, na Pérsia, no arquipélago malaio, em toda a parte onde havia guarnições portuguesas, estas foram obrigadas a defender-se com os seus próprios recursos das arremetidas dos ingleses, holandeses e franceses, com navios bem apetrechados e tropas de desembarque numerosas e bem armadas.

Abandonados à sua própria iniciativa e sem esperança de socorros da metrópole, os capitães e os soldados portugueses dos fortins construídos ao longo das



A cidade de Ormuz tal como era no século XVI



ILHA DE MOÇAMBIQUE — Fortaleza de S. Sebastião

vastíssimas costas descobertas da América, da África e da Ásia, nem por sombras se deixaram intimidar pelos seus poderosos antagonistas. A bandeira sagrada das quas, que não fora arriada nessas longínquas paragens para ser substituída pela bandeira espanhola, continuava a ser a suprema inspiradora daqueles rasgos de audácia e de coragem superhumana que haviam de tornar imorredouro o nome português no Oriente e no Mundo inteiro.



DURANTE esses nefastos sessenta anos de dominação espanhola, o Império colonial descoberto e conquistado pelos portugueses, sofreu golpes rudes e inevitáveis, visto que não podíamos oferecer aos atacantes aquela resistência capaz de repeli-los com vantagem. Não foi, porém, sem lutas titânicas, em que a glória dos vencidos nunca foi ofuscada pela dos vencedores, que estes conseguiram assenhorear-se dos territórios sobre os quais flutuava a nossa bandeira.

Em 1582, o célebre corsário inglês Francis Drake assaltou e saqueou, em Cabo Verde, a cidade da Ribeira Grande, repetindo os ingleses essa agressão em 1595, sem que, todavia, ocupassem a ilha. Em 1598, os holandeses assaltaram a vila da Praia, mas foram rechacados pelo capitão-mor Lobo da Gama. Em Janeiro de 1624 fundou em S. Vicente a armada holandesa, que seguiu para o Brasil e tomou a Baía, e em Dezembro do mesmo ano juntaram-se em S. Tiago duas esquadras, uma portuguesa e outra espanhola, que, ao cabo de algum tempo, conseguiram recuperar a Baía.

A Guiné, durante esse período doloroso foi também vítima de muitos abusos e desrespeitos de holandeses, franceses e até espanhóis, o que determinou a fortificação de vários pontos da Colónia, que não foi, em circunstância alguma ocupada pelos atacantes. Em 1600, uma esquadra holandesa saqueou a ilha do Príncipe, mas retirou-se logo, e no ano seguinte, pouco depois da aclamação de D. João IV, a ilha foi invadida pelos holandeses, que tomaram posse da fortaleza por capitulação, mas em 1644 succedeu-lhes a mesma coisa, sem variantes: entregaram-se por capitulação.

Em 1607 e 1608 os holandeses puseram cerco à fortaleza de Moçambique que, embora não estivesse ainda concluída, conseguiu triunfar do ataque e repeli-los invasores.

No Oriente, as principais fortalezas que arvoravam a bandeira portuguesa eram: Diu, Damão, Goa, Bacaim, Chauli, Onor, Barcelora, Mangalore, Camaragão, Cranganor, Colombo, Cochim, Curiale, Calecut, Ormuz, Malaca, Tenate, Tidore, Amboina, Solor, Macau e Timor. Em 1596 morreu o rei de Ceilão, nomeando seu universal herdeiro o rei de Portugal, e começaram os holandeses a infestar o mar da Índia e a atacar a nossa fortaleza de Malaca. Em 1612 appareceram os ingleses pela primeira vez na Índia, em Surat. Registraram-se recortes mais ou menos desvãos entre navios portugueses e holandeses e, em 1631, appareceu em Ceilão uma nova bandeira, desconhecida até ali naquelles mares, a dinamarquesa. Ao fim de vinte e cinco meses de cerco, o capitão-mor de Malaca, Manuel de Sousa Coutinho, viu-se obrigado a entregar a praça aos holandeses, em 1641. Simultaneamente, os excessos da Inquisição, e o facto de os portugueses não se entenderem uns com os outros, por ciúmes de mando, enfraqueciam a resistência, aproveitando-se os inimigos de todas estas circunstâncias para fazerem a guerra com êxito.

Em 23 de Junho de 1622 os holandeses atacaram Macau, mas a cidade resistiu valentemente, pondo em perigosa fuga os invasores e fazendo-lhes grande número de prisioneiros.

Em Timor, finalmente, os holandeses fizeram repetidas incursões, com mais ou menos sorte repellidos umas após as outras, mas a posse de Malaca tinha-lhes garantido para sempre a supremacia no rico arquipélago de Sonda.

O grito da independência da Pátria, em 1640, não melhorou de forma alguma a nossa posição no Ultramar. Tendo ainda muito que cubear, os ingleses, os holandeses e os franceses chegaram a estranha e paradoxal situação de serem nossos aliados na Europa e nossos inimigos na África, no Brasil e na Ásia. D. João IV, que não podia dispensar o auxilio holandês para sustentar a guerra com a Espanha, assinou com a Holanda um tratado de amizade mas sujeitou-se a reconhecer o estatu quo. O respeito dos holandeses por este instrumento diplomático não os impediu, porém, de tomarem entretanto o Maranhão no Brasil, e S. Tomé, em África.

A braços com a demorada Guerra da Independência,

D. João IV também não estava em condições de atender à critica situação das colónias. Felizmente, lá continuavam bons portugueses que com o seu esforço indomito e a sua iniciativa própria souberam defender-se e salvar os territórios confiados à sua guarda, derrotando as vagas successivas de invasores ao cabo de lutas homéricas e na maior parte das vezes em lutas felizes, contra forças desproporcionadas.

Em 24 de Agosto de 1641, quando os portugueses de Luanda estavam cheios de regozijo ao terem conhecimento da noticia da restauração, em Lisboa, da monarchia, viram elles aparecer uma armada poderosa de vinte naus holandesas abarrotadas de tropas de desembarque. Estabeleceu-se enorme pânico e a população abandonou a cidade, tanto mais que a refalsada rainha



Salvador Correia de Sá e Benevides

Ginga o rei do Congo e muitos sobas, pactuando com os flamengos, nos moviam crua guerra. A situação manteve-se com desprestígio para nós até que, em 26 de Março de 1643, o governador Pedro César foi permitido de súbito pelos holandeses nas posições fortificadas que occupava sendo mortos à traição os officiaes que o acompanhavam e elle próprio aprisionado. Da metrópole não chegavam socorros, mas o governador do Rio de Janeiro, Francisco de Soto Mayor, acudiu assim que pôde com um pequeno exercito, que venceu o genio que não conseguiu dominar os holandeses.

Finalmente, em 12 de Maio de 1648 partiu, do Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá Benevides, com quinze navios, quatro dos quais comprados à sua custa, e com 900 homens bem armados a bordo. Chegada a esquadra a Quilombo, em principios de Agosto, Sal-

vador de Sá reuniu em conselho de guerra os seus officiaes e no dia 12, amanheceu na baía de Luanda, mandando intimação aos holandeses para se entregarem. Dois dias depois, como os holandeses recusassem render-se, Salvador deu sinal aos navios do seu commando para o desembarque e, na manhã de 15, assaltou com denodo a fortaleza, vendo-se os flamengos forçados a igrar bandeira branca e a capitular.

Estiveram os holandeses instalados durante sete annos em Angola. Salvador Correia de Sá, após a tomada de Luanda limpou-os de toda a costa e ao fim de três annos e que regressou ao seu governo do Rio de Janeiro, deixando em Angola eterna salidade pelo seu nome e pela sua acção.



que se passou em Angola passou-se no Brasil e em outros pontos dos nossos vastissimos dominios ultramarinos, alguns dos quaes tiveram a ser abandonados para sempre por ser materialmente impossivel guarnece-los eficazmente. Com menos de tres milhoes de habitantes, Portugal não podia ter a velocidade de sustentar pendencias guerreras, simultaneamente, em variadissimos pontos do globo, tanto com os indigenas como com os rapaces europeus que seguiram a

esteira gloriosa das nossas naus e que à nossa custa, inteiramente, construíram também os seus imperios de além-mar.

Ainda durante a Guerra da Restauração, e por força das circunstancias, foi necessário negociar um tratado com os ingleses, Carlos II não foi mais generoso para nós do que o tinha sido o republicianissimo Cromwell; a infanta D. Catarina casou com o soberano inglés e levou-lhe em dote, além de dois milhoes de cruzados, Tânger e Bombaim. Por este preço, os ingleses auxiliaram-nos na Europa contra os espanhóis e, no Ultramar, contra os holandeses, revertendo em seu proveito o que pudessem reaver d'estes na Ásia, excepto Ceilão, que aliás nunca mais voltou à posse da coroa portugueza.

No fim da demorada Guerra da Restauração, coroada pelas mais brilhantes victorias das armas portuguezas, e após diversos tratados em que desistimos de todos os territorios que tinham sido... «anexados» pelos outros (como agora se diz em casos semelhantes), deu-se um balanço e verificou-se que era ainda grande, mesmo muito grande o Império colonial que nos ficara. Esse Império colonial era o mesmo que é hoje ainda, à excepção do Brasil, que attingida a sua maioridade historica, se separou da Mãe-Pátria para honrá-la em todos os tempos, constituindo um dos países mais progressivos do Mundo.

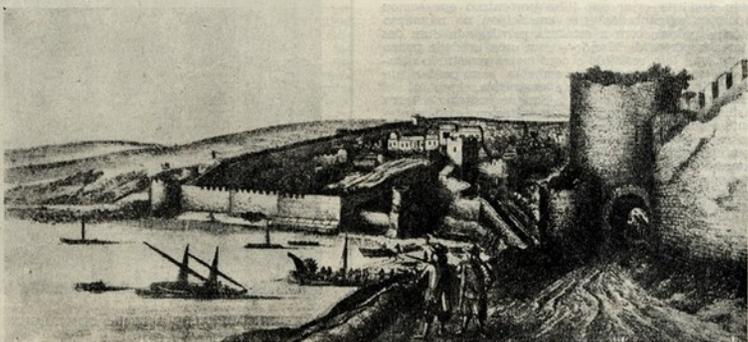
Com a Restauração, felizmente, desapareceram por completo as causas da decadência que tornaram possível a absorção do País pelo rei castelhano e a «sangria» que nos foi feita por inimigos poderosos nas terras do Ultramar, já cimentadas com sangue português mas ainda mal consolidadas. De então para cá, a vitalidade nacional tem sido cada vez mais forte e estiantem e as antigas colónias, descobertas, conquistadas e mantidas através de séculos contra todas as cobleças alheias, fazem hoje parte integrante do corpo da Nação.

Para orgulho eterno da Raça portugueza, resistindo a todas as oppressões, zombando de todos os novos costumes, o nome lusitano ficou para sempre inscrito na memoria dos povos orientaes e ainda hoje é admirado e respeitado em toda a parte. A gloria de termos dado novos mundos ao Mundo e de termos ensinado a colonização aos outros povos europeus ninguém noia pôde disputar, porque é inteira e indelmente portugueza.

O periodo da dominação castelhana, com todo o seu cortejo de consequencias malficicas, não passa de um mau pesadelo, de que felizmente acordamos para toda a Eternidade na manhã redentora de 1 de Dezembro de 1640. E a realidade, hoje e sempre, será Portugal restaurado e livre e o seu Império colonial cada vez mais unido e abraçado à metrópole, na marcha gloriosa e calma para um futuro belo e aprazivel.

On raconte dans cet article ce que les colonies portugaises ont subi comme attaques, sièges et expoliations diverses depuis 1580 jusqu'à 1640, c'est-à-dire, pendant l'usurpation castillane; et comment les portugais ont récupéré ce qu'ils avaient découvert ou conquis avec un grand effort et beaucoup de sacrifices.

This article portrays the varied attacks, onsets and expoliations from which the Portuguese suffered from 1580 to 1640 — period of the Castilian usurpation; and how the Portuguese recovered all they had discovered or conquered with great bravery and sacrifice.



A cidade de Tânger, em 1669

(De uma estampa da época)



AS COLONIAS PORTUGUESAS ATÓS A RESTAURAÇÃO 1640-1926



FINDA a demorada guerra da Restauração, a Metrópole respirou, liberta daquele peso-delo horrível que a oprimira, e pôde enfim acudir aos seus territórios coloniais, ainda ameaçados pela cobiça alheia. Felizmente, durante aquele período angustioso, não deixara de haver bons portugueses em toda a parte onde flutuava a bandeira sublimo das descobertas. Sem o auxílio da Mãe-Pátria, inteiramente entregues à sua iniciativa própria e efazendo das fraquezas forças, todos eles cumpriram mais do que seria lícito esperar, o seu dever, e o Império estava salvo, a despeito da enorme esangria que lhe tinha sido feita por inimigos poderosos e rapaces. Estes, aproveitando as desgraçadas circunstâncias em que Portugal se encontrava então, e a pretexto de que combatiam os espanhóis, construíram à nossa custa os seus impérios coloniais, extorquindo-nos muitas das nossas conquistas.

O que os portugueses tinham descoberto e conquistado, porém, era tanto e tão vasto que satisfeita a gula da pirataria internacional, Portugal ainda ficava, e então definitivamente, com uma massa de territórios suficiente para manter, até ao mais longínquo futuro, a sua posição privilegiada de primeira nação colonizadora. Com a paz na Metrópole, cessou simultaneamente o fogo nas colônias. Holandeses, ingleses e franceses refestelaram-se com o que até aí tinham obtido, mas as novas fronteiras ficaram delimitadas para sempre.

Chegara a hora do ressurgimento e, com ela, a primeira hora duma nova política colonial. Ia começar a fase da valorização gradual dos nossos domínios, que nos dias que decorrem constituem um prolongamento natural da Metrópole e formam o todo nacional, a que nos orgulhamos de pertencer. Obra gigantesca foi esta, levada a cabo heroicamente por numerosas gerações, que tem dado a prova irrefragável de continuar a Raça na plena posse das suas virtudes ancestrais e de se ter sempre seguido com escrupuloso e fiel a orientação dos nossos maiores nos caminhos gloriosos do futuro.

A ascensão de D. João V ao trono coincidiu com o início dum novo esplendor colonial. Uma era frutuosa de paz realizadora, sucedera ao período de combates constantes. Minguados e reduzidos, sensivelmente, aos limites que hoje mantêm, os nossos territórios coloniais já tinham um âmbito mais compatível com as possibilidades da Metrópole. Estava, nesta matéria, estabelecido o equilíbrio e a colonização portuguesa entrou numa fase de activo e progressivo desenvolvimento.

O Brasil, sobretudo, interessou vivamente toda a gente que em Portugal prestava maior atenção aos problemas coloniais. A acção evangelizadora e patriótica dos missionários que ali agiram, e entre os quais se destacou o espírito activíssimo e culto do Padre António Vieira, contribuiu no mais elevado grau para o êxito da tarefa dos colonizadores. Terra riquíssima e com um subsolo que se adivinhava prodigioso na guarda de metais e pedras preciosas, ela atraíu em especial os capitalistas e os trabalhadores. A exploração das riquezas brasileiras foi assim iniciada com a mão de obra e com o dinheiro português, que se deram as mãos para tornar as Terras de Santa Cruz em dos mais belos flôres da coroa. A pequena Mãe-Pátria conseguiu deste arriar um filho portentoso que tomou proporções gigantescas e se emancipou no momento histórico próprio com a estatura privilegiada dum dos maiores impérios do Mundo e com uma unidade pouco comum, que tem resistido e continuará resistindo através dos séculos a todos os embates, sem perder um ápice da sua estrutura forte e magnífica.

Regada inicialmente com o sangue lusitano a terra brasileira, grata e fecunda, manifestou exuberantemente a sua prodigalidade espantosa. Por toda a parte logo se estabeleceram os engenhos e as echararas, que a inda hoje perduram, e a agricultura e as indústrias tomaram cêto um incremento notável. Das colônias africanas, os portugueses transportaram para o Brasil a semente do café e a mão de obra indígena, visto que nas regiões tropicais o trabalho mais intenso só pode ser realizado pelos naturais, habituados ao clima ardente e às intempéries periódicas. O café é hoje uma das maiores riquezas do Brasil e a população da grande nação sul-americana é constituída em grande parte pelos mestiços, descendentes directos dos primitivos colonizadores negros, oriundos de Angola e de S. Tomé, especialmente.

Feracíssima e rica, a terra brasileira pagou à Metrópole sua exploração cuidada, enviando-lhe os produtos da sua flora e as riquezas do seu subsolo. As naus portuguesas estabeleceram uma ligação constante com o Brasil, onde foi introduzido todo o progresso metropolitano, com a instituição de municípios, ensino, etc.



MARQUÊS DE SÁ DA BANDEIRA

(Litografia da época)

Sucederam-se as obras de fomento mais urgentes, como o saneamento dos pantanos e das matas selvagens, a luta contra o impudismo e contra a fauna feroz, o estabelecimento metódico duma colonização inteligente. Os indígenas, primeiramente evangelizados, receberam logo as luzes da civilização, entrando imediatamente na comunidade nacional com todos os direitos e regalias próprios.



AFUGENTADA definitivamente do Brasil, a pirataria estrangeira não desarmava, atacando os navios portugueses que regressavam da América carregados de ouro e pedras preciosas. Essas naus, porém, e sobretudo a cobçada nau dos quintos, que trazia para a coroa o rendimento legal da produção brasileira, vinham geralmente comboadas por navios de guerra, que valentemente se defendiam dos ataques dos piratas, repetindo em pleno Atlântico as façanhas gloriosas levadas a cabo nas terras africanas, asiáticas e americanas.

Pôde o magnânimo D. João V, com as riquezas que vinham do Brasil esbelecer na corte de Lisboa um fausto esplendoroso, ao mesmo tempo que realizava obras grandiosas, como a do convento de Mafra. Mais tarde, o marquês de Pombal metodizava o trabalho brasileiro, criando a Companhia do Grão-Pará e Maranhão. A ida da família real para o Rio de Janeiro, fugindo à invasão francesa de Junot, apressou a data da independência do Brasil. A fixação da corte naquela cidade, durante alguns anos, despertou o desejo de constituir-se ali, definitivamente, uma corte própria e um governo próprio. Quando a família real regressou a Lisboa já o germe da independência brotava com impeto, e foi o próprio regente do Brasil, filho de D. João VI, quem soltou o célebre grito do Ypiranga, proclamando a independência e fazendo-se aclamar imperador.



Entretanto, em todos os outros pontos do nosso vastíssimo Império colonial, a actividade dos colonizadores não conhecia limites. Em 1757, o arquipélago de Cabo Verde foi entregue a administração da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, durando este sistema até à extinção da Companhia, em 1778, data em que o Governo ali voltou a exercer a sua administração directa. Em 1859, a província caboverdeana começou a receber grandes benefícios, desenvolvendo-se com regularidade os trabalhos públicos, sobretudo em obras de fomento.

Na Guiné, as prepotências do estrangeiro cobicioso só voltaram a manifestar-se em 1858, quando os ingleses cometeram alguns actos de violência contra as au-



MOUSINHO DE ALBUQUERQUE COM ALGUNS DOS SEUS COMPANHEIROS DE ARMAS E COLABORADORES

De pé: Andrade Vêlez, Gomes da Costa, Eduardo Costa, João de Azevedo Coutinho, João Gaidão e Baptista Coelho; sentados: dr. Baltazar Cabral, Mouzinho e Agnes de Ornelas

toridades portuguesas em Bolama, a pretexto de pretensos direitos aqúelle domínio. A questão arrastou-se e o Governo português, em Outubro de 1865, propôs uma arbitragem ao governo inglês. Só em Julho de 1868 é que o ministro inglês em Lisboa enviou uma nota participando que o seu governo estava disposto a aceitar essa arbitragem. Finalmente, em 21 de Abril de 1870, o Presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant, nomeado árbitro da questão, sentenciou que se achavam provados e reconhecidos os direitos Portuguezes sobre a ilha de Bolama, na costa occidental de Africa, e sobre a porção de território fronteíra a dita ilha, na terra firme. Esta sentença arbitral justíssima, que faz com que a memória de Grant seja respeitada por todos os portuguezes, terminou de vez com qualquer veleidade de absorção da Guiné portuguesa por parte de estranhos.



Em S. Tomé, a situação geral foi próspera, até à partida da família real para o Rio de Janeiro, pois que até all todos os navios que iam para o Brasil eram obrigados por lei a meter mantimentos e fazer água em S. Tomé. Esta circunstância e ainda o facto de ser all o entreposto dos escravos que seguiam para a colonização do Brasil, dava à ilha receitas alfandegárias bastante volumosas e um movimento comercial intenso. Mais tarde, em 1855, colonos bem avisados, à frente dos quais o marquez de Vale Flor, trataram de desenvolver all a cultura do café e introduziram a cultura do cacau, as duas grandes riquezas modernas de S. Tomé e Príncipe, que só por si bastam para assegurar ao arquipélago um futuro radioso e desafogado. A mão de obra de Angola foi para all levada e, depois de convenientemente adaptada ao meio, contribuiu para o enriquecimento progressivo de S. Tomé, que tem hoje uma população sufficiente e onde as creanças há muito deixaram de ter a significação obsoleta de locais de trabalho forçado para serem aprazíveis e convidativas quintas de recreio, onde os trabalhadores negros conhecem já as vantagens da obra social dos trabalhadores brancos nos países civilizados.

Em Angola, a lição formidável ministrada por Sal-



SERPA PINTO

vador Correia de Sá aos holandeses permitiu que, de futuro, só os indigenas se arrotassem por vezes o direito de contestar os nossos direitos de soberania. Essas revoltas intestinas, porém, foram successiva e prontamente sufocadas através das gerações, e a bandeira portuguesa nunca mas all deixou de flutuar.

Em Moçambique e durante mais dum século, de 1721 até 1875, os franceses debedate tentaram despossar-nos, aliando-se até para esse effeito com os vátuas e outros povos indigenas aguerriados e selvagens. Neste ultimo anno, Lourenço Marques era também cobçada por ingleses e austriacos. A questão teve de ser submetida à arbitragem de Mac-Mahon, que acabou por proferir a sentença em nosso favor. Em 1891 foi assinado um tratado regulando a delimitação das esteras de Influência de Portugal e da Grã-Bretanha em Africa, em consequência do ultimate que estriou momentaneamente as seculares relações de amizade entre os dois povos e causou em Portugal a mais vibrante indignação.

Delimitados definitivamente na India, os nossos domínios, durante muitos annos não se registaram all senão acontecimentos internos de pouco vulto, quasi todos originados por questões políticas. Em 1878 foi assinado um tratado entre Portugal e a Inglaterra, que regulou certos serviços e trocas comerciais na India, liberdade de comércio, navegação na Índia, construção do caminho de ferro de Mormugão a Castle Rock, etc. Em 1871 deflagrou na India portuguesa uma revolta militar, tendo seguido da Metrópole, para sufocá-la, um batalhão expedicionário comandado pelo infante D. Augusto. Em 1895 registou-se insubordinação semelhante, voltando a seguir para a India tropas expedicionárias, desta vez comandadas pelo infante D. Afonso, que em Goa assumiu o governo com o título de vice-rei e apenas all se demorou até ao ano seguinte, em que a ordem ficou perfectamente assegurada.

Desde o anno de 1857, em que o território de Macau foi doado aos portuguezes, como recompensa de serviços inestimáveis prestados ás autoridades chinesas, muitas vezes o governo de Cantão pretendeu despossar-nos dall. As suas tentativas porém, nunca obtiveram o mais pequeno êxito. Macau tornára-se um



VÍTOR CORDON, AUGUSTO CARDOSO e PAIVA COUCEIRO

baluarte poderoso, embora confinado em estreitos limites.

Em 1846 foi nomeado governador da colónia o bravo official da Armada, Ferreira do Amaral, que all realizou uma acção patriótica notável, prestigando o nome portuguez. Ele expulsou os mandarins chineses que ainda all exerciam a sua actividade, despediu as alfândegas chinesas instaladas no nosso território, abriu as portas da cidade, construiu estradas nos campos confiantes que nos eram vedados, assenhoreou-se da ilha da Talpa e assegurou para sempre o nosso domínio.

O valente official, todavia, pagou com a vida a sua enérgica e patriótica attitude. Em 22 de Agosto de 1849, o território de Macau foi cercado por numerosas tropas chinesas. O governador Ferreira do Amaral não olhava nunca para o número dos inimigos e, apenas seguido dum ajudante e munido dum chicote, atravessou as Portas do Cêrco e meteu-se pelo meio das fileiras chinesas à chicotada aos assaltantes. Estes acabam por derubá-lo do cavallo e assassinaram-no, decapitando-o, em seguida.

Sem a mais pequena hesitação, um outro official da mesma estirpe gloriosa, Vicente Nicolau de Mesquita, reuniu em Macau as pequenas forças de que podia dispor e lançou-se immediatamente na luta, para salvar o governador ou vingá-lo. A reduzida força portuguesa atacou com tal impetuosidade as tropas chinas, que as levou de vencia e, pouco depois, já se tinha apoderado do forte de Passaleão, onde os chins apoiavam a sua offensiva.

Em 1 de Dezembro de 1887 estabeleceu-se um tratado de comércio com a China, pelo qual o Celeste Império se comprometeu a reconhecer a Portugal a posse perpetua de Macau, como qualquer outra colónia portuguesa.



As rivalidades entre portuguezes e holandeses em Timor, demoraram-se até quasi aos nossos dias, muito embora não chegando a atingir aquêle grau de acuidade que conduz à guerra. Elas mantiveram-se contudo vivas e tenazes até ao século passado. Só em 1859 foi assinado entre Portugal e a Holanda um tratado de demarcação e troca de algumas possessões portuguezas e neerlandesas, nos arquipélagos de Solor e Timor. E, em 1914, o Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia fez, enfim, cessar todas as dúvidas ainda existentes sobre o traçado das fronteiras, determinado absolutamente pela convenção e pela arbitragem.

A patriótica acção dos portuguezes nas colónias, nem sempre foi acompanhada com efflicacia pelas medidas metropolitanas. A sua administração superior, eucios abusos eram patentes ao menos sagaz, foi profundamente atingida pelas reformas pombalinas. Após a revolução de 1820, os serviços relativos ás colónias, foram distribuídos pelos diversos ministérios, e, na Carta Constitucional, em seguida promulgada, não havia qualquer referência aos domínios ultramarinos, lapso que Garrett classificou de liberal silêncio. Foi depois criado o Ministério da Marinha e Ultramar, em 1834, e só em 1911, finalmente, se desanexaram em definitivo os serviços coloniais que passaram a constituir, intelligentemente, um Ministério próprio. Apesar de tudo, durante o periodo chamado do liberalismo, dedicou-se bastante atenção aos problemas coloniais e foi estudada a descentralização das provincias ultramarinas. Legisladores e colonialisistas como Rebelo da Silva, Paiva Manso, Julio de Vilhena, etc., trataram proveitosamente no conjunto de medidas que tornou possível a actual e modelar administração das colónias.

Por termos sido sempre os precursores (para o que basta consultar a História), de todos os beneficios de que goza hoje a Humanidade, também fomos os primeiros a abolir praticamente a escravatura. O marquez de Pombal iniciou esta obra humanitária quando considerou, por alvará com força de lei, promulgado em 1773, pessoas livres todos os filhos de mães escravas, nascidos na Metrópole. E foi Sá da Bandeira, estrênuo

lutador liberal, sempre fiel aos seus principios, quem, com o seu espirito combativo e firme, levou a bom termo esta outra campanha da abolição da escravatura nos territórios ultramarinos, que não lhe deu com certeza menos que fazer do que a campanha contra D. Miguel. Várias vezes Sá da Bandeira levou o seu projecto à sanção das Câmaras, que nunca o tomaram a sério. Venceu, porém, a sua tenacidade. Em 1858 foi esta jóia preciosa que elle depôs na corceilha da malograda e benemerita rainha D. Estefânia, que acabava de casar com D. Pedro V, a lei que fez cessar o odioso tráfico de escravos, que ainda se fazia através da barros negreiros, a maior parte d'elles tripulados por gente estrangeira. Foi ainda esta causa humanitária que deu lugar ao triste incidente da barca franceza «Charles et Georges», empregada no tráfico da escravatura e apreçada pelas autoridades portuguezas nas aguas de Moçambique, que determinou o magistral discurso, um dos mais bellos pronunciados na linsua de Camões, pelo parlamentar notável que foi José Estêvão.

O trabalho das missões religiosas no Ultramar foi também, desde a hora sublime das Descobertas, formidável sob todos os aspectos. Todos os colonialistas, sem discrepâncias, se têm curvado reverentes perante essas figuras quasi santificadas dos missionários, que exclusivamente armados com a sua voz persuasiva e com a Cruz, têm prestado à Civilização e à Pátria serviços inestimáveis. Ocioso é recordar o que foi em todos os tempos a acção evangelizadora dos missionários, que malavisadamente, em certa hora de desvaio, foram repellidos por aqueles que, precisamente, mais deveriam acarihiá-los. Esta provocação em favor das missões laicas não foi, porém, muito demorada, embora tivesse tido o tempo sufficiente para se verificar que os missionários tinham sido tratados com flagrante injustiça e que era necessário arrear imediatamente caminho para defesa dos interesses superiores da Pátria, que eles servem tão bem como os soldados.

Missionários, capitães e até poetas levaram a tóda a parte a cultura portuguesa. A reforma pombalina da instrução pública, infelizmente, só mais tarde foi applicada nas Colónias, e pela nova reforma de 1844 é que se criou nesta matéria essencial um certo e assinalado progresso. À frente d'este movimento salutar e patriótico collocam-se a India e Macau, onde fizeram tentativas de implantação do ensino secundário. Rebelo da Silva, em 1869, reorganizou o ensino no Ultramar, impondo novos e mais effcazes métodos de orientação pedagógica. Nos annos seguintes, o ensino intensificou-se. Por outro lado, aquella consciência colonial cada vez mais necessária começou a criar aletos na Metrópole, e no século XIX, entre muitos outros, salientaram-se neste movimento Aires de Ornelas, António Enes, Eduardo Costa, etc.,



CALDAS XAVIER

verdadeiros criadores da cultura colonial hoje em plena pujança. Fundou-se a Escola Colonial, assunto por que tanto se interessou o rei D. Carlos, e que veio contribuir para um melhor conhecimento das colónias, do seu valor e da sua acção. O Instituto de Medicina Tropical, a Sociedade de Geografia e tantos outros organismos foram surgindo, cada um com uma esfera de acção própria, e o seu conjunto harmonizou-se e deu os resultados práticos previstos. Caminhava-se, a passos seguros e agigantados, para a prosperidade colonial dos nossos dias.

Os problemas económicos das colónias, por seu turno, igualmente preocuparam os dirigentes portuguezes em todos os tempos. De principio, a actividade foi exclusivamente comercial. Mais tarde começou a fixação das populações nómadas, que se tornaram sedentárias. Foram desbravadas terras selváticas e inhóspitas, introduziram-se culturas, abriram-se portos, construíram-se caminhos de ferro e estradas, desassoraram-se rios, etc. As medidas de fomento realizadas, em todas as provincias ultramarinas, foram conscienciosamente estudadas e valorizadas no mais alto grau as suas possibilidades industriais e agrícolas, continuando os alicerces dum futuro de trabalho realizador e produtivo, que há-de contribuir em alta escala para assegurar a vitalidade da Nação.

★

Uma das mais interessantes e formidáveis realizações dos portuguezes foi a da iniciativa do reconhecimento do interior de Africa, cercado de mistérios e de histórias lendárias, como anno antes o Mar Tene-

broso. Mais uma vez fomos os primeiros, pois só depois surgiram os Stanley e os Livingston...

Quando começou a ser posta em prática a iniciativa já tinha cabelos brancos. De facto, já desde os tempos recuados do Infante D. Henrique havia a preocupação dominante de encontrar por terra passagem para o Índico. Com esse objectivo subiu Diogo Cão o rio Zaire, mas teve de desistir a certa altura, quando o rio se tornava inavagável. Mais tarde repetiram-se várias tentativas do mesmo género e, no século XVII, pensou-se afoitamente no plano de explorar e dominar o interior de África entre Angola e Mocambique. Surgiu assim aquela pleiade de viajantes notáveis como Lacerda e Almeida, Serpa Pinto, Capelo, Ivens, Paiva Couceiro, etc., que realizaram maravilhosas investigações científicas e de exploração política no misterioso interior africano, virgem ainda dos passos europeus. Lacerda e Almeida, já treinado em investigações da mesma natureza através dos sertões brasileiros, embarcou para a África em 1797 e, no ano seguinte, depois de muitas contrariedades contra as quais enérgicamente resistiu, começou a travessia do Oriente para Ocidente. Faleceu, porém, no trajecto e continuou a missão o seu denodado companheiro Padre João Pinto, que só não conseguiu alcançar as terras de Angola em consequência de lutas tremendas com os indígenas, doenças, traições dos camponeses e serviço, fome e sede, tendo-se visto obrigado a regressar ao ponto de partida. A expedição, contudo, não foi inútil, porque dela resultaram notícias valiosas sobre geografia, astronomia, flora, fauna, antropologia e etnografia.

Com mais ou menos êxito outras expedições semelhantes se realizaram e em 1831 partiu de Tete para Angola outra caravana, chefiada pelo major José Maria Correia Monteiro, acompanhado do capitão António Cândido Pedroso Gamito. A expedição foi detida pelo régulo de Cazembe, e dali escreveu o major Correia Monteiro carta; para Angola, que foram recebidas sete anos depois! O comerciante Joaquim Graça também partiu de Angola para Mocambique em 1843 mas, vítima dum traído armador, teve de voltar para trás.

Um novo astro de primeira grandeza surgiu, então, no firmamento brilhante dos viajantes coloniais: Silva Pôrto. Tinha ele menos de doze anos de idade quando deixou o Pôrto, sua terra natal, em direcção ao Brasil, mas a vida comercial, a que era destinado, não o seduziu. Passou do Brasil para Angola com pouco mais de vinte anos de idade e não se fixou no litoral, seguindo



ROBERTO IVENS

logo para o interior, que ia ser o seu admirável campo de acção. Fundou a Povoia de Belmonte, a 1.600 metros de altitude, próximo do rio Cuito, e durante mais de cinquenta anos percorreu em todos os sentidos os sertões da provincia. Sem cultura intelectual mas com uma bagagem de conhecimentos práticos fantástica e uma intuição esplêndida, escreveu em livros notáveis as suas proveitosas informações e foi nêles o progeiro infatigável da obra vastíssima de colonização portuguesa a realizar em Angola, chamada em termos verdadeiramente atlânticos, na sua qualidade de patriota extreme, a atenção das autoridades superiores da Metrópole para o perigo que representava, para nós, a actividade cada vez mais intensa do estrangeiro.

Poucas semanas depois do ultimato Silva Pôrto, suppondo talvez que estava perdida por completo a nossa soberania em Africa, e num momento de invencível desânimo, envolveu-se na bandeira portuguesa, feita por suas próprias mãos; e que o acompanhara em todas as suas viagens, encolheu nela o corpo, colou-se entre numerosos barris de pólvora e lançou-lhes fogo, morrendo vítima da explosão formidável, como supremo protesto contra a politica de indiferença da Metrópole e para não sobreviver a perdicão que éia com falta de informações fidedignas, julgava ser completa do nosso prestigio e poder em Africa.

Muito antes, porém, em 1852, Silva Pôrto partira do Bié e atingira a cidade de Mocambique no ano seguinte, chegando as cabeceiras do rio Zambeze, conforme lhe fora determinado. Esta viagem do intrépido explorador da selva africana foi das mais notáveis realizadas em todos os tempos.

Em 1877 repetiram a extraordinária façanha Brito Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, os dois primeiros officiaes da Armada e o ultimo, do Exército. Partiram juntos de Benguela e, em Belmonte, depois de terem sido recebidos na sua propriedade por Silva Pôrto, que lhes deu as indicações preciosas colhidas nas suas viagens anteriores, separaram-se, indo Capelo e Ivens por um caminho e Serpa Pinto por outro, mais ao Sul. As observações então efectuadas por ambas as expedições foram notáveis.

Em 1886-87, por determinação do ministro da Marinha e Ultramar, Manuel Pinheiro Chagas, os intrépidos viajantes Capelo e Ivens fizeram a mais importante exploração africana realizada pelos portugueses, atingindo a contra-costa e completando assim, brilhantemente, o feito que durante tantos anos fora tentado em vão.



ALVES ROCADAS



ORAM ainda proveitosas as expedições de Paiva e Andrade à Zambézia, de Serpa Pinto ao Tunge, de António Maria Cardoso ao Niassa, de Vilox Cordon, Paiva Couceiro e outros. A viagem de Serpa Pinto é que determinou o ultimato da Inglaterra, que se opôs a que as autoridades portuguesas dessem cumprimento à occupação da faixa de território entre Angola e Mocambique, a-pesar-de Serpa Pinto e Azevedo Coutinho terem dominado os indígenas que os atacaram.

Finalmente, em 1912-14, a Africa foi atravessada de Occidente a Oriente e vice-versa pelo glorioso almirante Gago Coutinho, durante os seus trabalhos de reconhecimento geográfico e delimitação das fronteiras de Angola e Mocambique.

A autentica epopeia da Occupação, ainda não cantada em verso heroico como a das Descobertas mas não menos reveladora de que as qualidades ancestrais da Raça não estão obliteradas, e, pode dizer-se, dos nossos dias. A Conferência de Berlim, em 1885, deliberara que só podiam ser considerados territórios dum país aquêles que estivessem pratica e efectivamente occupados e não apenas nominalmente reconhecidos. A criação deste novo direito em politica colonial podia ter-nos causado grandes sustos, mas a verdade é que a situação foi garantida com a migração, como porque nem todos os tempos da Restauração já não podia ter a actividade que a caracterisara outrora...

Contudo, nesta matéria mais uma vez fomos os primeiros e a Conferência de Berlim apenas justificara o que já nos dominios portugueses estava a fazer-se simplesmente porque chegara a occasião própria para isso. Havia só uma differença: os portugueses não chamavam a essa tarefa necessária — occupação — mas mais comeginhanamente — penetração.

Originariamente, a penetração fizera-se por meios pacificos, quasi por iniciativa individual dos soldados, missionarios, comerciantes e até aventureiros, estes últimos atraídos pelo encanto da exploração de novas terras. Em resultado desta infiltração pacifica, que prosseguia metódicamente, embora com lentidão, efectuavam-se alianças com os reis indígenas e a soberania portugueza alargava-se cada vez mais para o interior, sem haver quem realmente pudesse contestá-la.

O povoamento de todas as regiões do interior é que era o problema mais sério a resolver, porque não só a metrópole não dispunha de gente em abundancia para estabelecer com migração, como porque nem todos os climas dos trópicos são favoráveis ao organismo dos europeus. A-pesar-de difficil, todavia, este problema foi também solucionado com intelligência. A Metrópole mandava lá a apenas condutores, dirigentes, etc., procurando-se a mão de obra, noutros dominios e conseguindo-se a fixação das populações. Assim é que, da Guiné, super-povoada, foram muitos indígenas para Cabo Verde, os indians estabeleceram-se em Mocambique, onde são conhecidos pelo nome de emonhês, formando-se como que um intercambio populacional da comunidade portugueza.

Entretanto, bem em toda a parte bastava a penetração pacifica para assegurar a soberania lusitana. E, então, a força das circunstâncias obrigou a que se fizesse a occupação militar, de que se desempenharam cabel e gloriosamente várias gerações de heróis, com um patriotismo e uma abnegação incalculáveis.

Em 1855 realizou-se a occupação do Ambriz, região até all contestada pela Inglaterra, que não teve remédio senão reconhecer os nossos direitos seculares. A gente aguerreda da Guiné, sempre propensa a indisciplina e aos golpes traiçoeiros, em Dezembro de 1878 massacrava uma força militar portugueza. Seguiu-se uma serie de revoltas que várias expedições da metrópole dominaram completamente ao cabo de longos anos de luta, até que o gentio turbulento se convenceu de que era inútil a sua constante resistência, pacificando-se de vez o território.

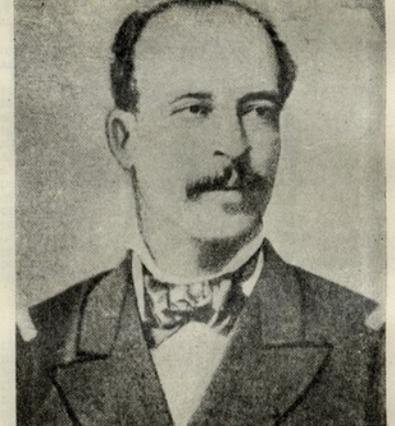
A determinação da Conferência de Berlim tornou indesejável modificar os processos adoptados até aquella altura; em vez de penetração pacifica e lenta, a occupação militar rápida e vigorosa. E foi o que se fez. As regiões povoadas por indigenas inquietos e indisciplinaes, muitas vezes armados e incitados por estrangeiros especuladores de aguas turvas, foram definitivamente pacificadas pelas tropas portuguezas, que conseguiram sempre, em todas as emergências e, na maioria dos casos, a custa de feitos brilhantes, honrar o brio e bem nome nacionaes.

E difficil, senão impossível, referir em curto espaço o que foi essa epopeia portentosa da Occupação. Basta dizer-se que o Exército e a Armada cumpriram o seu dever inteiramente e que o povo portuguez viveu horas inolvidáveis de patriótica alegria à medida que foi tendo conhecimento dos feitos heroicos realizados.

Entre as operações militares efectuadas avultam as de Caconda, Geba, Bissau, Caio, Canhambaque, Xume, Cacheu e Farim, na Guiné; Maningin, Manica, Metabane, Zambézia, Niassa, Macoolos, Macequepe, Gaza (com os formidáveis combates de Marracuene, Magul, Coolele e Chaimite), Namarrons, Maconete, Mataca, Barué e Angoché, em Mocambique; Humbe, Cubango, Cabinda, Bailundo, Ganda, Lalulo, Bórdos, Hulla, Gumbos, Santo António do Zaire, Caconda, Cuamato, Ambriz, Moxico, Lunda, Sul de Angola e Congo, em Angola; Maimbana, Lautem, Liqueça, Manufahi, Dembate, Bobonano, Atabal, Aitute e Ceussi, em Timor; e Saquehim, Bicholim, Nanus, Pondá, Salcete e Siatan, na India.

De todas estas operações militares, amplamente victoriosas e levadas a cabo em territórios inhóspitos, sob climas particularmente doentios, sem duvida a mais bela, a mais retumbante foi a realizada em Mocambique e que destruiu por completo o tenivel poder militar e politico dos vátuas. Nesta campanha destacou-se: restantes heróis que nela tomaram parte, e a uma altura consideravel, essa figura lendária de Mousinho de Albuquerque, que só por si valia bem um exercito. Após o combate de Coolele e a destruição de Manicacoe, a povoação castral onde o terrivel potentado Gungunhana tinha o seu cetroal, pelas tropas comandadas pelo coronel Galhardo, o bravo capitão Mousinho teve a oportunidade de capturar o régulo vátua e não a desperdiçou. Com a decisão serena e reflectida dum verdadeiro heroi de sangue e não de occasião, Mousinho lançou-se na perseguição do Gungunhana com uma força demitida, verdadeiramente irrisoria para um feito de tamanho vulto. Ele sabia bem (o seu relatório é um modelo de clareza e de observação), que o seu procedimento podia e devia ser tido como de mera audácia à margem dos principios rigidos da tactica militar. A sua pequena força podia ter sido, de facto, aniquilada e massacrada num abrir e fechar de olhos pelas numerosas emangas de vátuas, tanto mais por avançar absolutamente desamparada em territorio hostil e sem quaisquer ligações com a rectaguarda, que até por cumulo não existia...

Conscientemente ele pensara todos os pros e contras da sua forte decisão, e pusera de parte as observações razoáveis e prudentes atendendo a que só com audácia poderia levar a bom termo a retumbante empresa, cujas consequências eram de importância capital para o futuro. Foi — e venceu! No meio dos seus



HERMENEGILDO DE BRITO CAPELO

milhares de guerreiros boquiabertos e imobilizados de espanto, o Gungunhana e os seus familiares e dignitários foram com a maior simplicidade e sem-cerimonia presos e levados por Mousinho, e com esta audaz determinação os temerosos vátuas nunca mais se atreveram a rebelar-se contra as autoridades portuguezas. A longa campanha que se annunciava com resultado incêso e com complicações internacionais de toda a ordem foi imediatamente dada por terminada com este acto de extraordinário arrojo, que se não fôsse dos nossos dias poderia parecer inacreditável.

E desta maneira, com razoes de audácia sobrehumana e com successivas campanhas victoriosas, efectuouse por completo a occupação militar do nosso Império colonial, nada mais tendo que objectar o estrangeiro acréas das terras ultramarinas sobre as quais ondeia com indiscutivel direito a nossa bandeira.

No dia 28 de Maio de 1926, um dos heróis das campanhas de Africa e da India, Gomes da Costa, inclinou em Braga o movimento nacional que lá implantou o Estado Novo. Abria-se uma nova era de prosperidades para a Pátria, e as colónias iam ser objecto duma série infundavel de medidas de progresso e integradas, definitiva e irrefragavelmente, no corpo da Nação, como provincias genuinamente portuguezas e não simples e anódinos dominios do Ultramar, na categoria de colónias de exploração.

A obra de muitas gerações, na consolidação e na pacificação do Portugal ultramarino, estava inteiramente realizada. Faltava completá-la, dando-lhe a estrutura juridica do Acto Colonial e os elementos de civilização que só uma paz constante pode fazer reinar e tornar efficientes. E foi o que logo começou a fazer-se com uma orientação patriótica definida e a golpes de talento...

MARIO REIS

Cet article de Mr. Mario Reis comprend la période depuis 1640 jusqu'à 1926 — la reconquête de quelques colonies portugaises; les luttes avec hollandais, anglais et espagnols; l'épopée grandiose de l'occupation en Afrique et les manœuvres diplomatiques étrangères pour nous déposséder de quelques territoires.

This article by Senhor Mario Reis covers the period from 1640 to 1926 — the retrieval of some Portuguese Colonies; conflicts with the Dutch, English and Spanish; the epic event of the Occupation in Africa, and the foreign diplomatic manoeuvres to deprive us of part of our territories.



A RESSURREIÇÃO DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

EM dois anos de gerência da pasta das Colónias, o comandante João Belo procurou insuflar, nas coisas coloniais, uma política nova. Da vida de colono que, durante cerca de trinta anos, fizera em Moçambique, havia trazido para os negócios do Ultramar, sobre os quais verdadeiramente ainda não passara o sopro renovador da Revolução de Maio, um sentido nacionalista, uma experiência, que não tardaram a manifestar-se. O que legislou, então, não dimanava de uma concepção orgânica do todo colonial — é certo: isso viria mais tarde. Mas o homem que ganhara, durante tão largos anos passados no Ultramar, perfido contacto com as realidades e alcançara a justa compreensão dos problemas que as dominam, providenciou à altura, procurando orientá-los e resolvê-los, tarefa a que sem desfalecimento se votou. A matéria legislativa resultante da sua acção ministerial, é, num quadro nacionalista, o início admirável de uma renovação, e teria sido, se outras fossem as circunstâncias da ocasião, origem de fecundos desenvolvimentos. A política colonial do Estado Novo parte com efeito do seu extenuante trabalho. As providências que adoptou denunciavam tanto uma experiência feita como que num laboratório — passe o imaginoso termo — como a culta reflexão de um espírito que não pretendia ser apenas um grande impulsor do fomento, mas que se embalsou, também, na elevada aspiração de promover, à clássica maneira portuguesa de fazer povos, uma melhor formação indígena, o progresso cristão da alma africana.

Sob o aspecto económico, avulta a solução que João Belo propôs ao problema da cultura algodoeira. Ele viu como Angola e Moçambique, pouco e inexplicavelmente, contribuíam para as necessidades de matéria-prima reclamada pelas manufaturas da Metrópole: 400.000 quilogramas, ou pouco mais, para uma laboração que exigia 17.000.000 quilogramas do que resultava ter de se procurar no estrangeiro a diferença, com prejuízo da nossa economia. O mal derivava de não se estimular a produção pelo próprio indígena, estabelecendo do mesmo passo, em vista do aperfeiçoamento dela, summa judiciosa regulamentação da cultura, da selecção e distribuição de sementes e da compra e venda do algodão, ao mesmo tempo que uma severa fiscalização sanitária, a fim de reduzir ao mínimo possível os estragos causados aos algodões pelas múltiplas doenças e parasitas que os atacam.

A João Belo acrisolara-se-lhe — ou não fosse um dos da escola de Mousinho — um espírito construtivo, e assim se projectou no sonho dos engrandecimentos moçambicanos, que se esforçou por realizar. As medidas, que tamanha discussão, suscitaram, acerca da indústria açucareira e seus derivados, no vale do rio Umbeluzi, revelam uma visão e um esforço realizador de notável amplitude.

E preciso dizer-se que, por essa altura, a colonização estagnara, embora, até então, muito se tivesse legislado a seu respeito.

Que de punições testemunhos guardou da sua experiência de africanista o pioneiro João Belo? O decreto n.º 13.648, relativo à criação na margem direita do Umbeluzi, de uma estação de treino agrícola para emigrantes da Metrópole, seria um ensaio destinado a pôr termo a essa situação, a orientar a colonização segundo a justa compreensão das conveniências do progresso e do desenvolvimento económico da colónia. O facto utilitário subordina-o ainda aqui o fascínio do homem de Estado ao sentido de uma política nacionalista. Porque nacionalista, devesse foi-o ele, com efeito, profundamente, e como tal fora chamado a cooperar na obra renovadora que a Revolução Nacional começava a empreender.

A sua intenção coincide com a de alguns, os maiores, que haviam passado pelo governo da Colónia, tanto que Freire de Andrade já tinha tido a aspiração do estabelecimento de um forte núcleo de população portuguesa que trabalhe e produza, para o que alvitrava a criação de um fundo de colonização, destinado ao pagamento de passagens, à construção de uma meia centena de habitações para famílias de colonos durante um ano, e à instalação de uma bateria de charnuras com tractores para o arroteamento do solo chamado a produção do Sítio de Sagres. A mesma realidade viva, e inquietante, orientara, como se vê, o espírito dos dois homens, para uma solução idêntica de nacionalização.

Uma série de importantes circunstâncias impusera-se a João Belo como condicionamento para o desenvolvimento económico em vista: era, entre outras, a

proximidade a que a região ficava da capital da colónia, era a multiplicidade de vias de comunicação — o rio Umbeluzi, estrada de turismo, o caminho de ferro da Swazilândia, era a própria existência de uma interessante agricultura particular, e seria ainda a instalação, que projectava, da açucareira. Formosizando; não carecia de capital o emigrante para ali instalar-se nem de ir além de um ano o treino preceituado. Não



COMANDANTE JOÃO BELO

se tratava, na verdade, de uma iniciação à terra de indivíduos procedentes de variados mistérios a ela estranhos. O emigrante sairia das classes rurais quasi exclusivamente criadas na agricultura.

A política missionária, outra faceta da obra de João Belo, revelou-se, na publicação do estatuto orgânico das missões católicas portuguesas de África e Timor — verdadeiro monumento com que reatámos uma política tradicional — que o sectarismo determinara acabar. Não eram, porém, ainda chegadoos tempos capazes de permitir às mais consideráveis iniciativas do ministro, possibilidades de vingarem e desenvolverem-se com êxito.

«João Belo havia lançado em terreno ainda sáfaro — escreve com justiça o dr. Marcelo Caetano — a primeira semente». São recentes, pois foram proferidas no acto da posse do novo governador geral de Moçambique estas palavras com que o relembrou outro homem de Estado e insigne, o actual ministro das Colónias: «As circunstâncias mudaram consideravelmente, nestes últimos doze anos. A obra que João Belo sonhou e não pôde realizar, começa a ter efectivação, embora em moldes e segundo processos diversos».

O que sucedeu entretanto?

O sr. dr. Francisco Vieira Machado no-lo diz num outro discurso: «Salazar na sua, infelizmente tão rápida, passagem pela pasta das Colónias, deixou um padrão imorredouro: a magna carta da acção colonial de Portugal. Depois já dentro da orientação que o Chefe traçou no Acto Colonial, sanearam-se as suas contas — obra íngente a que fica ligado, o nome do meu ilustre antecessor, dr. Armindo Monteiro, outro grande, que não pode ser esquecido na história do nosso Ultramar. Se se pensar que aquele objectivo primordial foi conseguido em plena crise económica mundial, avaliar-se-á melhor a grandeza do esforço realizado, o valor do sacrifício suportado pelas províncias ultramarinas e as dificuldades que o ministro de então teve de vencer».

O Acto Colonial é uma síntese de directrizes que estabelece de modo insosfismável, princípios de estreita solidariedade e de comunidade entre a Metrópole e o Ultramar.

Trouxe uma política sem precedente e, todavia, a mais consentânea com a nossa tradição ultramarina,

e sobre essa poderosa base de unidade imperial assentou, depois, toda a matéria de construtiva legislação, que não demoraria a seguir-se-lhe: a Carta Orgânica do Império, a Reforma Administrativa Ultramarina, qualquer delas de tão perfeita concepção, que admiravelmente interpretam o ideal nacionalista, uma e outra fruto do pensamento do sr. dr. Armindo Monteiro, professor e homem de Estado, notável, em qualquer destas funções.

DATA de 8 de Julho de 1930 a publicação do Acto Colonial — acto de larga renovação. Uma era abria-se com ele para a história do Ultramar português.

Salazar afirmava com ele outra faceta do seu génio de reformador.

Uma vez mais havia sabido auscultar a ocasião, resolver e prever com penetração.

O caso colonial doutros países depois da guerra, em que se ia acentuando o progresso de uma dissociação a coberto da ideologia democrática, em que o fenómeno se desenvolvia até à aspiração internacionalista, não deixava de inquietar espíritos fiéis no seu próprio sangue, à velha civilização que já os vira nascer. A nossa, portuguesa, e cristã também, que já vira uma história de oito séculos, não podia eximir-se à inquietação.

A alma lusitana de forte fidelidade, a mesma que meditava, no rochedo de Sagres, alcançar pela estrada oceânica o Islão, ameaçador do mundo, manifestou-se à assomada de perigos semelhantes, que punham em perigo o ideal nacional e cristão da nossa grei, na meditação de Salazar.

Dessas horas de pensamento e de vigília, resultou o Acto Colonial.

Que era o Acto Colonial? Nunca será demais repetir o que o seu relatório diz resumindo-o, citado amentemente pelas exigências fundamentais da soberania portuguesas.

Um passo da lusitaníssima lição:

«Portugal — diz-se aí — tem a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos, de exercer a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. Denominam-se colónias esses domínios e cada um deles é indivisível, devendo manter a indispensável unidade pela existência de uma só capital e de um só governo geral ou de colónia, contrariando-se as ideias de desmembramento. «Os domínios de Portugal constituem o Império Colonial Português».

«Uma solidariedade moral e política existe substancialmente nas suas partes componentes e com a Mãe-Pátria. Envolve essa solidariedade em especial o dever de contribuir o Império para que os seus membros, os fins de cada um dos seus membros e a integridade e a defesa da Nação. Em tudo isto que se afirma no Acto Colonial há uma ideia basilar que outras preocupações tendiam talvez a destruí-la. Que ideia é esta?

Lapidariamente a inscreve o Acto Colonial:

«O Estado não aliena, por qualquer título, nenhuma parte do seu território colonial. Os outros Estados não podem adquirir nenhuma porção dele, salvo para estabelecimentos de representação consular, mediante reciprocidades».

E o relatório prossegue:

«Deve reservar-se para o Estado o direito de administrar e explorar os portos comerciais das Colónias, ressalvadas as excepções previstas, que devam ser reguladas por lei especial. O Estado muito menos concede a empresas particulares quaisquer prerogativas de funções de soberania. Onde estejam em vigor concessões de tal espécie, não podem ser prorogadas ou renovadas de qualquer modo. O Estado, nesse caso, fará uso legal da sua faculdade de rescisão ou resgate, nos termos da lei e dos contratos».

«Salvaguardam-se em todo este sistema de precauções onde for necessário, os direitos adquiridos. Mas de futuro as concessões do Estado, seja qual for a sua natureza, ainda que hajam de ter efeito com intervenção de capitais estrangeiros, ficarão subordinados à nacionalização e desenvolvimento da economia das Colónias. Toda esta orientação está ao abrigo do direito internacional».

Ao mesmo tempo defende a coesão moral e patrimonial comum, a liberdade governativa, as justas conveniências e, acima de tudo, a soberania do País. Trata-se de corrigir grandes males já existentes e de prevenir outros porventura ainda maiores. Sem estes diques naturais, ninguém sabe onde podiam ir os erros e as próprias adversidades dos nossos domínios, com prejuízo de posições nacionais que devem ser conservadas e até robustecidas».

Exposto assim o sentido da soberania em colonização, a passagem da doutrina ao facto havia de demorar pouco.

Não se compadecia com os princípios nacionalistas reguladores do funcionamento dos órgãos do Estado, nem com a noção de Império sobreposta à realidade da

dispersão geográfica das possessões coloniais, a simultaneidade de quaisquer direitos majestáticos. Nacionalistamente considerada a questão, a incongruência que deste estado de coisas resultava era evidente. Tempos houve em que a necessidade podia justificar a concessão de tais direitos. Foram, então, concedidos dois estatutos que mais ou menos tiveram por modelo a carta da tradição britânica. Mas as circunstâncias haviam mudado; o próprio sistema em si tornava-se objecto de crítica. Clamava-se mesmo que era preciso nacionalizar todo o Ultramar. O acto Colonial, com o seu ideário renovador, aparecia, pois, na hora precisa.



A experiência dos altos comissários de densas e suficientes provas e os seus resultados estiveram aquém do que dela podia esperar-se. Que mais não fosse, pela amplitude de funções, aquela magistratura tornava-se um loggismo, dado o sentido das instituições que se inovavam. O Acto Colonial impôs, e era natural que impusesse, a volta à anterior magistratura, mais simples, mais consentânea com aquele sentido, sem atribuições, portanto, a colidirem com a

competência da Assembleia e do Executivo, dando a cada governador como lema supremo, a honra de sustentar a soberania da Nação e promover o bem da Colónia.

Ir-se-ia, por acaso, por este caminho, dar à desaparecimento da autonomia administrativa e financeira? Não, porque esse sistema, — respondia às dúvidas que pudessem exprimir-se, o sr. dr. Armindo Monteiro — não era apanha esse illustre homem de Estado, em 1932, no barquette dos estudantes da Escola Superior Colonial, transformá-lo lentamente até conseguir-se uma autonomia fiscalizada e coordenada, autonomia responsável. Uma revolução, isto? Uma revolução, efectivamente. «Segundo conhecidos tratadistas, — acharíamos ousado romper assim contra princípios que a muitos se afurram sagrados. Mas um país tem que escolher entre a defesa da sua unidade e a concessão de autonomias tão latas que a integridade nacional seja apenas uma aparência, vivendo dentro do seu isolamento, os elementos constitutivos da Nação, como se uns aos outros se desconhecem, às vezes por ventura mais vizinhos de interesses estrangeiros do que de interesses nacionais».

Na criação dum sistema de regras tendentes à coordenação dos serviços e esforços, ao Ministério das Colónias tinha de competir a função de órgão superior de decisão e de unidade. Como, de repente, nos encontramos a larga distância de um Ministério das Colónias, de papel reduzido, de repouso burocrático, ao passo que na dispersão geográfica outra dispersão... se produzia, — cada colónia confinada ao seu estatuto particular, administrando-se como podia, com a sua avareze financeira, e Lisboa, a maior ou menor lonjura, de onde, com a sua larga provisão de atribuições, se iam os altos magistrados governá-las, e, em maré de apuros, as subvenções, os empréstimos...

Com as conferências de governadores coloniais, e a correspondente reunião de governadores de distrito, em cada colónia, com as conferências económicas do Acto Colonial, praticava-se um dos altos pensamentos do Acto Colonial.

Por elas exprimi-se o que era fundamental ao êxito das novas idéias de administração: a solidariedade e a interdependência das Colónias, a sua integração no interesse comum sustentado, vigiado, superiormente orientado pelo Ministro.

Deste modo, tornou-se um facto o Império, o Império possuía, desde então, no Acto Colonial, o seu fundamento.

Restava construir sobre ele. E isso se fez. Foi o sr. dr. Armindo Monteiro um construtor magnífico.

A Carta Orgânica do Império e a Reforma Administrativa Ultramarina representam dois poderosos pilares erguidos pelo seu pensamento, pela sua calma tenacidade.

A sua viagem às Colónias, antes de os levantar, fôra uma jornada durante a qual muito viu e meditou.

A unidade política, inscrita na Constituição, ia responder no domínio colonial a unidade administrativa, a unidade económica e administrativa, enquanto os termos em que se lhe referiu o autor, na sessão de encerramento da primeira conferência dos governadores.

E com uma elocução em que a elegância anda a par da precisão, ocupando-se de um assunto tão complexo, exprimi assim a idéa essencial de ambas as reformas que projectava:

«Podemos falar, então, com propriedade, de administração imperial e de política administrativa colonial, todos os departamentos do Império funcionarão, segundo um mesmo ritmo, guiados pelo mesmo espírito, obedecendo ao impulso de uma direcção superior. Desaparecerá a confusão legislativa de que, ainda num livro, recentemente publicado na América, nos acenam. Deixámos de ser no Ultramar o domínio de milhares de leis — que, mesmo que dizer, o país de nenhuma lei. A administração local atingirá uma simplicidade e uma clareza com que até aqui debalde se tinha sonhado».

A Carta Orgânica equivalerá a uma transformação profunda no sistema legislativo ultramarino: — disse-se a propósito, no velho «Journal do Comércio e das Colónias». Era um velho código, — acrescentava o mesmo jornal — a Reforma Administrativa Ultramarina, — um diploma original nos seus métodos, na sua regulamentação, e nos seus intuídos. As suas leis são as primeiras verdadeiras leis imperiais».

O saneamento financeiro de Angola, que o illustre estadista corajosamente empreendeu, o equilíbrio orçamental que impôs à elaboração dos orçamentos coloniais, foram outros tantos extenuantes trabalhos que realizou com êxito completo, e aos efeitos dessa orientação uma vida nova anunciou-se a próxima orientação em perspectivas de progresso e de futuro.

Fomento, fomento!... — pronunciava-se antes, em instantes de entusiasmo, que milhava por um instante, mas que as decepções muito depressa esprestavam.

Porque invariavelmente a decepção? O sr. dr. Armindo Monteiro, no-lo disse, judiciosamente, em 1938:

«Uma obra de fomento só será verdadeiramente reprodutiva e benéfica, quando for subordinada a rígidos princípios de ordem financeira. Olhem à sua volta: das colónias portuguesas passem a sua vista para as possessões estrangeiras. Reparem nos territórios que tiveram crédito fácil, dinheiro abundante, possibilidades sem medida de construir grandes obras e que deram caminho a todos os anseios das empresas construtoras; e não de ver que a dolorosa miséria das Colónias onde, quasi tão má como a guerra, passou a insânia dos homens, nem sempre corresponde sequer a riqueza dos que à força as quiseram dotar com o que o seu estado social e as necessidades da sua população não reclamavam ainda. Nenhum espectáculo é mais doloroso no mundo do que o de um país novo povoado de ruínas. Infelizmente, não é raro que ele se nos depare em África». E o Ministro das



PROF. DR. ARMINDO MONTEIRO

Colónias daquêle tempo prosseguiu: «Mas o exemplo da casa tem para nós mais valor. Para que ele se não repita, e a vida da Colónia possa correr sem perigos violentos, temos de instaurar, definitivamente, em todo o Ultramar, a ordem financeira. A primeira base desta, é a existência de contas; depois, a sua clareza e simplicidade».



Foi em 1933, o ano em que se elaboraram, pela primeira vez, orçamentos segundo as regras severas que lhes foram impostas.

«A contabilidade pública, — regista ainda o prof. sr. dr. Armindo Monteiro — começou a existir nas Colónias, a ordem financeira saía, então, do caos».

Estavam criadas condições propícias à prosperidade.

E, todavia, as Colónias, apesar dos seus extraordinários recursos, apresentavam

na ocasião um quadro desolador. A lassidão acentuava-se em todas as formas da actividade económica. Os caminhos de ferro só precariamente circulavam. Havia uma pobre política de comunicações. Valores e quantidades diminuíam no vulto do comércio geral, e como se todos estes efeitos da impriedade ou da insuficiência de métodos não bastassem, produzia-se a derrocada das cotações a que nenhum país colonial conseguia eximir-se.

Mas para além de todos os sacrifícios tornados absolutamente necessários, estava o almejado renascimento.

O esforço realizado pelo Ministro das Colónias no domínio do económico não desmereceu, pela larga complexidade, que representou, da complexidade dos casos a orientar ou a resolver, do notável esforço que levava a cabo com a sua política de sanidade financeira.

O sr. dr. Armindo Monteiro procurou com efeito estimular e proteger todas as actividades sãs da economia do Império Colonial e com êxito o conseguiu. Com vista ao comércio, pela aproximação comercial das Colónias entre si, e da Metrópole e das Colónias; pela criação do crédito industrial em Moçambique; pela reforma estatutária do Banco de Angola; pela regulamentação do problema das transferências de Angola, Moçambique e Timor; pelo estabelecimento dos fundos cambiais de Angola e Moçambique; pela reconstrução do Banco Ultramarino; pela nacionalização da moeda de Moçambique e da Companhia de Moçambique; pelo estabelecimento de direitos protectores na importação e exportação dos géneros coloniais. Lograva afirmar, finalmente, o princípio de que a economia de cada colónia deve bastar para as suas próprias necessidades.

Para protecção da agricultura e da colonização, criou prémios à cultura aldroceira; regulamentou sobre concessões de terrenos destinados à pecuária; sobre a produção de álcool carburante e as florestas de Angola, substituindo quanto a estas, pelo decreto n.º 21.260, uma multiplicidade de decretos e portarias existentes, de preceitos muitas vezes inconciliáveis; e deu começo ao regime corporativo colonial, — pela criação do Sindicato de Pesca de Mossamedes e do Grémio do Milho Colonial. Cabo Verde ficou a dever-lhe a concessão de um empréstimo, destinado a começar a sua reconstrução económica.

A actividade inteligentíssima e exaustiva do ministro não ficou por tudo isto, que seria mais do que suficiente para o seu renome.

Ao sr. dr. Armindo Monteiro, dir-se-lhe a soberba: ainda tempo pois o seu nome acha-se ligado a outras iniciativas de alcance e brilho semelhantes, como a Conferência dos Governadores inaugurada pelo lapidário

verbo de Salazar, onde o Ministro das Colónias, abrindo-a e encerrando-a, fez duas exposições doutrinárias e de crítica, à altura da sua capacidade de homem de Estado e de catedrático; a publicação do *Boletim de Legislação Ultramarina*, que determinou; a instituição das Casas da Metrópole e do Ultramar; e na esfera do judicial, a suspensão do envio de degradados para Angola e, posteriormente, o decreto n.º 21.852, que estabeleceu a título provisório depósitos de degradados no forte de Roçadas, no distrito da Huíla, — Angola, e na fortaleza de S. Sebastião, na cidade de Moçambique.



UM país como o nosso, em que as ordens militares, subsistem como tradição de instituições ligadas à formação continental e à expansão ultramarina, a falta de uma ordem dedicada ao mérito da moderna colonização, — o facto capital que se acentua desde o começo do século XIX — apresentava-se no espírito do Ministro, como uma lacuna, que tratou de preencher.

Ainda nisto fazia política imperial. Nasceu deste modo, importante pelo próprio facto histórico, a Ordem do Império.

Pois que, como aos homens, nem só de pão vivem os povos.

A política do espírito foi também, neste período, uma expressão que enaltece o estadista, e honra o País.

A par da obra notabilíssima, de carácter económico e financeiro acima sumariada, e que o signatário destas linhas, hora a hora teve a honra de acompanhar, o espírito gentilíssimo, dotado de uma rara cultura, do sr. dr. Armindo Monteiro, sentiu a necessidade de uma larga acção cultural, simultânea com aquela obra.

Dessa acção derivam providências e frutos, como a fundação do Arquivo Histórico Colonial, onde se acumulam tantas riquezas de documentação, veneráveis testemunhos, até all dispersos; a Exposição Colonial do Porto, que tamanho entusiasmo levantou em todo o País, e que o Estrangeiro devidamente apreciou; a publicação dos *Clássicos da Expansão Portuguesa* no Mundo e outras edições culturais da Agência Geral das Colónias; — a Biblioteca Colonial Portuguesa e a colecção de vulgarização «Pelo Império»; a publicação da revista literária a primeira no género a aparecer entre nós, *O Mundo Português*, que teve a honra de ser apresentada às gerações novas pelo próprio Ministro, num artigo de brilhantíssima elocução e fervorosa fé.

Gerando ainda a pasta, o sr. dr. Armindo Monteiro, realizaram-se em Luanda e Lourenço Marques duas exposições-ferias, que demonstraram as possibilidades de vária ordem de ambas as Colónias e o valor moral do seu colono, no regime de severa mediação financeira em que a Angola e Moçambique fôra preciso entrar para se salvarem; foi Portugal à Exposição de Arte Colonial de Nápoles, e a Paris, à Exposição Colonial Internacional, onde o nosso pavilhão teve a inauguração do sr. dr. Armindo Monteiro, que realizava em Novembro, naquela capital, a conferência que teve por tema «O país dos quatro Impérios», — panorama empolgante das nossas maravilhosas realidades de povo de expansão e de fé.

Não quero concluir sem registar a mágoa que experimento, tendo-se ficado por aqui, por estas desastuosas linhas. Porque me seria grato, continuando-as, acentuar e mostrar, que tanto a acção do sr. dr. Armindo Monteiro como a do actual Ministro das Colónias, inspiradas no alto pensamento do Acto Colonial, bem merecem da Nação.

Não sei quem neste interessante número de «O Século», dedicado ao Império Colonial Português, vai ocupar-se da individualidade tão lustre do sr. dr. Francisco Vieira Machado.

Necessariamente, «O Século» escolheu colaborador à altura do honroso encargo. Porém, conforme me acontece com o seu antecessor, eu tenho tido a honra de seguir, a par e passo, a obra do sr. dr. Vieira Machado. O desenvolvimento mesmo do seu pensamento em muitas das mais importantes iniciativas suas. Compreende-se, portanto, quanto me seria agradável, lançado o guia um sentido ideal de Pátria, daquêle ideal que se exprime sempre pela dignidade com que uma geração, herdeira de glórias passadas, assume o peso das responsabilidades dessa herança e se prepara para a entregar sem mancha de remorso, às mãos da que se lhe vai seguir.

JULIO CAYOLLA

L'écrivain et journaliste Julio Cayolla, agent général des Colonies, nous décrit dans cet article comment s'est accomplie la resurrección de l'Empire Colonial Portugais, après le mouvement de 1926 et jusqu'à 1935; par l'action du gouvernement du commandant João Belo, d'abord; après, par la mise en vigueur de l'Act Colonial du Président Salazar, et, enfin, par l'action directive de M. Armindo Monteiro, qui a pris un sens vraiment impérial.

The writer and journalist, Julio Cayolla, Agent-General of the Colonies, describes how the restoration of the Portuguese Colonial Empire was achieved after the movement in 1926, up to 1935; firstly by the able administration of Commander João Belo; later, by the promulgation of President Salazar's Colonial Act, and finally through the essentially imperial administrative policy followed by Dr. Armindo Monteiro.



QUATRO ANOS E MEIO DE ADMINISTRAÇÃO COLONIAL DO MINISTRO FRANCISCO MACHADO



GOVERNAR não é só compreender; é, essencialmente, sentir. O sentimento do homem de governo é que define a sua vocação de estadista e garante o benefício ou utilidade da sua obra.

Qualquer pessoa pode compreender ou avaliar o que interessa ao comum. Basta-lhe, para tanto, ser amigo da sua Pátria e ter os olhos abertos às realidades do seu tempo. Mas a compreensão é quase inútil, se não sentir as aspirações, as dúvidas, os anseios, o mesmo é dizer: do País. Esse valioso sentimento traz à obra de governo a parcela de Humanidade, sem a qual tudo socobra quando parece mais firme e duradouro. A administração, por mais rígida que seja, não dispensa umas clareiras de ternura; e é por elas que entra o Sol para iluminar eternamente — ou por curto espaço, conforme forem maiores ou menores — a obra do estadista.

A política europeia pôs no primeiro plano da vida actual a economia; e por ela pretende resolver todos os problemas ligados ao fenómeno económico e aos que dependem do espírito e da moral. Mesmo os povos onde havia tradições do mais sólido valor espiritual, se deixaram submeter a essa força dominadora da economia; e socobram ou estão à beira da ruína e da perda da independência.

Não aconteceu assim neste País, onde o regresso à ideia imperial fez do Espírito e da Moral os alicerces firmes da política financeira e económica. Esta compreensão do povo português, quando lhe apontaram o novo caminho, que era a final, o seu caminho natural e próprio do seu passado, revelou que os homens do Governo, com o Presidente Salazar à frente, sentiam as aspirações e as necessidades nacionais, e, porque as sentiam, podiam dar-lhes satisfação.

Quem compreende, apenas, nem sempre encontra, uma solução. Quem sente, está apto a resolver, se o ajuda, como é mister, a competência; estão de acordo a sua inteligência e o seu coração.

Não basta, portanto, a um homem de Estado, por mais competente que seja, compreender; mas se compreender e sentir, a sua obra terá a mais larga projecção na época própria; nas épocas passadas, com as quais manteve absoluta continuidade; e nas épocas futuras, às quais abre caminho e serve de exemplo e estímulo.



O sr. dr. Francisco Vieira Machado, Ministro das Colónias, com os governadores coloniais durante a Conferência realizada em Lisboa

O sr. dr. Francisco Vieira Machado, actual ministro das Colónias, compreende e sente o Império Colonial, e com essa compreensão e sentimento serve o Império Português, em toda a sua expressão espiritual, moral e económica. Trouxe no sangue, para a vida, o amor pela causa colonial, nasceu com o sentimento do Império. Criou-se num ambiente familiar, onde algumas das maiores figuras de colonialistas — seus parentes — cuidavam a todo o momento, pela acção directa ou divulgação de ideias, do desenvolvimento ou do progresso dos nossos domínios ultramarinos. Bem cedo, e entre os seus, ouviu falar da história maravilhosa das descobertas e conquistas dos séculos áureos; das lutas de ocupação e de soberania em que muitos dos seus se empenharam com bravura e decisão; dos grandes problemas políticos e de administração e de aspirações altas de progresso económico e social, que pessoas de sua ilustre família pretendiam resolver com a ternura e o interesse nacional de quem compreende e sente.

Esse ambiente familiar de formação colonialista

lhe deu a exacta noção do valor espiritual, moral e económico dos domínios ultramarinos. Ao mesmo tempo que se afirmava, na Faculdade de Direito de Lisboa, um dos mais notáveis alunos de quantos por all têm passado, dedicou-se ao estudo das complexas e difíceis questões ultramarinas. Bem depressa compreendeu como a ideia imperial, informadora da antiga actividade política portuguesa, era vencida pouco a pouco pela ideia desagregadora da política individualista de raiz estrangeira, que via nas colónias não províncias de Portugal, partes de um todo que era a Nação, mas de possibilidades de viverem independentes na sua administração até que pudessem libertar-se, de todo, da soberania portuguesa. Compreendeu e sentiu que só o regresso à política imperial, de unidade e de solidariedade entre todos os povos e raças portuguesas, podia evitar a desagregação e com ela o desaparecimento do único Império que, no Mundo, serve de exemplo pela força dominadora da sua tradição, de esforço, produzido para o formar, do sangue vertido para o manter, dos sacrifícios feitos para o desenvolver e tornar útil à Humanidade.

E tanto era esse o pensamento do dr. Francisco Machado que, mais tarde, já ministro, ao inaugurar a I Conferência Económica do Império, ele próprio afirmava:

«A ideia que inspirou a realização da presente conferência é directa emanação de princípios, pelo Estado Novo, estabelecidos e que são o Norte de novos rumos da vida de Portugal. Entendeu-se que para tempos novos eram necessárias novas ideias. E, por isso, o Estado Novo, em matéria colonial, estabeleceu e está realizando princípios novos.»

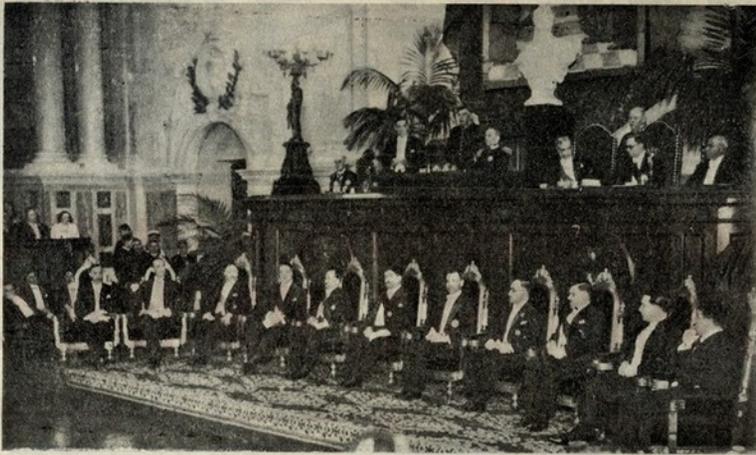
Bastará atentar nos princípios que estão orientando e dinamizando a política colonial comparando-os com aqueles que vigoraram anteriormente, para se reconhecer que, de facto, assim é. A cópia de instituições estranhas levava por vezes, o País a adoptar métodos de administração contrários à índole da nossa tradição colonial e opostos às próprias conveniências nacionais. Perfilhámos, assim, princípios de lata autonomia que outros povos tiveram de adoptar para resolver problemas que não tinham surgido entre nós, e fêz-se modo, paradoxalmente, criámos novos embaraços e dificuldades de administração de que vieram a padecer, cruelmente, tanto a Mãe-Pátria como os seus domínios.

Com efeito na ordem política, a concessão de um exagerado autonomismo às nossas colónias transformou a actividade directiva e coordenadora que ao Governo central compete, na passividade de mero espectador do facto consumado. Repudiara-se, desta forma, a antiga e experimentada tradição que, politicamente, equipara os domínios de Portugal às províncias da Metrópole, e fôz-se até ao ponto de erigir como ideal a criação de enovos Brasís, ideia tão lesiva da integridade nacional, como ignorante do particularismo especial que gerou a independência da grande nação sul-americana.

O Estado Novo não é reaccionário — é criador. E, por isso, tinha de suscitar novas directrizes, que, inspiradas na lição fecunda do nosso passado, dessem satisfação às necessidades nacionais do presente. Assim, sobre a política de autonomia extrema, como sobre a política de centralismo rígido, variando os considerandos, havia de recair a mesma sentença condenatória. Com efeito se bem que oposto na sua doutrina e nos seus processos, o sistema de autonomia e o sistema de centralização aparecem singularmente afins, ambos elevados do mesmo pecado original: os dois replem o espírito daquela colaboração que tem de reger as relações



O sr. Presidente da República, lendo à direita o sr. Presidente do Conselho e, à esquerda, o sr. Ministro das Colónias, na inauguração da Exposição Histórica da Ocupação, em Junho de 1937



A sessão solene inaugural da 1 Conferência Económica do Império Colonial

entre a Metrópole e as suas colónias, espírito simultaneamente suscitador de iniciativas locais e respeitador da unidade orgânica da Nação. E tanto há que condenar o centralismo em seus métodos de autoeracia centrípeta como o autonomismo no desregramento da sua arbitrária actividade centrífuga. De facto a centralização rígida dos últimos anos da Monarquia constitucional não atentava na distância que separa a Metrópole dos nossos domínios e artificialmente agravava, pela demora na solução, a acuidade dos problemas. Ministro, Governo, Parlamento tendo somente conhecimento, das coisas a distância, pela via indirecta das informações que não pela observação immediata dos factos, mesmo quando conjugavam e competência com o ânimo de bem acertar, haviam de reflectir, em seus juízos e apreciações, uma verdade deformada. Os órgãos da administração local eram meros executores de ordens providas de longe. Em matéria de concepção e de iniciativa estavam reduzidos a estéril passividade. Assim, tudo se reclamava do Poder Central, que tudo a si chamava e que era incapaz de tudo realizar. E a opinião local, a pesar de nascida e virada com as realidades coloniais mal se fazia ouvir em Lisboa e em pouco contava nas decisões do Poder Central.

OM semelhante princípio era impossível estabelecer íntima colaboração entre a Metrópole e as Colónias, porque elle corresponde a uma ideia de sujeição — não a uma ideia de solidariedade.

Idéias assim claras e firmes, critica tão justa e verdadeira sobre o passado; e princípios de solidez tão não se alcançam apenas pelo estudo de muitos anos e exacta compreensão dos problemas entre os quais figura como principal o da unidade e solidariedade do Império. São — afirmamos uma vez mais — expressões de alto sentimento colonialista e imperial. Correspondem a uma formação perfeita; a um espirito, a uma moral, a um método de governo e de acção.

Os proprios estrangeiros por mais de uma vez reconheceram que o verdadeiro sentimento português



A PRIMEIRA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS COLÓNIAS — Aspecto do desembarque do Chefe do Estado no Funchal

é imperialista não no interesse de reafirmação ou conquista de novas terras e povos, mas no sentido de solidariedade entre as provincias espalhadas pelo Mundo, e de unidade absoluta de pensamento e de acção

das raças portuguesas. O escritor francés Luiz Mourais no seu livro «Um francés no Brasil», ao referir-se à cidade de S. Paulo escreve:

«Os portugueses nem sempre se distinguem da população indígena. E a mesma lingua e os costumes, em geral, semelhantes. Vivem sem azedume no que outrora foi colónia sua. Pertencem, com effeito, a uma nação que outrora conheceu os mais inebriantes favores da Fortuna. Olham com indulgência e simpatia este povo moço que sacudiu assaz brutalmente o jugo da velha Metrópole, mas nem por isso deixa de levar a novos destinos larga parte da herança comum.

Por sua banda, o conde de Lichterfeld, ministro da Belgica em Lisboa, publicou no «Bulletin Commercial», de Bruxelas as seguintes afirmações:

«As colónias são caras à Nação, e estão associadas ás suas mais íntimas fibras. Por isso, qualquer perigo que pareça ameaçar a sua segurança ou a sua integridade é vivamente sentido como se se tratasse de um atentado contra a própria nação.

Na Europa faz-se, em geral, idéa pouco exacta do que as colónias representam para este País e do papel que ellas representam na sua existência. Na realidade, Portugal não é constituído unicamente pelo território restrito que no extremo da Península Ibérica occupa, mas pelo conjunto do que se chama cada vez mais correntemente, mesmo na terminologia official, o Império Português de Além-mar. Quanto ao espirito público manifesta cada vez mais consciencia da importancia das possessões de além-mar na salvaguarda da própria independencia do País.

Com estas definições se demonstra como a idéa Imperial portuguesa corresponde a uma vocação natural e não podia deixar de ser a informadora da obra notabilissima de um homem, como o sr. dr. Francisco Vêira Machado que se airmou no sentimento e na acção construtiva, um dos maiores estadistas que passaram pelo Ministério das Colónias.



A PRIMEIRA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS COLÓNIAS — Na recepção ao Chefe do Estado, em Luanda

O «Acto Colonial» e a nova Constituição Política definiram que a vida nacional retomava o rumo do Império. As provincias do Ultramar foram tratadas, portanto, no mesmo terreno de igualdade das provincias da Metrópole ou as ilhas dos Açores e da Madeira.

Já, como em artigos anteriores ficou demonstrado, se pertira, na administração colonial, do mesmo ponto que trouxera ao Continente uma nova vida: a regeneração financeira. Ao sr. dr. Armindo Monteiro se deve a realização das mais importantes e dificeis diligencias para o acerto das contas colonias. Desde que o «Acto Colonial» impunha como sentimento nacional comum a solidariedade de todas as partes do Império, era mister que a todas ellas chegasse o mesmo principio de ressurreição. Mas essa politica de regeneração financeira iniciada em 1932 só em 1936, já na gerência do actual Ministro, entrou na fase definitiva e há quatro anos prossegue com os melhores resultados.

Em 1925, Mocambique não tinha contas. Em 1930, o mesmo sucedia ainda em Angola. Quando se puseram com segurança em funcionamento as rodagens da contabilidade, vira-se que as finanças colonias estavam, como as metropolitanas, num estado que, sem exagêro, podia classificar-se de caótico. Muitas vezes não havia orçamento; outras, o orçamento era aprovado sempre tarde. Senão vejamos em relação a Angola, o que sucedia quanto à data da aprovação dos seus orçamentos, desde 1917-18:

Nesse ano de 1917-18 o orçamento foi aprovado em 28 de Novembro de 1917. Nos anos de 1918-19, 1919-20, 1920-21 e 1921-22 não houve, sequer orçamento. O de 1922-23 foi aprovado em 3 de Junho de 1922; o de 1923-24, em 16 de Março de 1923; o de 1924-25, em 10 de Outubro de 1924; o de 1925-26, em 30 de Junho de 1925; o de 1926-27, em 1 de Outubro de 1926; o de 1927-28, em 22 de Setembro de 1927; o de 1928-29, em 29 de Setembro de 1928; o de 1929-30, em 20 de Junho de 1929. Em 1930-31, não houve orçamento. O de 1931-32 foi aprovado em 14 de Julho de 1931; o de 1932-33, em 28 de Junho de 1932; o de 1933-34, em 30 de Junho de 1933; o de 1934-35, em 28 de Junho de 1934; o de 1935-36, em 9 de Maio de 1935.

Nos anos economicos seguintes as aprovações, como já succedeu nos últimos, passaram a ser feitas com regularidade, substituindo-se a desordem administrativa por um notável sentido de ordem.

Acima se viu que na provincia de Angola durante quatro anos economicos seguidos não houve orçamento.

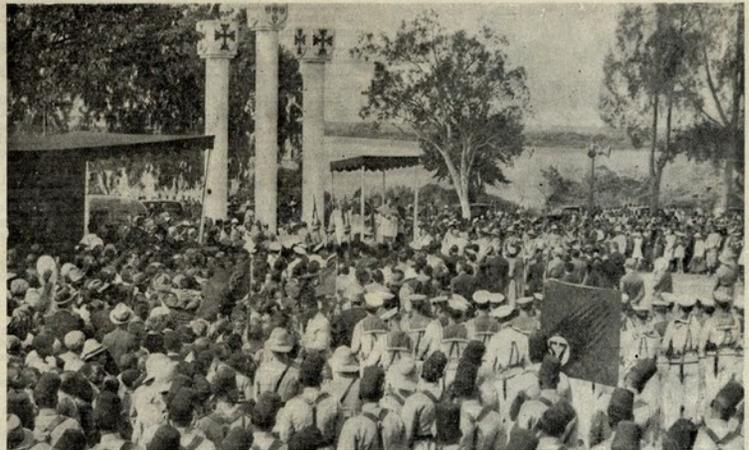
Evidentemente é fácil avaliar os prejuízos que esse facto acarretou e o índice de desordem que revelou.

O que sucedia em Angola dava-se, no que respeita à desordem financeira, nas outras colónias; todas seguiam o mau exemplo da Mãe-Pátria. Forçoso foi, pois, que a seguissem também no caminho da regeneração. Acertadas as contas, estabelecido o equilíbrio entre as receitas e as despesas, conseguiram-se nos últimos anos avultados saldos com os quais — e também com novos empréstimos da Metrópole — pagaram-se dívidas atrasadas no valor de muitas dezenas de milhares de contos. Tudo isso se fez sem prejuízo do desenvolvimento natural da economia de cada colónia; e ainda o Governo criou o Banco de Fomento Colonial e lhe concedeu 140.000 contos para empréstimos.



A regeneração financeira fez o sr. dr. Francisco Machado, nas Colónias, como o sr. dr. Oliveira Salazar, na Metrópole, o fundamento de uma acção que havia de ser, como tem sido e é cada vez mais, notabilíssima em todos os aspectos.

Afirmar-se uma verdade, dizendo que a entrada do sr. dr. Francisco Machado no Ministério das Colónias era vista apenas como início de uma obra exclusivamente económica e financeira. O Ministro declarava não aprovar e fechar nos prazos da lei; e cumpria até hoje. Mas bem depressa o eminente estadista afirmaria: «A unidade do Império não se traduz apenas nas questões económicas e financeiras. Há que pôr ao lado delas as realidades espirituais, cuidando da uni-



A SEGUNDA VIAGEM PRESIDENCIAL — Ao-cto da missa campal no sítio onde se formou o célebre quadrado de Marracuene, vendo-se ao fundo o rio Incomati



A SEGUNDA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS COLÓNIAS — A entrada triunfal do Chefe do Estado em Lourenço Marques

dos que nos últimos anos compreenderam que também ali devem, de preferência, empregar-se os braços e as inteligências que o território metropolitano não pode ocupar. Essa população nova nasceu nas colónias e da Metrópole tem uma visão restrita, uma visão de mapa, que não lhes dá sugestão própria quando observam, na grande carta do Mundo esta pequena faixa de terra que se chama Portugal. Assim, conhecem a Metrópole apenas pela leitura e pelas descrições orais, e, até, por qualquer monumento ou sítio que lhes evoque as lutas da descoberta e da ocupação. Podem admirar o esforço português pela acção de seus avós ou pais; mas não amam a Metrópole, como é necessário porque só se ama o que se conhece.

A terra dêles, onde nasceram, vivem e se preparam para o futuro, é a terra colonial. Da Metrópole, muitas vezes ouvirão até falar com desgosto, que não é falta de patriotismo, e que corresponde às restrições que são necessárias às actividades criadas por diplomatas que visam o futuro e o conjunto colonial. Os pais os avós, os parentes mais crescidos têm ambições naturais, aspirações de obras de fomento, de melhoria económica, em geral. E a admiração pela Metrópole, assim diminui, em vez de alargar-se. Não há nenhum laço sentimental que os prenda a nós. Por isso os rapazes não podem orgulhar-se da grandeza de Portugal e da sua história sen par, das tradições gloriosas de que a própria Africa onde vivem é um dos padrões mais altos. Por outro lado, é preciso mostrar os rapazes das colónias, a nova geração formada lá, para que a Metrópole conheça a sua existência e compreenda, perfeitamente, o valor que tem para o futuro. No meu pensamento cabe o desejo de ligar os rapazes de lá e de cá por entendimento pessoal e directo, por correspondência, por qualquer modo, enfim, que os una para a obra futura nacional.

Os rapazes das colónias percorreram todo o País. Visitaram monumentos e campos de glória, terras de cultura, estabelecimentos fabris, centros de turismo — tudo, enfim, quanto era necessário para cumprir o objectivo do Ministro: aprenderem a amar Portugal.

Logo a seguir outra grande iniciativa de mais larga projecção teve o sr. dr. Francisco Machado e realizou-se, como sempre faz, por maneira notável: a Exposição Histórica da Ocupação. Empeendimento do mais largo alcance histórico e social, a Exposição foi uma poderosa e significativa manifestação do nosso poder civilizador e colonizador, uma admirável evocação dos feitos gloriosos de al-...-nar.

Abriu no dia marcado — o que é importante acon-

dade das forças morais e mentais que, mais do que tudo, fez da conjunção da Metrópole e das Colónias um Portugal único.

E também cumpriu esta, como todas as suas afirmações.

início da Revolução Nacional, um sorvedouro das magras disponibilidades e dos recursos ao crédito de que dispunha a Metrópole. A verdade, porém, é que não houve, apenas, desenvolvimento material; quer no aproveitamento inteligente dos campos, dos portos e dos rios, quer nas obras de fomento, que a exploração das terras determinou. As colónias criaram as suas populações novas, com filhos e netos dos primeiros colonos e

É difícil distinguir, na obra do ilustre homem de Estado, onde foi mais longe: na realização de grandes acções económicas e financeiras ou na defesa e expansão do sentimento colonial.

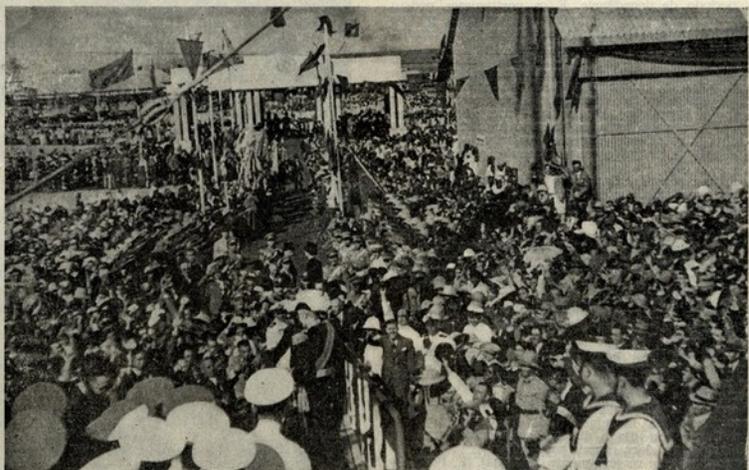
Em quatro anos e meio de governo, — que bem pouco a-final, são na vida de um estadista — vejamos o cuidado com que o sr. dr. Francisco Machado tratou da unidade das forças morais e espirituais.

Nos os portugueses, temos no sangue o amor pelas colónias. Apesar da distância, os sentimentos sempre ligados à Metrópole. E, porém, um sentimento natural. Verdadeira consciência do valor espiritual, moral e económico das províncias ultramarinas, nunca houve em mais de um século de pessoas. Só se avalia o que se compreende; e o nosso sentimento colonial tinha por base o direito de possuir as terras descobertas ou conquistadas e a recordação dos sacrifícios que nos tinham custado. Era preciso, pois, aproximar o povo metropolitano dos povos coloniais; levá-lo a ver, para compreender a importância dos domínios e da acção que a todos incumbe para o seu desenvolvimento e progresso.

Com esse excelente critério se realizou o Cruzeiro de Férias às Colónias. Embora numa rápida passagem pelas províncias ultramarinas de Africa, uns centos de professores e estudantes criaram uma consciência colonial. Viram e compreenderam que a sua vocação colonial tinha outras razões além das que provinham da tradição e do respeito por tantos esforços e sacrifícios dos seus maiores.

Pouco tempo depois, determinou o sr. dr. Francisco Machado a realização de um novo Cruzeiro, desta vez em sentido inverso: dos estudantes das colónias à Metrópole. Melhor do que outras, as palavras que o ilustre estadista me disse, para o «Século», servem para exaltar a importância dessa iniciativa:

«Este cruzeiro de estudantes coloniais à Metrópole, obedeceu a uma ideia que a todo o momento procura alargar em realizações, de vária ordem. As colónias portuguesas atingiram, como sabe, um grande desenvolvimento económico e são já hoje, como foram no



BEIRA (MOÇAMBIQUE) — O desembarque do sr. Presidente da Republica em 28 de Julho de 1939



A SEGUNDA VIAGEM PRESIDENCIAL A COLÓNIAS — O sr. Presidente da República, acompanhado do sr. Ministro, agradecendo as manifestações populares em Lourenço Marques

tuar — e foi, além da sua projecção política nacional e internacional, uma verdadeira, esplêndida e proveitosa lição de história à geração nova, recordando-lhe com imagens claras e sugestivas, a formidável obra colonizadora de Portugal.



QUi também o Ministro definiu com brilho e clareza o seu pensamento e o objectivo da iniciativa admirável que tivera.

«Visa esta Exposição a mostrar o esforço ingente realizado pela nação durante século passado, do qual resultou a posse do nosso actual Império Colonial. Não foi um milagre da nossa História a epopéia do século XIX. Ela é a continuação lógica de toda a nossa acção ultramarina.

Não viveramos atrás de nós séculos de labor colonial e internacional. A nossa obra no Ultramar, durante o século passado, seria incompreensível. Milagre, portanto, é a nossa irresistível vocação colonizadora! E, por isso, a Exposição evoca, nas várias salas, o que fizemos anteriormente ao século XIX — a fim de que o público possa compreender a razão histórica do esforço nacional dos últimos cem anos anteriores a Grande Guerra e os resultados maravilhosos que dele derivaram. E, na verdade, resultados maravilhosos eles foram! Com pequeníssimos meios materiais, a maior parte das vezes desacompanhada do poder central, a acção dos nossos grandes chefes coloniais força a nossa veneração. Mas a verdade é que não basta explicar o que fizemos além-mar durante o século XIX, a existência de homens de valor excepcional. Alguns dos que ficaram na Metrópole também tinham raras qualidades. E, contudo, pode dizer-se que a sua acção não correspondeu em benefício colectivo ao valor pessoal dos dirigentes do Portugal Europeu. E' que os chefes do Ultramar não tinham a par-lhes a acção a máquina política metropolitana. Eram chefes que podiam mandar — e comandavam.

Os princípios da autoridade que hoje aplicamos, na Metrópole, com os resultados que todo o País conhece, foram aplicados no Ultramar português, no século XIX e deram fruto magnífico.

A Exposição mostrará, pois, o que sobemos fazer num período de decadência. E os portugueses podem orgulhar-se do que ontem fizeram nas colónias, porque praticaram feitos que igualam, em beleza e em heroísmo, os mais lindos de toda a sua história.

Mas a Exposição não visa só a justificar o orgulho nacional. Ela pretende constituir também uma razão da confiança da Nação nas suas possibilidades coloniais. Se ontem, pobre, decadente, o País pôde realizar tudo que a Exposição vai mostrar — com ainda maior experiência, a raça, com as mesmas qualidades, mas com uma mentalidade imperial, valorizará cada vez mais e melhor, moral e materialmente, os seus domínios.

A última sala da Exposição será a primeira sala de outra Exposição que se faça de hoje a alguns anos. Com o chefe com que Deus dotou Portugal — assim será.

Ao mesmo tempo que muitos milhares de pessoas percorriam surpresas e emocionadas, a Exposição, era inaugurada, também por iniciativa do Ministro Francisco Machado, o Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo, ao qual concorreram ilustres personalidades nacionais e estrangeiras.

Na sessão inaugural, a que presidiu o Chefe do Estado, pronunciou o sr. Ministro das Colónias este notável discurso:

«O Estado Novo não cumpriria integralmente a sua missão histórica se se contentasse de dar às actividades materiais do presente uma organização que mais efectivamente as ordene e dinamise.

O espírito nacionalista, que o anima e orienta resulta da consciência da grandeza e da homogeneidade da Pátria. E por isso, dia a dia, em cada acto, torna tal consciência mais clara e mais profunda.

Como base de resurgimento nacional da hora de hoje, o Estado Novo valoriza o grande património moral que o passado lhe legou e tanto mais carinhosamente quanto, fazendo-o, obedece ao impulso de renovação nacional em que está empenhado e com ele todo o povo de Portugal. Para tanto necessário é não apenas conhe-

cer da Nação o vasto espaço que ocupa no mundo — mas sentir o remoto e sempre vigoroso impulso vital que através do tempo lhe tem determinado o crescimento, lhe mantém a unidade e lhe assegurará um futuro livre e próspero. Foi em obediência a este pensamento que se realizou a Exposição Histórica da Ocupação no século XIX, que continua aberta no Parque Eduardo VII.

Para explicar os épicos feitos portugueses nos últimos 100 anos e demonstrar que eles não constituem milagre na história pátria, mas, ao contrário, são a lógica continuação de toda a nossa obra ultramarina, houve que patenear um documentário da nossa acção colonizadora desde séculos atrás. Mas os elementos expostos foram, por nós próprios, de entre muitos outros, seleccionados. Importava chamar para todos esses documentos a esclarecida curiosidade dos investigadores e convidá-los a discutir os problemas que com eles se relacionam, assim mostrando que Portugal não recusa expor a sua acção histórica à análise imparcial dos sábios, antes solicita o seu exame e sua crítica, certo de que cada nova descoberta mais fará refulgir sua glória, enaltecer o orgulho do seu passado e fortalecer sua inquebrantável confiança no futuro. É que o nosso nacionalismo nutre-se da substância das realidades que não da vazia espumaráda das palavras para o que as forças instintivas a que devemos o ser colectivo encontram um acréscimo de vigor neste imperativo categórico de lhe dar estímulo e continuidade.

Entre as múltiplas lições com que a História pode servir os interesses espirituais do presente, creio que nenhuma se afigure mais oportuna do que as esperadas do Congresso que hoje se inaugura. O momento que vivemos é de profunda perturbação universal. Estão ameaçados os princípios fundamentais da nossa civilização e, por consequência, direitos e instituições que sobre eles assentam. É indispensável que as nacionalidades se justifiquem perante o internacionalismo que as nega. Nós procuramos robustecer a nossa não só materialmente mas também pela força espiritual que nos resulta desta convicção inabalável: os nossos naturais egoísmos de povo descobridor, conquistador e colonizador têm-nos servido sobretudo de incentivo a uma actividade de vantagens mais humanas do que as nacionais.

«Eramos no século XII um pequeno povo confinado entre Minho e Mondego. Lutando contra o castelhano e contra o mouro conquistámos a independência em relação áquela e definitivamente expulsámos este da faixa ocidental da Península muito antes que fosse desalojado do reino de Granada.

A força moral e o avivamento da ansia proselitica que nos resultaram da plena irradiação da cruz no território pátrio; o vigor com que na luta se adestrou o esol militar; a unidade nacional fundida no cadinho de uma mesma fé ardente animadora de um grande ideal colectivo; tudo isto somado às necessidades económicas mais vivamente sentidas pelas burguesias das cidades marítimas de Lisboa e Pórtio, em breve prolongou no Magreb o deslindado, esforço impulso expansionista, que já desfrontrara o território metropolitano. Com a posse das praças marroquinas, e-nos em situação de poder tentar com êxito a devassa do Mar Tenebroso — e, através dele, o mais fácil caminho para o Oriente.

O êxito de cada empresa constituía acréscimo de estímulo colectivo e individual como a experiência de cada dia fortalecia e acrescentava a ciência com que a audácia se acautelava e orientava. O rei era, o incontestado chefe da Nação, seu dirigente e seu guia e nele se personificavam todos os interesses e todas as aspirações da Grei. E Deus dotou, então, Portugal de grandes reis.

D. João II, D. João III... O sábio alou-se com o herói e a Nação foi dotada dos instrumentos necessários à prevenção contra todos os germens de divergências.

Portugal arde na grande febre de improba actividade com que em todos os sentidos sulcámos os Oceanos, desforámos a virgindade de terras até então ignotas, dilatámos a Pé e o Império, coroando a empresa gigantesca pela criação da grande Nação de Além-Atlântico, esse Brasil que é simultaneamente o mais belo testemunho da nossa capacidade civilizadora e o objecto do nosso mais enternecido carinho.

E depois de termos participado na posse do Império de Marrocos, de termos fundado o Império do Oriente e criado o Império do Brasil — no século XIX ainda lançámos as bases de um quarto império; o actual Império Colonial Português, a que o génio de Salazar deu forma legal e a favor do qual despertou a consciência da Nação. E nele estamos realizando uma obra em tudo digna do nosso passado, assim mostrando ao Mundo que as nossas virtudes civilizadoras estão vivas e actuando e de que ninguém melhor do que nós possui a ciência de colonizar. E tudo isto não fazemos nem fazemos no exclusivo interesse de um imperialismo tão largo na ambição como fechado no egoísmo.

A acção portuguesa no Mundo transcende em muito o interesse nacional porque dela dependeu a sorte da Humanidade. Fora diferente ou inoportuna a acção externa de Portugal — e o homem seria hoje diferente do que é. Portugal livrou a Europa de se enlamear e de, por isso, cair sob a hegemonia do Turco.

Sem as navegações com que nós e os nossos irmãos da Península desvendámos o Planeta, o Renascimento seria mero incidente na perpétua e caprichosa criação das formas plásticas da Arte, e o Humanismo não passaria de curioso exercício de filólogos sobre decantados manuscritos da Grécia e da Roma antiga.

«Graças ao esforço peninsular o Renascimento não se confina a uma pleiade de artistas e de sábios, antes se converte em acção do povo europeu e alarga pelo Mundo a sua profunda e transformadora repercussão. Por nós a Renascença da Europa converteu-se em Renascença do Mundo. E, assim, se a civilização europeia hoje invade todos os continentes e se infiltra em todos os povos, isso se deve ao tacto de Portugal, em dado momento, ter ensinado a Europa a navegar, ter-lhe dado a conhecer mares e terras novas, ter-lhe mostrado novos céus e novos climas. E é por isso que o Congresso que hoje se inaugura, nem só a portugueses interessa.

Os sábios estrangeiros que nos dão a sua colaboração não se encontram aqui, apenas, pela sua comprovada simpatia pelo nosso País senão também porque a nossa obra de descobridores foi um facto de sentido equívoco e repercussão universal. Antes da sua colaboração neste Congresso já seu saber explicitamente o havia afirmado. Nestes tempos de, por vezes, febre materialismo acontece com demasiada frequência homens como povos desdenharem benéficas recebidas, que, aliás, condicionaram a próspera situação que permite negar ou ame-quilhar o valor de passados serviços e os direitos de aí advindos.

A alegação do valor de contributos trazidos outrora à civilização é, por quem mais não vê do que o momento transitório de hoje, tido como displicência.

Só o presente vale — tal a tese por vezes adoptada, embora amenizada em palavras que lhe esmaeciam a rugueza.

Portugal, pela obra que está levando a efeito nada tem sofrer com a adopção deste errado critério, e, mesmo no passado, da sua justa aplicação a todos não nos teriam advindo prejuízos — porque em matéria colonial sempre fomos dos primeiros e dos mais esforçados. Por isso pode dizer com especial autoridade que a inestimável força de uma tradição de glória em prol da Nação e da humanidade só pode ser incompreendida por quem não tem a fortuna de a possuir.

A negação dos direitos históricos é uma ingratitude sem nome e mostra incompreensão do seu valor numa obra presente de colonização. E que, mesmo apenas considerada sob o estrito ponto de vista utilitário, uma grande tradição civilizadora condiciona uma acção colonial todos os dias comprovada em êxitos, sem ela impossíveis. A negação das forças espirituais e dos direitos nelas firmados envolve implicitamente a negação do valor colonial de uma experiência larga de séculos — e mais não é preciso para demonstrar o seu erro irremediável.

Nós que sustentamos ser legítima a alegação dos direitos históricos e que da nossa acção passada tiramos ensinamentos utilíssimos para a nossa acção presente recebemos sempre com alvorotado interesse as descobertas da ciência histórica. Estou certo que cada no-a descoberta feita será título a mais da legitimidade da nossa soberania sobre Portugal de Além-Mar. Por isso

Batque guerreiro em Mogui, em honra do sr. Presidente da República



seria com viva alegria que o Governo viesse a ter conhecimento de que desta congregação de tão notáveis competências novas aquisições a ciência pudesse registar. E que a nós portugueses particularmente isso nos interessa. Mais de uma vez temos sido vítimas de uma ciência pelo menos apressada em suas investigações e inferências, incapaz de separar o incidental do essencial, o lastro de mesquinhez materialista, que é próprio do homem da chama espiritual, animadora da colectividade, guiada pelo seu escol. Que prazer se vissemos nossos arquivos frequentados por quantos sábios nacionais e estrangeiros se interessam pelos problemas da expansão portuguesa no mundo! Encontrariam nêles documentos demonstrativos de que alguns, poucos portugueses houve, que não estiveram à altura da missão civilizadora que nos coube. Mas, com certeza noutros, muitos deparariam também títulos mais que suficientes a garantir-nos o direito de representar a alta cultura e civilização cristã que sobeamos servir com eficiência e abnegação.

ESSES títulos, compreenderão todos, que em face dos documentos do passado como das realidades do presente, nós zelosamente os reivindicáremos. Dêles provém o orgulho de termos sido e poderemos eficazmente continuar a ser colaboradores da civilização e da cultura em que vários povos ocidentais trabalharam e trabalham em convergência, cada qual com esforço determinado por seu nacionalismo próprio. E é um dos espectáculos mais probantes de que uma Providência Divina rege os destinos dos homens, esta espontânea convergência de esforços de vários povos dir-se-ia que para uma finalidade comumente perseguida—o domínio do mundo exterior pela força de uma vontade cada vez mais firme e o conhecimento do mundo interior por uma consciência cada vez mais lúcida.

Nesta grandiosa empresa foi-nos destinada uma missão das mais altas pela nossa formação histórica e pela nossa posição geográfica. Dando-lhe cumprimento através dos mais dolorosos sacrifícios ninguém estranhará que olhemos o passado com sentimento de inveja e aguardemos o futuro com confiante dignidade.

O Congresso, depois de sessões magníficas, onde o nome de Portugal foi projectado com grandeza incomparável, emitiu os seguintes votos:

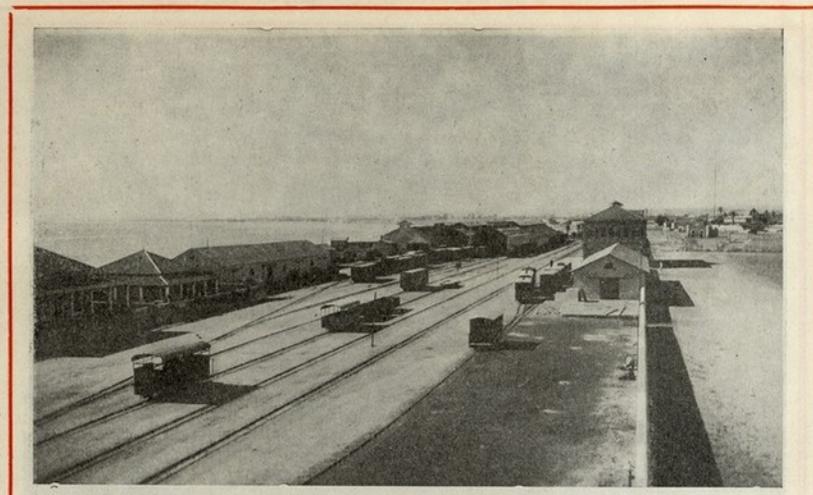
1) De que se organize um Instituto ou centro de estudos de história da expansão portuguesa no mundo com o fim de prosseguir metódicamente os estudos apresentados ao Congresso e todos os mais que digam respeito à expansão portuguesa; 2) De que se promova a organização de um congresso luso-brasileiro de história, para reunir-se de 3 em 3 anos ou de 5 em 5 anos em Portugal e no Brasil alternadamente; 3) De que se promova a publicação sistemática dos documentos referentes à história da expansão portuguesa no mundo existentes nos arquivos públicos ou particulares, nacionais ou estrangeiros; 4) De que se promova a ordenação dos arquivos históricos coloniais de maneira que seja assegurada a sua articulação com o Arquivo Histórico Colonial; 5) De que se promova a reimpressão das obras esgotadas com interesse para a história da expansão portuguesa no mundo; 6) De que se promova a criação de um museu colonial; 7) De que se promova a publicação de uma revista em que se recolham estudos de história da expansão portuguesa, tanto de historiadores portugueses como estrangeiros e de maneira especial dos investigadores brasileiros; 8) De que se promova a elaboração do inventário geral dos fundos ultramarinos dos arquivos portugueses; 9) De que se promova a organização de inventários dos monumentos artísticos, civis, militares e religiosos esparsos nas colónias portuguesas; 10) De que se promova a organização dos estudos sobre os monumentos ainda existentes e as sobrevivências de usos, costumes e de linguagem portuguesa em territórios que já não são do domínio português.

Não se perdeu, como tem acontecido com muitos outros congressos, o interessante labor do Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo. Imediatamente o Ministro ordenou que se promovesse a publicação de que se fez, sendo justo apontar como notáveis a História da Expansão Portuguesa no Mundo (em publicação), o labor do Arquivo Histórico Colonial, que Manuel Murias dirige com a maior inteligência e da Agência Geral das Colónias, que, sob a direcção superior de Julio Cavalleira tem publicado centenas de obras preciosas de história e de propaganda colonial. E, no voto emitido no mesmo Congresso não é alheio o Congresso Luso-Brasileiro de História que se realizou, há pouco, no quadro das Comemorações Centenárias.

A cada passo nos surge o pensamento do Ministro na sua admirável unidade. A Exposição fora o documentário vivo de um grande passado; o Congresso a sua expressão sonora. Por isso lhe resultou a expressão espiritual; o faustoso e solene «Te-Deum» que se realizou nos Jerónimos, e que foi uma das mais imponentes cerimónias religioso-patrióticas que até hoje se realizaram em Portugal. Ali estiveram em comunhão os vivos e os mortos, para que se vincassem para sempre nas almas as grandes lições da Exposição e do Congresso; para que se reafirmasse, nessa fé em Deus que tanta glória nos deu ao seu serviço.

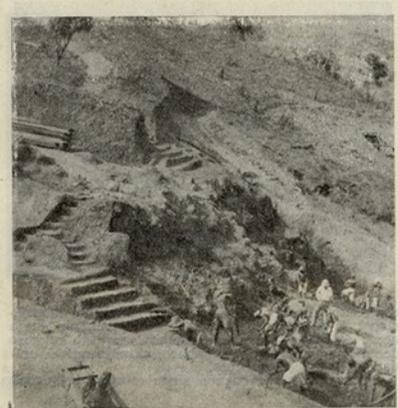
Ainda no grupo das grandes realizações do eminente homem de Estado que podem classificar-se como de expressão espiritual ou moral, deve apontar-se o ciclo de conferências sobre colónias, do Instituto dos Altos Estudos da Academia das Ciências. Além do sr. dr. Francisco Machado, que definiu o objectivo das conferências num discurso do mais alto valor ideológico e literário, pronunciaram magistrais conferências algumas das maiores figuras do pensamento português contemporâneo, revelando o interesse, o carinho e a inteligência com que os homens mais lustres do País seguem a evolução do Império Português e estão aptos a intervir nela.

Logo que Salazar, no seu memorável discurso apresentou ao País a ideia das comemorações do duplo Centenário, o sr. dr. Francisco Machado animou, por meu intermédio, no *Século*, o propósito de trazer a essas comemorações os mais velhos colonos de África. A iniciativa admirável encheu de ternura todas as almas portuguesas; e, por que está recente ainda, a realização dessa ideia do ministro pode considerar-se como uma das mais felizes. O Cruzeiro dos Velhos colonos deu ao País uma lição superior de fé, do espírito de sacrifício e de trabalho de alguns centos de homens que há dezenas de anos lutam em África pelo pão e



ESTAÇÃO CENTRAL DO CAMINHO DE FERRO DE MOSSAMÉDES (ANGOLA)

pela Pátria. Vimo-los chorar em Gutmará, nos Jerónimos, na Exposição, nos lugares sagrados do patriotismo que percorreram em devota peregrinação. E vimo-los regressar com o maior entusiasmo ainda para os seus lares africanos, como se voltassem ao Minho ou ao Alentejo. Eles próprios afirmavam, com o seu reconhecimento ao Ministro que lhe dera tantas horas



ANGOLA — Uma fase dos trabalhos de pesquisas de cobre da Missão Técnica do Bembe.

de beleza e de emoção, que o seu esforço exaustivo em África era útil, porque na Metrópole se trabalhava cada vez mais para o prestígio e grandeza de Portugal.

Embora tenham igualmente um objectivo económico, político e social, ainda cabem, neste quadro das realizações morais e espirituais, a II Conferência dos Governadores



ANGOLA — Caeleite de extração nas pesquisas da Missão Técnica do Bembe.

nadores Coloniais e a I Conferência Económica do Império.

A I Conferência dos Governadores Coloniais, em Lisboa, no tempo em que geria a pasta das colónias, o sr. dr. Armindo Monteiro, contribuiu para unificar o pensamento e a acção dos homens que governam as províncias ultramarinas, e para esclarecer muitos problemas, inter-colónias ou entre estas e a Metrópole. A

II Conferência reuniu-a o sr. dr. Francisco Machado, e com ela ficou estabelecido, em bases sólidas, definitivas, a harmonia de acção entre todas as partes do Império. Trataram-se, evidentemente, os grandes problemas económicos, políticos e de administração; mas fortaleceu-se a unidade espiritual e moral indispensável ao progresso e integridade do Império. Sob a direcção do Ministro, os governadores das colónias passaram a trabalhar, não para o progresso especial de cada uma das possessões ultramarinas, mas sim para o progresso do Império Português.

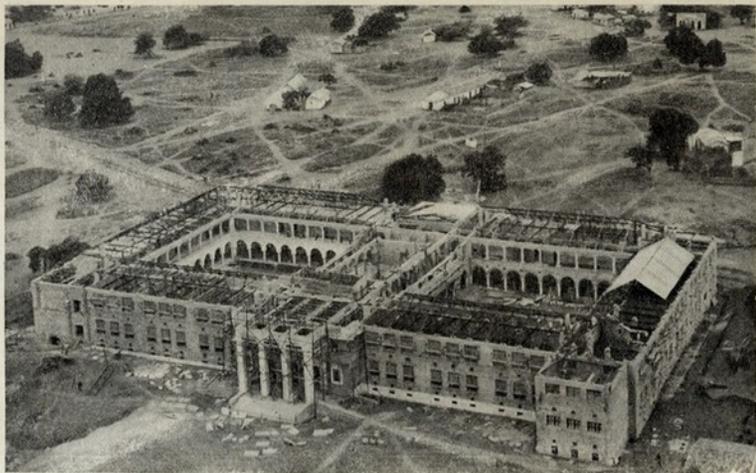
A I Conferência Económica do Império foi a mais importante das reuniões da iniciativa e realização do ministro Francisco Machado. Todas as colónias mandaram os seus delegados—o escol das suas populações—economistas, juristas, militares, altos funcionários, colonos, agricultores, industriais, professores, etc. Na sessão inaugural o Ministro pronunciou o mais notável dos seus discursos, que foi uma lição preciosa de alto pensamento colonialista e um programa de Governo. Os membros da Conferência corresponderam, em absoluto, à iniciativa. Durante quase um mês foram lidas e discutidas centenas de teses e comunicações valiosas, tratando dos mais variados problemas e questões. O País soube, através delas, o que pretendem de que necessitam para viver e prosperar, as colónias portuguesas. A maior parte dessas questões já está resolvida, porque o ministro Francisco Machado não perde um único ensejo de tornar útil e proveitoso qualquer esforço inteligente e sério.

Para os que vieram das Colónias à Conferência, foi grande a surpresa—embora os tempos sejam outros—ao verificarem que dessa vez o seu esforço não havia de perder-se, porque havia uma nova ordem política e social em todo o País e um Ministro das Colónias para quem o estudo dos problemas era o início da sua resolução e nunca um meio de provelar os mais importantes assuntos. Os portugueses da Metrópole viram que havia questões a resolver nas Colónias e que o imperativo nacional era a sua compreensão. A mesma ideia juntou uns e outros.

Porém, o Ministro das Colónias foi mais longe. Entendeu que não bastava o contacto de trabalho da Conferência; que os delegados coloniais e os congressistas da Metrópole tinham toda a vantagem, ao serviço do Império, de conversarem e de se conhecerem. Para isso ofereceu um «garden-party» nos maravilhosos jardins de Queluz; e essa festa, que reuniu as mais lustres figuras do meio social português, foi distinta, do mais alto relevo e maior proveito para a unidade moral entre a gente da Metrópole e das Colónias.

Ao serviço do Espírito e da Moral do Império Português tomou o sr. Ministro das Colónias a iniciativa, logo aprovada pelo Conselho de Ministros e aplaudida com o mais vivo entusiasmo em todos os pontos do Império, de levar o sr. Presidente da República a três das nossas colónias da África Ocidental: S. Tomé e Príncipe e Angola. Já na Europa era enorme, nesse primeiro semestre de 1938, a perturbação pronunciadora da guerra actual, e muita gente pensou, lá fora, que o Chefe do Estado Português ia fazer uma viagem «e soberania»; sem se lembrarem que a demonstração de soberania está feita em cinco séculos, com milhares de vidas, rios de sangue generoso e grandes esforços e sacrifícios de portugueses—missionários, colonos, militares, marinheiros, funcionários, comerciantes. Mas os portugueses da Metrópole como os das Colónias, entenderam bem que essa iniciativa admirável do sr. dr. Francisco Machado era a consagração do espírito e da unidade nacional que colocaram a Nação, de novo, no quadro das grandes potências; o fecho daquele abraço em que, segundo as leis, a história e o ideal cristão, se unem todos os portugueses; a revelação absoluta da solidariedade que ajunta, no mesmo ideal e na mesma fé, os portugueses da Metrópole e das províncias ultramarinas. O custo e merecido prémio dos abnegações tomenes que, à justa de sacrifícios enormes nunca ignorados, pela espada, pelo arado ou pelo rosário reinventaram a história de Portugal novos lances de epopeia; o reconhecimento e a prova de que o seu esforço era compreendido pelos homens do Estado Novo; a afirmação de que os chefes da Revolução Nacional asseguraram direitos iguais a todos os portugueses, em qualquer parte do globo em que se encontrem; e ainda de que o esforço comum no espírito e no braco para que o Império Português atinja a máxima grandeza espiritual e material.

Nunca um chefe do Estado Português—rei ou presidente—visitara oficialmente as Colónias. Algumas pessoas cujo ânimo sofre perturbação com o que se



O novo edifício do Liceu «Salvador Correia de Sá», de Luanda, que, nesta altura, já se encontra concluído

passa lá fora, julgaram que era perigosa a saída do sr. general Carmona da capital do Império, para uma viagem longa, em momento de tamanha agitação política europeia. Ignoravam, por a tupidéz ou maldade, que em Portugal havia ordem em todos os graus, progresso e prestígio. Não se lembravam de que o sr. Presidente da República ia visitar Angola como se fosse a Trás-os-Montes ou ao Alentejo; e que o Ministro das Colónias, ao tomar a iniciativa mais bela da sua vida de estadista, sabia perfeitamente que ele estava de acórd com o enorme prestígio de Portugal no Estrangeiro e com todas as razões espirituais, morais e políticas do Império. Só os homens de Governo conscienciosos da sua força espiritual e moral podem assumir estas responsabilidades históricas e projectá-las com a devida grandeza.

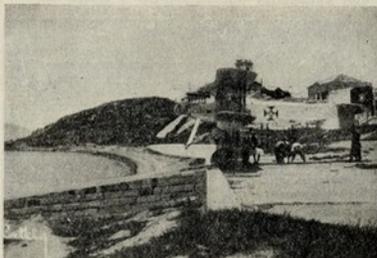
O autor destas linhas foi um dos portugueses que acompanharam à África o sr. Presidente da República; e foi, também, — porque percorreu aquelas colónias seis anos antes — dos que mais se surpreenderam e emocionaram. Conhecía bem o sentimento nacionalista dos portugueses de África, superior a todas as queixas e revoltas contra o abandono da administração central, para supor que o Chefe do Estado iria ter, em S. Tomé e Príncipe e

Angola, as mais entusiásticas aclamações. A verdade, porém, é que nas Colónias também se passara, entretanto, alguma coisa de novo. A maior parte dos problemas que pareciam insolúveis, fora resolvida. Alguns atos de sacrifícios tinham permitido uma profunda transformação. O Estado, ao contrário do que quasi sempre acontecera até 1926, dava o exemplo, na seriedade da sua administração, na justiça, no progresso e desenvolvimento do comércio e da indústria e na promoção do que era indispensável para a valorização agrícola ou exploração do sub-solo. As povoações já não eram aglomerados hostis onde viviam gentes sem resignação. Eram conjuntos — cidades, vilas e aldeias — como as da Metrópole.

Ainda na Europa, à partida de Lisboa, como à passagem na Madeira, o Chefe do Estado e o sr. Ministro das Colónias foram aclamados com vibração e enternecimento. Mas em África, na Ilha do Príncipe, em S. Tomé, e em Angola — Cabinda, Luanda, Lobito, Benguela, Porto Amboim, Mossamedes — a apoteose atingiu proporções inigualáveis, mesmo comparada com outras da Metrópole. Estrangeiros que nos acompanhavam; representantes de outros países como os governadores do Congo Belga e da África Equatorial Francesa, consideravam essa explosão de sentimento português como um verdadeiro milagre, caso único no Mundo. E em verdade o era. Brancos, mestiços, negros — todos por igual exprimiam o seu jubilo de portugueses. E a todo o momento, em manifestações de impulso, esse amor à Portugal se revelava: na Ponta do Padrão, onde o rei do Congo, comovido, se afirmava o mais firme no seu sentimento nacional; em Luanda, onde os nativos lançavam a primeira pedra para um monumento a D. Afonso Henriques; no aprimo e consciência militar com que mais de 2.000 soldados negros desfilarão em frente do Chefe do Estado; nos exercícios e provas em que desportistas negros e brancos afirmaram destreza e vigor. Com essa viagem, o sr. Ministro das Colónias prestou ao País um dos maiores serviços dos últimos tempos. E a forma como a realizou, com uma ordem absoluta em tudo, marcou também a sua mão forte de estadista. Voluntariamente o sr. dr. Francisco Machado se apassou, para que ao Chefe do Estado símbolo de Portugal fossem tributadas as devidas homenagens; mas ouviu sempre, nos discursos e nas aclamações populares, o reconhecimento que lhe deviam pela sua magnífica iniciativa. E quando, após a partida do sr. Presidente da República para Lisboa, visitou vários pontos do interior de Angola, para estudar, *in loco*, a resolução de problemas importantes, foi apoteoticamente saudado pelos colonos e populações indígenas, sendo notável, entre todas, a manifestação que 7.500 trabalhadores das minas dos Diamantes, na Lunda, lhe fizeram. E foi ainda como que uma homenagem a essa iniciativa de tão alto alcance nacional, que os portugueses de Angola enviaram ao Chefe do Governo um telegrama, declarando: «Nós, não desejamos o Império Colonial; nós não desejamos a Metrópole. Nós, os portugueses de Angola, queremos Portugal e Lisboa capital do Império Por-

tuguês». Estava no primeiro plano, ao redigir-se tal telegrama, o profundo sentimento nacional de uma província do Império; mas estava também o reconhecimento do objectivo do Ministro Francisco Machado ao tomar a iniciativa da viagem presidencial.

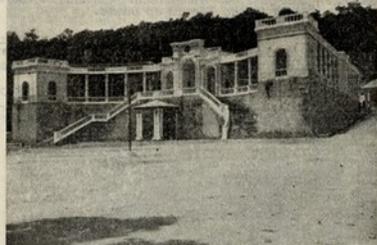
Largo tempo os jornais estrangeiros se ocuparam



MACAU — Aeródromo

dos efeitos dessa viagem no campo nacional e internacional. E também isso serviu para demonstrar que a acção do Ministro era entendida no seu justo valor: o de afirmar, por um acto publico, a indestrutível unidade do Império Português.

No ano seguinte, quando ainda estavam bem vivos



TIMOR — Vila «Salazar», de S. Domingos

as recordações dessa jornada memorável do Chefe do Estado a S. Tomé e Príncipe e Angola, o sr. Ministro das Colónias promoveu a segunda viagem: a Cabo Verde, Guiné (novamente S. Tomé e Angola) e Moçambique. Logo que a notícia foi recebida, o Governo da União Sul Africana e o representante de Sua Ma-



MOÇAMBIQUE — Cadeia civil de Lourenço Marques

jestade, o rei Jorge VI, convidaram oficialmente o sr. Presidente da República e o sr. Ministro das Colónias, a visitarem, com suas Esposas, os territórios da União.

E inútil encarecer, porque isso foi feito em devido tempo, o valor politico desse convite, que era ao mesmo tempo uma homenagem a Portugal e a seus Chefes, e a consagração de uma obra de Governo. O representante de Sua Majestade Britânica dava, em nome da Inglaterra, uma nova demonstração do apreço que aquela tem pela sua velha e fiel aliada; e o Governo da União testemunhava, uma vez mais, a sua simpatia por um País, com o qual mantém, há

muitos anos, especialmente através da provincia de Moçambique, relações de mais perfeita e amigável vizinhança e de colaboração económica. A iniciativa do sr. Ministro das Colónias foi coroada, portanto, por mais esse triunfo politico, do mais alto valor, na altura em que já, verdadeiramente, havia guerra na Europa.

Com a mais perfeita tranquilidade, no meio de extraordinárias manifestações de carinho e de respeito, o Chefe da Nação saiu de Lisboa, como a primeira vez, em navio nacional e escoltado por barcos de guerra nacionais também. Igualmente como da primeira vez, foram ao seu encontro barcos de guerra estrangeiros — franceses e ingleses — para saudar o Chefe da Nação Portuguesa. Repetiram-se as apoteóticas manifestações de amor e ternura nas terras do Império que o sr. Presidente visitou, Moçambique excedeu-se a si própria no entusiasmo delirante com que recebeu o sr. general Carmona. As festas atingiram uma expressão e um relevo extraordinário. E dessa vez não foram apenas os portugueses; foram também as centenas de pessoas de várias raças que vivem naquela provincia, quem saudou o Chefe do Estado Português com o mais vivo ardor. Sentiram-se eles próprios, a-pesar de estrangeiros, abrangidos por esse sentimento de amor e veneração pelo País que os acolheu como se portugueses fossem.

A visita presidencial aos territórios da União foi mais importante do que era de prever. O protocolo oficial de um país amigo fez muito. Mais, porém, fez o coração dos sul-africanos que triunfalmente saudaram o Chefe do Estado e o Ministro das Colónias de Portugal. Novamente os observadores e comentadores dos jornais estrangeiros salientaram a importância do acontecimento. A viagem acabava no momento em que já se combatia em vários pontos da Europa; e em que havia perigos para a navegação. Pois o Presidente da República Portuguesa regressava como partida, sem pressas, sem receios, nos prazos marcados, para receber, em Lisboa, uma das mais festivas manifestações de que há memória.

Alegra a viagem o mais alto significado e proveito nacional e internacional. Por um lado afirmava-se a unidade do Império, dando aos portugueses da África Oriental a certeza da solidariedade comum. Por outro acrescentava-se o prestígio da Nação, com as homenagens prestadas ao seu eminente chefe. Não só os territórios da União, como em Moçambique, Guiné e da colónia francesa de Madagascar.

Ainda há bem pouco tempo o sr. Ministro das Colónias recebeu da Universidade de Joanesburgo, um luxuoso album com fotografias da cidade e do padrão de Bartolomeu Dias que a mesma Universidade colocou em lugar de honra; e fê-lo recordando, em palavras de homenagem ao Ministro, o valde dessa visita presidencial e ministerial aos territórios da União.

Na base do equilibrio dos orçamentos coloniais e no desafio da situação financeira da Metrópole, pôde o sr. dr. Francisco Machado logo no inicio da sua administração, estabelecer os fundamentos de uma obra de valorização económica e social das terras ultramarinas que o impõe como um dos mais notáveis homens de Estado portugueses. Os sacrifícios que tinham sido impostos às populações das Colónias para a regeneração financeira, serviam de larga especulação às pessoas que tudo explicam e nada resolvem. Continuava a afirmar-se que as colónias só com muito dinheiro podiam manter-se e prosperar. A esse dinheiro podiam empréstimos, devia ser concedido pela Metrópole. Fora deste, de resto, sempre o critério, seculdo desde há trinta anos a esta parte. Entendia-se que a Metrópole, além de cobrir os déficits orçamentais de colónias onde — como em Angola — muitas vezes não havia, sequer, orçamento ainda havia de realizar obras de fomento. Esqueciam-se os defensores ou propugnadores de tão curioso sistema, que as colónias tinham importantes dividas — só Angola, para cima de 800.000 contos — que não eram amortizadas, nem os juros pagos.

Acertados os orçamentos coloniais, o sr. dr. Francisco Machado tratou imediatamente de promover a liquidação das dividas inter-coloniais e entre estas e a Metrópole, visto que sem isso era impossível estabelecer um plano de fomento, pois os empréstimos concedidos iriam ser largamente ceceados com encargos da situação financeira. Já em 1937, as Colónias pagaram 50.000 contos para amortização das suas dividas à Metrópole. Ao mesmo tempo — e também neste caso havia no fundo, certa correlação — determinou que o pagamento aos funcionários coloniais fosse feito nos dias que a lei determina; com o que se evitaram prejuizos para o serviço, determinados pelo despespê dos chefes de familia sem recursos, e a ruína de muitos lares. Várias reformas introduzidas nos serviços do Ministério, em 1936 e nas Colónias, puseram a grande máquina administrativa do Ultramar em condições de pleno desenvolvimento.

Nem o espaço nem a competência escassa do articulista em matéria de tanta importância, permitem fazer o estudo completo e perfeito da notável acção do sr. dr. Francisco Machado no Ministério das Colónias nos quatro anos e meio decorridos; e também não nos dá, em rigor, apreciar-se com largueza uma obra que entrou na sua fase de maior desenvolvimento.

Havia muito a fazer, quando o actual ministro tomou posse. Várias tentativas de fomento colonial tinham fracsado por falta de recursos financeiros, umas vezes, e quasi sempre por falta de planos e de estudos.

VIDENTEMENTE, entre os grandes problemas de administração colonial figura, em lugar de alto relevo, e a par do desenvolvimento e a civilização das populações indígenas, a valorização dos territórios e o desenvolvimento da sua economia. Por isso, era indispensável, depois de organizado um plano de trabalhos, estabelecer os serviços que haviam de assegurar, solidamente, a sua execução. Para tal, criou o sr. ministro das Colónias logo em 1936, a Direcção Geral de Fomento Colonial, com o encargo de orientar e coordenar as actividades ligadas ao desenvolvimento da riqueza pública nas Colónias. Sempre com o objectivo de aproveitar os recursos e as possibilidades do Império Colonial esse organismo tem trabalhado com ardor e competência, sob a direcção do ministro. Só assim muitos problemas antigos se resolveram com inteligência e proveito para a Nação e se realizaram e estão em curso grandes obras que pareciam impossíveis.



Vejam como.

A costa de Angola, com cerca de 800 milhas de extensão, era conhecida, nas Marinhãs de Guerra e Mercantes de todo o Mundo como a costa negra, pois não havia uma referência luminosa que facilitasse a navegação. Esse grande problema foi resolvido rapidamente apesar do seu elevado custo e das dificuldades naturais que oferecia. A balisagem marítima da costa angolana — que um mapa adiante publicado elucida convenientemente — é hoje das mais completas e perfeitas. Além dos faróis, cujo estilo arquitectónico obedece a motivos portugueses, há esplêndidas casas para cantoneiros. Existem faróis de grande aterração em Cabinda, Cabeça da Cobra, Ambrizete, Ambriz, Lagostas, Palmeirinhas, Cabo das Três Pontas, Ponta do Quilombo Salinas, Cabo Santa Maria, Ponta Grossa, Girau, Ponta Albina e Ponta dos Tigres; faróis secundários de costa em Luanda, Ponta da Leão, Ponta do Porto Amboim, Novo Redondo, Sombreiro, Ponta de S. José e Cabo de Santa Marta; faróis de porto, em Ponta do Padrão, Ilha de Luanda, Cambiri, Restinga do Lobito, Igreja e Forte de Benguela, S. Fernando (Baía de Mossamedes), Ponta Bateman (Pôrto Alexandre) e Leão; faróis de cais em Luanda, Pôrto Amboim, Lobito e Mossamedes; e boias luminosas em Luanda, Santo António do Zaire, Cabinda, Lobito e Mossamedes.

A densidade de iluminação, por cada 100 milhas de desenvolvimento costeiro é de 6,5. Superior à de Angola, em toda a África, só a de Argélia, com cerca de 12,5 e Tunisia, com 9,9. Marrocos tem densidade inferior: cerca de 6,3; sendo bom acentuar que Argélia e Marrocos são zonas militares. A Líbia tem 5 e a África do Sul 3,5.

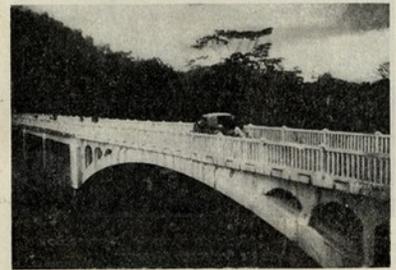
A balisagem da costa angolana fica no Governo do sr. dr. Francisco Machado como uma das suas maiores realizações.

Outro problema havia para resolver: o da remodelação das redes de telecomunicações das Colónias, a maior parte das quais se encontram dotadas com material antiquado e a custo, que dificilmente poderia satisfazer as necessidades sempre crescentes dos territórios em matérias de comunicações rápidas a distância. O problema era importantíssimo, e ainda o tornava mais importante a necessidade de dar-lhe uma resolução de conjunto no plano das comunicações imperiais, sem prejuízo das necessidades de cada colónia. Assim, em relação às oito províncias ultramarinas, fez-se o seguinte: em Angola foram remodeladas as estações existentes, de forma a estabelecer a ligação telegráfica e telefónica de todas as ilhas do arquipélago. A estação da Praia pode comunicar, além disso, com Lisboa e a Guiné. Em virtude do incremento da navegação aérea na Ilha do Sal, vai ser ampliada a sua estação, de modo a permitir as comunicações telegráficas e telefónicas com Praia e Mindel. **Guiné:** foi ampliada a estação de Bissau, que poderá comunicar, em telegrafia e telefonia, com Lisboa e Praia. Está quase concluída a montagem da estação de Bolama, que vai ser dada ao serviço com a navegação aérea. **S. Tomé e Príncipe:** vão ser adquiridas duas novas estações: uma para S. Tomé e outra para o Príncipe, nas quais poderão comunicar entre si, em telegrafia e telefonia. A estação de S. Tomé poderá, além disso, comunicar com Luanda, e se for necessário, com Cabo Verde e Lisboa. **Angola:** foi assinado com a Standard Electric o contrato para o fornecimento e montagem de 21 estações radiotelegráficas destinadas à remodelação e ampliação das redes radiotelegráficas e radiotelefonias da província. Essas estações serão montadas em Luanda, Lobito, Cabinda, Mossamedes, Santo António do Zaire, Novo Redondo, e Baía dos Tigres, que ficarão em condições de fazer ligações internas com o resto da colónia e com a navegação marítima; Nova Lisboa, Vila Luso, Maquela do Zombo, Malange, Vila Henrique de Carvalho, Vila Teixeira de Sousa, Dundo, Silva Porto, Serpa Pinto, Sá da Bandeira, Vila Pereira de Eça, Chitato, N'riquinha e Cuangar, destinadas às comunicações internas radiotelegráficas e radiotelefonias. Todas as estações serão apetrechadas por forma a poderem ser utilizadas nas comunicações com a navegação aérea, cujo rápido desenvolvimento se acentua. Também o contrato estabelece a instalação de seis radiogoniómetros, destinados a assegurar a orientação de aviões, os quais serão instalados em Cabinda, Luanda, Mossamedes, Nova Lisboa, Vila Teixeira de Sousa e Dundo. Em relação a Angola, o problema foi resolvido no sentido de se estabelecerem determinados centros de comunicações serviços de radiotelegrafia e radiofonia, dos quais irradiarão linhas telegráficas para os outros pontos da Colónia cujo movimento não justificasse a existência de estações principais. **Mocambique:** já foram montadas cinco estações radiogoniométricas em Lourenço Marques, Beira, Mocambique, Tete e Quelimane para o serviço de navegação aérea, e vão adquirir-se 17 estações em Lourenço Marques, Beira, Vila Francisco Barreto, Nampula, Inhambane, Quelimane, Tete, Mocambique, Vila João Belo, Pôrto Amélia, Mocimboa da Praia, Vila Cabral Macequece, Vila Paiva de Andrade e Turancungo e duas estações móveis para ligações telegráficas e telefónicas internas da Colónia podendo comunicar a de Lourenço Marques com Luanda, Nova Goa, Macau, Timor e também Lisboa. **Índia:** vão adquirir-se três estações que ligarão em telegrafia e telefonia Diu, Damão e Nova Goa, podendo esta última ligar com Lisboa, Luanda, Lourenço Marques, Macau e Timor. **Timor:** Foi montada uma estação radiotelegráfica em Oecussi, ficando assim a parte do território encravado no Timor holandês ligado com Dili, capital da Colónia.



Um dos magníficos sítios ultimamente instalados no porto do Lobito (Angola)

No que respeita a estradas, muito ficam a dever as Colónias à acção inteligente do sr. ministro das Colónias. Em 1926, a famosa rede de estradas de Angola era constituída por vias de comunicação de várias larguras, na sua maioria sem empedrado, construídas sob



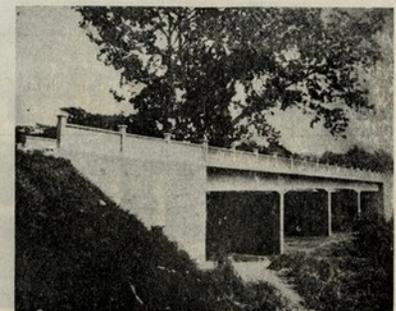
S. TOMÉ — Ponte «Vieira Machado»

a direcção de administradores de circunscrição cheios de boa vontade mas sem qualquer competência técnica, e sem plano. Só Mocambique possuía boas estradas, construídas por engenheiros.



TIMOR — Edifício escolar de S. Domingos, há pouco acabado de construir

Desde que o sr. dr. Francisco Machado ocupa a pasta das Colónias tem sido reconstruídas e reformadas as estradas de Angola que existiam; construídas outras; e procede-se, com notável incremento, à betum-



MOÇAMBIQUE — Uma das novas pontes

zação das que servem de acesso a Luanda. Nesses trabalhos se consomem muitas dezenas de milhares de contos. Em Mocambique, gastaram-se, na construção ou reparação de estradas e obras de arte, em 1938, 4.339.502\$43 e em 1939, 8.331.617\$50. Construiu-se a grande ponte sobre o rio Incomati. Em Angola foram construídas as grandes pontes «General Carmona» e «Vieira Machado» e as sobre os rios Lucala e Mucoso. Na Índia, as pontes sobre os rios Zuari e Mandovi e a «Craveiro Lopes». Na Guiné, a ponte de Ensalmei sobre o canal do Infernal. Em S. Tomé, a ponte sobre o rio Grande, com cinco tramos de 12 metros e um de 36 no comprimento total de 96 metros e com um tabuleiro de cimento armado.



O capítulo «caminhos de ferros» é igualmente largo e fecundo a acção do eminente estadista. Vai construir-se o ramal do Dondo, dos caminhos de ferro de Luanda, que terá 25,5 quilómetros e importará em 5.100 contos; e está a proceder-se ao melhoramento dos serviços ferroviários da província. Está a ser organizada uma missão para estudo e construção do caminho de ferro de Mossamedes. Em Mocambique, está em construção o primeiro tróço, de 101 quilómetros do caminho de ferro de Tete. Esse tróço foi adjudicado por 60.000 contos. Está a concurso o segundo tróço, e em projecto o terceiro e quinto. Esta obra é das mais importantes, pois vai permitir, finalmente, o aproveitamento da extraordinária riqueza mineira, pecuária e agrícola da região de Tete, até agora prejudicada pela falta de comunicações ferroviárias.

A larga costa marítima das nossas províncias ultramarinas determinou também uma política de portos e seu apetrechamento, à qual o ministro Francisco Machado se devota com igual entusiasmo. No porto do Lobito foram montados oito guindastes eléctricos, dos quais 7 com a força de 1.500 a 3.000 quilos e 1 com a força de 5.000 a 10.000. Custaram 30.405 libras, e já estão ao serviço, com todos os acessórios para carga e descarga, «controles» iluminação, etc. No mesmo porto foram instalados silos para secagem e limpeza do milho, com a capacidade de 200 toneladas, 10 horas para secagem e 500 quilos de moagem por hora. Custaram 17.321 libras.

Fez-se o prolongamento e a reparação da pontal de Mossamedes, e os trabalhos iniciados em Fevereiro de 1938 estão concluídos. E, também em Angola, está a construir-se uma ponte-cais metálica, em Novo Redondo, com 168 metros de comprimento, 144 ds quais com 4 metros de largura, com via simples, e 24 com 9 metros de largura, com via dupla. A estrutura metálica foi adjudicada por 52.634 dólares. Na Guiné, está em estudo, por uma missão especial, a construção do porto de Bissau. Na Índia, foram montados 5 guindastes eléctricos e está a construir-se a ponte-cais do porto Vasco da Gama.

Foram adquiridos e estão ao serviço, rebocadores de alto mar para as colónias da Guiné, Cabo Verde, Timor e Mocambique, o primeiro dos quais custou 20.000 libras.

Mas a obra maior que vai fazer-se é o porto de Luanda, cujos trabalhos já foram postos a concurso. A área total conquistada, não contando com a parte correspondente à doca seca e terraplenos anexos, será de cerca de 170.000 metros quadrados, dos quais aproximadamente 90.000 serão destinados às instalações comerciais do porto, 20.000 à construção de obras marginais, ruas e praças de acesso, e os restantes 60.000 a serem vendidos ou aforados para diversos fins. O porto na sua primeira fase, dispôs de 720 metros de cais acostáveis, fundados a 10m/50; de 100 metros de cais acostáveis, fundados a 5m/50, e de 300 metros de taludes empedrados, que poderão mais tarde ser tomados cais acostáveis pela construção de obras ligeiras na parte destinada ao tráfico comercial. Obra de extraordinário alcance económico é esta que, como todas as que o sr. dr. Francisco Machado manda estudar, vai ter rápida execução.

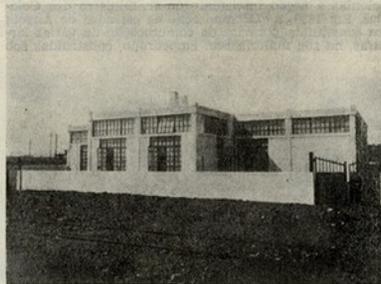
Em Maio de 1938 nomeou o sr. ministro das Colónias uma missão encarregada de estudar a construção de um porto em Nacala (Mocambique) e do caminho



LOURENÇO MARQUES — Casa de Educação para Raparigas, das Missões Católicas Portuguesas

de ferro que o *Itiassé* à linha de Moçambique. Um ano depois a missão regressou e apresentou ao ministro os planos definitivos do pórtico e também com o projecto de urbanização da povoação que há-de nascer e desenvolver-se à volta do pórtico e da estação do caminho de ferro e da captação e abastecimento de água e montagem da rede de esgotos. A inclusão do estudo do porto de Nacala no plano das grandes obras de fomento do ministro Francisco Machado obedeceu ao objectivo de dotar o Norte da colónia de Moçambique com um porto e Nacala, a 50 milhas ao Norte da provincia, oferece condições de abrigo e de fundos como nenhum outro. Este pórtico passará a ser a testa do caminho de ferro de Moçambique. A construção vai ser dividida em fases, de harmonia com o desenvolvimento que se verificar. Na primeira, construir-se-á um tróço de cais acostável com fundos de cerca de 30 pés, uma doca para veleiros e pequenas embarcações e as linhas férreas ligando o cais com a estação de caminho de ferro. O ramal a construir terá 66 quilómetros, e irá ligar com o caminho de ferro de Moçambique na estação de Monapo. O pórtico de Nacala é constituído por uma série de baias ligadas umas às outras, formando como que um saco que abre no fundo da baía de Fernão Veloso. A sua entrada é ampla, sem ser exagerada, tendo cerca de 1/2 milha de fundos da ordem de 60 metros. A extensão do pórtico é de cerca de 12,5 quilómetros e a largura média de 3,5. Abrigado de todos os ventos do mar, afastado dele por uma faixa de terra de 16 quilómetros de largura, que constitui a península de Fernão Veloso, os temporais que batem a costa não chegam lá.

Pórtico Alexandre e Baía Farta; Missão Hidrográfica de Moçambique; e Missão Geográfica de Timor. A morte do dr. Luiz Carrisso, em 1937, interrompeu os trabalhos que o notável cientista fora encarregado

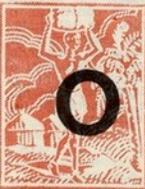


MOÇAMBIQUE — Edifício do pórtico de Desinsecção do porto de Lourenço Marques

de fazer no reconhecimento botânico de Angola. O sr. J. Gosswiller, funcionário em Angola desde 1900, publicou a carta fitogeográfica da provincia que abrange uma área de 1.277.000 quilómetros quadrados. O seu herbário compreende mais de 12.000 espécies.



MOÇAMBIQUE — Escola paroquial de Lourenço Marques



UTRA obra, em execução, do mais expressivo e alto valor económico e social, é a do aproveitamento hidro-agrícola do Vale do Umbeluzi, em Moçambique. O objectivo que o ministro tem em vista é a recria de 2.300 hectares, localizados a juzante da Ponte de Boane, repartidos por uma e outra margem do rio. Na margem esquerda, onde está a chamada colonização oficial, consideraram-se 650 hectares; na margem direita, 1650 hectares. Além das regas há obras

de enxugo e beneficiação de terrenos contra as cheias. As produções previstas são: arroz, pomar, prado, ferreiros, hortas, milho, trigo ou cevada e algodão. As obras importarão em 30.400 contos. Os colonos a fixar são 48 em 1.400 hectares de policultura e 6 em monocultura (arroz). Os 100 hectares da estação experimental do Umbeluzi mantêm-se em unidade económica individual.

Esta obra, como a dos aproveitamentos hidro-eléctricos do Vale do Incomati, dará à economia de Moçambique um incremento extraordinário, pela valorização da terra, aumento de produção e possibilidades de fixação de colonos em condições sólidas.

Muitas outras obras importantes o Império fica devendo à acção inteligente e firme do ministro Francisco Machado.

Construiu-se, e vai abrir brevemente, um magnífico edifício para o Liceu de Salvador Correia de Sá, em Luanda, que custou 8.464.766,89 angolares; novos pavilhões no hospital de Lourenço Marques; o bairro operário «Vieira Machado», em S. Tomé, onde também se construiram novas escolas para ensino primário; casas para operários em Bissau (Guiné); vai iniciar-se, conforme projectos já organizados, a construção de um liceu e a dos palácios dos governadores em Lourenço Marques e Beira; um hospital em Nova Lisboa; um edifício para correios; um hospital em Saurimo (Vila Henrique de Carvalho); e muitos edifícios para escolas e para postos administrativos e sanitários na colónia de Angola. Levantou-se a planta da cidade de Luanda.

Entre outras missões de estudo, o sr. dr. Francisco Machado nomeou as seguintes:

Missão técnica de Moçambique, para o projecto de rega do Vale do Umbeluzi; Missão Técnica do Bembe, para o reconhecimento do jazigo cuprífero do Bembe e prospeção e reconhecimento geológico-mineiro das regiões de Quibocolo e da Serra de Canda; Missão do Pórtico de Nacala; Missão do Pórtico de Luanda; Missão das cartas magnéticas de Angola, com a qual se gastam 800 contos; Missão geográfica de Moçambique, para proceder ao lançamento da rede geodésica e levantamento da carta da colónia na escala de 1/250.000 e 1/500.000. Esta missão iniciou os trabalhos pelo distrito de Tete e prosseguiu em direcção à costa, fazendo a ligação da rede geodésica com a linha geodésica do Cairo ao Cabo. Missão hidrográfica de Angola, que fez o estudo dos portos de Luanda, Lobito, Mossamedes,



OVA missão botânica está a ser organizada para executar o esboço fitogeográfico de Moçambique.

1.º — O decreto-lei n.º 27.923, de 4 de Agosto de 1937, criou a Missão Técnica do Bembe, que foi encarregada de colher os elementos indispensáveis à apreciação económica dos jazigos cupríferos do Bembe, e, sem qualquer prejuízo deste objectivo, realizar o reconhecimento geológico e a prospeção das zonas do distrito do Congo, a fim de definir as suas

possibilidades mineiras. Os trabalhos começaram em Outubro de 1937 e prosseguiram, sem interrupção, até Dezembro de 1938. Na zona do Bembe a Missão procedeu a um minucioso reconhecimento e levantamento geológico que abrange uma área de 50 quilómetros quadrados e realizou um plano de pesquisas para o estudo do jazigo compreendendo os seguintes trabalhos mineiros: 4 trincheiras e outras escavações a céu aberto, num total de 14.900 m³; 30 galerias com uma extensão totalizando 1.000 metros; 8 poços com o desenvolvimento total de 220 metros. Além destes trabalhos foram efectuados estudos e reconhecimentos nas zonas do Quibocolo e da Serra de Canda, sobre uma área de cerca de 300 quilómetros quadrados, sendo descobertos na primeira daquelas zonas três novos jazigos, cuja pesquisa foi também iniciada e onde se realizaram: 15 trincheiras e outras escavações a céu aberto totalizando 6.800 metros cúbicos; 6 galerias com a extensão de 225 metros e 5 poços com o desenvolvimento de 45 metros.

O jazigo do Bembe tem uma mineralização essencialmente constituída por malaquite, que se apresenta disseminada em depósitos argilosos de vários tipos, com uma distribuição muito irregular e sem concentrações importantes. Os novos jazigos da zona do Quibocolo constituem concentrações relativamente importantes de: minério de cobre — Jazigo de Mavolo; minério de cobre e chumbo — Jazigo de Baua; minério de zinco — Jazigo de M'Bilo.

Nos dois primeiros jazigos predominam minérios ricos de cobre (calcossina malaquite, cuprite), com teores compreendidos entre 20 por cento e 70 por cento, quasi sempre irregularmente associados a terras granosas de alteração que chegam a atingir teores em cobre de 12 e 15 por cento; na Baua aparece, associado ao cobre, minério de chumbo (galena e cerusite). O Jazigo de M'Bilo apresenta quasi exclusivamente minério de zinco (smithsonite) com teor de 40 a 50 por cento. Durante os trabalhos de pesquisa até agora realizados foram desmontadas as seguintes quantidades de minério: Bembe — minério de cobre de 50 por cento — 20 a 25 toneladas; Mavolo — minério de cobre de 50 por cento — 700 a 800 toneladas; minério de cobre de 50 por cento — 100 a 150 toneladas; Baua — minério de chumbo de 70 por cento — 10 a 12 toneladas; M'Bilo — minério de zinco de 50 por cento — 60 a 70 toneladas.

Presentemente, o Governo Geral de Angola por intermédio do Banco de Angola, está procedendo à venda de cerca de 1.000 toneladas de minério de cobre dos jazigos do Quibocolo desmontado durante os trabalhos de pesquisa.

As despesas efectuadas foram: Do Orçamento do Ministério das Colónias, 3.769.283\$975; do Fundo de Fomento de Angola 1.737.805\$73. Total, 5.507.089\$70,5.

Essas verbas são assim distribuídas: 1937, contos, 1.947.427\$87,8; 1938, 1.397.222\$46; 1939, 2.162.439\$87.

Não é só profunda a acção do ministro Francisco Machado; é extensa como própria do governo de oito grandes provincias do Ultramar, espalhadas pelo Mundo; e variada porque respeita a diversos problemas. O eminente estadista dirige, orienta, fiscaliza, administra tudo.

Estão a executar-se grandes reformas nos serviços de Correios e Telégrafos e das Alfândegas; foi aplicada a todas as colónias a organização corporativa da Metrópole; organizou-se em todas as colónias a «Cidade Portuguesa»; regulamentou-se a questão da mão de obra indígena para S. Tomé e Príncipe, problema varias vezes apreciado ou parcialmente resolvido, mas que só agora foi completamente e definitivamente colocado; como era mister à defesa dos interesses dos trabalhadores e da economia das duas ilhas do Equador; está a fazer-se o rearmamento militar das colónias e a preparar, com quadros da Metrópole, o Exército colonial; fez-se uma reforma profunda e provelosíssima do Banco Nacional Ultramarino com a qual se defenderam os interesses do Estado e dos acionistas e se permitiu ao importante estabelecimento bancário uma acção mais vasta no Ultramar; assinou-se um acórdão com a Africa do Sul sobre mão de obra



MOÇAMBIQUE — Enfermaria regional para indígenas

para as minas do Rand; apertam-se cada vez mais os laços de amizade e de colaboração entre os nossos governadores e os das colónias vizinhas, também por iniciativa do ministro.



UANDO, na última sessão legislativa, na Assembleia Nacional foi discutida a ratificação da Concordata e do Acórdio Missionário com a Santa Sé, o sr. prof. dr. Mário de Figueiredo que colaborara no referido instrumento diplomático e o assinara em Roma, pôs em relevo, nos mais elogiosos termos, a preciosa colaboração que o sr. dr. Francisco Machado tinha dado à elaboração do Acórdio Missionário, com o que mostrara conhecimento perfeito da questão e do valor que elle tinha para o Império Português.

A Câmara Corporativa apresentou, na última legislatura o sr. ministro das Colónias, uma importante proposta de lei sobre a acção colonizadora do Estado. O relatório dessa proposta é um trabalho admirável e o objectivo faz a glória do seu autor, visto que apparecem definidas as linhas precisas da nossa colonização com europeus, não por tentativas mas em condições de garantirem o melhor resultado politico, económico e social.

Completando o título VIII da Constituição Política e especialmente o seu artigo 31.º a Carta Orgânica do Império estabelece no capitulo VII os principios que devem orientar — e efectivamente orientam a economia inter-imperial.

De forma sintética, podem apontar-se os seguintes objectivos que os serviços competentes têm constantemente procurado atingir, em obediencia ás directrizes legais e do ministro: desenvolvimento ao máximo dos recursos excepcionais do Império; por meios tanto quanto possíveis nacionais (capital, tecnica e trabalho); em ordem a obter o maior nível de vida moral e material possível, quer para as populações brancas, quer para as nativas.

Em relação ao primeiro objectivo tem-se trabalhado no desenvolvimento da pecuária, agricultura, industria, comércio e reconhecimento científico das riquezas naturais do Império. Deixando de parte o último aspecto, alcançado principalmente com as missões técnicas que têm sido, e continuam a ser enviadas as Colónias é justo salientar que o esforço nos outros campos se tem, sobretudo, conseguido com as tentativas para dotar os serviços com pessoal directivo e técnico competente; com a disciplina a que o decreto 26.509, de 11 de Abril de 1936 sujeitou a industria colonial; com os organismos corporativos que têm procurado, acima de tudo o aperfeiçoamento das produções e a standardização dos produtos de exportação.

Em execução do decreto-lei 27.252, de 5 de Março de 1937, que estabeleceu os principios da organização corporativa colonial merecem especial relevo: em Angola: a organização da industria de pesca e conservas; a criação da Junta de Exportação e da Comissão Reguladora da Importação. Em Moçambique: a Junta de Exportação e a Comissão Reguladora. E os organismos de jurisdicção em mais do que uma colónia: Junta do Algodão Colonial, Junta de Exportação dos Cereais das Colónias, que completou o já applicado ao Grémio do Milho Colonial. Vai ser criada a Junta do Café Colonial.

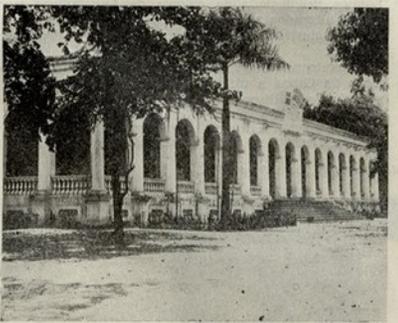
A notável acção desses organismos corporativos e de coordenação económica é mais um titulo de glória do ministro Francisco Machado, com que eles defende, no mais alto grau a economia imperial.

Com absoluta razão há tempo, um importante jornal da Africa do Sul chamou ao sr. dr. Francisco Machado o «Pai da Aviação» nas Colónias. Nesse campo, em verdade, é da maior importância a acção do ministro, abrangendo todos os aspectos do problema aeronáutico, desde o estabelecimento de carreiras internacionais até ao desenvolvimento da aviação civil, que carinhosamente protege e impulsiona.

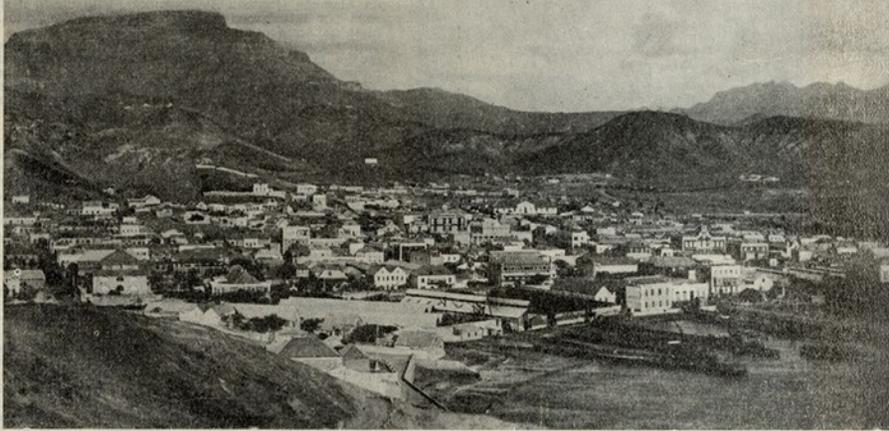
Na Colónia da Guiné foram criados os Serviços Aéreos que compreendem: a) Direcção dos Serviços; b) Serviços radiotelegráficos e goniométricos, próprios dos serviços aéreos; c) Serviços meteorológicos; bem como pela estação radiotelegráfica instalada em Bolama. O pessoal dos serviços aéreos da colónia, compõe-se: um director dos serviços aéreos; um chefe dos serviços de rádio; três radiotelegrafistas; um mecânico de aviação; um ajudante de mecânico; um observador meteorológico e um electricista montador. A colónia possui já um avião civil privativo para o seu serviço e está em organização o Aero Club da Guiné.

Está em construcção junto a Bolama um aeroporto terrestre e marítimo, no qual se contam gastar cerca de 20.000 libras em aparelhagem, devendo este aeroporto, atendendo ás condições excepcionais do local escolhido ficar um dos melhores, senão o melhor de toda a costa occidental de Africa.

O sr. ministro das Colónias dotou este aeroporto com o mais moderno e perfeito material. Tem estações de rádio em onda média e curta, radiogoniome-

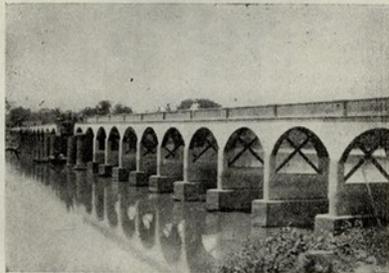


TIMOR — Escola Municipal de Dili



CABO VERDE — Aspecto do porto e cidade de S. Vicente

trica, iluminação nocturna, etc. Foram compradas duas vedetas: uma para passageiros, equipada com T. S. F.; e outra, vedeta-tanque, para abastecimento de hidro-aviões.



GUINÉ — Ponte do Coribal, recentemente concluida

Em Angola foi criado em 1937 o Conselho de Aeronáutica, ao qual compete estudar e informar todos os assuntos referentes à aeronáutica mandados submeter



TIMOR — Inauguração do mercado de Banca

à apreciação pelo Governo Geral, bem como os assuntos que interessam à politica aérea da colónia e propor a legislação que deve regular a exploração de li-



TIMOR — Rectificação da estrada Dill-Liquiça

nhas aéreas e a propaganda e desenvolvimento da aviação civil dentro da colónia. O Conselho de aeronáutica tem uma secretaria à qual compete estudar preliminarmente todos os assuntos referentes à aviação civil especialmente à organização, estabelecimento e exploração de linhas aéreas e aeroportos, características a que deve obedecer o material de vôo que deverá servir nas suas linhas aéreas; fiscalização das escolas civis de pilotagem, dos aeródromos e aeroportos, registo de aeronaves e bem como de manter todas as relações com as entidades similares nacionais ou do estrangeiro.

Com o fim de subsidiar e intensificar o desenvolvimento da aviação civil, foi criado em 1937 o Fundo de Fomento Aeronáutico, com verbas das seguintes proveniências: a) Subsídio do orçamento geral da colónia; b) Subsídios dos orçamentos provinciais; c) Sub-

sídio dos orçamentos locais; d) Taxas ou adicionais a impostos que por diploma legal lhe sejam atribuídos; e) Recitas eventuais. Este fundo é administrado por um Conselho de Fomento Aeronáutico, do qual faz parte, entre outras entidades o presidente do Aero Club de Angola.

Assim o Fundo de Fomento Aeronáutico destina-se: a) A construcção de «hangares» e pistas; b) Aquisição de material meteorológico, radiotelegráfico, radiogoniométrico e outro que interessa ao exercicio de navegação aérea; c) Subsídio ás escolas de pilotagem para aquisição de material aeronáutico; d) Subsídios para obtenção de certificados para os alunos pilotos portugueses com menos de 40 anos de idade que satisficam aos outros preceitos do artigo 14.º do decreto-lei 27.627, de 3/4/37; e) Subsídios para vôos de terrenos a pilotos aviadores civis com menos de 45 anos de idade que satisficam ás restantes condições a que allude a alinea anterior; f) Manter ou subsidiar um organismo de transportes aéreos que interesse ao serviço do Estado e à vida económica da Colónia; g) Despesas de inspecção e fiscalização da aeronáutica civil; h) Despesas de expediente do Conselho de Aeronáutica e do Conselho de Fomento Aeronáutico; i) Outras despesas necessárias ao regular funcionamento dos serviços de navegação aérea na colónia.

Em 1938 foi criada a Divisão dos Transportes Aéreos com sede em Nova Lisboa. O pessoal navegante é formado por 7 pilotos, sendo um o chefe da Divisão, 2 primeiros pilotos, 4 segundos pilotos (2 radiotelegrafistas e 2 mecânicos). A dotação destes serviços é representada no corrente ano por um total de 120.000 libras. Junto do Governo Geral de Angola existe além do pessoal acima citado um adjunto aeronáutico (piloto aviador militar).

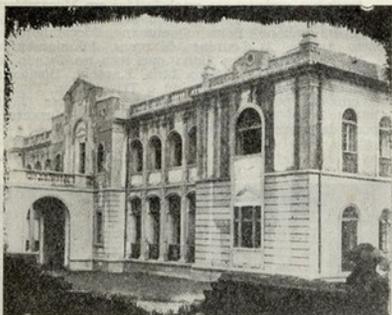
Duas linhas comerciais de correio e passageiros estão já hoje organizadas; uma para o Norte ao longo do litoral, partindo de Luanda passando por Cabinda e terminando em Ponta Negra. Esta linha está em ligação com a Europa, por intermédio da Aero-Marítima. A outra para o Sul ligando Luanda com Benguela em combinação com o caminho de ferro que serve o interior da colónia. Foram recentemente adquiridos para os serviços de transportes da colónia um trimotor e três bimotores.

O desenvolvimento da aviação civil começou com a criação do Aero Club de Angola e com a organização dum aeródromo privado, e respectivas instalações junto de Luanda. Rapidamente tomou um grande desenvolvimento a tal ponto de existirem actualmente 4 escolas a funcionar em Luanda, Benguela, Nova Lisboa e Mossamedes, com um total de 43 pilotos já feitos, sendo o número de aviões de 9 e o de aeródromos de 22.

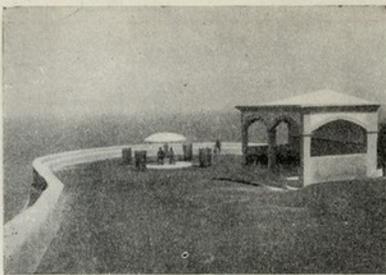
Angola também se encontra ligada à rede internacional pelas linhas da Colónia em combinação com a Aero-Marítima.

Em Moçambique, foi criado em 1936, o Conselho de Aeronáutica a fim de superintender nos estudos e fiscalização de todos os assuntos que digam respeito à navegação aérea na colónia e sua resolução, conforme fór regulamentado quando não impliquem com acordos internacionais estabelecidos. O Conselho tem uma secretaria com funções idénticas à da Colónia de Angola. Foi também criada, dentro da colónia, a Divisão de Transportes Aéreos, a qual é constituída pelo seguinte pessoal navegante: 7 pilotos aviadores, sendo um o chefe da Divisão e 12 mecânicos radiotelegrafistas. A dotação destes serviços para o corrente ano é de: 50.000. Junto do Governo Geral de Moçambique existe um adjunto aeronáutico (piloto aviador militar).

As linhas do correio e passageiros existentes são as



TIMOR — Novo palácio do Goêrno em Dili



CABO VERDE — Miradouro da Ponta de João Ribeiro, em S. Vicente

seguintes: a) De Lourenço Marques a Johannesburg, passando por Germiston; b) De Lourenço Marques a Quelimane com escalas em Inhambane e Beira.

O total das horas voadas em 1938 foi de 2.653,50. O número de passageiros na carreira da costa foi de 731; na carreira de Lourenço Marques a Germiston de 373; e em transportes diversos de 802 o que dá um total de 1906 passageiros.

A Divisão dos transportes aéreos possui os seguintes aparelhos: 3 trimotores; 6 bimotores; 1 avião ambulância; 1 avião ligeiro. Existem escolas de pilotagem em Lourenço Marques e na Beira. Em Lourenço Marques há duas escolas: A do Aéro Club de Moçambique e a do Club Aeronáutico Desportivo; e na Beira a do respectivo clube. O total de aviões existentes nestes clubes é de cinco.

Moçambique está ligada à rede internacional pelos Serviços de Aviação da Colónia pela Imperial Airways e pela Regie Air Afrique.

Em Angola estão já concluídos os aeroportos de Luanda, Nova Lisboa e Lobito, equipados com estações radiogoniométricas e balizas luminosas; e o de Mossamedes com estação radiogoniométrica e de T. S. F. Estão concluídos e equipados com estações radiogoniométricas os aeródromos de Cabinda, Vila Teixeira de Sousa e Dundo; e prontos os «hangars» de Luanda, Nova Lisboa, Lobito e Mossamedes. Estão a construir-se agora os outros edifícios.

A oportuna e inteligente acção do ministro Francisco Machado se deve também a ligação das nossas colónias com o Mundo por meio das mais importantes carreiras estrangeiras. As linhas aéreas que em consequência de tal acção, fazem escala pelas nossas Colónias são as seguintes:

Guiné: A «Elder's Colonial Airways» é a única Companhia que faz escala em Bissau e Bolama. Está suspensa, provisoriamente, por motivo da guerra. Esta Companhia faz derivação da linha Southampton-Durban da Imperial Airways partindo da escala de Khar-toum dirige-se a Lagos e Takoradi, no Golfo da Guiné. Não conseguiu ainda obter elementos que me esclarecessem completamente acerca do itinerário seguido por esta Companhia.

Uma outra Companhia — a «Aero Maritimes» — devidamente autorizada por contrato com o Governo Português sobrevoa o território da Guiné, estando apenas dependente fazer escala em Bolama da ultimação dos trabalhos indispensáveis à conclusão do respectivo Aeroporto. O itinerário seguido por esta Companhia é o seguinte: Dakar, Ziguinchor, Monróvia, Abidjaro, Accra, Cotonon, Donala, Libreville, Port Gentil, Ponta Negra, tendo ultimamente solicitado autorização do Governo Português para o seu prolongamento até Luanda.

Cabo Verde (Ilha do Sal) Faz actualmente escala na ilha de Sal a Companhia italiana L. A. T. I., na ilha Boma-Rio de Janeiro. A Companhia K. L. M. tenciona inaugurar este ano a sua linha transatlântica, da qual faz parte uma escala regular em Cabo Verde.

Em Angola: A Colónia tem montadas duas linhas portuguesas: 1) Luanda, Ambrizete, Cabinda e Ponta Negra que recebe o correio que vem de Lisboa, pela Aéro-Portuguesa (Lisboa-Casablanca). Air France (Casablanca-Dakar) e Aero Maritime (Dakar-Ponta Negra) e o envia também pelas mesmas linhas para Lisboa. 2) Luanda, Porto Amboim, Lobito, Sa da Bandeira, Mossamedes.

Parece que a volta se faz directamente de Mossamedes ao Lobito, depois Porto Amboim e Luanda. Além destas existe uma linha não portuguesa recentemente inaugurada, ligando a colónia à União Sul-Africana. As escalas desta linha em Angola são as seguintes: Mossamedes — (primeiro campo onde aterra) — parece que Lobito e Luanda terminus.

Em Moçambique: A linha da «Imperials» que vem da Europa e segue para Durban, faz escala em: Moçambique, Quelimane, Beira, Inhambane, Lourenço Marques.

A linha francesa que vem da Europa e se dirige a Madagascar faz escala em: Tete, Quelimane e Moçambique.

A Colónia está ainda intercalada na linha da Rodésian e Niassaland Airways: Beira, Untali, Salisbury, Susaka e Beira, Blantyre (Niassa), Salisbury, Susaka. Está em ligação com a União Sul-Africana pela South-African Airways.

As linhas portuguesas estabelecidas em Moçambique pela «Delta» são: 1) Lourenço Marques, Vila João Belo, Inhambane, Beira, Quelimane, Moçambique e Porto Amélia. 2) Lourenço Marques, Johannesburg.

Na Índia: A única linha que toca no Estado da Índia é a da «Tata Sons Ltd», Karachi, Bombaim, Mormugão Cannanore, Cochim e Trivandrum. Funciona uma vez por semana e durante seis meses (28 de Outubro a 15 de Abril) interrompendo-se durante a época da monção do Sudeste.

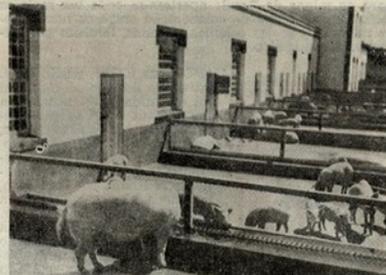
Em Macau: Macau é terminus de uma única linha aérea, a da Pan-American Airways System, que parte da Alameda (junto a S. Francisco). Está ligado à Europa por intermédio de Hong-Kong, terminus das linhas da Air France e Imperial Airways.

Em Timor: Não há nenhuma linha aérea que faça escala na colónia. Pode estar ligada à Europa por intermédio de Kospang no Timor holandês, a cerca de 300 quilómetros de Dili. Com efeito, em Koepong fazem escala as linhas de: K. L. M., K. N. I. L. M., e Imperial Airways.

Bem simples é, a-final, esta rápida enumeração dos trabalhos que o eminente ministro das Colónias tem realizado para a valorização e engrandecimento, em todos os graus, do Império Colonial. Adiante se publica o resumo da legislação destes quatro anos e meio de governo. Mas não podemos esquecer um dos maiores serviços que o ministro Francisco Machado está prestando à Nação.

A crise que havia em todo o Mundo, e que com maior acuidade existia nas colónias, agravou-se com a guerra. Todo o sacrifício e dispêndio com a larga acção de fomento era por agora inútil quasi, se os territórios coloniais não pudessem ter numa exportação razoável o seu equilíbrio necessário.

Esse problema levou o sr. ministro das Colónias, de acordo com o sr. dr. Oliveira Salazar, a uma acção decisiva. A Espanha obteve da Inglaterra um empréstimo de 600.000 libras para compra de géneros coloniais no Ultramar português. Dêsse modo — já se realizaram as primeiras compras — se evitou a ruína da economia colonial; e o ministro ainda tomou outras



ANGOLA — Gado porcino da Estação Zootécnica da Humpata

Principais leis, decretos-leis e portarias que o sr. dr. Francisco Machado publicou desde Janeiro de 1936 até 31 de Julho de 1940

Ano de 1936:

Decreto n.º 26:288, distribuindo por todas as colónias o encargo com diversos organismos da administração colonial na metrópole, mandando entregar directamente nas repartições e delegações de Fazenda o subsídio de 1 por cento a que são obrigados os corpos administrativos coloniais, e criando o Fundo do Instituto de Medicina Tropical, Portaria n.º 8:358, incluindo a categoria de professores, directores das escolas oficiais da colónia de Angola, nas classes da tabela anexa ao decreto n.º 20:260, sobre abonos, concessões de licenças e passagens aos funcionários ou empregados civis e militares no serviço das colónias. Decreto-lei n.º 26:361, transferindo para 6 de Junho de 1936 a reunião da I Conferência Económica do Império Colonial Português; decreto n.º 26:362, isentando de direitos aduaneiros, em Angola e Moçambique, os mostruários que da metrópole, ilhas adjacentes e colónias forem enviados com destino à exposição permanente de produtos nacionais nas Casas da Metrópole existentes em Luanda e Lourenço Marques e igualmente os mostruários que da mesma origem forem destinados às mesmas Casas que se criarem nas outras colónias. Decreto-lei n.º 26:377, não permitindo a colocação dos funcionários eventuais, de comissão, de permuta, de assalariados e de quaisquer outros, além dos que se encontram nessa situação. Decreto n.º 26:402, suspendendo a execução do decreto n.º 25:823, que reduziu os direitos de importação que, na colónia de Cabo Verde, incidem sobre os combustíveis destinados à navegação; instituindo o Grémio dos Comerciantes de Combustíveis de S. Vicente de Cabo Verde, e criando um Fundo de melhoramentos daquele porto. Decreto n.º 26:405, definindo os organismos pelos quais são tratados os negócios de carácter civil e militar da Administração Central da Colónia de Macau. Decreto n.º 26:406, autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito de 66.995,14 angolares, para liquidação de despesas pertencentes aquela colónia e ao ano económico de 1933-1934. Decreto n.º 26:409, modificando várias disposições do regulamento geral de Fazenda e contabilidade pública das colónias, aprovado por diploma de 3 de Outubro de 1901. Portaria n.º 8:385, confirmando a determinação do governador da colónia da Guiné, que declarou provisoriamente o estado de sítio em toda a ilha de Canhabaque, durante o tempo necessário para se tornar efectiva a obediência às autoridades constituídas. Decreto n.º 26:445, autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito de 6.000 angolares, para ocorrer, no ano económico, à aquisição do mobiliário do laboratório, em Vila Pereira de Eca, do serviço de prevenção e de combate à epidemia de peste bubónica no Sul da mesma colónia.

Decreto n.º 26:446, alterando as rubricas pautais em vigor nas colónias sobre vinhos generosos e licorosos regionais dessa classe, denominados «Estremaduras». Decreto n.º 26:449, criando uma missão técnica destinada ao estudo de problemas hidro-agrícolas e respectivos projectos organizados sob a superintendência da Direcção Geral do Fomento Colonial, nos quais serão estudadas não só as obras de engenharia e agronomia, mas também o problema económico-social. Lei n.º 1:939, autorizando o Governo a celebrar contratos com empresas já existentes em regime de exploração económica privilegiada na colónia de Angola, nos quais sejam alteradas a área e tempo de concessão para direito exclusivo de estudos, pesquisas ou exploração mineira.

Decreto n.º 26:479, autorizando o governador da colónia da Guiné a utilizar uma verba de 500 contos, a sair da parte disponível dos saldos positivos das contas dos exercícios da colónia de 1914-1915 a 1933-1934, a fim de acorrer a despesas com a manutenção da ordem pública. Decreto n.º 26:480, autorizando o governador de



ANGOLA — Farol da Ponta do Quicombo

medidas de protecção que asseguram o maior desenvolvimento exportador que é possível numa hora tão perturbada do Mundo.

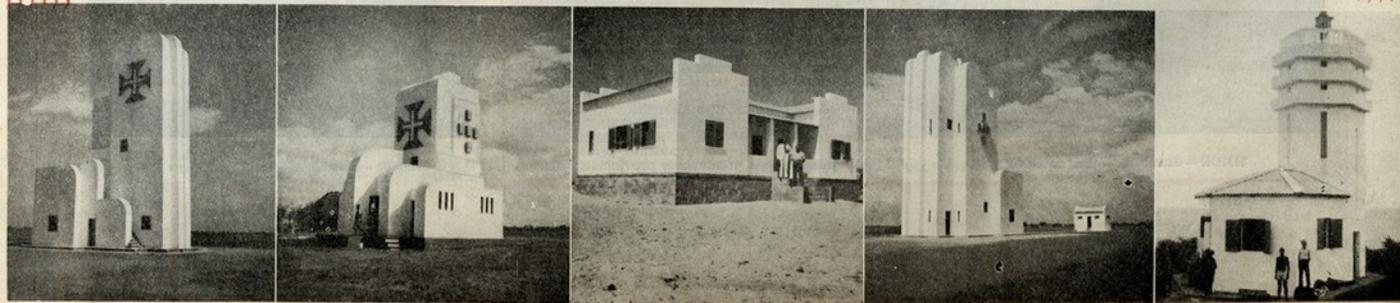
Como acentuamos no princípio deste artigo, o sr. dr. Francisco Machado compreendeu e sentiu o Império Colonial. A sua esclarecida inteligência, o seu porfiado esforço, nobre cultura e decisão firme têm prestado à Nação os maiores serviços; e têm servido também para afirmar a existência de um dos maiores estadistas do nosso tempo.

LEOPOLDO NUNES

Le journaliste Leopoldo Nunes, dans cet article, nous fait voir que la personnalité morale et spirituelle du Dr. Francisco Machado, actuellement Ministre des Colonies, se forme dans une atmosphère purement colonialiste. Il affirme que le Dr. Francisco Machado comprend et sert mieux que personne l'idée impérialiste. En suite il décrit largement l'œuvre morale, spirituelle, sociale, politique et économique accomplie par le Ministre, en le consacrant comme un des plus habiles hommes d'Etat de nos jours.

In this article the journalist Leopoldo Nunes explains how the moral and spiritual personality of the present Minister for the Colonies, Dr. Francisco Machado was formed and moulded in a thoroughly colonial environment. He says that Dr. Francisco Machado understands and realises better than any one else the full significance of imperialism. He then gives a detailed description of the work the Minister has achieved in spiritual, moral, social, political and economic fields, which entitles him to be considered one of the ablest statesmen of the present day.

A FAROLAGEM NA COSTA DE ANGOLA — Vários tipos de faróis e, ao centro, uma das casas de faroleiros



Macau a abrir um crédito de 50.000 patacas, para ocorrer às despesas a fazer na Colónia de Moçambique com a preparação da companhia expedicionária para ir render a que se encontra ao serviço na primeira das referidas colónias. Portaria n.º 8.402, fixando em 700 contos as despesas a realizar até 31 de Dezembro de 1936 com a Missão Geográfica de Moçambique.

Portaria n.º 8.403, fixando em 550 contos as despesas a realizar até 31 de Dezembro com a missão de revisão da fronteira entre o território da Companhia de Moçambique e a Rodésia-Sul. Decreto n.º 26.486, regulando a administração dos portos e caminhos de ferro de Angola e fixando as condições de provimento dos respectivos cargos técnicos. Decreto n.º 26.565, autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito de 327.889,22 angolares, para liquidação da dívida da colónia à Compagnie Générale de Travaux au Congo, proveniente da diferença da cotação por que foi liquidado o seu crédito de libras e respectivos juros. Portaria n.º 8.410, fixando em 400 contos as despesas a realizar até 31 de Dezembro de 1936, com a missão especial das cartas magnéticas de Angola e Moçambique.

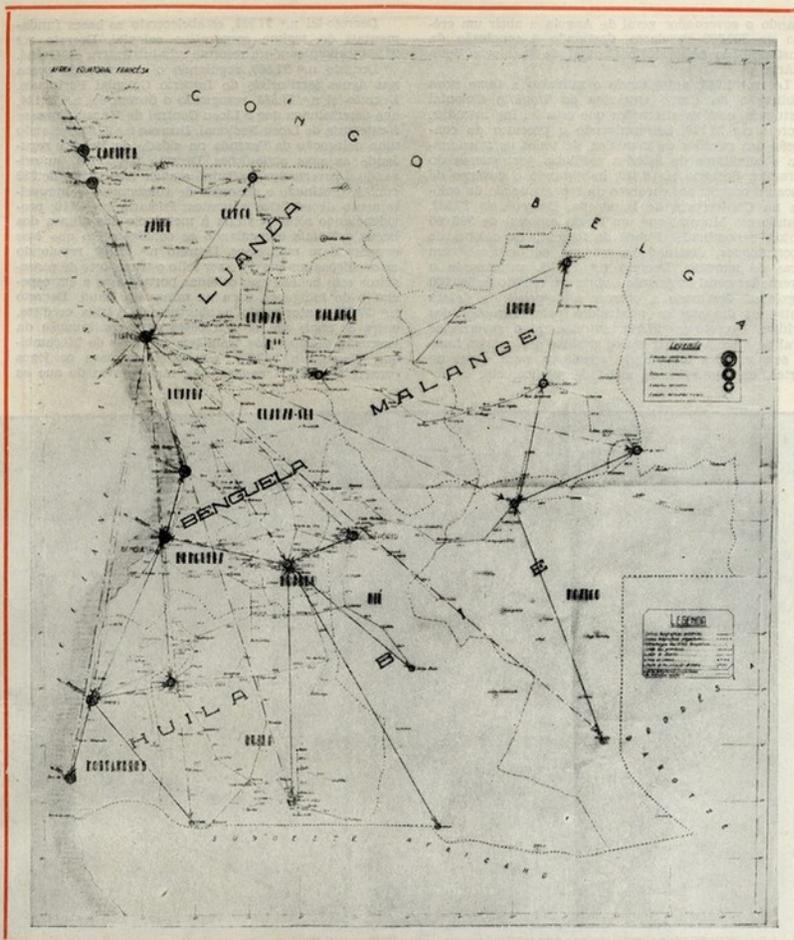
Decreto n.º 26.569, fixando as regras a que deve obedecer o estabelecimento, a reabertura e o exercício das indústrias nas colónias. Portaria n.º 8.416, regulando a distribuição da verba para ocorrer às despesas das colónias portuguesas, com as Convenções e Acórdãos Internacionais acerca dos serviços postais e de telecomunicações. Decreto-lei n.º 26.534, dispensando do visto do Tribunal de Contas os contratos celebrados em Lisboa em 12 de Dezembro de 1934, para a construção das instalações de fornecimento de água e energia eléctrica e para a exploração do mesmo fornecimento à cidade de Luanda. Decreto n.º 26.549, permitindo, gratuitamente, às guarnições dos navios de guerra nacionais em serviço de soberania nas colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Índia, Macau e Timor a frequência das consultas que existam ou venham a estabelecer-se, mediante a apresentação de documento comprovativo passado pelo comandante ou médico do navio. Decreto n.º 26.576, nomeando uma comissão administrativa para gerir os negócios do Grémio do Milho Colonial Português e promulgando diversas disposições acerca da exportação do milho colonial. Decreto n.º 26.583, tornando aplicáveis aos combatentes da Grande Guerra que frequentam ou venham a frequentar qualquer curso dependente do Ministério das Colónias na metrópole a isenção de propinas de matrícula e inscrição. Decreto n.º 26.587, autorizando o governador geral de Angola a abrir créditos de 41.323,87 e de 7.105,67 angolares, para liquidação à Companhia Geral de Construções de despesas pertencentes à mesma colónia e aos anos, respectivamente, de 1933-1934 e 1934-1935, efectuadas na terceira variante do Caminho de Ferro de Luanda. Decreto n.º 26.592, alterando as disposições da legislação vigente sobre a natureza da caução a prestar pelos executados ou por terceiros no caso de embargo oposto a execuções movidas pelas colónias. Decreto n.º 26.617, promulgando várias disposições, a fim de assegurar o equilíbrio das contas da colónia de Macau.

Portaria n.º 8.471, determinando que seja executado com algumas modificações, em todo o território do Império, o decreto-lei n.º 26.636, que concede amnistia a determinados crimes, infracções e faltas disciplinares. Decreto n.º 26.725, mandando aplicar aos navios das nações que, por virtude de tratados, convenções ou acordos comerciais, adquiriram nas colónias portuguesas o benefício do tratamento igual aquele que é concedido à navegação portuguesa, o mesmo tratamento que ficou ajustado com cada uma dessas nações. Decreto n.º 26.726, criando na comarca de Barlavento (Cabo Verde), o julgado municipal especial de Santo Antão, com sede na vila de Ponta do Sol e na comarca de Lourenço Marques, o julgado municipal especial de Gaza, com sede na Vila João Belo. Portaria n.º 8.480, prorrogando por quinze dias o período de trabalhos da I Conferência Económica do Império Colonial Português. Portaria n.º 8.484, mandando observar o cumprimento da lei de 21 de Maio de 1896, que obriga as câmaras ou comissões municipais, juntas locais das colónias a conceder o subsídio anual de um por cento das suas receitas ordinárias ao Instituto de protecção e socorro às famílias desamparadas de funcionários falecidos que tenham prestado serviço no ultramar.

Portaria n.º 8.489, declarando levantado o estado de sítio na ilha de Canhabaque, da colónia da Guiné. Decreto n.º 26.807, fixando as taxas e impostos gerais que devem pagar, nas colónias portuguesas, os navios dos países que não tenham garantido por regime convencional com Portugal o benefício de um tratamento igual ao dos navios portugueses, e estabelecendo as imposições marítimas e portuais aplicáveis a navegação reservada à bandeira nacional.

Decreto n.º 26.808, autorizando o governador geral de Cabo Verde a abrir um crédito especial de 130 contos, destinado à realização de trabalhos públicos naquela colónia. Decreto n.º 26.814, fixando em vinte o número de capitais do extinto quadro privativo das forças coloniais. Decreto n.º 26.827, autorizando os governadores gerais da Índia, de Angola e de Moçambique, o governador de Timor e o Depósito Militar Colonial a abrirem créditos para ocorrer a encargos urgentes, entre os quais o da construção do farol das Palmeirinhas, em Angola, para o que o crédito autorizado é de 650.000 angolares. Decreto n.º 26.843, autorizando o governador de Macau a abrir um crédito de 5.000 patacas, destinado a subsidiar uma carreira portuguesa de navegação entre aquela colónia e a de Timor.

Decreto n.º 26.855, isentando de direitos e mais imposições aduaneiras, em Timor, a exportação de milho e arroz. Decreto n.º 26.867, prorrogando por três anos o prazo para vedação a pesquisas mineiras na área dos postos civis de Xá Muteba e Lui, do distrito de Malange. Decreto n.º 26.886, fixando as condições em que as sociedades e empresas comerciais podem aproveitar a concessão de terrenos no ultramar.



Mapa de Angola, no qual estão marcadas as estações e linhas telegráficas e radiotelegráficas, segundo o projecto que está a ser executado

Decreto-lei n.º 26.888, criando a Missão Hidrográfica da colónia de Angola. Portaria n.º 8.511, habilitando um assistente da Faculdade de Ciências do Porto, mandado agregar à Missão Geográfica de Moçambique, com os fundos necessários ao desempenho dos seus estudos.

Portaria n.º 8.519, reforçando, respectivamente, com 60 e com 100 contos, duas verbas do orçamento geral de Angola, para obras de fomento.

Decreto n.º 27.063, promulgando disposições relativas ao contrato de serviços para trabalharem em S. Tomé e Príncipe. Decreto n.º 27.064, estendendo às restantes colónias de África o regime estabelecido para a de Moçambique pelo decreto n.º 23.920, que fixa os direitos de importação de tecidos e de calçado estrangeiros e estabelece que às mercadorias estrangeiras importadas não pode ser atribuído valor inferior ao das similares portuguesas.

Decreto n.º 27.067, instalando no Forte Roçadas o Depósito Penal de Angola, destinado a receber todos os indivíduos condenados a degredo pelos tribunais de Angola, S. Tomé, Cabo Verde e Guiné. Decreto n.º 27.071, aprovando o regulamento das concessões de licenças para o estabelecimento e exploração de instalações eléctricas nas colónias portuguesas. Decreto n.º 27.073, autorizando o governador geral de Angola a abrir, entre outros, um crédito de 300.000 angolares, destinado à aquisição de sobressalentes para material circulante do Caminho de Ferro de Luanda. Decreto n.º 27.082, designando o dia para a inauguração da segunda reunião da Conferência dos Governadores Coloniais e fixando o programa da mesma reunião.

Decreto-lei n.º 27.119, permitindo a administração e exploração de uma parte do pórtico comercial de Macau por uma companhia ou sociedade comercial, de nacionalidade portuguesa, para o fim de ser utilizada por carreiras de navegação aérea, e estabelecendo as bases da concessão. Decreto-lei n.º 27.120, repõe em vigor nas colónias, no seu primitivo texto, o artigo 9.º, do decreto de 3 de Novembro de 1910, que estabeleceu o divórcio. Decreto-lei n.º 27.121, concedendo ao governo geral de Angola e ao Banco de Angola autorização para contratarem a suspensão, até 1 de Janeiro de 1938, do prazo determinado no artigo 1.º, do decreto-lei n.º 24.183, para a primeira amortização das obrigações a que se referem vários decretos-leis. Decreto n.º 27.135, regulando o aforamento dos bens imobiliários que na Fragaria de Nagar-Avel, do distrito de Damão, são do domínio do Estado.

Decreto-lei n.º 27.268, autorizando, em relação às colónias de Angola e Moçambique, a abertura dos créditos que se tornem necessários para satisfação integral à Companhia Nacional de Navegação das importâncias dos subsídios estabelecidos no decreto n.º 12.438. Decreto-lei n.º 27.269, mandando organizar em Lisboa,

na primavera de 1937, uma demonstração documental de carácter iconográfico, militar e bibliográfico denominada Exposição Histórica da Ocupação. Decreto n.º 27.294, estabelecendo diversos preceitos acerca da organização dos orçamentos coloniais e liquidação das respectivas receitas e despesas e aprovando, com alterações, os orçamentos de lódas as colónias, para 1937. Decreto n.º 27.322, adoptando diversas providências para protecção da indústria do fabrico e manipulação do tabaco existente em Cabo Verde.

Portaria n.º 8.571, abrindo um crédito de 350 contos, para despesas com as iniciativas: Exposição Histórica da Ocupação e 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Decreto n.º 27.354, autorizando os governadores de várias colónias a abrirem créditos de algumas centenas de contos, para melhoramentos públicos. Decreto n.º 27.374, anulando os juros de mora e multas impostas por falta de pagamento da contribuição industrial, em Angola, desde que os interessados satisficam essa contribuição em determinado prazo. Despacho, reforçando com 110 contos a verba destinada às despesas com a Missão de Revisão da Fronteira entre os Territórios da Companhia de Moçambique e a Rodésia do Sul.

Decreto n.º 27.461, abrindo um crédito de 1.820.960\$98, destinado ao pagamento à Caixa Geral de Depósitos, dos encargos vencidos em 30 de Junho de 1934, do empréstimo feito à colónia de Angola, que pela mesma colónia não puderam ser pagos em devido tempo.

Ano de 1937

Portaria n.º 8.602, mandando publicar e pôr em vigor nas colónias de Angola, Moçambique e Estado da Índia o decreto n.º 27.085, que aprova, para vigorarem desde o início do ano lectivo de 1936-1937, os programas das disciplinas do ensino liceal, e nas mesmas colónias e nas de Cabo Verde e Macau, com algumas alterações, o decreto-lei n.º 27.084, que promulga a reforma do ensino liceal. Decreto-lei n.º 27.494, autorizando o Governo a organizar, em colaboração com a colónia de Angola, uma missão botânica destinada ao estudo da flora e da fitogeografia daquela colónia. Decreto n.º 27.495, reprimindo num só diploma a legislação relativa ao exercício da liberdade da Imprensa nas colónias.

Decreto n.º 27.504, autorizando o governador geral de Moçambique a abrir um crédito de 2.000 contos, destinado a liquidar à Companhia Nacional de Navegação os subsídios devidos pelo restabelecimento das suas carreiras regulares de navegação para a África Oriental Portuguesa. Decreto n.º 27.509, restabelecendo os lugares de conservador do Registo Predial na sede de cada uma das comarcas de Bardes, Beira, Benguela, Ilhas de Góá, Inhambane, Luanda, Macau, Quilimane, Quequem, Salsete, Sotavento e S. Tomé. Decreto n.º 27.517, auto-

Carta de Angola, na qual se marcam a Jarolagem de toda a costa, numa extensa de oitocentas milhas, e as grandes linhas de navegação aérea e principais aeródromos



previsas no artigo 209.º da Carta Organica do Imperio Colonial. Decreto n.º 27.589, criando no Ministerio uma comissao chiegraria das colonias de Africa do Imperio, destinada a preparacao e realisacao de documentarios de propoganda que evidenciem o estorço civilizador dos portugueses. Decreto n.º 27.870, estabelecendo as normas que devem reger as relações entre os organismos coloniais que se occupam de trabalhos estatisticos e o Instituto Nacional de Estatistica. Decreto n.º 27.871, n.º 27.872, autorizando a preparacao e realisacao de estatisticas fixando as regras gerais da elaboracao de estatisticas de commercio externo nas colonias. Decreto n.º 27.874, autorizando o governo geral de Angola a abrir varios creditos para pagamento de despesas imprevistas, entre as quais um de 3:487.859 angolares, para pagamento da reconstrucao do caminho de ferro de Luanda. Decreto n.º 27.877, autorizando a prestacao de servicos de enfermaria por firmas hospitalleras nas hospitais do Estado e concessão do beneficio differencial de importação estabelecido nas portuas coloniais e mais legislação em vigor para as mercadorias de producao e industria das colonias portuguesas. Decreto n.º 27.895, mantendo a suspensao de toda a contribuiçao predial rustica que por lei deva ser cobrada. Decreto-lei n.º 27.898, autori-

zando o governador geral de Angola a abrir um credito de 320.000 angolares, destinado a conclusao da obra de construiçao do Laboratorio Central de Patologia Veterinaria. Lei n.º 198, autorizando o ministro a fazer nova publicação da Carta Organica do Imperio Colonial. Decreto n.º 27.526, uniformizando o processo de concessão das pensões de invalides, de todos os missionarios e auxiliares de missões catholicas portuguesas do ultramar. Portaria n.º 8.625, habilitando o governo de Macau a ocorrer aos empenhos da representacao da colonia na Conferencia de Bandung. Decreto n.º 27.537, criando em Moçambique um fundo especial de 300.000 contos, denominando o fundo de fomento da colonia de Moçambique, destinado a crear as despesas com obras de fomento. Decreto n.º 27.539, autorizando o governador geral de Angola a abrir um credito de 500.000 angolares, destinado a ocorrer a despesas de obras para as devizações produzidas por investidores das colonias portuguesas. Decreto n.º 27.542, autorizando o governador geral de Angola a abrir varios creditos que somam mais de seis milhoes e meio de angolares, para obras de portos, expropriações de utilidade publica, etc.

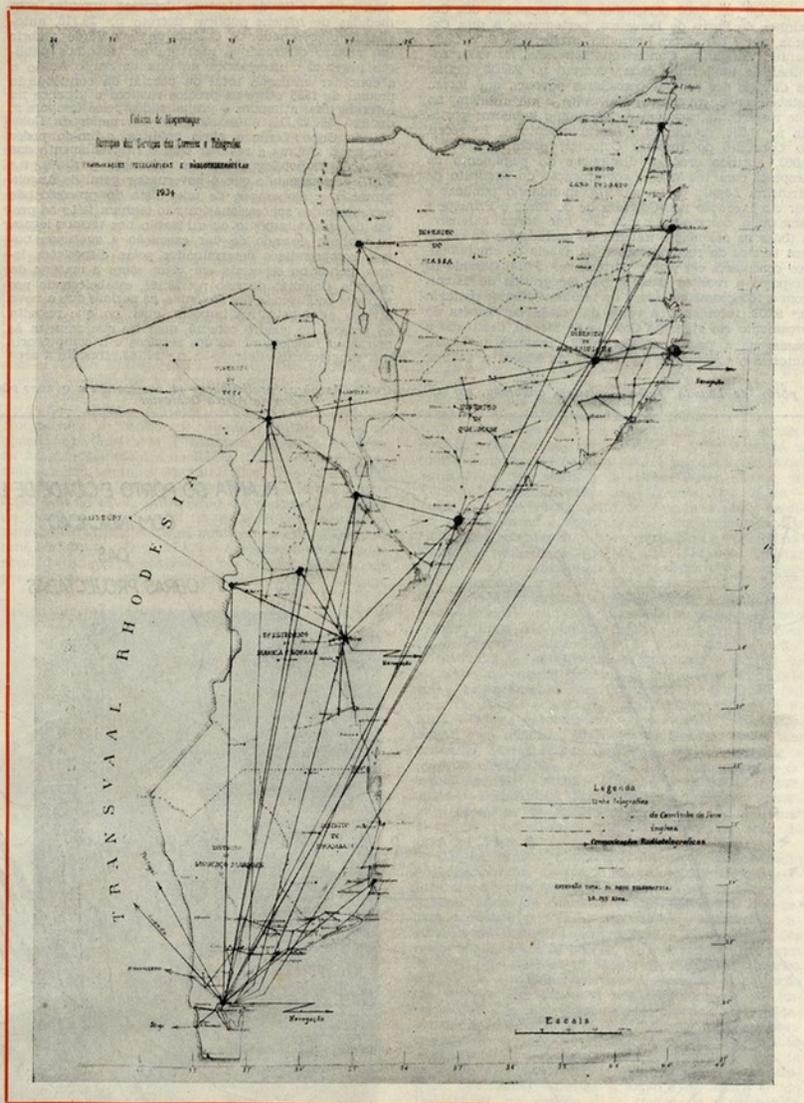
Decreto-lei n.º 27.582, estabelecendo as bases fundametais do regime corporativo colonial. Decreto n.º 27.584, promulgando a reforma administrativa da Guine. Decreto n.º 27.589, regulando o exercicio da pesca nas aguas territoriais do Imperio Colonial Portugues. Decreto-lei n.º 27.583, revogando o decreto-lei n.º 23.124, de 1918, autorizando o exercicio da pesca nas aguas territoriais da Guine a abrir um credito de 250 contos, destinado a despesas de conservacao e aproveitamento de colihios e portos. Portaria n.º 6.710, providenciando sobre a vinda a metropole dos alunos dos liceus coloniais e regulando as condições em que esse curso deve realizar-se. Decreto n.º 27.700, regulando as condições em que deve ser feito o transporte de passageiros sem pedras nas colonias portuguesas e em especial o de indigenas para as ilhas do Rand. Decreto n.º 27.720, autorizando a abertura de varios creditos, entre os quais um de 285.206.655 para continuacao da execucao do plano de trabalhos agricolas de Moçambique. Decreto n.º 27.757, estabelecendo para os jogos que, com excepção do plano de trabalhos agricolas de Moçambique, entre os quais um de 285.206.655 para continuacao da execucao do plano de trabalhos agricolas de Moçambique, em vigor para as mercadorias de producao e industria das colonias portuguesas. Decreto n.º 27.895, mantendo a suspensao de toda a contribuiçao predial rustica que por lei deva ser cobrada. Decreto-lei n.º 27.898, autori-

zando o Governo a celebrar com a Companhia dos Diamantes de Angola um contrato para continuação da exploração dos jazigos diamantíferos que a mesma Companhia tem exercido. Decreto-lei n.º 27.922, autorizando a realização da segunda campanha de trabalhos para o seguimento das investigações antropológicas, arqueológicas e etnográficas em Moçambique. Portaria n.º 8.769, mandando aplicar o decreto n.º 20.420, que aprova a organização do ensino técnico profissional. Decreto-lei n.º 27.923, autorizando o ministro a organizar uma missão técnica para o estudo geológico e mineiro da região do Bembe. Portaria n.º 27.957, regulando os vencimentos dos trabalhadores indígenas de Moçambique, Angola e Cabo Verde, que vierem a ser contratados para os serviços das propriedades agrícolas de S. Tomé e Príncipe. Portaria n.º 8.781, fixando em 2.500 contos as despesas a realizar com a missão técnica destinada ao estudo geológico e mineiro da região do Bembe. Portaria n.º 8.785, autorizando que do fundo de reserva de Macau seja aplicada a importância de 80.000 patacas a um empréstimo a contrair pelo conselho de administração das Obras Públicas da colónia, destinado às obras e reparações do edificio do Leal Senado.

Decreto n.º 28.012, autorizando o governador geral de Moçambique a abrir um crédito de 2.500 contos, destinado à aquisição e montagem do material necessário à ampliação das estações radiotelegráficas e estabelecimento das novas estações radiogoniométricas da colónia. Decreto n.º 28.084, sujeitando a prévia autorização do ministro das Colónias a transmissão de direitos reais, privilégios ou regalias que interessem às colónias ou colectivas de nacionalidade estrangeira. Decreto-lei n.º 28.087, autorizando o Governo, pelo Ministério das Colónias, a organizar uma missão geográfica destinada a realizar a geografia geral da colónia de Timor e em especial os necessários estudos geodésicos, geológicos e cartográficos. Portaria n.º 8.834, autorizando o governador de Macau a utilizar a verba de 100.000 patacas com os socorros a prestar com a reparação de estragos causados pelo tufão que assolou a cidade e a parte Sul da China em 2 de Setembro último. Decreto n.º 28.114, reorganizando os quadros privativos dos liceus coloniais e criando uma Escola Prática de Agricultura na Ilha de Santiago e uma Escola Industrial e Comercial na Ilha de S. Vicente. Portaria n.º 8.839, determinando que os governos das colónias de África providenciem no sentido de serem modificados ou substituídos os actuaes regulamentos e tabelas da contribuição industrial, devendo orientar-se, tanto quanto possível, pela legislação em vigor na metrópole. Decreto n.º 28.134, estabelecendo um intercâmbio económico entre as colónias de Cabo Verde e Guiné, consistindo, principalmente, um «modus vivendi» de recíproco benefício pautal para alguns dos respectivos produtos. Decreto n.º 28.171, autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito de 647.880,40 angolares, destinado aos trabalhos de execução do plano de feroagem e balizagem. Decreto n.º 28.190, autorizando o governador geral de Angola a abrir vários créditos num total superior a 1.100.000 angolares, para subsidiar o Serviço Autónomo de Agua e Luz, de Luanda e para outros fins de interesse para a colónia. Portaria n.º 8.860, mandando publicar e pôr em execução na colónia de Moçambique o acôrdo lavrado entre o Governo português e a Imperial Airways, Limited respeitante ao serviço comercial aéreo para passageiros, mercadorias e correio, ao longo da costa daquela colónia. Decreto n.º 28.200, fixando as normas que de futuro devem regular a liquidação e o efectivo pagamento das dividas inter-coloniaes. Decreto n.º 28.223, fixando as condições em que as sociedades e empresas comerciais podem aproveitar as sociedades e empresas comerciais podem aproveitar as sociedades e empresas comerciais podem aproveitar. Decreto n.º 28.263, estabelecendo diversos preceitos acerca da organização dos orçamentos coloniais e liquidação das respectivas receitas e despesas, e aprova, com alterações, os orçamentos de todas as colónias para 1938. Portaria n.º 8.890, mandando que, no Estado da Índia, seja considerada facultativa para os alunos, filhos de pais não cristãos, a frequência das aulas da disciplina de educação moral e cívica em que seja ministrado o ensino religioso cristão. Decreto n.º 28.292, autorizando o governador geral de Moçambique a abrir um crédito de 900 contos destinado à aquisição e montagem do material necessário à ampliação das estações radiotelegráficas e estabelecimento das novas estações radiogoniométricas da colónia.

Ano de 1938:

Decreto-lei n.º 28.425, aprovando o contrato celebrado entre o governo da Guiné e uma firma, para a construção de um rebocador destinado à referida colónia. Decreto n.º 28.431, autorizando o governo de Timor a promover o estabelecimento na colónia do ensino particular liceal oficializado. Decreto-lei n.º 28.489, definindo o regime da vida administrativa do Banco Nacional Ultramarino. Portaria n.º 8.943, autorizando o governo de Macau a abrir um crédito especial de 5.000 contos, para amortização antecipada de parte da sua divida à Metrópole. Decreto n.º 28.518, autorizando o governador da Guiné a abrir um crédito de 3.257 contos, a fim de promover a execução de algumas obras de fomento económico necessário para o desenvolvimento da mesma colónia. Decreto-lei n.º 28.520, constituindo uma missão militar às colónias. Decreto n.º 28.552, autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito de 3.345.000\$000, destinado ao pagamento da aquisição de guindastes para apetrechamento do porto do Lobito. Decreto n.º 28.573, autorizando o mesmo governador geral a abrir um crédito especial de 500.000 angolares, destinado a ocorrer às despesas de defesa contra as devastações produzidas pelas invasões dos acridos. Decreto n.º 28.577, autorizando o mesmo governador geral a abrir um crédito de 3.266.666\$666, destinado a liquidar os subsídios em divida à Companhia Nacional de Navegação, e outro de 4.000.000\$000, destinado a custear os trabalhos da Companhia Geral de Construções. Decreto n.º 28.646 autorizando o referido governador e o de S. Tomé e Príncipe, a abrem, o



Mapa de Moçambique, no qual estão marcadas as estações e linhas telegráficas e radiotelegráficas, segundo o projecto que está a ser executado

primeiro, um crédito de 700.000 angolares, para diversas despesas imprevistas, e o último, outro crédito de 500 contos, para idêntico fim. Decreto-lei n.º 28.667, autorizando o ministro a organizar uma missão técnica destinada aos estudos do porto de Nacala, em Moçambique, e do ramal de caminho de ferro, ligando esse porto ao caminho de ferro do distrito de Moçambique. Decreto n.º 28.674, criando diversas receitas para a Câmara Municipal da cidade da Beira, a fim de poder acorrer aos encargos com melhoramentos que se impõem em benefício dessa cidade e em prol do seu desenvolvimento. Decreto-lei n.º 28.717, mandando pôr à ordem do governo geral de Angola a quantia de esc. 100.000\$000, para reparação e reconstrução dos muros e limpeza da plicada da fronteira de Angola. Decreto-lei n.º 28.778, criando a Comissão Revisora das Pautas Aduaneiras Coloniaes. Portaria n.º 9.024, mandando publicar e pôr em execução em todas as colónias o decreto n.º 28.697, que cria a Junta de Exportação do Algodão Colonial. Decreto-lei n.º 28.803, determinando que continui suspensa na provincia do Sul do Save, a contribuição predial rústica; portaria n.º 9.033, autorizando o governador de Macau a utilizar uma verba de fundo de reserva da Colónia, a fim de efectuar despesas urgentes com medidas de hygiene pública; portaria n.º 9.034, reforçando duas verbas do orçamento privativo do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial; decreto-lei n.º 28.815, aumentando a verba total a que se refere o artigo 15.º do decreto-lei n.º 28.888, para fazer face aos encargos da Missão Hidrográfica da Colónia de Angola; portarias n.ºs 9.036 e 9.037, reforçando as verbas das tabelas das despesas dos orçamentos em vigor, respectivamente, nas Colónias da Guiné e Angola, destinados a passageiros de ou para o exterior, por motivo de licença graciosa ou por qualquer outro motivo, a pagar na Metrópole; decreto n.º 28.841, adiciona uma alínea ao n.º 3 do artigo 25.º das instruções preliminares das pautas em vigor nos territórios da Colónia de Moçambique, sob a administração do Estado, relativa a pagamentos de direitos de acúcar branco, cerveja e cimentos produzidos nos territórios de Manica e Sofala; decreto-lei n.º 28.821, aumentando o quadro da secretaria do Conselho do Império Colonial; decreto-lei n.º 28.849, determinando

que careçam de confirmação do ministro, os administradores e vogais do Conselho Fiscal do Banco Nacional Ultramarino, eleitos por Assembleia Geral e nos termos do decreto n.º 28.489; decreto n.º 28.840, instalando no distrito de Damão, com sede em Damão, uma Escola de Artes e Officios, destinada a iniciar o ensino profissional dos aprendizes dos officios e a ministrar a instrução prática, para fornecer operários para os diversos officios e mestres; decreto n.º 28.893, autorizando a emissão de moeda metálica do valor facial de 1500, 2550, 5500 e 10500, destinada à Colónia de S. Tomé e Príncipe; portaria n.º 9.048, estabelecendo regras para o provimento do pessoal dos quadros das repartições de gabinete coloniais; decreto-lei n.º 28.899, criando a Junta de Exportação dos Cereais das Colónias; decreto-lei n.º 28.900, mandando entregar de novo aos seus associados, o Grémio do Milho Colonial Português; decreto n.º 28.905, criando em Bolama uma escola de Artes e Officios; decreto n.º 28.919, ampliando o quadro do professorado primário official do Estado da Índia, e autorizando o Governo Geral do mesmo Estado a abrir um crédito para isso; decreto-lei n.º 28.924, criando na Colónia de Angola um fundo especial, denominado Fundo de Fomento da Colónia de Angola, destinado a custear as despesas necessárias do estudo, projecto e execução de obras de fomento. Esse fundo era assim constituído: 10.000 contos, a sair dos saldos anteriores a 1938; 27.500 contos, produto de empréstimo, feito pela Companhia de Diamantes de Angola; por um empréstimo de 80.000 contos, que poderá ser elevado a 100.000 contos; decreto n.º 28.935, autorizando os governadores gerais de Angola e Moçambique a abrir créditos a acorrer, respectivamente, a encargos urgentes com o melhoramento do material fixo e circulante e dos demais serviços dos caminhos de ferro da Colónia, e à ampliação das estações radiogoniométricas, ao combate da formiga e à aquisição de uma embarcação para o serviço de balizagem do porto de Inhambane; decreto n.º 28.936, autorizando o governador da Colónia de Timor a abrir um crédito para a aquisição de um navio a oleos pesados e para custear as suas despesas de conservação e manutenção no corrente ano; decreto-lei n.º 28.937, autorizando a troca no Fundo de Garantia e amortização da Colónia de Angola, criado pelo decreto-lei



S. TOMÉ — Uma parturiente no hospital da roça Rio do Ouro

num só diploma as disposições respeitantes à divisão administrativa da Colónia da Guiné e à constituição do respectivo quadro do funcionalismo, com as modificações propostas pelo governador da mesma Colónia; decreto n.º 9.130 mandando adoptar à Colónia de Timor, com algumas alterações, a legislação que na Metrópole, regula o ensino liceal e determinando que o respectivo governador apresente à aprovação do ministro um projecto de adaptação à Colónia da legislação vigente na Metrópole, sobre o ensino primário elementar; decreto-lei n.º 29.349, esclarecendo que os vogais natos do conselho do Império Colonial não são obrigados a prestar serviço em duas secções e aumente com uma unidade o número de vogais de nomeação ministerial do mesmo Conselho; decreto n.º 29.350, altera as taxas da importação dos fósforos em Angola; decreto-lei n.º 29.351, determinando que, para efeito de julgamentos de crimes políticos, os tribunais militares das colónias funcionem como secções do Tribunal Militar Especial de Lisboa; decreto n.º 29.370, autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito de 2.160.907 angolares destinado a um empréstimo aos serviços autónomos de luz e água à cidade de Luanda, para pagamento de diversas despesas.

Ano de 1939:

Dec. 29.371 — Regula a adjudicação e execução de obras por empreitada na colónia de Macau; Portaria 9.146 — Eleva o limite da circulação de notas na colónia de Moçambique; Portaria 9.149 — Inclui várias categorias nas classes da tabela anexa ao Dec. 20.260, sobre abonos, concessões de licenças e passagens aos funcionários ou empregados civis e militares ao serviço das colónias; Dec. 29.395 — Providencia acerca dos vencimentos dos oficiais médicos coloniais que faziam parte das juntas de invalidez e velhice; P. 9.151 — Proíbe a importação nas colónias portuguesas de mercadorias originárias da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; Dec. 29.398 — Autoriza o ministro a nomear uma comissão para efectuar o estudo de todos os problemas e assuntos que se relacionam com a passagem para a administração directa do Estado dos territórios compreendidos na concessão feita à Companhia de Moçambique; Dec. 29.400 — Aumenta o número de farmacêuticos no quadro do serviço de Saúde de Angola e Moçambique; P. 9.153 — Suspensão na colónia de Moçambique, desde 1 de Janeiro de 1939, a cobrança do imposto de salvação pública; P. 9.154 — Fixa as despesas a realizar com a missão técnica do Bembe; P. 9.158 — Autoriza o Governo de S. Tomé e Príncipe a abrir um crédito destinado à amortização antecipada da parte da sua dívida à C. G. D.; P. 9.160 — Fixa as despesas a efectuar com a missão geográfica de Timor; P. 9.163 — Fixa as despesas a realizar com a missão geográfica de Moçambique; Dec. 29.426 — Autoriza os governadores de Cabo Verde, Guiné e Macau, o primeiro, a poder utilizar o saldo de um crédito especial, e, os outros, à utilização da parte livre e disponível dos saldos dos exercícios anteriores; Dec. 29.429 — Estabelece que a direcção dos Serviços da Agência Geral das Colónias compete ao respectivo agente geral e indica em quem pode recair a nomeação deste funcionário; Dec. 29.434 — Autoriza o governador de Angola e o governador de S. Tomé e Príncipe a abrirem créditos destinados à amortização antecipada de parte das suas dívidas à C. G. D.; Dec. 29.442 — Autoriza o governador de Angola a abrir um crédito, a fim de accorer a encargos não previstos na tabela de despesa da mesma colónia; Dec. 29.453 — Organiza a Mocidade Portuguesa nas Colónias, segundo a orientação e princípios que informam a «M. P.» na Metrópole; Dec. 29.456 — Autoriza o ministro a reduzir ou suprimir totalmente a taxa de cambiais estabelecida na colónia de Moçambique pelo artigo 14.º do Dec. 21.154; Dec-lei 29.470 — Regula a repartição das taxas de trânsito devidas ao Governo Português pelas Companhias dos Cabos Submarinos, bem como o processo a seguir no pagamento das mesmas taxas; Dec. 29.473 — Concede aos delegados do Procurador da República na Metrópole, nomeados para idênticos cargos nas colónias antes da vigência do Decreto 17.989, a vantagem que pela última parte do seu artigo 1.º foi reconhecida dos nomeados posteriormente; Dec. 29.487 — Aumenta o quadro de professores do Liceu de L. Marques; Dec. 29.488 — Orienta e fiscaliza a actividade particular no que respeita ao angariamento e colocação de colonos que se destinem às nossas possessões; Dec. 29.489 — Determina que a composição das juntas de recrutamento nas colónias seja a que lhes está fixada nos respectivos regulamentos de recruta-

mento privativos das mesmas, sempre que se torne impossível dar-lhes a composição fixada pelo artigo 12.º da lei n.º 1.961; Dec-lei 29.509 — Determina que nas declarações de carga de mercadorias em trânsito pelo porto de Lobito seja dispensado o visto dos funcionários consulares portugueses dos portos de procedência dos navios que as conduzam.

Dec. 29.524 — Altera o quadro do pessoal da Imprensa Nacional de Cabo Verde; Dec. 29.525 — Estabelece a forma de efectuar os descontos para pagamento de pensões fixadas por sentença dos tribunais que têm de incidir sobre os vencimentos dos funcionários civis e militares, a cargo dos orçamentos coloniais; Dec. 29.530 — Autoriza os governadores de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor a abrirem créditos a-fim-de accorer a encargos não previstos ou previstos em importâncias insuficientes nas respectivas tabelas de despesa; Dec-lei 29.531 — Reorganiza os serviços do Instituto de Medicina Tropical; Dec. 29.532 — Aprova o regulamento do Inst. de Medicina Tropical; P. 9.202 — Determina que a Companhia de Moçambique adopte no seu selo branco e nos carimbos, com modificação, as armas da colónia de Moçambique; P. 9.207 — Fixa as despesas a realizar com a Missão Hidrográfica a Angola; Dec-lei 29.552 — Autoriza o ministro a contratar pessoal destinado à fiscalização dos trabalhos do Caminho de Ferro de Tete; Dec. 29.558 — Autoriza o Governo da colónia de Moçambique a licitar a montagem da nova emissora da Estação Radiofónica do Rádio Club de Moçambique, com sede em Lourenço Marques; Dec. 29.561 — Autoriza os Governos de Angola e Moçambique a abrirem créditos destinados à continuação da execução do plano de farolagem e balizagem da costa de Angola e à reparação de alguns edifícios públicos da cidade de Lourenço Marques; Dec. 29.573 — Autoriza o governador geral de Angola a contratar, nos termos legais, duas pessoas idóneas para, uma em cada liceu da colónia,



S. TOMÉ — Trabalhos na roça D. Augusta

desempenharem no ano lectivo de 1939, e se disso houver necessidade, nos anos lectivos seguintes, as funções de professores de labores femininos; Dec. 29.583 — Cria na colónia de Angola uma direcção dos Serviços, denominada Direcção dos Serviços de Fomento Económico, a secção de Indústria, Geológica e Minas da Repartição Central dos Serviços das Obras Públicas, a Repartição Técnica dos Serviços de Agricultura, Comércio, Colonização e Florestas e a Repartição Técnica dos Serviços de Veterinária e Pecuária e extingue igualmente os lugares de chefe da Repartição de Estudos Económicos e de chefes dos Serviços de Agricultura e Comércio, Colonização, e Florestas e de Veterinária e Pecuária; Dec. 29.588 — Determina que durante a execução do levantamento fotogramétrico da costa de Moçambique a lotação do pessoal europeu da Missão Hidrográfica da mesma colónia seja aumentada com mais dois primeiros ou segundos tenentes pilotos aviadores, um artífice de aviação e um mecânico de avião; P. 9.223 — Manda pôr em execução nos territórios da Companhia de Moçambique as disposições da Portaria n.º 3.182 do Governo Geral de Moçambique; Dec. 29.627 — Autoriza os governadores de Cabo Verde, Guiné e Macau a abrirem créditos a-fim-de accorerem nas mesmas colónias a encargos não previstos nas respectivas tabelas de despesa; D. 29.629 — Concede no ano económico de 1939 a isenção do pagamento da contribuição predial rústica e foros das propriedades que, estando em exploração efectiva na colónia de Moçambique, foram devastadas pelas inundações do Sul do Save, pela cheia da Zambézia e pelo ciclone de Angoche e Moma — isenta da contribuição predial urbana durante três anos os prédios arrasados ou seriamente danificados, desde que os respectivos proprietários se obrigarem a reconstruí-los e a repará-los ainda no ano de 1939.

Dec-lei 29.646 — Autoriza o ministro das Colónias a

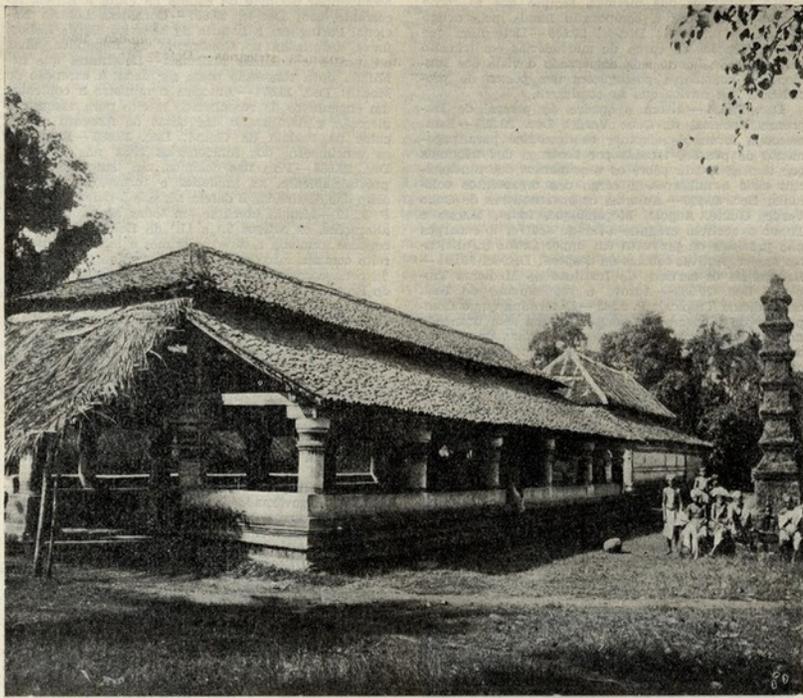
acompanhar o Chefe do Estado na visita à África, no corrente ano; Dec-lei 29.657 — Considera Lotaria Nacional Portuguesa a Lotaria da Misericórdia de Lisboa, única autorizada no Continente da República, ilhas adjacentes e colónias africanas — Determina que nenhuma nova concessão possa ser dada, à excepção de Macau; Dec. 29.674 — Autoriza o ministro a contratar um engenheiro de reconhecido mérito para assumir a direcção e fiscalização das obras de fomento a executar na colónia da Guiné; Dec. 29.680 — Remodela os vencimentos dos funcionários civis nas colónias; Dec. 29.686 — Fixa nas colónias, em tempo de paz e provisoriamente, as unidades e formações militares, além das destinadas à defesa aérea e à defesa costeira; P. 9.242 — Manda executar em todas as colónias, com alterações, os artigos 9.º e 11.º do Dec-lei 29.636, que concede amnistia a diversos crimes e infracções de direito comum, introduz modificações sobre cumprimento da pena correccional e altera vários artigos do Código do Processo Penal; Dec. 29.709 — Autoriza o governador geral de Angola a abrir um crédito a-fim-de dotar os serviços de aviação da colónia com os recursos que o seu desenvolvimento exige; Dec. 29.714 — Constitui a Comissão Reguladora da Importação da Colónia de Moçambique; Dec. 29.715 — Constitui a Junta de Exportação da Colónia de Moçambique; Dec. 29.716 — Cria na colónia de Angola a Junta de Exportação e a Comissão Reguladora da mesma colónia.

P. 9.251 — Aprova o regulamento da Junta de Exportação dos Cereais das Colónias; Aviso fixando a equivalência do franco-curo para a percepção de taxas telefónicas nas colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola; Dec. 29.983 — Autoriza o governador geral de Angola a abrirem créditos para accorer à montagem e funcionamento dos guindastes recentemente adquiridos para o apetrechamento do porto do Lobito; P. 9.342 — Manda executar em todo o Ultramar, com as alterações que o respectivo governador entender necessárias, o Dec-lei 29.937, que proíbe o funcionamento de todas as instalações rádio-eléctricas, emissores particulares, compreendendo as emissores de amadores e todas as estações rádio-receptoras particulares; P. 9.344 — Manda vedar a pesquisas de substâncias betuminosas a porção de território da colónia de Angola, limitada a Norte pelo rio Loge, a Oriente pelo meridiano 14º E. G., a Sul pelo rio Bengo e a Oeste pelo Oceano Atlântico; P. 9.355 — Manda executar nos territórios do Império Colonial, com algumas alterações, o Dec-lei 29.964, que promulga várias disposições tendentes a assegurar a aplicação efectiva dos crimes de acambramento e especulação; Dec. 30.004 — Autoriza o ministro a conceder à Companhia Ultramarina de Petróleos licença para pesquisas de jazigos de petróleo de quaisquer ilhas minerais e gases hidrocarbonados na área da ilha de Timor.

Dec-lei 30.039 — Concede o direito de apresentação aos funcionários do ministério e organismos e conselhos dependentes que ocupem, mediante nomeação definitiva, cargo de comissão e aos contratados que sejam abonados por força das verbas orçamentais expressamente inscritas para pessoal e façam parte dos quadros estabelecidos por lei ou aprovados nos termos do artigo 1.º do Dec-lei 26.503; Dec. 30.049 — Autoriza o ministro a mandar entregar à Junta de Exportação dos Cereais das Colónias, por adiamento, as importâncias que lhe forem sendo precisas para pagamento de empréstimos já contraídos e para o desenvolvimento da sua actividade; Dec. 30.052 — Facilita a colocação de géneros, simples ou transformados, da produção de umas colónias para outras e na Metrópole; Dec. 30.064 — Define o alcance do artigo 6.º do Dec. 16.792, no sentido de o tempo de permanência exigido na sua parte final para a concessão de passagens, por conta do Estado, às pessoas de família dos funcionários públicos se refere à colónia onde o funcionário serve à data do seu pedido de passagens e não às colónias em que tenha anteriormente servido; Dec. 30.065 — Fixa por arbitragem os preços de aquisições ou as indemnizações respeitantes a expropriações necessárias à execução de obras e melhoramentos públicos nas colónias; Dec. 30.074 — Aprova a nova comissão do ensino primário na colónia da Guiné; Dec. 30.093 — Autoriza os governadores de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia e Macau a abrirem créditos a-fim-de accorerem a encargos não previstos nas respectivas tabelas de despesa e ainda quanto à utilização das disponibilidades para servirem de contra-partida à abertura de créditos extraordinários; Dec. 30.096 — Autoriza a aposição da sobrearga;



S. TOMÉ — Enfermaria do hospital da roça Rio do Ouro



Um formoso templo hindú

em colecções de séios de correio aéreo, para comemorar a participação de Portugal na Exposição Internacional de Nova York, e fixa as respectivas taxas; P. 9.394 — Fixa o limite da circulação de cédulas na colónia de Timor; Dec. 30.115 — Define a competência do governador da colónia de Timor e do Superior das Missões da colónia para o provimento dos lugares de directores ou encarregados das escolas de ensino a indígenas; Dec. 30.117 — Estabelece diversos preceitos acerca da organização dos orçamentos coloniais e aprova, com alterações, os orçamentos para 1940; P. 9.398 — Aprova os orçamentos de receita e despesa do Conselho do Império Colonial, Instituto de Medicina Tropical, Hospital Colonial de Lisboa, Depósito Militar Colonial, Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial e Agência Geral das Colónias; Dec. 30.198 — Isenta de direitos de importação e de outros quaisquer impostos

reiros de 1940, por intermédio do Banco Nacional Ultramarino, sobre todas as transferências autorizadas pelo Fundo Cambial, o adicional de 1/4 por cento quando destinadas ao estrangeiro e de 1/8 por cento quando destinadas a território nacional e a aplicar o produto destes adicionais à amortização dos prejuizos do mesmo Fundo.

Dec. 30.285 — Revoga o Decreto 24.712, que isenta de direitos aduaneiros em Angola o sulfureto de carbono, importado pelo Estado ou pelo Grémio do Milho Colonial Português, que se destine a ser empregado em câmaras de expurgo para beneficiamento do milho; Dec. 30.286 — Autoriza o governador geral de Angola a isentar por dez anos de contribuição industrial

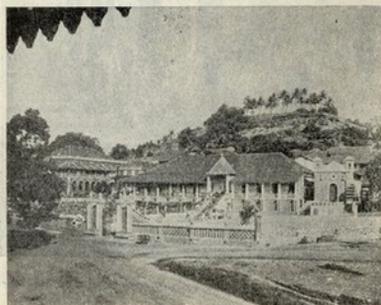


ANGOLA — O porto de Mossamedes

os bilhetes da Lotaria Nacional Portuguesa remetidos para as colónias pela Misericórdia de Lisboa, a contar do Dec.-lei 29.657; Dec.-lei 30.241 — Manda passar um diploma aos habilitados com o curso da Escola Superior Colonial.

Ano de 1940

Portaria 9.437 — Autoriza o Conselho de Câmbios da colónia de Moçambique a cobrar, desde 1 de Fevereiro



INDIA — Hospício e Capela do Sagrado Coração de Maria



MOÇAMBIQUE — Missão da Manhuaná (Casa de educação)

e respectivos adicionais todos os prédios urbanos cuja construção venha a ser iniciada e concluída no período que vai de 1 de Janeiro de 1940 a 31 de Dezembro de 1944; P. 9.459 — Fixa as despesas, a realizar



CABO VERDE — Pelourinho da cidade velha de São Tiago

até 31 de Dezembro de 1940, com a Missão Geográfica de Moçambique; P. 9.466 — Fixa as despesas com a Missão Hidrográfica de Angola; P. 9.475 — Manda publicar e pôr em execução em todas as colónias o § 2.º

do artigo 261.º, do Código do Registo Predial, aprovado pelo Dec. n.º 17.070.

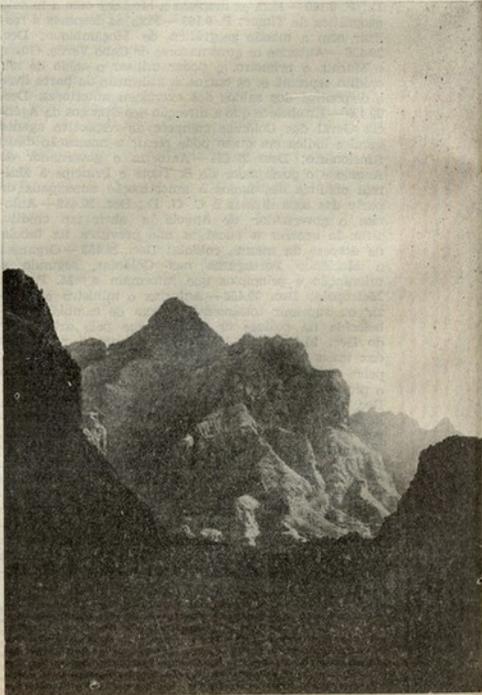
Dec.-lei 30.319 — Autoriza o ministro a constituir uma comissão para na Metrópole proceder a estudos de carácter geográfico, relativos à ilha de Timor; Dec. 30.329 — Autoriza o ministro a mandar prestar serviço na Comissão Revisora das Finanças Aduaneiras Coloniais, enquanto durarem os seus trabalhos, os funcionários do quadro interno aduaneiro das diversas colónias que estiverem em gozo de qualquer licença na Metrópole, com excepção da concedida pelas juntas de saúde; P. 9.490 — Manda publicar em todas as colónias para nelas ter aplicação, o Dec. 21.608, que criou os estatutos da União Nacional; P. 9.494 — Fixa as despesas a realizar com a Missão Geográfica de Timor.

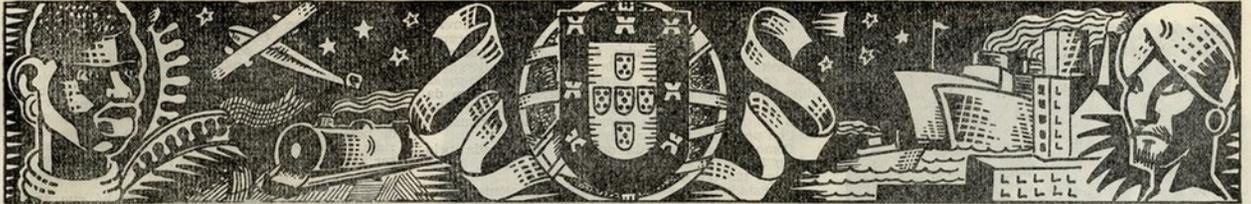
Decr. lei n.º 30.363 — reorganiza a junta de recursos das colónias, instituída nos termos do decreto n.º 24.588. Decr. lei n.º 30.374 — autoriza a Agência Geral das Colónias a promover a realização, nos meses de Abril a Setembro de 1940, do Cruzeiro dos Velhos Colonos; decr. lei n.º 30.375 — Fixa a caução a exigir aos directores das Casas da Metrópole e a forma como deve ser prestada.

Port. n.º 9.506 — Manda aplicar à indústria salinera o disposto no decr. n.º 28.509 que fixa regras a que deve obedecer o estabelecimento, a reabertura e o exercício das indústrias das colónias; decr. lei n.º 30.383 — Autoriza o ministro a requisitar à Comissão Reguladora do Comércio de Algodão as garantias necessárias ao pagamento integral dos prémios aos exportadores de algodão colonial; decr. n.º 30.395 — Torna aplicável às sociedades que adquiram quotas ou partes sociais em sociedades já constituídas ou a constituir e que exerçam a sua actividade nas colónias o disposto no art. 1.º do dec. n.º 17.569; dec. n.º 30.397 — Torna aplicável ao ministro das Colónias o preceituado no art. único do dec. lei n.º 30.340 no que respeita ao provimento dos lugares dos quadros administrativos e de fazenda, privativos do referido Ministério; dec. n.º 30.400 — Aumenta com mais dois lugares de auxiliares, técnicos especializados em cimento armado, o quadro da brigada destinada ao estudo, construção e conservação de estradas e obras de arte da colónia de Moçambique, criada pelo dec. n.º 28.014; dec. n.º 30.401 — Extingue o lugar de contador-distribuidor da comarca da Guiné, manda colocar o funcionário que exerce o cargo como escrivão de direito em qualquer vaga nas comarcas do ultramar; dec. n.º 30.403 — Regula a contagem nos prazos fixados no art. 16.º do dec. n.º 29.244 para os funcionarios ou empregados civis ou militares que sejam nomeados para o exercício de quaisquer lugares ou comissões de serviço publico nas colónias, tomarem posse dos mesmos lugares ou comissões; dec. n.º 30.406 — Autoriza os governadores das colónias de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor a abrirem créditos a-fim-de acorrerem a encargos não previstos nas tabelas de despesas; dec. n.º 30.441 — Torna extensivo às colónias o disposto no § 3.º do art. 183 do Código Commercial, na redacção dada pelo decreto n.º 12.251, applicando-se não só as sociedades nele indicadas como a todas e quaisquer empresas ou sociedades que exerçam a sua actividade nas colónias, ainda que tenham na Metrópole a sua sede; dec. n.º 30.444 — Abre um crédito para realizar o Cruzeiro dos Velhos Colonos.

Port. n.º 9.530 — Fixa o número de colonos que devem constituir o Cruzeiro; dec. n.º 30.490 — Define as condições a que deve obedecer nas colónias a abertura de créditos especiais propostos pelos respectivos governos e autorizados por decreto; dec. n.º 30.511 — Determina que nos principais centros de população europeia da colónia de Moçambique sejam desde já organizadas unidades destinadas especialmente à defesa local e das linhas de comunicação que as servem — autoriza o governo da referida colónia a abrir um crédito destinado a fazer face às despesas resultantes deste diploma; Port. n.º 9.557 — Manda executar no Ultramar, com algumas observações, o dec. lei n.º 30.484, que concede uma ampla amnistia; Port. n.º 9.569 — Cria junto dos serviços de Marinha das colónias, centros de instrução e preparação do pessoal indígena; Port. n.º 9.571 — Manda publicar nos boletins oficiais das colónias o dec. lei n.º 30.390 que autoriza a Junta de Crédito Público a converter os títulos da dívida externa em títulos ou certificados de consolidado interno.

SANTO ANTÃO — Ribeira dos Orçãos; em Cabo Verde





PORTUGAL ULTRAMARINO

1940

O que valem, o que representam e como estão apetrechadas para o futuro as províncias portuguesas do Ultramar



admirável legenda «Portugal não é um País pequeno, tem a sua expressão de verdade não apenas na grandeza territorial da Nação, continental, insular e colonial, como nos seus aspectos morais—político, administrativo, económico e social.

O Império não é palavra vã. O Império existe pelo poder e sentimento de fraternidade, que é abraço forte dos portugueses da Metrópole e das Colónias; pelo respeito e pelo amor que impusemos, a virtudes cristãs que criámos e divulgámos; pelo critério social que animou e anima a nossa acção Imperial.

Não nos limitámos a descobrir e a ocupar: colonizámos. Construímos o Império, sobmos dignificá-lo aos olhos estrangeiros, aos nossos próprios olhos e perante aqueles que tiveram de curvar-se mais à força do nosso sentimento colonial e ao nosso amor, do que propriamente ao desígnio providencial de serem dominados.

Assim, edificámos a unidade moral dos Domínios, oferecendo lições e conceitos de colonização que não admitem confrontos, tão fortes e sádios se apresentam. Depois de haverem tomado papel preponderante na posse do Império de Marrocos, de haverem fundado o Império do Oriente e criado o Império do Brasil, entregámo-nos, no século XII, à tarefa de erguer os alicerces para um quarto Império: o actual Império Colonial Português, ao qual—como disse o ilustre ministro das Colónias, sr. dr. Francisco Vieira Machado—«o génio de Salazar deu forma legal, acordando para ele a consciência da Nação».

Criada a unidade indestrutível do Império pela solidariedade que funde num corpo único, Portugal de Aquém e de Além-Mar, não devemos esquecer que foi a colaboração dos homens de pensamento com os de acção que permitiu o início de uma actividade colonial tão esplendorosa que, sendo projecção do nosso próprio espírito, ao nosso próprio espírito orgulha. É que a nossa maravilhosa acção colonial tem sido e é uma obra de fé e de amor, realizada, conduzida, empurrada pelos seus melhores valores mentais.

Portugal e as Colónias são um todo—uno e indivisível. Estende-se do Minho a Timor. É esse o princípio fundamental do sentimento e da ideia do império português.

Não sentimos preconceitos de raças. Desprezamos. Somos todos portugueses sem qualquer preocupação da parte do território onde tenhamos nascido.

Com a nossa linha ensinamos aos indígenas das colónias a nossa religião, na ideia louvável de não guardar apenas para nós os benefícios da fé cristã. Para que a unidade moral do Império fosse perfeita e constituísse orgulho para nós, e lição para os povos, em contraposição à política adoptada por outras nações em domínios coloniais, respeitámos ao indígena a sua dignidade humana, não opondo barreiras entre nós e as populações nativas. Tratamo-las como grupos humanos susceptíveis de serem iguais a nós, e, como fruto dessa tarefa, ganhámos para a civilização cristã muitos portugueses das colónias ao mesmo tempo que conquistámos o seu amor e o pacífico respeito da soberania portuguesa.

E ainda por força do nosso respeito pela dignidade humana dos indígenas das Colónias, pelo poder e em obediência ao princípio que rege e anima a nossa política de assimilação que olhamos e tratamos de saúde dos indígenas. Por um conjunto de valor económico? Não! Apenas por que são homens susceptíveis de serem iguais a nós.

No campo colonial temos seguido com sinceridade e através de tudo uma política de bondade, uma política de assimilação que criou um amor e um sentimento português tão grande, tão forte e bem alicerçado, que os portugueses das colónias, os homens de todas as raças, se sentem, por coração e orgulhosamente, sempre portugueses.

Podemos dizer que o sentido que se imprimiu à nossa acção colonial apresenta uma escola, também com princípios de ordem económica, irmanados, evidentemente, com as bases dessa actividade ultramarina. Dessa forma, sendo Portugal formado por um todo uno e indivisível, a economia nacional teve de ser considerada complementar e não como corrente das metrópoles. Assim, os produtos coloniais têm para os estrangeiros de ser considerados, como de facto são, produtos portugueses.

Mas—repetimos com o ilustre ministro das Colónias: «O facto económico é, talvez, o corpo do acontecimento histórico, mas seria corpo sem vida, quando lhe faltasse a própria alma, que é o facto espiritual. Mais do que conquistadores de terras, sempre fomos e queremos continuar a ser conquistadores de almas, e a nossa vitoriosa política de assimilação domina de muito alto cer-o conceito de colonização, obscuro, desumano, anti-social, que apenas tem em vista

interesses materiais, mediante o enunciado de princípios arbitrários e de conteúdo mal definido.

A integridade do nosso Império é considerada, pela Nação inteira, sem distinções de raças, de ideias políticas ou de confissões religiosas, como postulado inatacável da sua Soberania e da sua Liberdade.

A manutenção e progressivo desenvolvimento dos nossos domínios ultramarinos constituem a finalidade mais alta do País, pela vontade inabalável de todos os portugueses.

DEVE-SE AO ESTADO NOVO

ter feito inserir na Constituição, como parte integrante do estatuto fundamental do País, novas directrizes em matéria colonial

É o momento de recordar que foi com a publicação em 1933, do Acto Colonial, pelo sr. dr. Oliveira Salazar, que, enfim, regia a pasta das Colónias, que se lançaram os grandes princípios a que deveria subordinar-se a política do Império e a administração geral das colónias portuguesas.

Deve-se ao Estado Novo, como o eminente Chefe do Governo recordou na Conferência dos Governadores Coloniais, ter feito inserir na Constituição Política, como parte integrante do estatuto fundamental do País, as directrizes, não simplesmente duma política diferente, mas duma política nova nesta matéria, para mais perfeita expressão da nossa consciência nacional e afirmação mais vinçada do temperamento colonizador dos portugueses, para engrandecimento de Portugal e melhor utilização dos nossos recursos comuns e na prevenção das perturbadas ideias que a crise faria surgir, para ser mais clara, diante da Europa, a nossa posição de grande potência colonial. A nós—disse ainda o sr. dr. Oliveira Salazar—hão-de vir encontrar-nos então trabalhando tranqüilos na unidade política e económica de Portugal e do seu Império, de que queremos fazer um poderoso factor de paz e de progresso do Mundo.

«E, na verdade, com o mesmo critério de acção, agregado social diferenciado, independente, soberano, estabelecendo como entende, a divisão e organização do seu território, sem distinções de situação geográfica, que nós consideramos, administramos, dirigimos as colónias portuguesas.

Tal como o Minho ou a Beira, é, sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia. Somos uma unidade jurídica e política. «Desistamos caminhar para uma unidade económica tanto quanto possível completa e perfeita, pelo desenvolvimento da produção e intensa permuta das matérias primas, dos géneros alimentícios e dos produtos manufacturados entre umas e outras partes deste todo».

«Nem na Metrópole nem em qualquer das nossas colónias, nos encontramos fechados e agressivos diante do capital, do trabalho e das iniciativas alheias. Mais abertamente que muitas outras nações, nós recebemos e acarinhámos a colaboração estranha; por todo o Império, muitos milhares de estrangeiros e muitos milhões de capital trabalham, prosperam, se acolhem à generosidade das nossas leis, à sombra da nossa bandeira, à defesa do nosso direito e da nossa autoridade. Mas os elementos que ingressam no território nacional para valorização própria, temos de considerá-los integrados na obra comum, no interesse português, como factores, não duma economia estranha, mas da nossa economia. Respeitando a nacionalidade das pessoas e os frutos particulares do seu trabalho, ninguém poderia supor que vemos aí alguma limitação à soberania do Estado português; não poderíamos prescindir de sermos nós quem define o interesse comum e marca as posições que devem ser tomadas para a perfeita realização dos nossos fins».

Nestas palavras do eminente homem público está consubstanciada a ideia central da obra de que é fulcro o Acto Colonial.

DISSE SALAZAR:

«A nossa soberania não pode ser discutida em Genebra, como não o pode ser em Paris, Londres, Roma ou Berlim»

O Acto Colonial está de tal forma à margem de quaisquer comentários que representa uma lição para estrangeiros. Demonstra o exultantemente o facto de Pierre Dominique haver publicado em Junho de 1938, em «La République», de Paris, de que é redactor principal, num artigo sob o título «Quando é que a França se aperceberá de que é um Império?».

Diz o jornalista—que mais tarde viu satisfeitas as suas observações com a publicação, do diploma que

poderemos considerar o Acto Colonial Francês: «Lembro aqui o Presidente do Conselho Salazar, que constituiu Portugal e as suas Colónias num só corpo político e político. Escutamo-lo».

Concluiu, depois de transcrever um trecho dum discurso do Chefe do Governo Português:

«Proporho este texto aos que dirigem os nossos destinos. Não terá também a França necessidade de um Acto Colonial? Pego, simplesmente, lhe chamem Acto Imperial, nome mais sonoro e mais justo, no qual presagio, se quiserem adoptar a minha sugestão, a mais vasta repercussão».

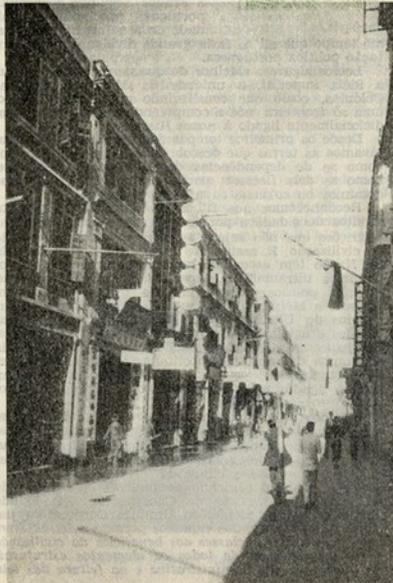
Fechando este parentesis, cabe também recordar algumas frases do eminente Presidente do Conselho na entrevista que, ai por volta de Outubro de 1938, concedeu ao jornalista António Ferro.

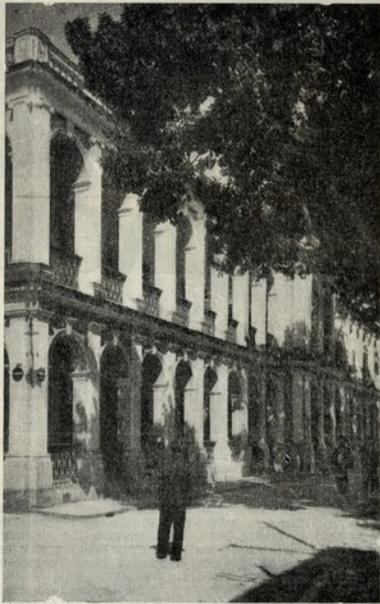
Pergunta o entrevistador: «Para um pequeno País, mas grande Nação colonial, como somos, não seria útil, efectivamente, que a Sociedade das Nações continuasse a existir e cada vez mais forte. E indiscutível que as nossas colónias, por serem cobichadas, são constantemente criticadas, calculadas. Não será Genebra a melhor tribuna para defender os nossos direitos, os direitos da nossa soberania?»

A voz de Salazar torna-se mais fria, mais dura, para dizer:

«Sabe que isso das nossas colónias serem cobichadas, me parece muito ideia feita, frase herdada do passado? Quem a cobiciara? A Inglaterra que, pelos tratados da aliança, se obrigou a defendê-las? A França? Nunca ninguém a pôde acusar de tal, salvo quando aqui há umas dezenas de anos supôs que estava aberta a nossa herança colonial. A Alemanha? Mas não tem o chanceler Hitler declarado que as suas reclamações coloniais se dirigem ás antigas colónias alemãs e, de modo nenhum, ás de qualquer outro país? A Itália? Mas não são os seus exponents declarações em todo o tempo feitas pelo sr. Mussolini, como vemos ter a Itália conquistado um Império de limitadas possibilidades em Africa, sem atentar contra direitos das potências europeias. Os pequenos países, como a Bélgica e a Holanda, a quem naturalmente os mesmos especuladores internacionais metem também o susto de se estar atentando contra as que possuem? É preciso acabar com o eterno receio, próprio dos povos decadentes, incompatível, porém, com o nosso renascimento e com a nossa vontade de trabalhar. Não podem incomodar-nos os lugares comuns de críticos suspensos sobre a nossa falta de homens e de capitais para colonizar. Se temos falta de homens, como explicar que a percentagem de raça branca seja nas colónias portuguesas superior à que existe nas colónias alheias? Se faltam capitais, por que razão não é maior que o das nossas o desenvolvimento das colónias dos outros países, comparáveis em riquezas naturais?»

MACAU—Rua 5 de Outubro





MACAU — Edifício do Liceu

Mas deixemos isso, porque nós não admitimos discussão sobre a nossa soberania. A nossa soberania não pode ser discutida em Genebra, como o não pode ser em Paris, Londres, Roma ou Berlim. A soberania é a nossa vida e da nossa vida só nós podemos dispor. As críticas geralmente feitas à nossa administração ultramarina afiguram-se-me tendenciosas, de má fé. Mas as intrigas as calúnias vão esmorecendo, desaparecendo perante os factos. Aliás, os nossos domínios ultramarinos não foram conquistados a qualquer outra nação. Fomos nós quem os descobriu, foram sempre nossos.

E não viu o entusiasmo, o verdadeiro delírio com que as populações do ultramar português acerbam de receber o sr. Presidente da República?

Qual o País que pode orgulhar-se de possuir maior experiência colonial do que o nosso?

Comentário do jornalista:

«Passamos de novo, em frente do mosteiro dos Jerónimos. E é ele, coberto de algas do velho mar português que responde a Salazar, o eco da voz repercutindo-se na Torre de Belem, mergulhando no Tejo: — Nenhum...»

EIS A CHAVE DO NOSSO TRIUNFO

Identificamos os naturais dos domínios com as gentes metropolitanas



É esta razão, o Chefe do Governo Português, quando proferiu tais palavras.

Temos unidade imperial e podemos orgulhar-nos de que havendo sido Portugal o primeiro País colonial a declarar na sua Constituição e no Acto Colonial que Metrópole e colónias eram território uno e indivisível, a sua doutrina alargou-se a outros países com domínios ultramarinos. Assim, a França, seguindo o exemplo português proclamou a unidade do seu Império, ao mesmo tempo que ali se fazia grande divulgação da orientação política portuguesa.

Lemos algures: «Melhor do que nenhum outro povo, a ideia imperial, a unidade da Metrópole com as Colónias, como que constituindo um Império único, uma só fronteira, nós a compreendemos, por estar tradicionalmente ligado à nossa História.

Desde os primeiros tempos das descobertas, nós tratávamos as terras que descobríamos ou conquistávamos como se de dependências da Metrópole se tratasse, como se dela fizessem parte integrante, e não como domínios ou colónias sujeitas pelas forças.

Reconhecemos aos filhos do Império Colonial os direitos de cidadãos portugueses sem quaisquer outras restrições que não sejam as impostas pelo seu estado de civilização. E, assim, aos mais altos postos da vida da Nação têm ascendido homens naturais dos nossos domínios ultramarinos, especialmente de Cabo Verde.

Essa política tem razão de ser. E que quem conhece a Metrópole portuguesa e visita os nossos territórios do Ultramar, fica maravilhado, porque nas cidades e aglomerados populacionais encontra os mesmos aspectos característicos de viver e de hábitos nada diferentes da terra metropolitana, a não ser as cores de portugueses de outras raças que falam a mesma língua, ligados pelos mesmos laços espirituais, unidos nas mesmas aspirações.

Poucos ou quasi nenhum povo colonial disse se pode orgulhar-se. A razão explica-se: e que nos integramos os naturais das terras portuguesas ultramarinas, identificamo-los sob todos os aspectos, com as gentes metropolitanas. Eis a chave do nosso triunfo.

Na verdade, o principio de unidade está declarado na letra do artigo 5.º da Constituição: «O Estado Português é uma República Unitária Corporativa, baseado na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na inferioridade de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.

Mais: «A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobilitarício, sexo ou condição social, salvas quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pelas diversidades das circunstâncias ou pela natureza das coisas.

Como consequência da doutrina proclamada pelo artigo 5.º do Estatuto fundamental, da Nação, temos o artigo 12.º do Ac.º Colonial:

«O Estado não concede, em nenhuma colónia, a empresas singulares ou colectivas:

1.º— O exercicio de prerrogativas de administração pública;

2.º— A facilidade de estabelecer ou fixar quaisquer tributos ou taxas, ainda que sejam em nome do Estado;

3.º— O direito de posse de terrenos, ou de áreas de pesquisas mineiras, com a facilidade de fazerem subconcessões a outras empresas.

Dentro desta orientação o Estado Novo, perante as companhias majestáticas, reivindicou o exercicio do direito de soberania nos territórios do Niassa, e ao extinguir o regime dos prazos na Zambézia.

O ESTADO PORTUGUÊS

é um Estado imperial — mas não é um Estado imperialista

Pode agora dizer-se que aos principios de solidariedade e de unidade imperial se agrega outro principio animador: a ideia do Império: o nacionalismo.

Este nosso nacionalismo, consante o afirmou o sr. dr. Francisco Vieira Machado, com perfeita compreensão da ideia concebida pelo sr. dr. Oliveira Salazar, marca limites necessários, mas não exclusivistas à actividade e à colaboração do esforço alheio.

A expressão imperialismo sugere propósitos de conquista e expansão territorial e a mais vez, o desprezo na ordem internacional do direito alheio em proveito do engrandecimento próprio.

Há, pois, razão para afirmar que o Estado Português, respeitador escrupuloso do direito das gentes, isento de intuições de conquista e de expansão territorial, ao realizar esta politica ultramarina, é um Estado imperial — mas não um Estado imperialista. E cremos ficar desta forma demarcado o nacionalismo inspirador do nosso Império.

Solidariedade, unidade nacionalismo, eis, portanto, a Trindade de principios em que assenta a ideia imperial.

No quadro dessa ideia, o Estado careceu de obter a coordenação e-re a actividade da Metrópole e as aspirações e as necessidades das colónias, adoptou providências e criou os órgãos necessários para o contacto com os meios interessados.

Foi assim que, em 1929, fez uma visita às colónias, o ministro Bacalao Bojardo, e em 1932, ali foi o ministro prof. dr. Arnaldo Monteiro, numa demonstração de relevo do intuito do Governo Central de estabelecer contacto necessário com a opinião ultramarina.

A-proposito convém frisar, por corresponder inteiramente à verdade, que até ao advento do Estado Novo apenas um ministro das Colónias—Aires de Ornelas — foi ao Ultramar em missão do Estado. Verificou-se a viagem em 1907, quando Aires de Ornelas acompanhou o principe D. Luiz Filipe na sua visita às terras ultramarinas.

Como proleção dessas viagens, interpretação clara da letra do Acto Colonial e respeito pelo principio imperial, foram criados órgãos permanentes de Governo destinados, uns, a colher, in loco, com a necessária rapidez e eficacia os elementos de informação precisos para assegurar a Metrópole o perfeito conhecimento de factos e circunstâncias da administração ultramarina; outros, propondo-se o mesmo fim de elucidacões.

Em primeiro lugar, a criação da Inspeção Superior e Administração Colonial e da Inspeção Superior Financeira e de Contas, e a criação dos Governadores e a Conferência Económica do Império Colonial—órgão consultivo e informador da administração colonial, imposto pelo sistema imperial que o Estado Novo adoptou.

Cada colónia é assim chamada a cooperar activamente na resolução dos problemas imperiais, solicitado a dar seus pareceres e seus conselhos tendentes à resolução dos seus problemas próprios e dos problemas das outras colónias, porque no Estado Novo a palavra solidariedade não é vá de sentido.

Quera isto dizer apenas que o Estado Novo substituiu vantajosamente uma autonomia e uma descentralização que servia de pasto á critica, epe de cada provincia ultramarina para enviar á capital do Império os seus delegados, e reinindo-os, dando-lhes assim, até materialmente, a consciencia de solidariedade que une a todos os componentes da Nação, solicita seus pareceres, seus alvites, suas soluções.

E que o Estado Novo—proclamou-o o actual ministro das Colónias—é um regime de opiniao.

«Nunca, na historia colonial portuguesa, foi reservado ás colónias mais importante papel.

Foram essas conferencias e as viagens presidenciais e ministeriais, acontecimentos a que de espaço referimos mais adiante, com o merecido relevo que estabeleceram entre a Metrópole e as Colónias, tão estreito contacto que não há distancias que separem os corações dos portugueses de Aquém e de Além-Mar.

NÓS, OS PORTUGUESES DE ANGOLA

queremos Portugal e Lisboa capital do Império Português

Senão, recordemos estas palavras que o sr. Presidente do Conselho proferiu, perante a Assembléa Nacional, após a segunda viagem presidencial ás provincias ultramarinas de Africa e visita á União Sul-Africana:

«Quando, terminada a visita do Chefe do Estado aos portugueses de Moçambique, me afirmaram o seu profundo reconhecimento e amor á Pátria e uma fé inabalável nos destinos de Portugal e no engrandecimento do Império, pareceu-me que não era só a mesma lingua e os mesmos sentimentos, pois julguei ouvir o próprio eco das palavras, misto de aparente rebeldia e dedicação sem limites, que em iguais cir-

cunstâncias me enviaram de Angola: «Nós não desejamos o Império Colonial...; nós não desejamos a Metrópole...; nós, os portugueses de Angola, queremos Portugal e Lisboa capital do Império Português».

«Os homens que nas redacções dos jornais ou nas salas das chancelarias consideraram a Africa baldio da Europa e de vez em quando, teimosamente, para matar ócios ou dificuldades, estudavam combinações de possível confisco ou redistribuição em que entrariam terras portuguesas, tais homens não podiam fazer ideia do que isto seja: nós porém, já sabíamos que era assim, e de sabe-lo nós importava tirar todas as consequências».

Ficamos nós, repetimos nós: nada há que aparte os corações dos portugueses do Ultramar e dos portugueses da Metrópole, a-pesar destas enormes pequenas distancias que os separam, segundo número, do «Boletim Geral das Colónias»:

NAVEGANDO:

Lisboa a S. Vicente de Cabo Verde, 1.560 milhas; Lisboa a S. Tomé, 3.460; Lisboa a Bissau, 1.380; Lisboa a Luanda, 1.830; Lisboa a Lourenço Marques (pele Cabo), 6.254; Lisboa a Nova Goa, 6.300; Lisboa a Macau, 8.800; Lisboa a Timor, 9.100.

EM LINHA RECTA

Cabo Verde, 3.400 quilómetros; Guiné, 3.500; Príncipe, 4.900; S. Tomé, 5.900; Luanda, 6.200; Moçambique, 8.400; Diu, 9.100; Damão, 9.400; Goa, 9.600; Macau, 13.600; Timor, 16.600.

A Carta Orgânica do Império esclareceu e pormenorizou as disposições do Acto Colonial

Foi também em 1933 que o «Diário do Governo» inseriu a Carta Orgânica do Império Colonial Português—decreto lei n.º 23.228, de 15 de Novembro—mais tarde modificado pela lei n.º 1.943, de 13 de Fevereiro de 1937, firmada pelo actual ministro das Colónias.

Na Carta Orgânica são esclarecidas e pormenorizadas as disposições do Acto Colonial, definindo-se, também, o sistema das instituições ás quais compete a administração colonial. Regulam-se, ainda, as suas relações.

«O Império Colonial Português divide-se, para efeitos administrativos, nas oito colónias seguintes, que fazem parte integrante da Nação:

NA AFRICA:

1) Cabo Verde, que compreende todas as ilhas que formam o arquipélago do mesmo nome.

2) Guiné, que abrange as regiões indicadas na convenção luso-francesa de 12 de Maio de 1886 e fixadas por troca de notas diplomáticas, em 29 de Outubro e 4 de Novembro de 1904 e 6 e 12 de Julho de 1906.

3) S. Tomé e Príncipe, que é formada pelas ilhas de S. Tomé e Príncipe, peos ilhes adjacentes, incluindo as Pedras Tinhosas, e pelo forte de S. João Baptista de Ajuda.

4) Angola, que abrange todos os territórios que actualmente lhe estão atribuídos, situados na Africa Austral Occidental.

5) Moçambique, que é constituída por todos os territórios portugueses situados na Africa Oriental.

NA ASIA:

6) Estado da India, que compreende o território de Goa com as ilhas de Aneguida, S. Jorge e Morcógos, na costa de Malabar; Damão, com os territórios de Dadar e Nagar Aveli na costa do Golfo de Cambaia; e Diu, com os territórios continentais de Gogoiá e Simbr, na costa do Guzerate.

7) Macau, que é constituída por Macau e suas dependências conforme o que for o direito de Portugal e o tratado com a China, de 26 de Março de 1887.

NA OCEANIA:

8) Timor, que abrange a parte oriental da ilha de Timor, o território de Ousse-Ambo, a ilha de Alatu e o ilhéu de Jaku, tendo por limites terrestres os designados na convenção luso-holandesa, de 1 de Outubro de 1904 e na sentença arbitral de 25 de Junho de 1914.



INDIA — Púlpito da igreja de S. Pedro



administração colonial portuguesa é exercida: pela Assembléa Nacional, pelo governo central e pelos governos coloniais, com a cooperação de vários órgãos consultivos:

Na Metrópole:

O Conselho do Império Colonial; os Conselhos Técnicos que funcionam no Ministério das Colónias; a Conferência dos Governadores Coloniais; as Conferências Económicas do Império Colonial Português.

Nas Colónias:

O Conselho de Governo, a sua secção permanente; Os conselhos técnicos que a lei indicar.

E na Carta Orgânica que se estabelece a garantia da vida e do trabalho do indígena e se dá às missões religiosas do ultramar, como mais adiante se verá, personalidade jurídica.

A organização e o funcionamento geral dos serviços de administração colonial, tanto na Metrópole como no Ultramar, são objecto de atenção no diploma que, concretizando o espírito e os princípios do Acto Colonial, trata do estatuto dos funcionários coloniais, da administração local, do regime financeiro, das instituições judicárias e da ordem económica e social.

Com a Carta Orgânica foi, ainda, publicado, ouvida, também, a primeira Conferência dos Governadores coloniais reunidos em Lisboa, o decreto-lei n.º 23:229 que aprovou a Reforma Administrativa Ultramarina.

O paralelismo entre duas épocas — a época da desordem administrativa e a da ordenação das contas e da vida económica das Colónias

Agora, para que possamos estabelecer o paralelismo entre duas épocas — a época da desordem administrativa e financeira das Colónias e a da ordenação das contas imposta pelo Estado Novo — vejamos a situação em que, à altura e anteriormente à Conferência dos Governadores se encontravam as várias parcelas do Império. Pela voz dos próprios governadores, consequentemente pela expressiva eloquência dos números — a voz da verdade — essa situação vai ser relatada, ampliando-a com outros elementos para perfeita elucidação dos factos.

Comecemos por Angola.

A Colónia encontrava-se, em 1930, em situação bastante difícil sob todos os aspectos que encarassemos a sua administração:

Desequilíbrio do orçamento avaliado em cerca de cem mil contos, números redondos; desequilíbrio importante na sua balança de pagamentos, pois, a importação excedendo bastante a exportação representava posição desfavorável, obrigando a Metrópole a saldar o déficite das coberturas sem limite de quantidade nem de prazo de duração, criando-lhe assim um encargo que se poderia avaliar em 60 mil contos anuais.

Simultaneamente, a crise mundial fazia-se sentir na Colónia, levando os seus principais produtos de exportação a tão baixo valor, que quasi deixavam de interessar ao produtor e ao exportador, e como consequência:

1.º — Paralisação e desorientação na vida económica de Angola, dadas as grandes incertezas do momento que passava e desinteresse dos produtores europeus e indígenas pela obtenção de géneros, que não tinham comprador senão a baixos preços;

2.º — Importante baixa na receita alfandegária, a principal da Colónia;

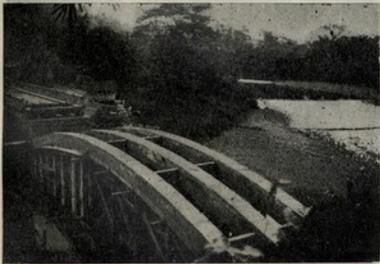
3.º — Grandes dificuldades na cobrança da segunda receita da Colónia — o imposto indígena — pois os indígenas não vendendo os seus produtos não tinham, logicamente, com que pagar o imposto de capitação;

4.º — Necessidade de adopção de medidas extremas, para diminuir as despesas, de modo a compensar a quebra nas receitas;

5.º — Liquidação de muitas casas comerciais e agravamento da posição de certas empresas agrícolas, cujos erros de administração, juntos ás dificuldades criadas pela crise, tornavam insustentável a sua posição, desde que o Estado as não financiasse;

6.º — Absorção por algumas das empresas em prejuizo das pequenas iniciativas, da maior parte dos empréstimos concedidos pelo Banco de Fomento Colonial cuja efémera existência não se fez sentir em Angola, e cuja finalidade era altamente importante para o seu desenvolvimento económico.

Por outro lado, Angola continuava a não dispor de organismo de crédito para operações a longo prazo e, ao mesmo tempo, a vida que na praça se fazia devido à falta de numerário com o giro de títulos representativos de pagamentos a efectuar pelo Estado, dava uma ideia perfeita do estado caótico a que, infelizmente chegara a administração da Colónia, a qual, por isso, se encontrava em situação de incapacidade



S. TOMÉ — Ponte, em construção, sobre o rio 16 Grande



INDIA — Um pagode em Pondé

para satisfazer os compromissos das suas dividas, avaliadas em 800 mil contos.

A Colónia de Angola, deshabitada de orçamentos e de contas, viu, com as medidas adoptadas pelo Estado Novo, surgir uma vida nova

Em face de tão alarmante situação, atenuada do nosso prestígio de Nação colonizadora e da nossa capacidade administrativa, impunham-se providências, pois, não fazia sentido que, havendo a Mãe-Pátria entrado em fase de renascimento, as parcelas do Império não beneficiassem da politica de reconstrução nacional em boa hora iniciada com o saneamento das finanças. O ministro das Colónias adoptou medidas. Foram severas — se quiserem: mas animadas de um alto sentido patriótico e de um sadio critério de inteligência.

Resultado?

Angola adquiriu o equilibrio orçamental. Obteve o equilibrio da balança de pagamentos. Viu ser feita a liquidação das dividas da Fazenda ao commercio local.

Viu o restabelecimento das contas de Angola.

Houve, é certo para cumprir as directrizes preconizadas pelo então ministro das Colónias, dr. Armindo Monteiro, e para se estabelecer a necessária disciplina administrativa e financeira, de lutar com grandes dificuldades. Mas o bem venceu o mal. Assim, dando rumo absolutamente oposto à administração da Colónia, no sentido de que os orçamentos tinham de ser escrupulosamente cumpridos e de que, sem haver a correspondente verba não se poderia efectuar qualquer despesa, logo a gerência de 1931-1932 fechou com um pequeno saldo positivo — 358 contos.

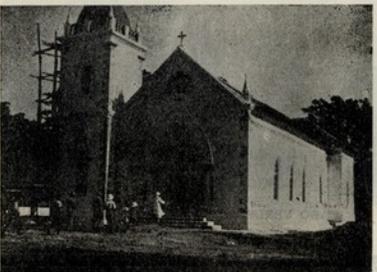
No ano económico seguinte, o saldo positivo subiu para 9.589 contos, e no de 1933-1934, atingiu, também, 7.504 contos número cuja importância se avallará sabendo que no ano económico de 1930-1931 houve um déficite de 42.862 contos!

Mais ainda: em 1921 a divida havia subido para 9.000 contos; as receitas orçamentais somavam libras 1.023.665, e as exportações da Colónia valiam libras 1.711.500.

Foi nesse ano de 1921 que com o auxilio de largos recursos financeiros se annunciou o inicio de uma politica de fomento. Gastaram-se cerca de 800 mil contos de dinheiros emprestados sem, contudo, se praticar uma politica de ordem económica, de equilibrio financeiro ou de organização administrativa.

Vejamos os resultados: A divida em 1931 attingia cerca de 800 mil contos; as receitas orçamentais arrecadadas em 1931-1932 somavam libras 1.242.000 e as exportações métricas entre 1926 e 1931, montavam a libras 2.041.000.

Verifica-se assim que a divida havia subido aproximadamente 791 mil contos e que os seus encargos anuais de juros e amortizações deviam attingir libras 587.000. Ao mesmo tempo verifica-se também, nega-



TIMOR — Igreja recém-construída em S. Domingos

velmente que o total das receitas anuais do Estado tinha subido apenas de libras 218.335, enquanto, o que era ainda mais grave, o valor total da exportação apenas subia de libras 329.500.

Isto demonstra: em primeiro lugar, que a alta do valor das exportações — libras 329.500 — que aparece no período que vai de 1921 a 1926-1931 representa um valor muito inferior ao do número que traduz a alta

sofrida pelos encargos da divida — libras 587.000. Em segundo: que se se quisesse efectuar, como seria justo, o pagamento destes encargos com receitas normais da Colónia, o Tesouro tinha de confiscar todo o aumento evidente que o pagamento dos juros e encargos dos empréstimos contraídos — pelo menos na parte efectivamente paga — obrigaria o Tesouro a roubar ás receitas gerais da Colónia o dinheiro preciso para honrar os seus novos compromissos, diminuindo singularmente as possibilidades futuras; e um aumento anual de receitas de libras 218.335, correspondia um aumento de encargos da divida de libras 587.000.

As disponibilidades do Tesouro para as suas despesas baixariam assim anualmente, se tudo se pagasse em termos normais, de libras 368.650. Em vez de as aumentar, a politica seguida diminuiu-as.

Por outro lado a politica de 1921 destruiu por muitos anos as possibilidades de applicação de uma politica lenta e firme de fomento; não tendo a Colónia pago, como devia, todos os juros e encargos da sua divida — só pagou o que não podia deixar de ser — gerou a desconfiança na Colónia; e foi preciso em 1931 começar uma nova sôbre as ruínas do passado.

Mais ainda: não desenvolveu economicamente o País: as exportações aumentaram de modo ridiculo, que se pode dizer antes filho do desenvolvimento natural das coisas do que de uma orientação superior.

Uma análise da situação de Angola no período de 1931 a 1934, primeira fase do progresso que lhe deu o Estado Novo

Ainda quanto a Angola onde, após a politica de ordem de 1931 se verificou — repete-se — a organização de contas; o fecho das contas em dia e o aparecimento de saldos positivos que se têm mantido até à data, como serão apresentados números mais adiante, deve salientar-se o seguinte: o déficite da balança comercial da Colónia que, ainda em 1927, attingia a verba de 69.527 contos, transformou-se em 1931 em saldo positivo que subiu, em 1934, a 85.000 contos, e, apesar da paralisação da exportação do milho no segundo semestre de 1935, esse saldo ainda se cifrou em 54.295 contos.

Fara tais resultados concorreu sobretudo o aumento das exportações.

Entremos, agora, no capitulo das transferências.

O Estado Novo encontrou deprecidissimas as moedas de Mocambique e de Angola.

O ministro das Colónias, dr. Armindo Monteiro, notando que, em relação a Angola, a questão das transferências era de natureza cambial e não bancaria, publicou, em 1931, o decreto das transferências da Colónia.

Quantos comentários!

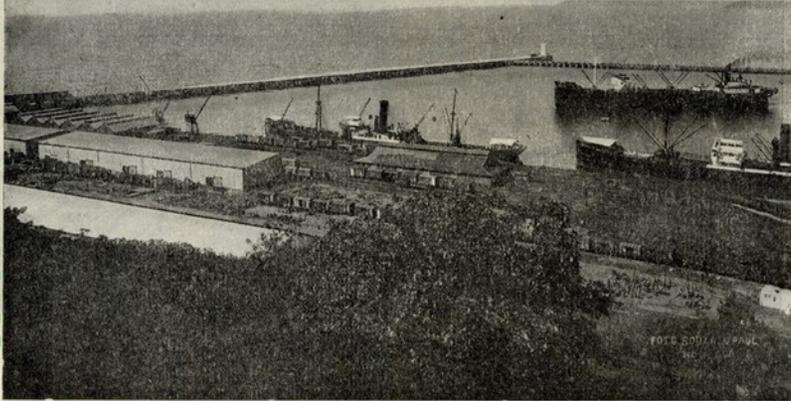
No entanto... Deixemos falar os números:

No regime desse decreto foram transferidos: em 1932, 11.484 contos; em 1933, 118.575; em 1934, 149.921, e, em 1935 para só falar destes anos, 124.463.

Em 1927 foram transferidos, por intermédio do Banco emissor, 114.494 contos; em 1928, 113.136 contos.



TIMOR — Hospital Municipal de Suro



INDIA — Porto de Mormugão



STO demonstra apenas que com o decreto, Angola logrou uma solução que evitando que o peso do «déficit» da sua balança de pagamentos injustamente recaísse sobre o contribuinte metropolitano, lhe permitiu realizar uma soma de transferências superior à feita através do Banco emissor, nos dois primeiros anos em que o «déficit» de coberturas era preenchido pelo Estado e, consequentemente, em que as transferências eram praticamente livres.

Lealmente deve dizer-se que, anteriormente a esse regime de transferências, apenas os anos de 1929 e 1930 — em que o contribuinte metropolitano suportou o peso das transferências — o seu montante foi maior ao dos anos de 1932, 1933, 1934 e 1935.

Vejamos, neste momento, numa análise serena dos factos feita à luz da verdade, reportando-nos ainda ao período de vida colonial que vai até 1934, isto é, três anos após a altura em que as Colónias entraram em vida nova, o movimento do comércio externo de Angola.

No capítulo exportações encontramos em 1910 um valor de 1:822.961 libras; em 1919, um montante de 1:544.809; em 1922, 1:711.544; em 1924, 1:866.813; em 1926, 1:792.156; em 1927, 1:808.332; em 1928, 2:171.166; em 1929, 2:548.775; em 1930, 2:004.240; em 1931, 1:834.845; em 1932, 1:817.068; em 1933, 2:244.000; e em 1934, 2:200.210.

Que mostram os números? Que o ano de 1929, de cotações excepcionalmente favoráveis e os de 1933 e 1934, de preços excepcionalmente baixos, foram, em relação aos quinze anos anteriores, aqueles em que a exportação de Angola chegou aos seus pontos culminantes.

Ao mesmo tempo, à medida que se desenvolviam as exportações de Angola, crescia a exportação para a Metrópole cujo valor ainda em 1929 em pouco excedia a terça parte do valor total da exportação. Pois em 1932, 1933 e 1934, esse valor foi muito superior a metade.

Recorde-se que em 1932 foi elevada a 60 por cento a protecção pautal aos géneros coloniais e que, em 1933, foram dadas novas facilidades e protecções. Só assim se tornou possível defender a economia angolana dos efeitos da crise mundial, pois, a exportação para o estrangeiro que, em 1929, havia sido de 163.513 contos caíra em 1932, para metade, isto é, para 81.058.

Conseguiu-se assim dobrar quasi as quantidades totais exportadas por Angola. Se essas mercadorias não tivessem, por força das medidas de protecção adoptadas, encontrado na Metrópole mercado acolhedor, teriam lá ficado em «stocks» como aconteceu em muitas colónias estrangeiras.

Quero dizer: as providências do Governo explicam esse êxito da produção de Angola, como se vê por estes números de aumento da exportação.

ACÚCAR

1926, 9.557 toneladas; 1928, 9.469; 1929, 14.807; 1930,

11.994; 1931, 21.798; 1932, 15.988; 1933, 21.095; e 1934, 19.727.

Todo o açúcar angolano foi absorvido, por virtude da aplicação de medidas de protecção especiais do Governo Central, pelos mercados metropolitanos.

CAFÉ

1926, 9.343 toneladas; 1928, 9.826; 1929, 8.816; 1930, 11.839; 1931, 11.838; 1932, 9.477; 1933, 11.998; 1934, 11.721.

Foi em 1930, 1931, 1933 e 1934 que, nesse período, se registaram as mais elevadas exportações — facto que merece ser salientado por ter ocorrido em plena crise do café.

Vejamos agora:

MILHO

1927, 67.034 toneladas; 1928, 63.210; 1929, 53.956; 1930, 71.249; 1931, 55.335; 1932, 54.448; 1933, 90.967; e 1934, 86.198.

SISAL

1928, 61 toneladas; 1929, 569; 1930, 422; 1931, 1.225; 1932, 1.418; 1933, 1.982; 1934, 3.860.

Quanto a

ALGODÃO

1928, 431 toneladas; 1930, 780; 1931, 454; 1932, 585; 1933, 919; 1934, 899.

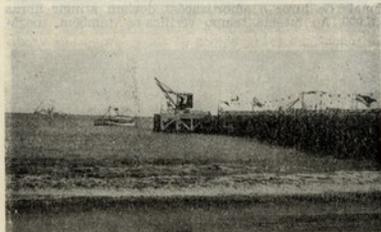
Fixemos que as mais altas cifras de exportação de Angola são as dos anos de 1933 e 1934 e que as daquele primeiro ano foram o dôbro das exportadas em 1931. Pode explicar-se o facto com a publicação, em 1932, do decreto n.º 21:226 que criou os prémios à exportação do produto, com o objectivo de nacionalizar os mercados.

COCONOTE

1926, 6.566 toneladas; 1928, 7.410; 1929, 6.636; 1930, 5.968; 1931, 5.562; 1932, 5.994; 1933, 6.184; 1934, 7.251.

ARROZ

1925, 72.602 quilos; 1926, 201.371; 1927, 244.426; 1928, 139.814; 1929, 376.028; 1930, 660.003; 1931, 332.518; 1932, 814.540; 1933, 539.785; 1934, 1:082.497.



CABO VERDE — Cidade da Praia — Ponte-cais

Deve notar-se quanto à exportação de arroz que em 1931 se começou a aplicar a política que procurava fazer com que a Colónia se bastasse a si própria. Tornou-se necessário portanto, restringir as exportações de arroz para que a Colónia consumisse da sua produção quanto a sua população carecia.

DIAMANTES

1928 232.000 quilates; 1930, 318.000; 1931, 357.000; 1932, 257.000; 1933, 483.000; 1934, 446.000.

Notemos, agora, que a Colónia hoje consome os seus próprios géneros consequência da correcção da sua

economia, feita pelo decreto n.º 19:773, pois, Angola, antes de 1931, importava desnecessariamente do estrangeiro, muitos dos géneros que podia produzir.

Assim, importando até então, passa a produzir, em resultado da política de aproveitamento dos mercados externos:

Tabaco manipulado cordame, rédes de pesca e fios da mesma; madeira em obra e em bruto, mobílias de madeira e de verga, carnes preparadas em conserva e outras; peixe em conserva, com excepção de sardinha, produtos de cerâmica e olaria, feijão, grão, toucinho, peles curtidas, etc.

No ano de 1936 foi assinalado em Angola, com benefício lógico da sua situação económica, um aumento de produção

Antes de apresentarmos números sobre os saldos orçamentais de Angola, depois da política financeira e administrativa de 1931, recordemos que nos anos de 1933 e 1936 em consequência de menor poder de aquisição da Colónia, baixaram os direitos de importação. Em 1937, porém, perante os números referentes à exportação notou-se uma grande melhoria, correspondente ao aumento da produção exportada.

De 1935 para 1936 a exportação da Colónia elevou-se a 101.328,8 toneladas para 174.781,3, no valor, respectivamente, de 149.139,7 e 203.518,8 angolares, o que justifica o salto verificado naqueles anos, nos direitos de exportação. Como, em 1937, a exportação subiu para 189.376,9 os direitos elevaram-se, beneficiando, portanto, do progressivo aumento da produção dos géneros exportáveis.

Falando mais claro: a situação económica no começo de 1936, mantinha o aspecto inquietante dos anos antecedentes, embora em fins de 1935 se verificasse já certa melhoria. Desaparecida, porém, a praga dos acídios, valorizadas as cotações, ordenada e intensificada a acção de fomento por parte do Estado, e, ainda, fortalecida a esperança dos colonos, a exportação de 1936 subiu a um nível até então não atingido.

A melhoria acentuou-se em 1937, como se vê por este quadro, do valor das exportações nos primeiros trimestres de quatro anos:

1929, 48.240 contos; 1935, 43.069; 1936, 66.643; 1937, 90.679.

Registe-se ainda que, em relação a 1936, as subidas de 1937, foram notadas em quasi todos os produtos. Apresentemos números dessas subidas:

Café — de 10.000 contos para 14.800; milho — de 11.213 17.210; peixe seco — de 1.637, 2.187; couros — de 1.023, 2.837; cera — de 2.936, 4.759; sisal — de 4.141, 5.478; algodão — de 1.200, 3.255; óleo de palma — de 230, 1.330; coconote — de 654, 2.262; diamantes — de 17.794, 23.474.

Saliente-se ainda que as subidas registadas aos valores foram notadas, também na tonelagem.

Havendo a exportação subido em 1936 a um nível ainda não alcançado, a cobrança de direitos de exportação acompanhou-a, tanto assim que tendo sido de 5.000 contos, em 1935, atingiu 8.000 contos no ano seguinte.

Nos primeiros semestres de alguns anos, depois de 1931, o valor dos direitos de exportação foi como segue:

1931, 2.605 contos; 1933, 1.833; 1935, 2.513; 1936, 3.072; 1937, 3.908.

A actividade da Colónia não se limitou aos produtos de exploração antiga. Dentro do acertado critério de que na policultura reside excelente meio de defesa contra cotações incertas foram encarádas algumas riquezas ainda por explorar. Em consequência desse critério, Angola começou em 1936 a ver de novo exportar borraça, ao mesmo tempo que começava a de rafia e metabá, soja, piassaba e outros produtos. Deve dizer-se a propósito, para se avaliar o valor desses novos produtos que a Metrópole comprava, nesses tempos, ao Brasil e as colónias holandesas algumas centenas de contos, anualmente, de rafia e piassaba.

Continuando a referir-nos ao ano de 1936 na vida angolana, cabe afirmar que nos últimos meses desse ano a situação teve certa melhoria que se acentuou no primeiro semestre de 1937.

A cobrança dos direitos de importação assim o demonstra:

1931 13.078 contos, 1933, 17.966; 1935, 15.227; 1936, 13.047; 1937, 18.572.

Foi nesse ano de 1936 que se verificou a anomalia, explicação, aliás, de uma alta exportação correspondente uma importação diminuta. Em 1937, porém, a anomalia desapareceu permitindo a Angola poder, com desafogo, satisfazer as suas necessidades de consumo e apetrechamento.

Simultaneamente, a maior valia de exportações reflectia-se na melhoria da situação cambial, como se prova com o facto de nos primeiros cinco meses de 1937 haverem sido concedidos 71.652 contos de cambiais a particulares, quando em 1935 e 1936 essas verbas não tinham passado de 43.617 contos e 42.515 contos.



TIMOR — Hospital «Dr. Carvalho»



S. TOMÉ — Pescadores angolanos vão para o mar



OS transportes ferroviários e nos portos, a melhoria da situação projectava-se, também, sensivelmente. Citando, por exemplo, os Caminhos de Ferro de Luanda, nota-se que as receitas de exploração passaram de 6.504 contos, em 1935, para 6.788, em 1936, e atingiram, no primeiro semestre de 1937, 4.459 contos. Note-se, ainda, o seguinte: a melhoria de situação da Colónia assinalou-se, não só no aumento da receita do imposto indígena, como nas outras receitas ordinárias. Basta, para o avallar, saber que nos primeiros quatro meses de 1935 e 1936 atingiram, respectivamente, 43.163 e 44.363 contos, e, em igual período de 1937, 56.198 contos.

A verdade deve dizer-se: a alta de cotações foi encontrar bom ambiente para morigeração aos gastos, apêgo ao trabalho e sentido de iniciativa por parte de comerciantes e industriais e por parte dos agricultores. Ao mesmo tempo, os serviços do Fomento faziam uma metódica e eficiente aplicação das suas dotações e a Junta de Produção e do Comércio desenvolvia a sua actividade de fomento e ordenamento de produção, visando especialmente a melhoria da qualidade e apresentação dos produtos de exportação que passaram a pesar das desfavoráveis condições em que saíam anteriormente a entrar nos mercados consumidores valorizados de tal forma que ficaram muito acima dos comprados em outras origens coloniais.

A actividade e a economia de Angola continuaram a melhorar no ano de 1938

Analisando mais concretamente a situação de 1938 e 1937, verifica-se que de Janeiro a Setembro daquele primeiro ano a exportação de Angola estava avaliada em 203.516.846900 e, em igual período daquele segundo ano, o seu valor ascendia a 264.149.563900.

Melhor ainda, no ano de 1936 a importação atingiu 147.866 contos, números redondos, e, em 1937, 214.886. A exportação foi: em 1936, 307.905 contos; em 1937, 343.773 contos.

Quere dizer, assim como a subida da exportação revela acentuada intensificação das actividades de produção e do comércio, a alta da importação põe a descoberto a existência de um maior volume de coberturas e de maior capacidade de consumo, sinais evidentes de melhoria na situação da Colónia.

A importação, em 1937, subiu, em relação ao ano anterior, em 67 mil contos. Esse aumento repercutiu-se entre a posição do comércio português e o do estrangeiro. Deve notar-se que em 1936 não só a importação decaiu em cerca de 17 mil contos, e também que essa depressão atingiu em quasi toda a extensão a importação portuguesa. Em contraposição, o ano de 1937 trouxe a favor da importação de origem nacional a colocação de mais de trinta mil contos de mercadorias.

E forçoso ainda salientar que Angola passou, pelos factos apontados, a oferecer as melhores esperanças como mercado consumidor de Portugal. A colónia colheu-se, por isso, na posição de ser o amparo de importantes indústrias da metrópole. Citemos alguns exemplos para, de certa maneira, se compreender a afirmação: em 1937, a exportação para Angola de tecidos de algodão atingiu o montante de 1.707 toneladas, num total exportado de cerca de 4.224 toneladas, e nos vitinhos tintos, cuja exportação total foi de 47.939 mil litros, Angola figura como compradora de 4.135 mil litros. No azeite de oliveira essa posição mantém-se, pois, numa exportação total de 3.331 mil quilos e a Colónia absorveu 393 mil.

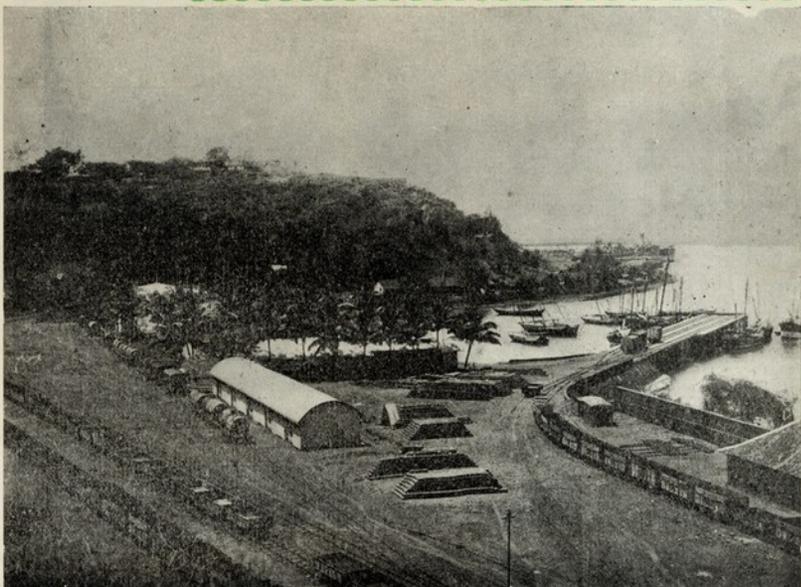
Se analisarmos agora os aspectos da balança comercial da Colónia, em 1938, pode afirmar-se que a evolução económica foi a mais favorável que se podia imaginar e o esforço colectivo desmentiu os receios de alguns pela baixa das cotações e frouxidão de negócios registada a partir dos meados de 1937.

Através dessa crise — o próprio Banco de Angola o afirmou no seu relatório — a estrutura económica de Angola conseguiu resistir e a actividade da produção e do comércio saiu com resultados que, sem favor, se capitulariam de animadores, mesmo em tempos de economia mais próspera e mais sábia. Assim, no capítulo importação, o movimento de entradas em 1938, em angulares, ocupou posição significativa do aumento do poder de compra da população, que já começara a ser assinalado em 1937. Vejamos os números desde 1929, dessas entradas: 1929, 314.215 contos; 1930, 245.631; 1931, 146.966; 1932, 191.489; 1933, 175.970; 1934, 167.022; 1935, 165.000; 1936, 147.866; 1937, 214.886; e 1938, 231.914.

Ao mesmo tempo, a tonelagem de 1938 foi superior às tonelagens registadas a partir de 1931.

No que respeita a exportações, no ano de 1938 elas tiveram uma posição ligeiramente inferior, em angulares, a 1937. Porém, todavia, superiores as de todos os anos transactos. Simultaneamente, analisando o movimento geral das transferências, temos 182.669 contos em 1938 contra 183.038, em 1937.

A pesar disso, tudo demonstrava que na Colónia havia: equilíbrio de preços do custo de vida, equilíbrio do orçamento e das contas de gerência, equilíbrio das funções de crédito — manifestações evidentes dos



INDIA — Porto e caminho de ferro de Mormugão

princípios de ordem, de bom senso e de boa razão que dominam o País de há anos a esta parte.

48.000.000 de angulares foram distribuídos no ano corrente do Fundo de Fomento Angola

Para tal situação concorreram, evidentemente, as providências adoptadas pelo Governo, por intermédio do Ministério das Colónias. Podemos, a propósito, recordar que no orçamento para o corrente ano de 1940, a dotação do Fundo de Fomento de Angola atinge a verba de 48.000.000 angulares. Sua distribuição? Vejamo-la, em parte: para substituição da bitola do caminho de ferro de Mossamedes, 3.500.000 angulares; para aquisição de material ferroviário para os caminhos de ferro de Angola, 2.500.000 angulares; para a construção do ramal ferroviário ao Dondo, servindo a linha férrea de Luanda, 4.000.000 angulares; encargos com o estudo e início de execução do porto de Luanda, 5.000.000 angulares; construção do hospital Central de Nova Lisboa, 4.000.000 angulares; construção dum hospital em Sauro, 600.000 angulares; construção de novos pavilhões no hospital de Sá da Bandeira, 500.000 angulares; construção de postos sanitários em várias localidades, 1.000.000 angulares; construção do Liceu Salvador Correia, em Luanda, para o corpo central do edifício, 2.500.000 angulares.

Foram ainda distribuídas verbas para o liceu de Huila, para o prosseguimento do estudo da região mineira do Bembe e das regiões mineiras das Serras de Canda e Quimbuco.

O equilíbrio do orçamento de Angola

É agora o momento de recordar que, a partir de 1936, sem termos mais longe, os orçamentos de todas as colónias apareceram equilibrados. As contas de exercício, cingindo-se às indicações orçamentais, fecharam com saldo facto que deve impressionar, pois, afirma rigor nas precisões orçamentais e cuidado na administração financeira.

Em Angola, no exercício de 1935-1936 (dezoito meses de gerência), o saldo das contas de exercício subiu a 11.161.275,39 angulares. Em 1937, subiu a 33.792.787,92. Desde então os saldos orçamentais previstos têm sido sempre excedidos pelos saldos das contas de exercício.



CABO VERDE — Baía da Brava

Vejamos: em 1938, 11.432.808 para 31.196.122334; 1939: saldo provisório de 51.047.000500 para 127.206365.

Para o ano corrente de 1940 está previsto um saldo de 2.919.339865.

Citemos, a propósito, que em Angola foi, em 1938, suspenso o imposto de salvaguarda pública para as pensões de aposentação e reforma e para os vencimentos iguais ou inferiores a 2.500.000. Foi, ainda, reduzido a metade quando os vencimentos sejam superiores a esta quantia.

Angola representa, por todos os motivos, uma lição, que é consequência lógica duma orientação baseada nestes princípios:

— A economia de Angola deve fazer face a todos os pagamentos internos sem recorrer à ajuda da metrópole, o que implica o dever de equilibrar a sua balança comercial.

Angola deve bastar-se a ela própria em toda a sua produção, eliminando gradualmente as suas importações parasitárias.

Angola deve elevar ao máximo a cifra das suas exportações.

Angola deve aproximar-se da metrópole e das outras colónias portuguesas, intensificando as trocas de produtos do Império e comprando tudo o que possa comprar e vendendo tudo o que lhes possa vender.

E a Colónia — digamo-lo com gozoiço — tem cumprido estas directrizes.

A colónia de Moçambique, outro exemplo de sábia administração

O que se verificou em Angola ocorreu também em Moçambique — Colónia que apresenta outros aspectos. Em condições que permitem administração financeira mais folgada, Moçambique, no ano económico de 1935-1936 (dezoito meses), encerrou as suas contas com o saldo de 133.708.72818. Em 1937, aos saldos orçamentais previstos de 4.000.000800 correspondeu 98.768.770814 de saldo das contas de exercício. Em 1938, a receita excedeu as previsões orçamentais de 11.640.093854, e, em 1939, de 2.919.339865.

Moçambique, com a política do Estado Novo, entrou na fase de intenso progresso.

Recapitemos rapidamente os factos, no referente a economia e finanças da Colónia:

As receitas cobradas em Dezembro de 1937 foram de 72.472 libras e 67.339.219800 equivalentes a esc. 65.311.139800. Em Dezembro do ano anterior haviam sido de 33.819.421800, o que dá, consequentemente, a favor de 1937, um aumento de receita de 31.491.718800, e, em relação à previsão orçamental fixada em esc. 22.508.144800, um excesso de 42.802.995800.

No ano económico de 1937 as receitas orçamentais cobradas atingiram 350.371.164 contos, o mesmo que dizer um excesso de 80.273.426 contos sobre as previsões orçamentais.

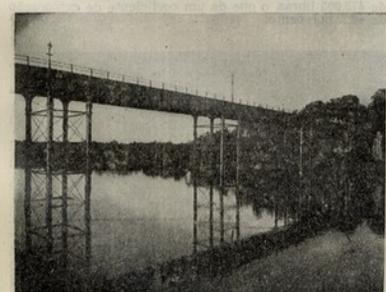
No primeiro trimestre de 1938 as receitas arrecadadas subiram a 161.623 libras e 43.006.259800, o que dá aproximadamente 60.785.000800. Comparadas essas verbas com as receitas cobradas no primeiro trimestre de 1937, que somaram 57.072.668800, nota-se um aumento de receitas de 3.712.121800.

As receitas dos serviços dos portos, caminhos de ferro e transportes naquele trimestre atingiram esc. 33.674.784800, ou seja um excedente de 2.652.034800 sobre a previsão orçamental e um aumento de 3.371.0978 sobre as receitas cobradas em igual período de 1937.

O valor do comércio exterior de Moçambique, excluído o território de Manica e Sofala, foi, também, naquele primeiro trimestre de 1938, de 857.225.999800 contra 731.826.303500 em 1937. A importação para consumo, reexportação, baldeação e trânsito internacional coube a verba de 447.563.481800 e à exportação nacio-



MACAU — Condução de hortaliças para o mercado



INDIA — Ponte de Banastarin



S. TOMÉ — Paisagem

nal e nacionalizada, reexportação, baldeação e trânsito internacional, 409.862.518.000. Verifica-se que houve, assim, no valor total do comércio geral da Colónia um aumento de 125.399.696.800 em relação a igual período do ano anterior.

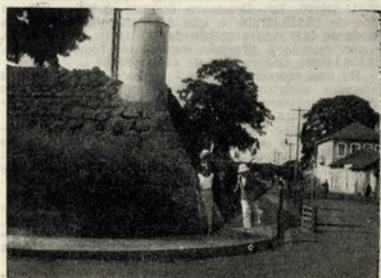
POR seu turno, a importação para consumo, incluindo ouro e prata, em barra e em moeda, somou, no mesmo espaço de tempo, 82.391.497.800, ou seja, mais 15.279.146.800 do que em igual período de 1937. O valor do trânsito internacional foi, em 1938 — (1.º trimestre) — de 305.423.077.800 e, em 1937, de 267.688.858.800, o que dá, portanto, um aumento a favor daquele primeiro ano, de 37.734.219.800. Verifica-se ainda pelos números do «Boletim de Moçambique» que os rendimentos brutos cobrados pelas Alfândegas e casas fiscais, nesse período, subiu a 18.377.128.800 e libras 32.741-16-00.

Comparados com os rendimentos cobrados em igual período de 1937, nota-se que foram superiores a estes em 1.228.261.882 e 3.832-12-07 libras.

Os direitos de importação cobrados atingiram a importância de 10.334.424.871 e libras 7.074-00-02 e os de exportação 95.706.855 e libras 4.181-16-03. Em período correspondente de 1937 os impostos sobre a importação e exportação renderam, respectivamente, esc. 9.490.590.882 e libras 4.897-18-07 e 131.875.805 e libras 10.375-10-01.

A taxa de trânsito rendeu 42.346.818 e libras 16.272-00-07.

Outros números: A receita global cobrada no primeiro semestre de 1938 foi, números redondos, de 216.089 contos, assim



GUINÉ — Fortaleza de Bissau

dividida: receitas próprias da Fazenda, 145.578 contos; receitas dos serviços, portos, caminhos de ferro e transportes, 58.481, e receitas da Comissão Central de Assistência Pública, 1.860 contos.

Em igual período de 1937 foram arrecadadas as seguintes verbas: Fazenda, 137.215 contos; serviços dos portos, caminhos de ferro e transportes, 65.739 contos; e Comissão Central de Assistência Pública, 2.298 contos. Total, 205.312 contos. As receitas próprias da Fazenda acusaram assim um aumento de 8.363 contos; as dos Serviços de Transportes um aumento de 2.682 contos e as da Comissão Central de Assistência uma diminuição de 438 contos. Feito o balanço, verifica-se ter havido um aumento total de 10.007 contos a favor de 1938.

Em 1938 notou-se na Colónia grande actividade em todos os sectores

Fondo em paralelo os primeiros semestres de 1937 e 1938, mostra-se, no que respeita ao comércio de Moçambique com a metrópole, que a importação não sofreu modificação sensível. A Colónia comprou à metrópole de Janeiro a Julho de 1937, 8.437 toneladas de mercadoria no valor de 47.705 contos, e, em igual período de 1938, 8.753 toneladas — ou seja, mais 316 no total de 43.643 contos — que dizez menos 4.062 contos.

A pesar das depressões económicas, notou-se grande actividade em vários sectores da vida da Colónia, como, por exemplo, na construção civil. Enquanto em 1937 — 1.º semestre — o número de prédios construídos, cobrindo uma área de 5.078 metros quadrados e valendo 2.205 contos, não foi, além de 22, em 1938, o número triplicou, elevando-se a 67 prédios, no valor de 7.500 contos, e cobrindo uma área de 11.235 metros. Esses números referem-se apenas a construções particulares, pondo-se de parte as obras que o Estado pôs em execução.

Analisando, agora, o orçamento da Colónia para 1939, vê-se que a previsão das receitas foi fixada em esc. 581.839.434.853, o que excedia em 7.292.610.884 a prevista para 1938. Dessa maneira, o orçamento para 1939 apresentava um saldo de 6.666.224.839.

As despesas foram assim orientadas: dívida da Colónia, 100.896.895; governo da Colónia e representação nacional, 3.107.198.900; aposentações, jubilações, pensões e reformas, 18.861.470.819; administração geral e fiscalização, 93.862.561.871; Serviços de Fazenda, esc. 25.208.837.800; serviços de justiça, 4.513.340.665; serviços de fomento, 206.978.131; serviços militares, 25.313.565.830; serviços de Marinha, 11.770.776.892; encargos gerais, 41.316.813.523. Exercícios findos, 847.955.872.

Observando a situação geral da Colónia, encontramos-a em franco desenvolvimento

Lançando agora uma rápida vista de olhos sobre a situação geral da Colónia, resultante da política que ali tem sido observada, nos últimos anos, verificamos que a actividade se manifesta em todos os campos.

A rede ferroviária foi ampliada com trabalhos de vulto e foram feitas concessões para estudos ligados com a existência de carvão, já assinalada, de resto, há longos anos.

Ao mesmo tempo, estão já em exploração várias minas, onde tudo leva a crer que existe ouro. Verbas importantes foram destinadas a obras grandiosas e, assim, a capital da Colónia deve, dentro em breve, apresentar uma fisionomia diferente da actual. Em Moçambique não se desanima. Trabalha-se sempre. Citamos ao acaso algumas das obras em execução: o novo palácio para o Governo Geral, perto do local onde está instalado o Club militar; as novas edificações para o hospital Miguel Bombarda; o edificio para a Repartição de Minas; a catedral, que custará cerca de 63 mil libras; e, ainda, o bairro de moradias para o pessoal ferroviário na estrada de Marracuene.

Na praia da Polana continuam também os trabalhos de embelezamento e foi decidido prolongar a ponte-cais do porto de Lourenço Marques numa extensão superior a trezentos metros. Ficará dessa forma com o comprimento total de cerca de dois mil metros.



ANGOLA — Cidade de Sá da Bandeira (vista parcial)

Estão, também, projectadas obras no porto de Nacala e, tanto no distrito de Moçambique como de Porto Amelia, vão ser construídos edificios para as sedes de Governo, escolas, residências oficiais, etc. Para tal efeito foi votada a verba de 9.297 libras.

A Sul da Colónia, no Chibuto, vão ser gastas verbas importantes para a instalação eléctrica, e em Zavalá, com maquinaria e trabalhos de canalização de águas e abastecimento à vila.

Para demonstração do cuidado que ao Governo da Colónia merece a mulher indígena, podemos ainda afirmar que na Manhiça se erguerá uma Maternidade para indígenas, cujo custo foi orçado em 895 libras.

Muitos e muitos outros melhoramentos estão projectados ou em via de conclusão. Na via espedida. Dessa maneira, ao mesmo tempo que se procurou a valorização e a ampliação das linhas de caminho de ferro, cuida-se também da valorização dos aeródromos da Colónia, onde a aviação atingiu apreciável desenvolvimento. E para que o desenvolvimento de Moçambique não possa ser perturbado, o Governo da Colónia tem tomado em face da gravidade da situação internacional, importantes medidas. Dentro delas, cometeu ao Conselho Superior de Viação a coordenação dos transportes terrestres da Colónia.

Em 1939 Moçambique exportou mercadoria no valor de 176.606.534.800

Veremos, neste momento, avallar o valor da produção da Colónia, sabendo que, em 1939, exportou as seguintes quantidades: algodão em rama, 6.547.622 quilos; canhamba, 41.151 quilos; casca de mangal, 1.689.043 quilos; sisal, 16.196.543 quilos; oleaginosas; sementes de algodão, 852.890 quilos; castanha de cajú, 29.105.783 quilos; sementes de amendoim, 22.376.356 quilos; copra, 33.313.391 quilos; gergelim, 2.726.680 quilos; mafurra, 1.077.416 quilos; napupa, 74.385 quilos; ricínio, 1.749.027 quilos.

Outros produtos: açúcar amarelo, 35.496.637 quilos; açúcar branco, 17.811.932 quilos; chá, 452.011 quilos; bananas, 4.885.105 quilos; côcos, 30.588 quilos; laranjas, 2.475.835 quilos; tangerinas, 15.150 quilos; toranjas, 2.300.763 quilos; pimentos e malaguetas, 30.291 quilos; tabaco em folha, 800 quilos; tabaco manipulado, 18.987 quilos.

Farináceos: batatas, 115.754 quilos; milho, 220.500 quilos; feijão colonial, 1.170.657 quilos; feijão não especificado, 215.902 quilos.

Peles e couros, 198.550 quilos; cera limpa, 74.377 quilos; curris, coucinhas e buzzos, 128.424 quilos. Cães referentes ao comércio especial de Moçambique, de Janeiro a Outubro de 1939.

A importação — segundo informações dadas pelo Boletim Nacional de Estatística — acusa um movimento de 401.310 contos e a exportação de 199.942 contos.

As mercadorias foram fornecidas da metrópole, no valor de 89.588 contos; pelas Colónias, no valor de 4.164 contos; e por vários países estrangeiros, num total de 307.489 contos.

Na exportação são atribuídos 45.598 contos à metrópole; 4.996 contos às outras colónias; e 88.127 contos ao estrangeiro.

Citemos as exportações nesse período, de Janeiro a Outubro:

Algodão em rama, 4.019 toneladas; casca de mangue, 1.385 ton.; sisal, 12.122 ton.; sementes oleaginosas: de algodão, 852 ton.; amendoim, 20.411 ton.; castanha de cajú, 22.288 ton.; gergelim, 2.440 ton.; mafurra, 1.077 ton.; mapupa, 74.385 ton.; ricínio, 1.501 ton. Óleos vegetais: de copra, 533 ton.; de mafurra, 413 ton.; de ricínio, 142 ton.

Cereais: milho, 200 ton.; feijão, 988 ton.;

Açúcar em rama amarela, 24.883 ton.; açúcar em rama branca, 14.910 ton.; chá, 401 ton.

Frutas: laranjas, 2.473 ton.; toranjas, 2.393 ton.; tangerinas, 15 ton.; bananas, 4.111 ton.; côcos, 30 ton.

Feitas estas citações, relativamente ao referido período de Janeiro a Outubro do ano findo, pinhamos sobre os nossos olhos os números concernentes ao comércio especial de todo o ano de 1939.

O valor atribuído a esse comércio totalizou 658.520 contos. A importação somou 481.914.292.800. Coube à metrópole 24,17 por cento, ou seja 116.453.630.800; às Colónias, 1,99 por cento, representados por 5.627.124.800; e ao estrangeiro 74,72 por cento, ou seja 360.115.833.800. A exportação atingiu o valor de 176.606.534.800.

As relações entre Moçambique e a Mãe-Pátria cifram-se: importação total, 481.914 contos; participação metropolitana, 116.463.

Exportação total: 176.606 contos, com fornecimento à metrópole de mercadorias no valor de 66.075 contos.

O trânsito indirecto foi computado em 203.824 contos por 713.474 toneladas de mercadorias, assim descritas: açúcar 2.846 quilos; carvão mineral, 489.292.198 quilos; metais em bruto, 10.450.476 quilos; metais em obra, 477.343 quilos; minério, 194.595.726 quilos; outras mercadorias, 13.616.243 quilos.

O trânsito directo foi no valor de 3.228 contos, assim descrito: Açúcar, 9.008.067 quilos; bebidas, 1.630.919 quilos; madeira em bruto, 173.163.214 quilos; madeira em caixas, 24.847.217 quilos; máquinas agrícolas, quilos 15.406.193; metais em bruto, 291.789.316 quilos; metais em obra, 90.281.428 quilos; gasolina, 203.558.335 litros; petróleo, 21.669.279 quilos; óleos, 51.278.583 quilos; produtos químicos, 54.622.332 quilos; substâncias alimentícias, 26.963.175 quilos; tecidos, 25.655.815 quilos; outras mercadorias, 368.880.993 quilos.

A prosperidade dos caminhos de ferro da Colónia

Como índice da prosperidade da Colónia, podemos apresentar, como acima fazemos referência, o desenvolvimento atingido pelos caminhos de ferro, tanto os do Estado como os da Companhia Beira Railway, dão índice dessa situação particularmente prospera.

Segundo o relatório da Beira Railway, referente a 1939 — até Setembro — as receitas da Companhia elevaram-se a 971.638 libras. As despesas de exploração foram de 473.005 libras, o que dá um coeficiente de exploração de 48,7 por cento.

A prosperidade dos caminhos de ferro da Colónia

Como índice da prosperidade da Colónia, podemos apresentar, como acima fazemos referência, o desenvolvimento atingido pelos caminhos de ferro, tanto os do Estado como os da Companhia Beira Railway, dão índice dessa situação particularmente prospera.

Segundo o relatório da Beira Railway, referente a 1939 — até Setembro — as receitas da Companhia elevaram-se a 971.638 libras. As despesas de exploração foram de 473.005 libras, o que dá um coeficiente de exploração de 48,7 por cento.



ANGOLA — Igreja da Missão de Caconda



E o movimento de passageiros deu para receita — 26.759 libras — o tráfego de mercadorias subiu a 709.410 libras na mercadoria geral e o restante na mercadoria especificada. Só o cobre rendeu 155.464 libras. Sua tonelagem: 284.502. Procedia principalmente das minas da Rodésia do Norte. Da Catanga também veio algum, principalmente para dar tráfego aos comboios que vêm daquela região mineira às minas de Vankie para transportarem carvão.

Depois do cobre é o cromo o minério que registra maior tonelagem. Vai em grande parte para os Estados Unidos da América do Norte.

Podemos ainda verificar que, em 1938, as receitas do porto de Lourenço Marques atingiram 37.508 contos e a dos caminhos de ferro 82.972, ou seja um total de 120.48.

Quanto a Gaza: receitas do porto, 847 contos; dos caminhos de ferro, 1.039. Total, 1.886.

Quelimane: receitas do porto, 73 contos; dos caminhos de ferro, 1.893. Total, 1.966 contos.

Mocambique: porto, 288 contos; dos caminhos de ferro, 2.943. Total, 3.231 contos. Total geral: das receitas dos portos, 38.716; dos caminhos de ferro, 38.847.

Ao mesmo tempo, a camionagem registou a receita de 6.303 contos e a aviação 1.171.

As Colónias pagaram, desde 1936, de juros e amortização de dívidas à metrópole, 88.347.978\$64

Falemos agora rapidamente das outras Colónias. Quasi não são necessários números para se saber que em todas o mesmo espírito de actividade e de iniciativa tem presidido à sua vida, da mesma forma que um sadio critério de administração financeira as tem orientado. Assim, na Índia, Macau e Timor encontramos as suas contas equilibradas. Reduzidas que sejam a escudos as rupias indianas, vê-se que o exercício de 1935-1936 (dezoito meses) do Estado da Índia fechou com um saldo de 2.326.619\$54. Tão boa tem sido a política seguida que, desde essa data, as contas não deixaram de apresentar o seu necessário equilíbrio. Para o ano corrente o saldo previsto é de 199.947\$98.

Em Cabo Verde, também no ano económico de 1935-1936, as contas de exercício fecharam com um saldo no valor de 9.019.132\$26. Em 1937, o saldo foi de 212.490\$34 e, no ano seguinte, de 3.383.353\$31. Em 1939, o saldo orçamental de 727.894\$54 correspondeu ao saldo de exercício de 500.000\$00. O orçamento de 1940 prevê um saldo de 261.396\$94.

Na Guiné, ainda no ano económico de 1935-36, as contas do exercício fecharam com o saldo de 8.963.149\$11. Em 1937, o saldo orçamental previsto foi de 384.915\$46 e o de exercício de 10.840.462\$64.

Vejamos 1938: saldo orçamental previsto, 1.204.327\$66; saldo de exercício, 10.165.930\$71. 1939: saldo orçamental, 1.603.457\$26; saldo de exercício provisório, 370.789\$14.

Para 1940: saldo orçamental de 2.025.980\$99. Em S. Tomé e Príncipe, as contas de exercício fecharam em 1935-1936 com o saldo de 4.521.310\$15; em 1937 com o saldo de exercício de 4.175.235\$33, para uma previsão orçamental de 81\$98; em 1938, com um saldo de exercício de 3.863.230\$78, para uma previsão orçamental de 459.054\$50. Para 1940 foi previsto o saldo positivo de 320.798\$90.

Quanto a Macau: reduzindo a escudos a pataca, verificamos que a Colónia encerrou as suas contas de exercício de 1935-36 com o saldo de 2.326.619\$54, para, em 1937, o saldo subir a 6.641.636\$68, e, em 1938, a esc. 9.692.293\$31.

Em 1939, o saldo foi de 1.777.149\$99 e para o ano corrente o orçamento prevê um positivo de 199.947\$98.

Timor apresentou-nos em 1935-1936 um saldo de exercício de 2.438.523\$22. Em 1937, o saldo foi de esc. 2.022.937\$98; em 1938, de 1.454.702\$69, para um saldo



ÍNDIA — *Licença Central de Nova Goa*

orçamental de 234\$50, e em 1939, de 371.628\$00, para um saldo orçamental de 11.527\$81.

O orçamento de 1940 prevê o saldo de 6.659\$65. Servindo a verdade, pode agora dizer-se que com o equilíbrio das contas das Colónias, se entrou no caminho do pagamento das suas dívidas à metrópole, excepção feita para Angola, onde o pagamento está suspenso até 31 de Dezembro de 1942.

Assim, a liquidação das dívidas da Guiné, de S. Tomé e Príncipe, de Mocambique, da Índia e de Macau atingiu a importância de 3.955.412\$36, dos quais esc. 3.435.749\$82 para liquidação da dívida de Macau e 519.662\$54 par amortização da de Timor.

Cabo Verde, S. Tomé e Angola pagaram ao mesmo tempo à Caixa Geral de Depósitos 6.186.797\$26; em 1936; 6.872.306\$38, em 1937; 8.880.545\$40 em 1938 e 8.955.721\$27, em 1939.

Quere dizer: as Colónias pagaram desde 1936, de amortização e juros à metrópole e à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a soma de 88.347.978\$64.

O manifesto agrícola de Cabo Verde oferece-nos números elucidativos

Para apreclarmos, agora, à base de números, o valor das várias colónias e do Estado da Índia, citemos dados estatísticos vários.



MOCAMBIQUE — *Um trecho do pitoresco rio Malena*

Começemos por Cabo Verde. Segundo o Anuário Estatístico da Colónia, referente a 1938, o manifesto agrícola oferece-nos números curiosos.

Começemos pelo milho, que registra a maior área cultivada:

Superfície territorial em hectares, 304.094; área cultivada, 5.130.51 hectares; sementeiras, 137.491 litros. Produção, 3.136.860 litros.

Concelho de maior produção: Praia. — Cultura do feijão: superfície territorial, em hectares, 277.194. Áreas cultivadas, 4.333.86 hect.; sementeira, 43.915 litros; produção total, 832.550 litros. Concelho de maior produtividade: Praia e Fogo.

A purgueira, oleagínosa de grande valor na exportação, ocupa áreas cultivadas de 2.007,37 hectares. O número de plantas em produção foi computado em 551.460 e a produção total atingiu 298.452 litros, dos quais 117.552 para o concelho de Boa Vista; 72.492 para o do Fogo, e 56.923 para o de Tarrafal.

A superfície territorial agrícola para o café era de 193.594 hectares. Áreas cultivadas: 189.75. Produção total, 192.190 quintos. Concelhos de maior produção: Praia e Fogo.

Para ricino, as áreas cultivadas abrangiam 175.39 hectares. O número de plantas em produção era 16.333, e a produção foi de 9.923 quilos, quanto ao concelho do Fogo.

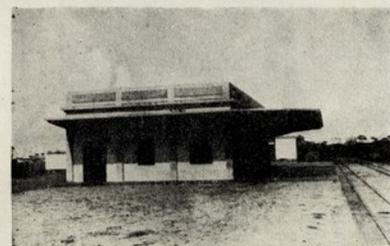
Em áreas abrangendo 18,26 hectares, nos concelhos da Praia, Ribeira Grande, Fogo, Paúl e Tarrafal, havia 7.904 laranjeiras plantadas, que produziram 490.124 frutos.

Quanto a cana sacarina: superfície territorial: 172.894 hectares; áreas cultivadas, 283,47 hectares; número de plantas, 393.349; produção de açúcar, 46.123 quilos; de aguardente, 30.192 litros; de mel, 153.817 quilos. Concelho de maior produção: Ribeira Grande.

O comércio especial da Índia, no ano de 1936, e o movimento das Caixas de Crédito Rural. — No Estado da Índia o comércio especial, no ano findo, foi de valor apreciável

No que respeita ao Estado da Índia, verificamos que, em 1939, o movimento do comércio especial fechou com 137.409 contos.

A importação subiu a 114.128.565\$00. Valor das mercadorias de origem metropolitana, 2.618.717\$00; das outras colónias, 5.862.192\$00; do estrangeiro, 106.647.656\$00.



MOCAMBIQUE — *Estação do caminho de ferro em Ribandé*

A exportação foi atribuído o valor de 23.281.347\$00, com o envio para a metrópole de mercadorias no valor de 30.575\$00, para as outras colónias, no montante de 183.859\$00, e com destino ao estrangeiro, 23.066.902\$00.

Principais produtos de exportação e seu valor: 24.965.733 côcos, no valor de 4.236.573\$00; 4.078.281 mangas no valor de 1.081.903\$00; areca, 988.830 quilos; solas de brinde, 268.502 quilos; castanha de café, sem casca, 1.266 toneladas; copra, 249.823 quilos; barbatanas e buchos de pelx, 19.342; conservas, 42.844 quilos; bambus, 238.043; 78.311 ananazes, e 1.016 toranjas, etc.

Recordemos, a propósito, alguns esclarecimentos prestados no relatório sobre as operações realizadas pelas

Caixas de Crédito Rural da Índia Portuguesa, instituições de assistência aos pequenos agricultores, e que muito os tem beneficiado, sobretudo para os libertar da usura de indivíduos menos escrupulosos.

O movimento do cofre que, no ano de 1936, foi de 749.698.08:07.5 rupias, subiu, em 1937, para 7.79.424:15:05, o que testemunha movimento de dinheiro, e consequentemente, auxílio às culturas.

A Caixa Central acusa o seguinte movimento: em 1937, rupias 1.81.686:04:00; e, em 1938, 2.12.277:10:11.

Das Caixas concelhias: rupias 3.60.566:09:10,5, em 1936; 4.00.724:02:00, em 1937; e 4.15.790:12:03, em 1938.

Deve salientar-se que as caixas que mais empréstimos fizeram foram as de Bardez, Satari, Salcete, Pondá, Sanquelim e Sanguem.

No Estado da Índia, foram instaladas 52 caixas regionais, que se juntam às de Damão. Movimento de algumas: Santa Cruz, rupias 14.857:10:03; Chorão, rupias 18.396:00:08; e Goa Velha, 5.223:01:02.

A exportação de Timor subiu, em 1939 ao valor de 6.289.067\$50

Timor merece, agora, referência.

Segundo o relatório da Reparação dos Serviços da Fazenda, o cacau, a copra, a borracha, o algodão e mais produtos da colónia são de esplêndida qualidade, e o café tem sempre comprador, porque — é escusado magremente a procurar — é do melhor.

O facto da maior parte da produção ser indígena, coloca em condições especiais a colónia. Sendo verdade que dentro das necessidades, o indígena opta sempre pelo trabalho que maior interesse lhe proporciona, verdade é, também, ou, pelo menos, parece que, se a cultura do café não for abandonada à mercê da sorte, em todas as circunstâncias difíceis, o indígena será levado a não se desinteressar dos seus cafeeiros, a aumentá-los e a procurar, mesmo, outras culturas. Haverá sempre — continua o relatório — vantagem em que a cultura indígena aumente, porque o indígena pode resistir à crise, muito melhor do que o agricultor europeu, e daí, quanto maior for a cultura indígena, mais preparados estaremos para os mais preços.

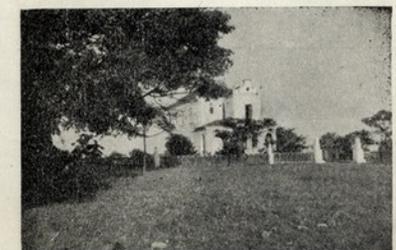
Citadas estas observações, vamos a números, quanto ao comércio especial da colónia, em 1939, que acusou um valor de 11.730 contos.

A importação foi de 5.441.673\$00, dos quais 12,57 por cento de mercadoria de origem metropolitana, ou seja um valor de 684.530\$00; 6,91 por cento, no valor 373.371 para as outras colónias portuguesas; e 80,52 por cento, no valor de 4.380.766 para o estrangeiro.

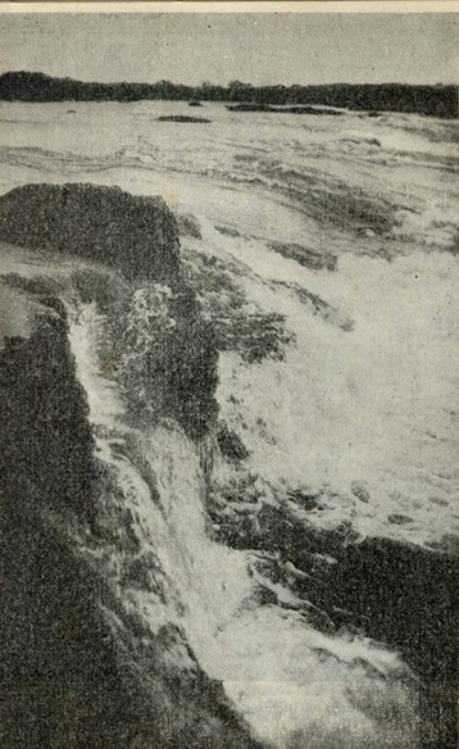
A exportação foi de 6.289.067\$00, assim distribuída: com destino à metrópole, 32.275\$00; para as outras colónias, 47.709\$00, e 6.209.092 para o estrangeiro.

Alguns produtos exportados, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística: café, 44.325 quilos; conchas, 4.957 quilos; peles de animais, 175.375; pontas de veado, 14.617; algodão, 3.041 quilos; borracha, 47.906 quilos; carmin, 150.647 quilos; cascas de árvores, 55.800 quilos; copra, 662.873 quilos; sândalo, 13.456 quilos; sementes de arroz, 300 quilos.

Produtos alimentares: cacau, 13.454 quilos; café, 878.161 quilos; cebolas, 7.386 quilos; chili do mato, 4.151 quilos; tangerinas, 1.080 quilos; e conservas de limão, 116 quilos.



ANGOLA — *Posto Zoológico de Quilengues (Benguela)*



GUINÉ — Rápidos do rio Corubal



A importação, figuram, entre outros números, os seguintes: vinhos comuns, 35.196 litros; açúcar, 105.635 quilos; fio de algodão, 12.376 quilos; cobertores de algodão, 12.217 quilos; tecidos de algodão, em peça, 78.387 quilos; em obra, 41.875 quilos. Valor total: 2.099 contos.

Outros números sobre o Fundo Cambial de Timor, que são bastante elucidativos: cambiais mais importantes entradas: em 1937, 97.112,02 florins; em 1938, 316.158,78 florins; e em 1939, 156.741,96 florins, e 1.859.263,81.

Cambiais mais importantes entregues ao Estado: em 1937, 65.882,14 florins, e 1.138.359,84 escudos; em 1938, 48.844,17 florins, e 1.556.842,88; em 1939, 94.405,80 florins, e 1.450.216,84.

Cambiais mais importantes entregues ao comércio e à agricultura: em 1937, 28.579,97 florins, e 17.881,64 escudos; em 1938, 113.030,15 florins e 327.368,58; em 1939, 40.841,50 florins e 317.260,82.

Cambiais mais importantes entregues a funcionários e particulares: em 1937, 48.620,46 florins, e 91.604,20 escudos; em 1938, 81.207,70 florins, e 134.054,51; em 1939, 55.342,06 florins, e 91.786,05.

Alguns números sobre o comércio especial de S. Tomé, também em 1939

Deixando Timor, demos guarida a alguns números sobre a colónia de S. Tomé e Príncipe. São referentes ao



GUINÉ: Monumento a Teixeira Pinto

comércio especial, no ano de 1939, que atingiu o valor de 55 900 contos.

A importação somou 20 099 560 contos, assim distribuída: metrópole, 35,74 por cento, ou seja o valor de 7 184 387,500; colónias portuguesas, 26,22 por cento, ou seja 5 269 436,500; países estrangeiros, 36,93 por cento, ou seja 7 422 627,500; origens ignoradas, 223 110,900.

Exportação: valor total, 36 801 177,800, dos quais 99,73 por cento — 36 703 024,500 — para a metrópole; 0,21 por cento — 77 353,000 para as outras colónias; 0,01 por cento — 1 922 escudos — para o estrangeiro, e 18 878,800 com fornecimentos à navegação.

Dessa forma, a colónia, enquanto forneceu 99,73 por cento da sua exportação à metrópole, dela recebeu, apenas, a percentagem de 35,74.

Alguns produtos exportados: cacau, 10 691 toneladas; café: arábica, 210 736 quilos; Libéria, 460 691 quilos; colas, 33 526 quilos; couros, 3 042 quilos; quina, 63 078 quilos; coconote, 4 147 515 quilos; copra, 2 603 304 quilos; óleo de palma, 1 543 296 quilos; e ricino, 551 quilos.

Recordemos, ainda, que, de Janeiro a Dezembro de 1939, a exportação de S. Tomé e Príncipe foi a seguinte: coconote, 3 043 toneladas; copra, 1 912 toneladas; óleo de palma, 1 175 122 toneladas; quina, 35 toneladas; madeira e seus derivados, 38 toneladas; café arábica, 170 toneladas; café Libéria, 411 toneladas; cacau, 6 661 toneladas; cola, 8 toneladas; bananas maduras, verdes e secas, 85 toneladas; e couros, 2 toneladas.

60,312 contos foi o valor atribuído, no último ano, ao comércio da Guiné

No que respeita à Guiné, encontramos um valor de 60 312 contos, no movimento do comércio especial, também em 1939.

Volume da importação: 25 684 888,500 esc., dos quais 9 204 730,500 de origem metropolitana; 1 573 576,500 das várias colónias, e 14 906 582,500 do estrangeiro.

A exportação foi atribuído o valor de 34 627 824,500, com a remessa de mercadorias para a metrópole, no valor de 19 562 168,500; para o estrangeiro, no montante de 14 197 843,500, e para as outras colónias, no total de esc. 821 281,500. Fornecimentos à navegação: 26 512 escudos.

Nos principais produtos da exportação figuram as resinas oleaginosas. Se não vejamos: 32 745 toneladas de amendoim e 12 171 toneladas de coconote, no valor total de 26 172 831,960; óleo de palma, 717 051 quilos.

Outros números de exportação: cera, 153 265 quilos; couros, 314 033 quilos; borracha, 247 427 quilos; madeiras não especificadas, 218 908 quilos.

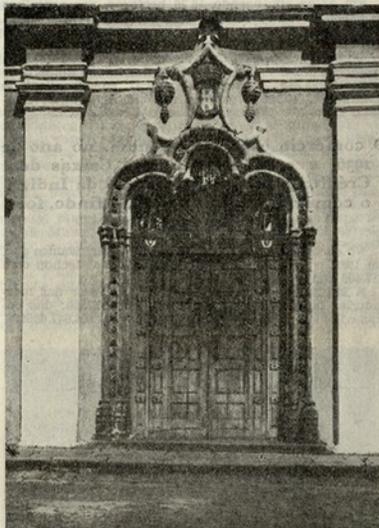
Macau é uma colónia em plena prosperidade

Quanto a Macau e para avaliar da sua prosperidade, podemos deter-nos nos números que oferece o Anuário da Colónia.

Nos últimos três anos, como o salienta no Anuário o chefe de Serviços, sr. Pedro José Lobo, o comércio de Macau teve um incremento notável, nos últimos três anos, a calcular pelos valores das importações e exportações, que se cifraram em: Importações — 1936, \$15 746 597,06; 1937, \$20 292 593,14; 1938, \$28 434 583,66.

Exportações: 1936, \$9 143 627,68; 1937, \$15 438 734,72; 1938, \$20 738 960,33.

O aumento que se verifica não tem — acrescenta-se —



INDIA — Porta da igreja de S. Francisco de Assis

outra causa que não seja a situação criada pelas presentes condições políticas que a Macau levaram a vantagem do porto distribuidor, transando por aí os produtos chineses, destinados aos portos circunvizinhos.

Mais: «Como reflexo desta situação vantajosa, o movimento da navegação nos portos da colónia ascendeu, também, mostrando os registos respectivos que nos indicados três anos a tonelagem dos vapores e juncos foi: em 1936, de 3 419 052; em 1937, de 4 551 292; e em 1938, de 6 234 981.

Por outro lado, as receitas do Tesouro, em 1938, aumentaram, e o governo da Colónia tem adoptado providências que visam à consolidação dos interesses económicos criados.

Recordemos, finalmente, que, de Janeiro a Junho de 1939, as receitas, que tinham capitalizado \$2 955 173,87,



MACAU: Gruta de Camões

e as despesas \$2 158 440,08, o que dá uma diferença positiva de \$796 733,50.

Para fechar esta apreciação da vida das terras do Império, façamos, ainda, mais citações de números, estes referentes às mercadorias que, no ano de 1939, foram reexportadas para o ultramar, pelo entreposto colonial de Lisboa: tecidos, 765 toneladas, no valor de escudos 13 531 705,500; açúcar, 568 ton., no valor de 2 042 150,500; tabaco em folha, 205 ton., no valor de 1 560 800,500; tabaco manipulado, 35 toneladas, no montante de esc. 460 410,500; metais em obra, 3 223 toneladas, no valor de 14 373 920,500; idem, em bruto, 2 376 toneladas, no valor de 3 544 495,500; gasolina, 3 054 toneladas, no valor de 1 723 925,500; petróleo, 1 143 toneladas, no valor de 453 281,500; óleos combustíveis, 1 365 toneladas, no valor de 449 000,500; cimento, 2 819 toneladas, no valor de 572 510,500; óleos não especificados, 968 toneladas, no valor de 1 581 020,500; outras mercadorias, 22 194 toneladas, no valor de 95 776 062,500. Valor total, 136 069 278,500.

Concluamos: todos estes números e factos demonstram que a Nação, com a actividade desenvolvida nestes últimos anos, recuperou o sentido imperial do seu destino.

A razão encontramos-na nestas palavras de Salazar:

«E' timbre do Governo não prometer — realizar, não começar — fazer».

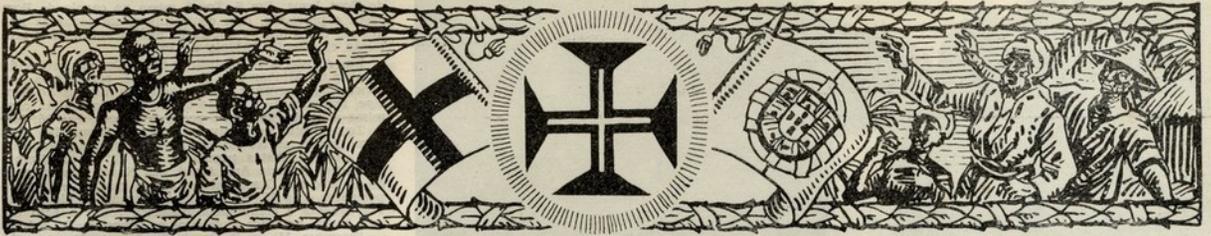
L. F.

Cet article du journaliste L. F. nous donne, en panorama expressif et bien documenté, la valeur des provinces portugaises d'Outre-mer, ce qu'elles représentent collectivement pour la nation et la manière dont elles se trouvent équipées pour l'avenir.

In this article the journalist L. F. furnishes an expressive and documentary sketch of the value of the Portuguese Overseas Colonies, what they stand for, collectively as a national asset, and how they are prepared for future years.



ANGOLA: Monumento comemorativo do combate da Mongua



QUINTO SÉCULOS DE HISTÓRIA O IMPÉRIO EM FESTA

As províncias ultramarinas principiaram a comemorar a Fundação e a Restauração de Portugal

RESSUSCITADA, e, mais do que isso, revigorada a ideia funda e firme do Império Português, nosso e sempre nosso, por mil razões nobres e humanas, as linhas de fraternidade nacionalista abraçaram todos os povos e raças cobertos com a nossa bandeira. Longe ou perto, no cabo do mundo ou aqui à beira da porta atlântica e metropolitana, por toda a parte onde há terra portuguesa, todos são irmãos, Distâncias, se as há, são apenas as de raça, com cores e costumes diferentes. Os graus de civilização, aqui no princípio, ali adiantados, mais ali desenvolvidíssimos, não constituem barreiras de província para província, quer estejamos no Alentejo, em Angola ou Macau. Enfim, resumamos deste modo: O Império Português é como uma numerosa família disseminada por casas e terras em diferentes latitudes. Todos os membros desta família, unidos pelos mesmos sentimentos de consciente adoração da Mãe-Pátria, da Mãe do Império, formam um monumental bloco de almas que vibram e se arrebatam com as sublimes e históricas razões da sua existência.

Viajando no Império, da Metrópole a Timor, muito fácil é de verificar quanto o sentimento português está presente no coração de todos: brancos, negros, índios e chineses. Todos que são portugueses pensam e adoram Portugal. Nem a cor, nem a raça, nem sequer a distância lhes enfraquece a noção dos seus direitos e deveres patrióticos. Parece, até, que quanto mais longe estão mais orgulho sentem da origem lusa que têm. Ufanam-se dela em todos os momentos. Os nossos heróis, os nossos santos, os nossos grandes nomes são sempre venerados e festejados pelos portugueses do Império. Portugal tem, como se sabe, um altar no coração dos habitantes do Império.

Por este motivo, entende-se perfeitamente bem, quanta razão, quanto direito e quanto amor assistam as gentes de além-metropole em festejar connosco o aniversário da Fundação e o Centenário da Restauração. São irmãos nossos, que integrados na mesma unidade imperial, levantam a Deus seus louvores por ser feito nascer sob a bênção de Cristo e a égide de Afonso Henriques. Não importa para nada que hajam chegado depois, não importa, não seculo que se tenham encorporado na grande família portuguesa, depois de formada a nossa soberba casa imperial. Estão connosco, estão a nosso lado, estão onde lhes compete estar.

Impossível dar aqui o vastíssimo programa de comemorações do Duplo Centenário, iniciado, no dia 2 de Junho, nas nossas sagradas terras que ficam para além da Metrópole. Pela sua amplitude, ele abarcaria quase por inteiro este número do *Seculo*. Mesmo assim, seguindo de colónia para colónia, apresentaremos as linhas gerais do que se começou a executar e do que está estabelecido em cada uma delas para preencher os dias de 1140 e os de 1640, bem como todos quantos, em todas as circunstâncias, novos ardores souberam imprimir à vigorosa marcha da nossa nacionalidade. E, no seu conjunto se verá, com aberta nitidez, como nesta hora de revigoração da ideia imperial os portugueses, de todos os pontos se uniram para honrar as suas soberaníssimas datas da nossa bela e impercível Pátria.

Cabo Verde iniciou as comemorações do Duplo Centenário através de actos solenes e patrióticos e vai inaugurar muitos e importantes melhoramentos de interesse geral

As comemorações do Duplo Centenário, tanto na Metrópole como nas colónias, começaram, como já se disse, no dia 2 de Junho.

Em Cabo Verde, descoberta em 1460 por Diogo Gomes e António da Nola, a cujos destinos preside o governador major sr. Amadeu Gomes de Figueiredo, realizaram-se as seguintes cerimónias: Dia 2 de Junho: De manhã, «Te-Deum» em todas as igrejas da colónia. De tarde, sessão solene na Câmara Municipal da Praia, na qual o governador inaugurou as festas nacionais; à mesma hora, em todas as câmaras e comissões municipais efectuaram-se actos solenes e foi hasteada, solenemente, nos edifícios de todos os Paços do Concelho, a bandeira da Fundação. Dia 6: Nas escolas do arquipélago, os professores fizeram lições narrativas das festas abrangidas pelo ciclo evocativo das Comemorações. Nos quartéis, os oficiais, com as forças em parada, prelecionaram sobre o mesmo tema. Dia 12: Alocação, pela rádio, a todos os portugueses, colonos e naturais, de Cabo Verde. Prosseguiram, à noite, as iluminações e as festas populares. Dia 19: De manhã, foi distribuído um bôdo aos pobres da cidade da Praia. À noite realizou-se uma sessão de gala no teatro Municipal, com uma conferência sobre a descoberta e acção colonizadora dos portugueses na ilha de Santiago. Dia 28:

Julho. Dia 10: Foi o grandioso dia de Cambões, a que se associaram os elementos intelectuais, tendo os alunos de todas as escolas preiteado a memória do grande Épico. À noite, e com o mesmo objectivo, efectuou-se uma sessão solene no «Gil Eanes», que decorreu com elevação e patriotismo. Dia 11: Comemorou-se o aniversário da fundação da Cidade do Mindelo, com uma conferência evocativa no salão dos Paços do Concelho de S. Vicente. À noite, iluminações e festas populares. Dia 12: Grande sessão cultural no Eden-Parque de S. Vicente, com a representação dum auto de Gil Vicente pelos alunos do Liceu de «Gil Eanes». Dia 18: Festas e descantes populares nocturnos. Dia 22: Inauguração da feira regional de Santo António. À noite foi oferecido um jantar de gala ao Corpo Consular acreditado na colónia, seguido de baile, nos Paços do Concelho da Ribeira Grande. Dia 25: Efectuou-se uma visita no Paúl.

O bom e patriótico povo de Cabo Verde associou-se, entusiasticamente, a todas as cerimónias realizadas. Agosto. Dia 7: Realizaram-se luzidas festas religiosas na Vila da Ribeira Brava, em S. Nicolau, e a evocação da Rainha Santa. Dia 9: Visita às instalações salineras e de pescarias, no concelho do Sal, bem como inauguração do bairro operário, melhoramento este de elevada importância. Dia 10: Descantes populares no concelho da Bô Vista. Dia 14: Visita e bôdo aos pobres da ilha do Maio.

Setembro. Dia 3: Parada desportiva na cidade da Praia. Outubro. Dia 25: Visita à Brava. À noite, festas populares. Dia 28: Oração glorificando os poetas populares de Cabo Verde, junto do túmulo de Eugénio Tavares, no cemitério da Vila de Nova Sintra. Chegada à cidade de S. Filipe da ilha do Fogo. À noite, sessão de gala nos Paços do Concelho do Fogo, com uma conferência evocativa da história da ilha. Dia 27: Inauguração do hospital Municipal do Fogo. Bôdo aos pobres da cidade de S. Filipe.

Novembro. Dia 17: Inauguração das festas municipais de Santa Catarina, na Assomada. À noite, desfile de ranchos do interior da ilha de Santiago com festa popular no mercado da Assomada. Dia 24: Bôdo aos pobres da Vila do Tarrafal.

Dezembro. Dia 2: Encerramento das Festas Nacionais, em Cabo Verde, pelo governador da Colónia.

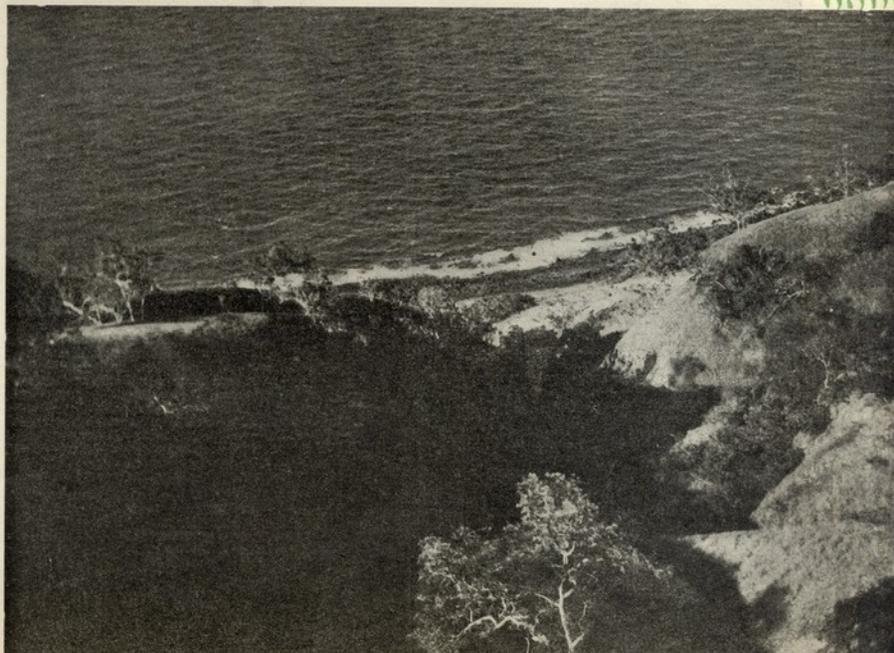
A Guiné tem sabido honrar os nossos oito séculos de história com brilhantes comemorações

Governada inteligente e patrioticamente pelo sr. tenente-coronel Luiz Carvalho Viegas, a Guiné efectuou já grandiosas cerimónias, em comemoração do Duplo Centenário, com a união e o aplauso de todas as classes.

Junho. Dia 2: Nas matizes da colónia, com a assistência das mais altas autoridades e grande quantidade de povo, realizaram-se solenes «Te-Deums», para começo das Festas Centenárias. Seguidamente, efectuaram-se sessões solenes, na comissão municipal da sede do Governo, na comissão de Bissau e nas sedes das circunscrições civis, nas quais diversos oradores se referiram ao significado das comemorações iniciadas. Dia 3: Efectuaram-se com excepcional animação festas populares e procedeu-se à ratificação do juramento de bandeira. Dia 4: Pelas 9 e 30 fez-se a audição, escutada por milhares de pessoas, do discurso que o sr. dr. Oliveira Salazar pronunciou no castelo de Guimarães pelos alto-gradados instalados nas cidades de Bolama e Bissau e nas sedes das circunscrições civis; respectivamente, no largo do Município, na praça do Império, e nos largos fronteiriços dos edifícios das administrações. Ouviram-se salvas de artilharia, nas cidades de Bolama e Bissau, a seguir ao discurso do Chefe do Governo; e, no mesmo momento, replicaram os sinos de todas as igrejas da Guiné, e foi içada em todos os edifícios públicos da colónia a bandeira de D. Afonso Henriques, discursando as autoridades locais sobre o tema: «Portugal completa como nação livre oito séculos de história». Por fim, um grandioso desfile da «Moçidade» das escolas em saudação ao Governo da colónia. Dia 23: O sr. governador da colónia proferiu um vibrante discurso comemorativo do esforço criador do Império e de Portugal no Mundo. Fez-se, depois, a audição dos discursos que foram pronunciados nos Jerónimos. À mesma hora e com o mesmo tema produziram alocações em Bissau e nas sedes das circunscrições civis, respectivamente, o presidente da comissão municipal e os administradores de circunscrição.

Dezembro. Dia 1: As 9 horas, vai efectuar-se um «Te-Deum» em todas as igrejas da colónia, em acção de graças pela restauração de Portugal, devendo usar da palavra o vigário geral e os párocos nas suas igrejas. Dia 2: As 14 horas, sessão solene de encerramento das

TIMOR — Um aspecto encantador do sítio conhecido pelo Manatuto





INDIA — Cascata de Arcalem em Sanquetim

comemorações nacionais, na sede do Governo, nas comissões municipais de Bolama, Bissau e circunscrições civis.

O governador de S. Tomé e Príncipe está executando um vasto programa de festas centenárias

As ilhas de S. Tomé e Príncipe, descobertas, segundo todas as probabilidades, por Pedro de Escobar e João de Santarém, em 21 de Dezembro de 1470, e actualmente governadas pelo sr. capitão Ricardo Vaz Monteiro, têm acompanhado as Festas dos Centenários com todo o ardor, entre nativos e colonos. Realizaram-se até agora as seguintes comemorações:



UNHO. Dia 2: Em S. Tomé. Realizaram-se uma sessão solene na Câmara Municipal e um «Te-Deum» na catedral. Em Santo António do Príncipe: Uma sessão solene na Junta local e «Te-Deum». Dia 3: Em S. Tomé: Foi inaugurada e benzida a capela de S. Sebastião, na fortaleza do mesmo nome, e, com a assistência de milhares de fiéis, efectuou-se a procissão do SS. Sacramento, para a mesma capela. Dia 4: Foi feita solenemente a bandeira na fortaleza de S. Sebastião.

de D. Afonso Henriques. Realizou-se a procissão do SS. Sacramento, da capela para a esplanada da fortaleza. Foi lançada a bênção ao Mar e à Terra e feita a reposição do SS. Sacramento. Proferiu-se também, uma conferência histórica sobre a Fundação. Em Santo António do Príncipe: Içou-se a bandeira de D. Afonso Henriques na fortaleza de Ponte da Mina e realizou-se uma conferência histórica sobre a Fundação. Dia 5: Em S. Tomé: Inaugurou-se e benzeu-se a igreja de Santana, a que se seguiram missa e procissão. Os festejos populares à noite, interessaram o povo. A conferência histórica sobre a descoberta do Brasil foi escutada por centenas de pessoas. Dia 6, em S. Tomé: A festa militar no Corpo de Polícia Indígena decorreu com excep-

cional brilhantismo. No Príncipe: Festa militar no destacamento do C. P. I. Dia 10, em S. Tomé: A festa escolar e desportiva, com grande parada escolar, a inauguração das novas escolas da cidade, a conferência sobre Camões e a festa desportiva no Parque Desportivo General Carmona, pelo seu significado pedagógico e patriótico, interessaram a todos santomenses. Em Julho, no dia 7, efectuou-se o «Dia da Misa-



PRAIA DE BANHOS LE MOSSAMEDES (ANGOLA)

ricórdia» em S. Tomé, com a inauguração e a bênção do novo posto médico e a visita ao hospital Central «Dr. Oliveira Salazar», seguida duma distribuição de roupas e dinheiro. Nas freguesias desta ilha distribuiu-se um grande boão aos pobres. No mesmo dia, em Santo António do Príncipe: Houve visita oficial ao hospital, com distribuição de roupas e dinheiro. No dia 25, festa

do Bom Jesus: Em S. Tomé, missa na capela do Bom Jesus e procissão, bem como missas em todas as freguesias desta ilha. Também se realizaram missa e procissão em Santo António do Príncipe.

Em Agosto, a 14, realizou-se-ão as Comemorações da batalha de Aljubarrota: Em S. Tomé, conferência histórica sobre a grande batalha de Nuno Álvares. No Príncipe, inauguração e bênção da nova igreja matriz, com missa cantada, homília e acção de graças. Dia 15: Em S. Tomé, festas desportivas no Parque Desportivo «General Carmona». No Príncipe: Missa cantada e procissão com sermão. Festas populares. Dia 23, em S. Tomé: Romagem à Praia Ana Ambo, nas Neves. Inauguração do Padrão dos Descobridores. Missa campal e festejos populares. Dia 25, em S. Tomé: Parada da «Moçidade Portuguesa» e conferência histórica sobre o acto em que foram armados cavaleiros os filhos de D. João I. Setembro, 11, em S. Tomé, Guadalupe: Inauguração e bênção da igreja, missa, procissão e festejos populares. No Príncipe: Missa de festa com exposição.

Em Outubro, dia 5, na Trindade, missa em acção de graças. Em S. Tomé: palestra histórica sobre a Conferência de Zamora. Dia 30, em S. Tomé: «Te-Deum» em acção de graças e conferência histórica sobre o tratado de Medina-del-Campo. No Príncipe: «Te-Deum» em acção de graças.

No dia 1 de Dezembro em S. Tomé: Fazem-se as festas da Restauração, com missa cantada e procissão em acção de graças. Conferência histórica sobre a Restauração. No Príncipe: Missa cantada e conferência sobre o mesmo tema.

Dia 2: Em S. Tomé e no Príncipe realizam-se sessões solenes de encerramento das Festas do Duplo Centenário.

Angola, numa fase de intensa renovação, vem interpretando o Duplo Centenário através de grandiosas obras, unindo ainda mais colonos e nativos num estreito abraço de interesse e de lusitanidade

Angola a imensa Angola, descoberta no século XV por Diogo Cão, tendo o seu Governo, presentemente, nas

mãos do sr. dr. Manuel da Cunha e Costa Marques Mano, distinto colonialista, vem acompanhando as Comemorações dos dois máximos Centenários de Portugal, com uma interminável série de actos solenes e de melhoramentos, desde há muito reclamados por toda a província.

No dia 2 de Junho: Inaugurou-se o Museu de Angola, criado pelo actual titular da pasta das Colónias. Dia 3: Inaugurou-se uma parte do edificio do liceu «Salvador Correia». Dia 4: Inaugurou-se a Maternidade de Luanda «Dona Maria do Carano Vieira Machado». Dia 5: Foi inaugurado o ramal de Cassoalala ao Dondo, do caminho de ferro de Luanda. Dia 6: Começaram os trabalhos de construção do porto de Luanda. Dia 7: Inauguração de diversas obras públicas da maior importância e de interesse geral.

Estas obras foram levadas a efeito por iniciativa e execução do Governo, para as quais não se solicitaram quaisquer dotações especiais.

Também por iniciativa e execução de entidades particulares vão ger inaugurados diversos melhoramentos, de entre os quais avulta o monumento a D. Afonso Henriques, fundador da nacionalidade. Este monumento foi pensado e desejado pelos nativos. Os negros angolanos, considerando-se portugueses não desde o século em que foram de cobertos pelo grande navegador ao serviço de D. João II, mas sim desde o ano 40 do século XII, quando o rei «Conquistador» trouxe Portugal a golpes de espada, quiseram desta forma preitar com os metropolitanos o seu primeiro rei. Tão elevada e patriótica ideia partiu da Liga Nacional Africana e a subscrição realizou-se unicamente entre os nativos. O monumento, cuja primeira pedra foi lançada pelo sr. general Carmona, na sua primeira viagem a África, será levantado no antigo largo Conselheiro Júlio de Vilhena, actual largo Afonso Henriques. Trata-se de uma obra de grandes e imponentes proporções, de que foram autores António da Costa, escultor, e Raul Tojal e Faria da Costa, arquitectos. A legenda do monumento será a seguinte: «Os naturais de Angola, por intermédio da Liga Nacional Africana, a memória do Rei Conquistador, fundador da nacionalidade».

Ainda por iniciativa particular se fará a conclusão e inauguração do Palácio do Comércio; a inauguração do edificio — sede da Associação dos Empregados do Comércio e a inauguração do edificio — sede do Clube Instrução e Recreio dos Ferroviários.

De entre as numerosas manifestações patrióticas e cívicas fizeram-se e far-se-ão mais palestras sobre os factos e épocas abrangidos nas celebrações centenárias, nas escolas, agremiações de classe e recreativas, missões católicas e quartéis, por ocasião das festas



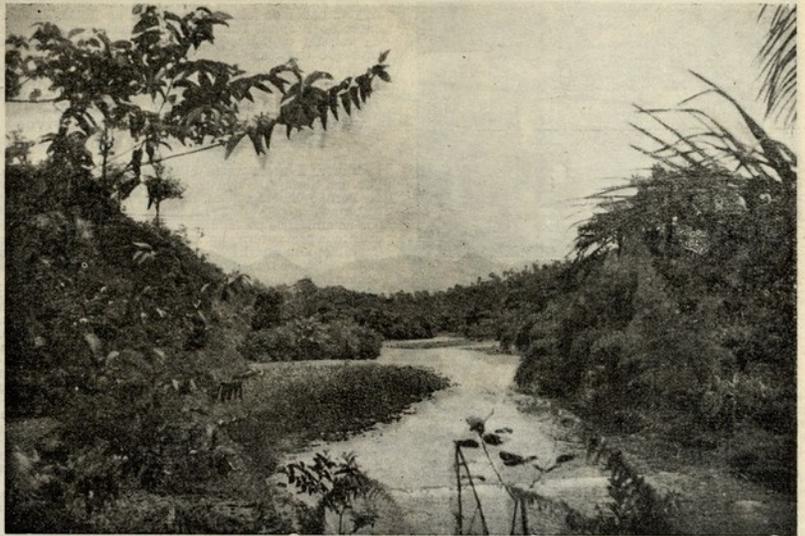
GUINÉ — O cais e a doca de Bissau

oficiais na Metrópole e em Angola. Será colocada no largo, em frente do Observatório, uma pedra comemorativa da aclamação, que se efectuou na antiga igreja de N. S. da Conceição. Nesta pedra se transcreverá a parte mais importante da Carta de 19-12-1640, na qual D. João IV participou a Restauração ao Governo de Angola. Proceder-se-á à colocação de uma pedra comemorativa do facto histórico no lugar de desembarque da frota de Salvador Corria. Também serão levantados três padroes (marcos) à entrada dos três planaltos (Huila, Benguela e Malange), em locais bem visíveis, junto das linhas férreas de penetração, marcando os três principais centros de colonização. Festas comemorativas da Restauração de Angola, em 15 de Agosto de 1940, com especial solenidade e programa a elaborar pela Câmara Municipal e festas religiosas na igreja da Nazaré. Romagem patriótica a Massangano e homenagem ao governador de Angola, Sousa Coutinho. Festa comemorativa da fundação da Associação Comercial de Luanda, a primeira de Angola.

Uma embaixada angolana virá trazer, com oferendas simbólicas, as suas saudações à Mãe-Pátria, e, por todas as províncias da imensa colónia, proceder-se-á à inauguração de diversos e importantíssimos melhoramentos

Dos diversos números do programa, que só honram Angola, temos que destacar aquêle que, em sua representação, será constituído por uma embaixada de cumprimentos a enviar à Mãe-Pátria. Esta embaixada será portadora de ofertas simbólicas dos portugueses de Angola, por exemplo, de um quadro a óleo de Uelala e uma reprodução, em pedra, das inscrições.

Nas províncias da colónia, até agora, têm sido solenemente comemorados também os Centenários. Na Huila, em Sá da Bandeira, com a inauguração dos seguintes melhoramentos: Ponte da avenida Câmara Leme, fábrica de lactínios da Humpata, casa de residência do director da Estação Zootécnica, Dispensário, um pavilhão do hospital, lago da Senhora do Monte, novas dependências da Escola Técnica Agro-Pecuária da Humpata, ginásio do Liceu de Diogo Cão, novas dependências do Internato da Huila, escola da oficina Artur de Paiva e um monumento a Sá da Bandeira, em reprodução do existente na Sociedade de Geografia.



ILHA DO PRÍNCIPE—Uma paisagem

Perimetro Florestal e Cortina de abrigo, Mercado Municipal e serviços de abastecimento de água.

No Bailundo: De entre outros melhoramentos, vão ser inaugurados o edifício do posto do Bimbe, o edifício da Escola-Oficina e o hospital.

Em Novo Redondo: Inauguração da ponte-cais, do

Fundo de Fomento e por algumas entidades particulares.

Todas as obras incluídas neste programa, quer oficiais, quer particulares, ficam com um painel em azulejo com a seguinte legenda: «Duplo Centenário — 1940».

Uma síntese das cerimónias e inaugurações na importante província de Moçambique

Moçambique, cujo alto posto governamental é ocupado pelo sr. general José Tristão de Bettencourt, segundo informações telegráficas que dali nos chegaram, está a comemorar, com brilho e patriotismo, os seus oito séculos de história.



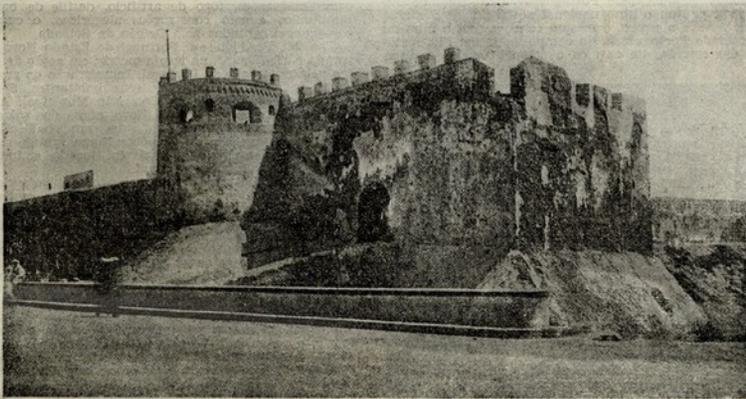
IA 2 de Junho: O «Te-Deum» na catedral e matizes, decorreu com a solenidade requerida. Dia 3: Efectuou-se a corrida da «Chama da Raça», de Marracuene a Lourenço Marques, que veio a terminar à mesma hora em que teve início a velada de armas, em Guimararás, e serviu para atear uma fogueira que ardeu toda a noite. Idêntica cerimónia se realizou em muitas cidades e vilas do litoral. Dia 4: Deu-se a alvorada simbólica presenciada por milhares

de colonos e indígenas. Em Lourenço Marques, no espaço de longas horas fez-se a deposição de flores de toda a colónia, junto do Monumento da Pátria. Dia 24: Em Lourenço Marques, de tarde, realizou-se uma grandiosa festa infantil no Jardim Zoológico; e à noite, uma festa popular, excepcional por todos os motivos, em que a alma popular se mostrou nas mais francas expressões de regozijo.

Agosto, 4: Neste dia, de tarde, realizou-se em Lourenço Marques, a festa da «Moçidade Portuguesa», devendo tomar parte nela centenas de filiados neste organismo. À noite, houve uma recita de gala com a peça «Aljubarrota», de Rui Chianca.

Dia 8 de Setembro: Em Lourenço Marques, Festa da Criança. 1 de Dezembro: inauguração da catedral na sede da província. E, em data a fixar, a inauguração da estátua de Mousinho.

Nas Províncias da Zambézia e do Niassa haverá



MURALHAS PORTUGUESAS DE AZAMOR

A par destes melhoramentos, de carácter renovador, também têm realizado diversas manifestações patrióticas e cívicas, como esta: Festa infantil, coincidindo com a inauguração do monumento à Sá da Bandeira, reunindo todas as crianças da Huila. Em 15 de Agosto e com grande luzimento celebraram-se a restauração de Angola, a que se seguiu a festa dos colonos na Senhora do Monte e a apresentação da «Moçidade Portuguesa».

Em Mossamedes: Inauguração solene do pavilhão de isolamento no hospital.

Na Chibata: São inaugurados uma ponte, os postos de Cabinde e Jau e um posto de reprodução.

Nos Gombos: Vai proceder-se, também, à inauguração de casas para funcionários, do posto sanitário e da nova secretária.

No Baixo Cunene: Seguindo o mesmo ritmo renovador das outras localidades, vão inaugurar-se edifícios públicos na sede e nos postos, bem como um posto sanitário em Namakunde.

Nas Ganguelias: Inauguração da casa do posto de Bassinga.

Em Benguela: Mercê do amor nacionalista, tanto do Governo da província como das câmaras municipais, comissões concelhias e Juntas locais, os Centenários tiveram até agora, sobretudo, uma comemoração de ordem prática e utilitarista. E, assim, procedeu-se à inauguração dos seguintes melhoramentos: Pavilhão de cirurgia e farmácia, cadeia da comarca, dispensário de puericultura, avenida da Praia, mercado municipal, novo edifício — sede da Associação dos Empregados do Comércio de Benguela, praça Dr. Oliveira Salazar e aeroportos.

No Lobito: Inaugurações do edifício dos Correios na praça Dr. Oliveira Salazar. Escola «Rui de Sousa», dos trabalhos dos novos Paços do Concelho, de uma parte da estação do C. F. B., das instalações oficiais cerealíferas, da sede da Associação Comercial do Lobito e Catumbela e aeroporto.

Na Ganda, Vila Mariano Machado: Inaugurações do hospital, da montagem dos serviços de abastecimento de luz eléctrica, do edifício dos Correios e Fazenda, da capela e da instalação de luz eléctrica do C. F. B., no Cubal.

Na Caála: Inaugurações das residências para funcionários, do edifício dos Correios e Telégrafos e do hospital no Longonjo.

Em Nova Lisboa: Está-se procedendo à inauguração dos serviços de Aeronáutica, hospital, casa para a Intendência, Palácio do Comércio, Escolas, Internato do Ensino Primário, Laboratório de Patologia Veterinária,

abastecimento de água e das pontes do Cambalo e da Binga.

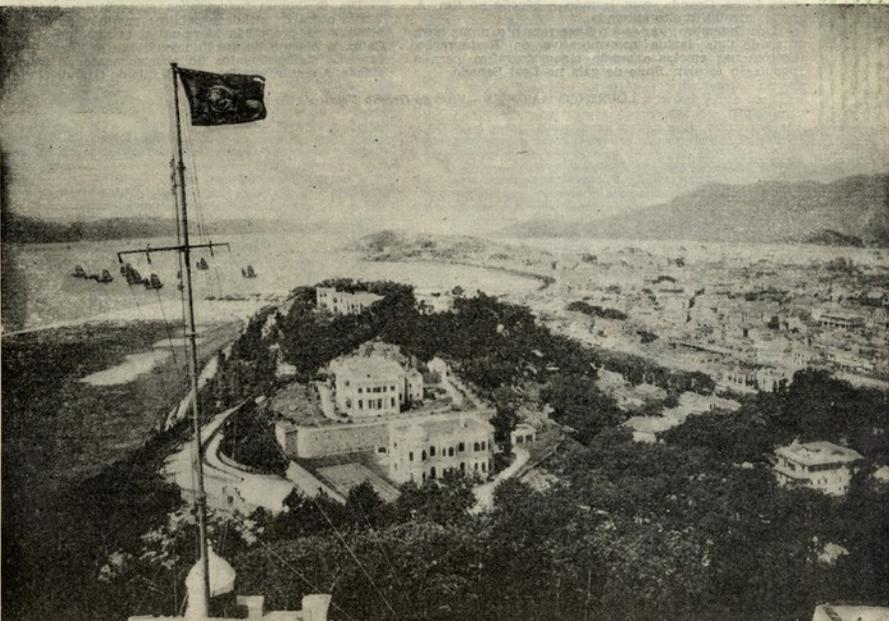
Em Pórtó Amboim: Vão ser inaugurados o novo edifício dos Correios e Telégrafos e Fazenda e os serviços de abastecimento de água.

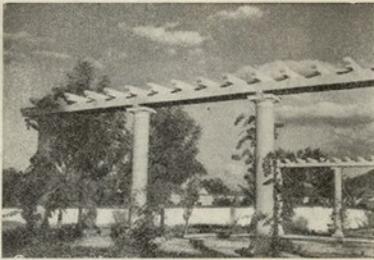
Na Gabela: Também se fará inaugurar o novo edifício dos Correios e Fazenda e os serviços públicos de abastecimento de luz eléctrica.

No Libolo: O edifício da administração do concelho e as instalações dos serviços de saúde.

Uma parte destas realizações foi custeada pelo

MACAU — Parte sul da península macaica





ANGOLA — Pérgola no jardim de Lubango (Sd da Banzeira)



GUINÉ — Edifício da Câmara Municipal de Bolama

várias festas de carácter desportivo, arraiais portugueses, festas indígenas e bodos a crianças pobres. A inauguração de obras far-se-á dentro da quadra comemorativa e abraçará, proporcionalmente, toda a província.

Macau, sentinela lusitana às portas da China, tem colaborado galhardamente nas festividades solenidades das cincoannos datas gloriosíssimas

Macau, a nossa encantadora colónia às portas da China, onde nos estabelecemos em 1557, tem colaborado vibrantemente, como grande e firme parcela do Império que é, nas Festas dos Centenários.

O programa realizado até agora foi o seguinte: No dia 2 de Junho: «Te-Deum» na Sé. Inauguração do edifício da Aviação e da estrada da Penha. Sessão solene na Câmara Municipal, cujo edifício foi inaugurado nesse momento. Descerramento duma lápida, numa nova rua, com o distico: «Fundação—Afonso Henriques—1140».

Dia 7: Foi solenissimamente hasteada a bandeira de D. Afonso Henriques na fortaleza mais antiga da colónia. Salvaram todas as fortalezas, navios de guerra e repararam os sinos.

Dia 28: Inauguração do Estádio Desportivo da colónia, recepção oficial no palácio, parada militar e da «Mocidade Portuguesa», inauguração da Exposição do Estado Novo, inauguração do Asilo da Mendicidade, inauguração da sede da União Nacional, seguida de sessão solene; todo aos pobres e, à noite, baile no palácio, que decorreu com grande animação.

10 de Julho: Festas de Camões e de Vasco da Gama. Romagem das escolas à Gruta do Epico. Cerimónia junto ao monumento a Vasco da Gama. E sessão solene no Liceu. Fez-se, também, a inauguração da exposição bibliográfica de Macau, no Leal Senado, e uma emissão radiotelefónica.

Dia 24: Foi o grande «Dia da Cidade». Procedeu-se à inauguração dos monumentos a Vicente Nicolau de Mesquita e Ferreira do Amaral, e ao descerramento de lápidas artísticas, em novas ruas, com os disticos «Lopo Sarmiento de Carvalho» e «Inácio Sarmiento de Carvalhos». Foi rezada missa campal no local do monumento da vitória contra os holandeses, sendo proferidas patrióticas allocuções junto do mesmo monumento. Neste dia, vésperas e a tradicional procissão de S. João, tendo saído a imagem num artístico carro triunfal e passando pela Praia Grande, com sermão e bênção no fim. A noite, arraial, muito animado.

1 de Dezembro: Far-se-á o descerramento, numa nova rua, de uma lápida comemorativa da Restauração. Sessões nas escolas e sessão cinematográfica para a população escolar. Baile de gala no Leal Senado.

LOURENÇO MARQUES — Vista do Grémio Náutico e da praia da Polana

Dia 2: Sessão solene na Câmara Municipal, em que o governador da colónia encerrará as festas. Inauguração do Hospital Conde de S. Januário e inauguração da estrada de Mong-Há. Por último, uma grandiosa procissão chinesa.

Timor, ilha portuguesa da Oceania, orgulhosa do passado e do presente, vai viver os Centenários em sucessivos meses de apoteose patriótica

Timor, a nossa vasta e formosa ilha da Oceania, que uns dizem ter sido descoberta pelos companheiros e Fernão de Magalhães, mas que numerosos eruditos historiadores provaram, há muito, haver sido ocupada por dominicanos portugueses, em 1561, e presentemente orientada pelo governador, sr. capitão Manuel Ferreira de Carvalho, alto espírito de nacionalista, que por todos os modos cuidou e trabalhou para que as Comemorações dos Centenários atingissem todo o alto luzi ento requerido. No dia 2, realizaram-se as seguintes cerimónias: «Te-Deum» em acção de graças pela unidade do Império e seu imortal génio de independência, seguido de missa, consagrando o esforço missionário e o da religião cristã, com coros religiosos cantados pelo Orfeão da Soibada e uma allocução patriótica. A guarda ao altar foi prestada pela «Mocidade Portuguesa». Depois, sessão solene no salão nobre da Comissão Municipal, presidida pelo governador, durante a qual foi focada a acção missionária e a dos grandes capitais na expansão do Mundo Português. No campo de jogos: Eliminatória da corrida de cavalos, competições desportivas entre circunscrições, desafio de futebol entre os grupos representativos de Timor, portugueses e holandeses, e, à noite, iluminações e diversões públicas.

Dia 6: Dia dos desportos e das festas recreativas, com corridas de natação e de veleiros e um desafio de «tennis» entre o Timor Português e o Holandês; à noite, representação teatral, com uma peça adequada às comemorações, ornamentações, dansas indígenas e diversões públicas.

Dia 7: A cerimónia do içar da bandeira de Afonso Henriques foi seguida duma parada em que tomaram parte todas as forças militares da colónia, assim como as formações patrióticas da «Mocidade Portuguesa», as forças vivas e todas as deputações indígenas. No momento preciso, salvou a artilharia, repicaram os sinos e um coral de 300 vozes cantou o hino nacional. Conferência focando a imortal figura do fundador da Nacionalidade. A «Mocidade Portuguesa», num total de 300 filiações, cantou o hino nacional ao iniciar-se a sessão solene. Após a sessão, o mesmo coral cantou o hino da «Mocidade Portuguesa». No campo de jogos: Eliminatória das corridas de cavalos e competições desportivas

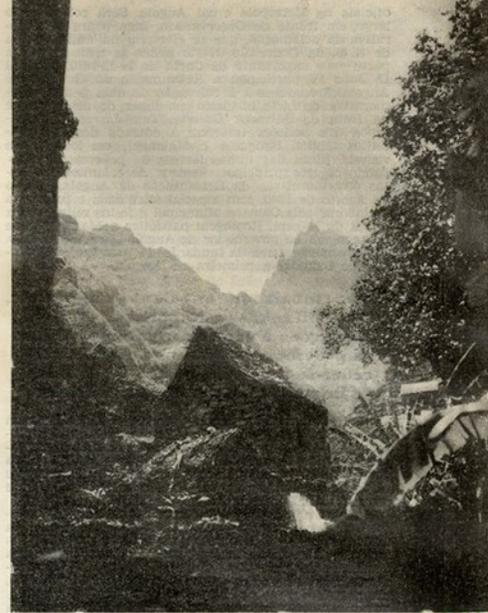


S. TOMÉ — Fortaleza de S. Sebastião

entre as circunscrições. Cinema ao ar livre e música portuguesa de discos com o «loud-speaker», para a população indígena da cidade e deputações das circunscrições.

Dia 8: No campo de corridas: Finais das corridas de cavalos e finais das competições desportivas. Exercícios de ginástica pela «Mocidade Portuguesa». Cinema ao ar livre para os indígenas e diversões públicas.

Dia 9: Foram inauguradas as seguintes e importantes obras de utilidade pública: pavilhão de doenças contagiosas, a avenida Marginal, a estrada para Fatucama, a Assembléa dos Funcionários e as novas instalações e melhoramentos no abastecimento de água à cidade. A seguir, verificou-se o desfile do Grande Cortejo



CABO VERDE — Santo Antão

evocativo do esforço da raça nos domínios da sua expansão nacionalista. A noite, festival na bafa de Dily, com iluminações, fogo de artifício, desfile de barcos, iluminados e com construções alegóricas, e canções portuguesas cantadas pelo Orfeão da Soibada.

Dia 28: Festejou-se o Portugal do Estado Novo. Alvorada e «Te-Deum», na igreja matriz, em acção de graças pela renovação de Portugal. Inauguração do grande bairro indígena e bodos aos seus habitantes. Sessão solene no Salão Nobre da Comissão Municipal. Abertura da Exposição do Estado Novo, numa das salas do edifício da Comissão Municipal, e um grande baile oficial.

10 de Junho: Dia de Camões: Numa grande sessão solene, na Câmara Municipal, foi focada a imortal figura do grande poeta nacional.

Dia 10 de Outubro: Vai festejar-se o aniversário da fundação da colónia, com a inauguração da igreja de Motaal e o descerramento de uma lápida à memória do rei de Motaal, o brigadeiro D. Gregório Rodrigues Pereira, que prestou muitos e valiosos serviços ao Governo português entre os anos de 1800 e 1820, data da sua morte. Visita às obras de saneamento e conferência sobre a história da dominação portuguesa em Timor.

Dia 1 de Dezembro: Alvorada e «Te-Deum», cantado pelo Orfeão da Soibada. Inauguração da Nova Central Eléctrica, sessão solene no Salão Nobre da Comissão Municipal, presidida pelo governador e em que será focado o período da Restauração e a figura do restaurador. A «Mocidade Portuguesa» abrirá a sessão com os hinos da Restauração e da «Mocidade Portuguesa», num coro de 300 vozes.

No campo de corridas: Exercícios militares, ginástica e competições desportivas da «M. P.». Este dia termina com um grande baile.

Até esta data terão sido organizadas nas circunscrições pequenas festas e inauguradas algumas obras de reconhecida utilidade pública, como por exemplo: Luz eléctrica e moagem em Vila Salazar, hospital de Vila Salazar, ponte de Seical, aldeia de Leolo, internato rural indígena em Ainaro, etc. etc. E, de comum acordo com as Missões, a igreja de Same e a de Balibó e, segundo proposta da Repartição Militar, a inauguração do quartel de Maubisse.

Encerramento das comemorações, com uma sessão presidida pelo governador da colónia.

Na Índia, varanda distante do nosso Império, as datas de 1140 e de 1640 estão a ser patrióticamente festejadas

O Estado da Índia, constituído pelas possessões de Goa, Damão e Diu, e de que é governador geral, o sr. coronel José Cabral, tem acompanhado, como não podia deixar de ser, as solenidades comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, com um programa de que uma parte está realizada e outra vai realizar-se, e que, nas suas linhas gerais é o seguinte:

2 de Junho: O «Te-Deum», nas Sé e Igrejas matrizes do Patriarcado das Índias Orientais e a sessão solene em todas as câmaras, comissões municipais e juntas locais de Goa, Damão e Diu, tiveram ampla concorrência dos colonos e naturais.

Dia 20: Foi solenemente comemorada, em Calicut, a chegada dos portugueses à Índia.

Dia 28: Foi inaugurada, na Biblioteca Nacional, uma sala denominada «Salazar», com exposição de pintura dos artistas indo-portugueses.

Dia 9 de Setembro: Far-se-á a comemoração da aclamação de D. João IV na Índia.

Dia 11 de Novembro: No castelo, restaurado de Diu, também se comemora o levantamento do 2.º cerco.

Dia 25: Inauguração do novo monumento a Afonso Henriques, seguido de um grandioso cortejo cívico.

Dia 1 de Dezembro: Inauguração da rede de estradas asfaltadas ligando todos os concelhos. Inauguração de novas estações radiotelegráficas ligando Goa à Metrópole, Damão e Diu. Estas duas séries de melhoramentos, desde há muito reclamados, honram os bons servidores do Estado Novo na Índia e não encher de alegria todos os colonos e naturais.

Dia 2: Sessão solene de encerramento das Festas Comemorativas do Duplo Centenário em todas as câmaras, comissões municipais e juntas locais de Goa, Damão e Diu.



VASCO DA GAMA

ALMIRANTE DO MAR DAS ÍNDIAS

minho Marítimo das Índias, minho Marítimo das Índias, já havia sido tentado por D. João II.

O Cabo Tormentoso já era conhecido e por esse mesmo soberano fora crismado em Cabo da Boa Esperança, porque o êxito da rota do mar estava no espírito de todos os navegadores portugueses como verdade a cumprir-se no futuro.

Morto D. João II, herdou-lhe a coroa D. Manuel, em Março de 1495 e com ela a resolução de levar a cabo o descobrimento das praias do Oriente.

Não tinha ainda o soberano escolhido o capitão da frota que tentava armar quando — reza a lenda — estando à janela do Paço de Estremoz viu passar Vasco da Gama e, como se o tocasse um pressentimento, o chamou.

A pergunta: «Atraves-te a entrar numa empresa de grandes dificuldades e perigos? O fidalgo respondera: Não há coisa que eu não possa empreender em serviço de Vossa Alteza».

E assim — reza a lenda — foi escolhido e nomeado o capitão da frota que saíra do Tejo, iria aportar a Calcut.

Pôsse, porém, capricho do destino ou fôsse escolha ponderadamente feita, não podia ter caído em mais dignas mãos o comando da frota do descobrimento. Vasco da Gama era o homem talhado por Deus para levar a bom termo o grande sonho do Príncipe Perfeito. Vasco da Gama tinha todas as qualidades requeridas para um chefe e delas deu prova ainda antes da saída da armada.

Logo que teve escolhidas as tripulações das naus, congregou os que o haviam de acompanhar e lhes falou, sem lhes escondêr os riscos da empresa, na necessidade de, enquanto se preparava a frota, se instruírem em carpintaria, cerralharia e outros ofícios, cuja prática uma larga e demorada viagem poderia tornar necessários.

Vigiou em pessoa o abastecimento das naus e nelas nada faltava, como Gaspar Correia diz nas suas «Lendas da Índia, pois *salém de armas, fijas, gomis, panos de ouro e seda, fanos os riscos carregados com muitas conservas e águas minerais em cada naue todas coisas de botica para doentes e mestre e clerojo para confessara.*

Levara consigo, além disto, o capitão-mor todas as instruções e conhecimentos recolhidos numa anterior expedição tentada por D. João II e meditada por Bartolomeu Dias e Pero da Covilhã. Eram-lhe familiares desde muito novo as ciências náuticas e contava apenas 28 anos quando D. Manuel o convidou para tão grave empresa.

A travessia dos mares que foi longa e tormentosa muitas vezes pôs à prova as qualidades de chefe e a bravura de Vasco da Gama. Sem a sua força de vontade, sem o seu gênio pertinaz, de-certo ainda uma vez se teria malogrado a realização daquele desejo de dois reis, desejo magnífico e ousado que teve a mais bela das realizações.

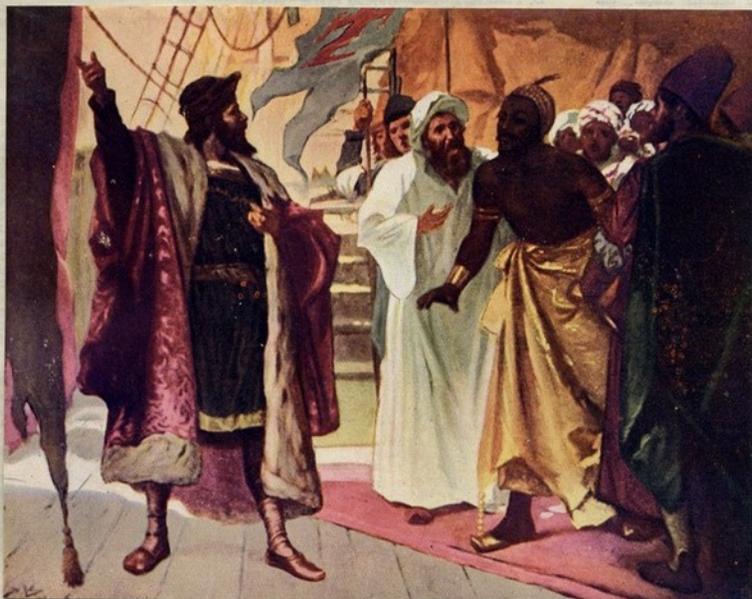
Três dias lutaram na passagem do cabo e talvez sem a energia do comandante não tivessem os tripulantes das naus festejado na baía de S. Braz a vitória havida contra as tormentas do promontório.

Passados os perigos das ondas, outros surgiram após o desembarque na Índia. Ora a pela diplomacia, ora pelos argumentos da força, o capitão os venceu e dos homens triunfou como havia triunfado dos elementos.

Na formação da segunda armada, a enviar à Índia, muito mais forte do que a primeira, foi ainda Vasco da Gama quem tratou dos preparativos e indigitou para seu comandante, Pedro Álvares Cabral.

Procedem os Gamas de Álvaro Eanes da Gama que serviu D. Afonso III na conquista do Alzarve e foi ascendente de Estêvão da Gama, natural de Olivença, alcaide-mor de Sines, avô de Estêvão da Gama, alcaide-mor de Sines e de Silves, comendador do Selxal, criado do Infante D. Fernando, rei de D. Manuel, II.

Casou Estêvão da Gama com D. Isabel Sodré, de quem, em 1469, nasceu, entre outros filhos, na vila de Sines, Vasco da Gama, o descobridor do Caminho das Índias, esse de quem se pode dizer que a sua obra mudou a face do Mundo.



VASCO DA GAMA E O SAMORIM
Quadro de José Malhoa, no Museu Militar de Lisboa

Partiu Vasco da Gama, pela primeira vez em demanda da Índia, em 8 de Julho de 1497 e voltou a 29 de Julho de 1499. Dos cento e setenta homens que o acompanharam, voltaram cinquenta e cinco.

Foi na volta desta viagem que D. Manuel acrescentou aos seus títulos de Rei de Portugal e dos Algarves, o de *Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.*

Os títulos que o soberano tomou para si dão testemunho de quanto valeu a proeza do navegador. Tornou à Índia, D. Vasco em 30 de Janeiro de 1502 e voltou no 1.º de Setembro do ano seguinte.



OI nesta segunda viagem que ele decidiu tirar uma espantosa vingança dos mouros, pelas afrontas que havia recebido em Calcut, na primeira viagem. Quis o destino que no caminho da sua armada surgisse uma nau carregada com peregrinos que vinham de Méca. Com zelo exagerado incendiou o barco, e dos seus trezentos passageiros só salvou vinte crianças, que reservou para o baptismo. Foi a primeira parte da desforra. A segunda foi o bombardeamento de Calcut, que deixou arrasada.

Estes exâgêros foram contados a D. Manuel e tiveram má influência no espírito do soberano que lhe não deu, como seria natural, o cargo de 1.º vice-rei da Índia, nomeando outro em seu lugar.

Limitou-se a munição régia a nomeá-lo conde da Vidigueira e a dar-lhe o senhorio de Vila de Frades e o Almirantado do Mar das Índias. Na volta desta segunda viagem acompanharam a armada seis navios em que vinham as primeiras amostras dos tesouros da Índia.

Ainda uma terceira vez D. Vasco da Gama, já conde da Vidigueira e Almirante do Mar das Índias lá voltou. Partiu do Tejo em 9 de Abril de 1524, mas não quis a Providência que voltasse a Portugal.

Esperavam-no na Índia gravíssimos dissabores. O governador de Goa Francisco Pereira Pestana, havia lesado gravemente os habitantes. Vasco da Gama entrou naquela cidade e demitiu-o, obrigando-o a indemnizar todas as pessoas que havia prejudicado. Teve também que mandar preso para o reino, D. Duarte de Meneses, que fora governador de Chaul.

Estes actos de energia e os muitos trabalhos que te-

ve para moralizar os costumes e restabelecer a ordem em paragens tão distante do reino, abalaram-lhe a saúde, que já estava bastante comprometida.

Conhecendo perfeitamente o seu estado, nomeou para lhe suceder, em caso de impedimento, Lopo Vaz de Sampaio, que deveria exercer provisoriamente, o Governo até que tomasse posse d'ele a pessoa nomeada pelas cartas de D. João III, lavradas com o selo real e designadas para 1.ª, 2.ª ou 3.ª successão, cartas que só seriam abertas depois da morte do vice-rei.

Esta determinação ditada pelo seu espírito previdente, era como um pressentimento de um próximo fim. O corpo acaçado pela doença e o espírito atormentado por contínuos desgostos, sentiu o vice-rei que o fim se aproximava e tudo dispôs para que a sua falta não causasse embarços ao governo da Índia.

Preparava a morte como havia preparado as expedições do descobrimento, com a mesma prudência, com o mesmo ponderado sangue-frio, com a mesma nobre intenção de não causar embarços e transtornos.

Breve se realizou o presentimento.

No dia de Natal desse mesmo ano de 1524, surpreendeu-o a morte em Cochim, com 55 anos de idade e 27 de bons e leaes serviços que à Pátria legaram um vasto Império e ao Mundo um novo caminho aberto pela sua vontade de ferro, sobre as águas dos mares desconhecidos, caminho que existia na poeira dourada das lendas, como terra a que só deuses poderiam aportar.

Nessa hora de entusiasmo não era ainda possível avaliar a grande importância da empresa levada a cabo pelos nossos navegadores.

A utilidade do conhecimento só o futuro podia reconhecer. Esse novo caminho aberto à navegação era o início de uma nova era nas relações comerciais do Mundo inteiro; por isso a justiça que talvez faltasse muitas vezes, em vida, na apreciação da obra de Vasco da Gama não lhe foi negada no decorrer dos séculos.

Da sua audácia aproveitaram todas as nações e foi devido a ela que a própria Índia que vivia no sequeiro do seu isolamento pôde viver mais ampla vida e entrar em convívio com todos os povos da terra.

Aos portugueses coube a par da maior glória a maior parte dos trabalhos nesse devassar a toda a luz o império magnífico e ignorado dos rajas e se lhe coube tal glória ao capitão-mor da primeira Armada o deve. Ele foi o cérebro e o braço que tornou viável o grande sonho de dois grandes reis de Portugal.

D. Vasco segundo as memórias do tempo, homem de estatura meã, forte de músculos, de gênio ousado e empreendedor, afloia para as injúrias dos trabalhos e das tormentas, dono duma vontade de ferro que era perigoso contrariar e recto no cumprimento da justiça, embora inflexível no castigo de culpas graves.

Deixou escrita uma relação da sua primeira viagem e desse documento ressaltam vivamente as características do seu forte temperamento e as excelsas virtudes da sua alma de herói.

O nome do Almirante do Mar das Índias ficou ligado à mais brilhante página da nossa epopeia marítima, página épica e dolorosa a que não faltam lances de glória, mas onde também se vê a dor e o amargor e o travo das injúrias e das ingratições.

D. Manuel fez D. Vasco da Gama Grande de Portugal e esqueceu-o. A História fez mais: consagrou-o como Grande da Humanidade e essa grandeza fica para sempre.

Portugal deu-lhe a luz, mas a obra do Navegador alumiou o Mundo e esse claro brilho hoje se reflecte na nossa terra como um relâmpago de glória, um Sol claro de apoteose.

Dans cet article, on fait sommairement la biographie de Vasco da Gama, qui a découvert le chemin maritime vers l'Inde et qui fut Amiral des mers des Indes, figure du plus haut relief international.

This article gives is a brief biography of Vasco da Gama, who discovered the maritime route to India, was First Admiral of the Seas of India, and won the highest international fame.



D. FRANCISCO DE ALMEIDA PRIMEIRO VICE-REI DA ÍNDIA



UNCA é demais traçar, em qualquer oportunidade, o eloquio das grandes figuras históricas! Mesmo que não haja factos inéditos para comunicar a seu respeito, vale sempre a pena evocá-las; de lembrar a nós próprios, que as não esqueçamos; e contribuir para que os outros as não esqueçam.

Quem quiser estudá-los pormenorizadamente, recorre então às enciclopédias, às histórias e aos dicionários biográficos, que lá encontra, de um modo geral, (porque nem todas as grandes figuras tiveram a sorte de alcançar a mesma extensão bibliográfica), os elementos que pretende. Mas a verdade é que, na vertigem inquietante da hora actual, muitas pessoas não conseguem, por mais que queiram, perder tempo (ou ganhar tempo) com pesquisas e leituras. E a outras, nem isso lembra... Por sua vez, os que escrevem, não gostam de evocar nomes históricos, quando não têm uma novidadezinha a fornecer. Assim, por que uns se esquecem e outros não se lhes agita a memória, as grandes figuras do passado vão-se perdendo nas brumas de um segundo plano.

A de D. Francisco de Almeida, por exemplo, que está um pouco esquecida. (talvez por ele ter vivido na época de Afonso de Albuquerque!), merece bem que a relembremos na altivez clara da sua amargura e da sua coragem.

Fode haver quem penses de si para si, ao desfalhar este artigo:—«Não sei para que se repetem coisas já sabidas... Todos os que passaram pela escola se recordam de D. Francisco de Almeida». Nem todos!—ponderariam nós, se os espíritos se conhecessem e pudessem conversar. Mas ainda que assim fosse, teríamos de considerar, também, que há sempre um encanto muito especial em ouvir de novo histórias de soldados, de políticos, de administradores e de marinheiros ilustres. Ora como D. Francisco de Almeida abraça—e de que maneira!—todas estas facetas, repete-se—para quem sabe ainda, para quem ainda não sabe e para quem já não se lembra...

...que é o filho do primeiro conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida, e de D. Brites da Silva, dama da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, e caremeara-ra da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, tendo nascido em Lisboa, por volta de 1450, e morrido em combate, na baía do Saldanha, em 1 de Março de 1510, depois de ter servido três reis portugueses e de ter gravado para sempre o seu nome nas páginas da história, como vice-rei da Índia.

Principiando a sua carreira, como soldado, na batalha de Toro, em 1476, e de D. Brutes da Silva, dama da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, e caremeara-ra da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, tendo nascido em Lisboa, por volta de 1450, e morrido em combate, na baía do Saldanha, em 1 de Março de 1510, depois de ter servido três reis portugueses e de ter gravado para sempre o seu nome nas páginas da história, como vice-rei da Índia.

Já no reinado de D. João II, pediu autorização para combater no cerco de Granada, e tão brilhante foi a sua acção, que os reis católicos, D. Fernando e D. Isabel, o quiseram cumular de mercês—que ele recusou, afirmando que o rei de Portugal o recompensaria. E não se enganou!... Porque D. João II teve sempre por ele a maior consideração, chegando ao ponto de o sentar à sua mesa. Mais do que isso:—Ao preparar uma frota que lhe garantisse a posse dos territórios descobertos por Colombo, a que o rei se julgava com direito, escolheu imediatamente D. Francisco de Almeida para a comandar. Não chegou a frota a partir, porque a questão se resolveu diplomaticamente com o Tratado de Tordesilhas—mas o destino de D. Francisco de Almeida, projectado para o mar por aquele primeiro impulso, teria de cumprir-se além-mar.

Foi D. Manuel—o «Venturoso», até, com a fidelidade dos servidores que lhe dilataram e lhe civilizaram o reino—quem lhe proporcionou o voo de águia em que devia manter-se dali por diante. Descoberto o caminho da Índia, importava ao rei descobrir o governador austero e leal que mantivesse a soberania nos territórios ocupados; o administrador probo e diligente que aproveitasse ao máximo as vantagens económicas da conquista; o político e diplomata habilíssimo que obtivesse a simpatia, a amizade e a cooperação dos chefes e dos povos vizinhos; o almirante que garantisse o exclusivo da navegação, e, portanto, o domínio de comércio com o Oriente; o guerreiro desmiolado e forte que não hesitasse em impor pelas armas, se preciso fosse, o respeito devido à nossa bandeira!

D. Francisco de Almeida já provara ser homem capaz de reunir tais qualidades... Escolheram-no, portanto, atribuindo-lhe o cargo de vice-rei, que cinco anos depois, cansado, velho e desiludido, teria de entregar—não sem os alicios que a sua dignidade e a sua consciência lhe impunham a outra figura nobilíssima da nossa História, cuja obra na Índia alcançou uma projecção mais brilhante, talvez por não ter sido ela a desbravadora.

Continuar nem sempre é mais fácil do que principiar. Mas quem poupa a força de inércia, usufrui, pelo menos, uma vantagem importante... Em 24 de Março de 1505, depois de ter ouvido missa na Sé de Lisboa, dirigiu-se D. Francisco de Almeida, em companhia do rei, para a praia do Restelo, onde D. Manuel lhe entregou o estandarte real.

No dia seguinte safou do Tejo a sua armada, composta de 22 navios, na qual seguia, também, seu filho D. Lourenço, cuja vida breve, mas esmaltada de glória, foi o orgulho do pai, e cuja morte deu ao pai uma vingança que se transformou em brilhantíssima vitória naval—uma das maiores de todos os tempos.

À propósito dessa batalha, de que adiante nos ocuparemos, escreveu o historiador inglês Edgard Prestage:—«A batalha de Diu foi uma das batalhas navais mais decisivas da história da Ásia e logrou para Portugal a supremacia militar no Oceano Índico».

Cerca de dois anos levou a armada do Tejo até Quiloa, onde foi menos difícil tomar a cidade do que construir a fortaleza de Santiago.

As fortalezas que asseguravam o domínio da costa nos pontos de maior interesse constituem só por si um milagre de tenacidade. Onde faltavam recursos, supria-os a vontade e o engenho. Todos trabalhavam como simples operários sem distinção de classes. E João de Barros quem nos descreve a fatigante empresa:—«Os principais artifices eram os capitães de'elas; porque D. Francisco repartia a gira, o serviço, e quando vinha ao seu, ele tomava a padolia por uma parte e Lourenço de Brito ou Manuel Pessanha por outra, porque cada um destes o ajudava de companhia no trabalho, sendo por todos feito com muito prazer, graças, motes e alegrias».

Verifica-se, portanto, que no intervalo dos combates, os portugueses da expedição descansavam... a trabalhar!

Em Mombaca, onde os portugueses tinham sido acolhidos como inimigos, D. Francisco, para exemplificar como lidam com os inimigos os soldados portugueses, conquistou e incendiou a cidade; depois, para demonstrar como os portugueses sabem tratar com os amigos, enviou ao nosso grande amigo, rei de Melinde, não só os presentes que D. Manuel lhe enviara, mas ainda os provenientes do saque de Mombaca.

De Anchediva comunicou a sua próxima chegada a Cananor, Cochim e Coullão, ordenando que tivessem as mercadorias prontas para embarque. Deu caça aos barcos árabes que seguíam por aquelas paragens em direcção ao Mar Roxo e proleto a construção de uma fortaleza. O rei de Onor procurou entrar a boia macha das obras, mas sofreu o castigo de uma derrota formal.

Em Cananor edificou outra fortaleza, e deixou lá um governador da sua confiança com uma guarnição de 150 homens. Seguiu para Cochim, onde soube que tinha sido invencida a frota de Comagata, de nove navios, dos portugueses que ali trabalhavam pelo Império nascente. Não se fez esperar a desforra, confiada a seu filho D. Lourenço... Vingado o desastre, firmouse a aliança com o rei de Cochim; e finalmente, em 25 de Junho, regressaram, carregados, a Portugal, seis dos nossos navios.

Terminara a primeira parte de uma grande tarefa—e a segunda parte começou logo, sem uma pausa, sequer a quebrar-lhe o ritmo.

A tentativa dos mouros, de seguirem novo rumo, depois de expulsos da costa do Malabar, a fim de trazerem até ao Mar Roxo as especiarias de Malaca, de Sumatra e das Molucas, não deu resultado, porque a pequena armada de D. Lourenço, composta de nove navios, vigiava atentamente Ceilão e as Maldivas.

Aproveitando as náus de Tristão da Cunha—chegadas à Índia para carregar mercadorias—e o auxílio deste e de seu filho Nuno da Cunha, D. Francisco e D. Lourenço tomaram Panane—porto de grande movimento, a cerca léguas de Calicut.

Entretanto, o sultão do Egipto, ajudado pelos venezianos, determinou de mandar à Índia uma grossa armada para deltar fóra dela os nossos. Comandada por Mir Hasseln, a frota chegou a Diu em 20 de Setembro de 1505, tendo como certos os favores do rei de Cambaia, inimigo dos portugueses.

Decorreu um incidente de maior o ano de 1507. Mas logo em Janeiro de 1508 se teve de lamentar uma perda enormeíssima, com a morte de D. Lourenço, ocorrida junto a Chaul. Depois de uma violentíssima batalha, que durou do nascer do Sol ao entardecer, com a armada de Mir Hasseln, D. Lourenço viu-se obrigado a combater também com a frota de Melek Ass, que chegou a Diu em escóbro daquela.

Era desigual a força, mas os nossos não se intimidaram... A certa altura, porém, o barco de D. Lourenço de Almeida ficou impedido de navegar e o moço fl-

daigo foi ferido mortalmente numa coxa. De rija tẽpera, como seu pai, amando que se lhe ligassem a ferida, que o sentassem numa cadeira, o atassem ao mastro grande, e continuou a comandar até que outro projectil acabou com ele. Mir Hasseln e Melek Ass, encarregados na luta contra a nau de comando, não submeram, entretanto, evitar a salvação dos outros navios portugueses.

Quando D. Francisco de Almeida soube em Cochim da morte do filho, mandou preparar imediatamente a frota que o vingaria. Mas não descurou, enquanto os preparativos decorriam, os pesados encargos do governo promovendo a reabilitação e o embarque de mercadorias para a metrópole.

Ninguém conseguiu impedi-lo, todavia, da sua campanha contra os vencedores do filho. Nem mesmo Afonso de Albuquerque que se lhe apresentou, na Índia, para o substituir (desgosto sobre desgosto), oferecendo-lhe tomar a seu cargo a empresa da desfronta. Respondeu-lhe D. Francisco que já tinha a espada fóra da bainha e que não estava habituado a confiar a outrem o encargo de vingar as suas injúrias pessoais.

Afonso de Albuquerque, verificando que loda a reacção era inútil, recolheu-se a Cochim e a armada, em 12 de Dezembro de 1508, fez-se ao mar para Diu. Compuñha-se de 19 navios, levando a seu bordo 1.200 soldados e marinheiros portugueses e 400 malabares.

O que foi essa batalha memorável—ferida a 2 de Fevereiro de 1509—dizem-no melhor do que os palmaria êstes números: As forças inimigas sauíam a mais de 200 barcos, e uma vez derrotados, enquanto os portugueses só tiveram a lamentar 30 mortos e 300 feridos, os mouros perderam para cima de 1.500 homens!

No seu regresso a Cochim, D. Francisco de Almeida encontrou de novo uma luta mais difícil, porque se não podia travar como loda as outras, ao Sol e ao vento. Era apenas uma luta diplomática e política, em que nem sequer havia inimigos; só pontos de vista diferentes a servirem, por bem, a mesma causa. Entre êle e Afonso de Albuquerque criaram-se obstáculos e estabeleceram-se partidos. Inútil lembrar, agora, pequeninos factos de duas vidas, onde há tantos factos grandes a evocar! Não porque êles a diminuem, mas porque também os não engrandecem...

Com sessenta anos de idade, numa praia escaldante da ilha do Saldanha D. Francisco de Almeida morreu como sempre vivera: a combater!

No único ponto fraco de que o acusam, está, talvez, a primeira razão de ser da sua grandeza...

Dizem que era rígido demais a obedecer ao regimento que o monarca lhe estabelecera, não ponho a imaginação ao serviço de iniciativas próprias. Isto é a sua obediência—que nunca foi servilismo, diga-se de passagem—serviu mais tarde para o julgarem. Não se chegaram a proferir sentenças, felizmente, no foro íntimo de cada um. E como a vida, no seu rodar incerto, responde sempre a todas as perguntas—mesmo que leve séculos a responder, talvez não estejamos muito longe de verificar se êle tinha ou não razão com a sua política marítima. Sempre se preocupou mais com a esquadra do que com as fortificações e com os exércitos. Os que depois de nós usufruíram o comércio do Oriente, parece que não se deram mal com a sua lição. Veremos agora se ela continua a servir ou se novas forças e novas circunstâncias se lhe sobrepõem...

Numa carta para D. Manuel, escrita pelo vice-rei há quatro séculos, vinha êste conselho:—«Quanto mais fortalezas tiverdes mais falho será o vosso poder; tãda a nossa força seja no mar, porque se nêle não fôrmos poderosos, logo tudo será contra nós».

Ainda pode considerar-se útil êste conselho de D. Francisco de Almeida?

O tempo se encarregará de demonstrar!

HUMBERTO DE MERGULHÃO

On retrace dans cet article les faits les plus remarquables de la vie de D. Francisco de Almeida, soldat, politicien, administrateur, diplomate et marin, qui a été le premier vice-roi de l'Inde et qui est mort en combat l'âge de soixante ans, dans l'île du Saldanha. En vengeant la mort de son fils D. Lourenço, il a été le vainqueur de la célèbre bataille navale de Diu ou il a combattu avec dix-neuf navires contre deux cents.

In this article a sketch is given of the most salient facts of the life of Dom Francisco de Almeida, soldier, statesman, administrator, diplomat and mariner, who was the first Vice-roy of India and died in combat, at the age of 60, in Saldanha Island. To avenge the death of his son, Dom Lourenço, he won the famous sea battle of Diu with 19 ships against two hundred.



D. JOÃO DE CASTRO

Há expressões que podem definir pessoas, e há pessoas que podem interpretar expressões. Para a escolha das expressões requerem-se, apenas, faculdades criadoras; mas para a escolha de *bandeiras humanas*, que simbolizem expressões criadas, até justos critérios de selecção se exigem.

Portugal antigo—mundo de sentimentos muito altos—é expressão para que se não encontra, de ânimo leve, equivalência rigorosa.

Mas se a minha geração quisesse eleger, ao longo de toda a História, um vulto que a simbolizasse, a escolha recairia por certo em D. João de Castro—modelo de honradez e de virtudes, numa época em que elas foram reacção quasi isolada, contra a fraqueza de ânimo que principiava a minar o nosso Império do Oriente.

Camões chamou-lhe «O Forte». E o poeta, que possuiu como ninguém o segredo de classificar, ainda se não enganou daquela vez... Entenda-se que *Forte*, no poema, quer dizer apenas *forte* e não forte demais ou violento. Nunca, a seu respeito, Camões poderia escrever versos semelhantes àqueles com que censurou Afonso de Albuquerque por ter mandado executar um moço do seu navio—que não soubera reprimir o amor despertado (e correspondido) por uma rapariga indígena, que o valoroso capitão recolhera a bordo, no intuito de a enviar à rainha!

D. João de Castro era forte sem excessos de rigor. Dizia-se dèle que era forte, como se se dissesse que era perfeito. Forte na sua preparação literária e científica; forte nas suas acções de soldado e de marinheiro; forte nos mínimos pormenores do seu governo, e forte, ainda, na sua resistência às tentações da fortuna que o rodeavam, naquela Índia rica e vernal, onde todos s lucros ilícitos se poderiam transformar em realidade fácil; em «crime sem castigo».

★

Tal como Afonso de Albuquerque, D. João de Castro não foi à Índia somente depois de investido nas funções de governador geral. Já por lá andara, como simples subalterno, no tempo de seu cunhado, o antigo governador D. Garcia de Noronha. Adquirira conhecimentos proveitosos; e, mais tarde, quando D. D. João III o nomeou, a conselho do Infante D. Luiz, não teve de perder tempo a estudar o meio. Este facto não pode desprezar-se no estudo da sua obra, visto ser tão curto o período de três anos para governar a Índia, que alguns dos governadores, mal acabavam a fase de aclimação e de projectos, já estavam impedidos de entrar na fase das realizações. Ora, D. João de Castro foi um realizador de larga envergadura, que nunca deixou de trabalhar e de sofrer!

O ano de 1500, festivamente assinalado pela descoberta do Brasil, foi um ano pródigo para Portugal. Nêle nasceu, em Lisboa, a 17 de Fevereiro, aquele que mais tarde haveria de escrever os roteiros de Goa até Suez e de Goa até Diu—documentos notáveis que tão úteis foram e que tão bem demonstram a superioridade do seu espírito, dado às letras e às ciências.

Filho de D. Álvaro de Castro e de D. Leonor de Noronha, o moço D. João foi educado, primorosamente, como fidalgo que se prepara para os mais altos destinos. Condiscípulo do filho de D. Manuel nas aulas do grande matemático Pedro Nunes, D. João de Castro, inteligente e estudioso, não desbaratou o seu tempo em estúdios da mocidade, que naquela época despreocupada, farta, alegre e fútil proliferavam em Lisboa. Enquanto os rapazes da

cuja vida, só por si, simboliza todas as virtudes da raça, morreu pobre, na mesma cidade em que passara sob um pálio de ouro

sua geração se entretinham em folgas e desmandos, êle ganhava uma sólida cultura e jogava as armas, no intervalo dos estudos, para que o corpo e o espírito se desenvolvessem a par.

A pedido de Carlos V, D. João III mandou uma expedição a Túnis, para o auxiliar. E, a seu pedido, D. João de Castro foi incorporado nessa missão. Voltou com fama de guerreiro e seguiu depois para a Índia, como atrás dizemos, no séquito de seu cunhado, D. Garcia de Noronha. Bateu-se como herói de lenda, em vários recontros, ao lado de um dos seus filhos, que tinha, apenas, treze anos de idade. Mas, ao voltar ao reino, porque não gostava de alardear seus feitos, recolheu-se à quinta de Sintra, e, longe do mundo, escondido de todos, viveu as poucas horas tranqüilas com que a vida o brindou. A côrte soube, porém, de seus gestos e atitudes, porque Martim Afonso os descreveu—e o nome do futuro vice-rei começou a andar de boca em boca.

Até que... a 17 de Março de 1545, largou do Tejo a Armada que devia acompanhá-lo à Índia, na sua qualidade de governador geral.

Voltava à Índia, tal como lá voltou Afonso de Albuquerque; e iria perder um filho em combate, tal como D. Francisco de Almeida. Há coincidências tão singulares na História dos Vice-Reis, que nem chega a ser pecado repisá-las...

Descrever as suas múltiplas acções de soldado, de administrador, de político, de marinheiro e até de evangelizador, não é tarefa que se comprima num artigo. Mas indicaremos, em traços gerais, alguns dos actos de maior relevo, quasi todos êles assinalados por lutas constantes e terríveis.

O sultão de Mafamude, inimigo irreconciliável dos portugueses, renovou as suas tentativas para os expulsar de Diu; e logo em Abril de 1546, coge Sofar pôs cerco à cidade, com muitos navios, soldados e artilharia. D. João de Meneses, que comandava a fortaleza, resistiu, em situação crítica, aos mais fortes ataques, durante mais de um mês. D. Álvaro e D. Fernando, filhos de D. João de Castro, correram em auxílio dos sitiados e, embora o trço de Armada do primeiro tenha feito uma viagem horrorosa, chegaram os dois ao seu destino, para bem cumprirem a missão de que o pai os encarregara. Mas o seu auxílio de pouco valeu, porque as forças contrárias eram muito numerosas, aguerridas e bem apetrechadas. Além disso, empregaram minas contra a fortaleza, e na explosão de uma delas encontrou a morte D. Fernando—um herói de dezanove anos, filho bem digno daquela família ilustre, em cujas veias corria o sangue de Inez de Castro.

Foi o próprio governador quem chegou a 6 de Novembro com 12 galeões, muitos navios de linha e 1.500 soldados, para vingar o filho e libertar a fortaleza. Durante três noites, em escadadas sucessivas, os seus homens foram-se juntando à guarnição. Finalmente, a 11 de Novembro, numa batalha fulminante, os portugueses impuseram a libertação dos sitiados e da praça!

Quis D. João de Castro reconstruir logo a fortaleza; mas faltava-lhe dinheiro, e foi então que êle escreveu à Câmara de Goa, com o pedido de 20.000 pardaus, a célebre carta que passamos a transcrever:

«Eu mandei desenterrar D. Fernando, meu

filho, que os mouros mataram nesta fortaleza, pelejando por serviço de Deus e de El-Rei, nosso senhor, para vos mandar empenhar os seus ossos; mas acharam-no de tal maneira, que não foi lícito ainda agora de o tirar da terra, pelo que não me ficou outro penhor, salvo as minhas próprias barbas, que vos aqui mando por Diogo Rodrigues de Azevedo; porque, como já deveis ter sabido, eu não possuo ouro, nem prata, nem móvel, nem coisa alguma de raiz, por onde vos possa segurar vossas fazendas; sômente uma verdade sêca e breve que Nosso Senhor me deun».

Quando regressou a Goa, aquê abenceragem de herói romano, temperado pela docura e generosidade portuguesas, foi recebido com as honras que outrora se dispensavam aos cônsules e aos imperadores de Roma.

O cais estava adornado com tapetes persas e, a guardá-lo, capitães, clérigos, frades, todo o povo!... Tristão de Paiva, em nome da cidade, ofereceu-lhe, numa salva, a palma e a coroa dos heróis. Debaixo de um pálio de tela de ouro, passou pelas ruas da cidade, entre gritos de vitória e de entusiasmo. Seguiam-no, arrastadas pelo chão, as bandeiras de seda aprisionadas ao rei de Cambaia e vários despojos das batalhas. Andaram de geração por geração, em terras do Oriente, os ecos daquela tarde de apoteose!

D. João de Castro, que aceitava as honrarias como dirigidas ao rei e não a si, não deixou a sua modéstia amolecer-se com aquê triunfo e continuou a sua vida de batalhador, à margem dos faustos asiáticos.

Voltou a defrontar-se com os seus dois maiores inimigos, derrotando o rei de Cambaia em Baroche e retomando ao Hidalcão, pelas armas, Bordez e Salsete.

Rolou o tempo. A certa altura, sentindo-se morrer na humildade a que já se habituara, chamou os da Câmara de Goa e, entre os seus amigos e colaboradores, disse-lhes, num arroubo de sinceridade:

«Não terei pêjo senhores, de vos dizer que ao vice-rei da Índia faltam nesta doença as comodidades que acha nos hospitais o mais pobre soldado. Vim a servir, não vim a comerciar ao Oriente; a vós mesmos quis empenhar os ossos de meu filho, e empenhei os cabelos da barba, porque, para vos assegurar, não tinha outras tapearias nem baixelas. Hoje não heuve nesta casa dinheiro com que se comprasse uma galinha; porque, nas Armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salários do governador, que os soldados de seu rei; e não é de espantar que esteja pobre um pai de tantos filhos. Peço-vos que, enquanto durar esta doença, me ordeneis da fazenda real, uma honesta despesa, e pessoa por vós determinada, que com modesta taxa me alimente».

Quando chegou à Índia, por ter chegado a Lisboa a fama dos seus feitos, o decreto régio que lhe dava o título de vice-rei, uma ajuda de custo de 10.000 cruzados e a nomeação de seu filho Álvaro para capitão-mor—já era tarde!

A 6 de Junho de 1548, D. João de Castro expirara, como um santo, nos braços de S. Francisco Xavier...

HELENA DE MAGALHAES

La vie glorieuse de D. João de Castro, symbole de toutes les vertus de la race, est décrite dans cet article avec le relief indispensable. Le fameux vice-roi des Indes y surgit dans toute son expression de guerrier, de marin, d'administrateur et d'évangéliste.

The glorious life of Dom João de Castro, symbol of the virtues of his race, is described in this article, in high relief, as it deserves. The famous vice-roy of appears in all his glory, as warrior, administrator mariner and evangelist.



ANTÓNIO ENNES

O NOTÁVEL COMISSÁRIO RÉGIO QUE RECONSTITUIU A ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

NESTA minha Lisboa tão amada, ainda que, às vezes pouco propícia a seus filhos, nasceu em 14 de Agosto de 1848, aquêle que seria, por méritos próprios, o conselheiro António José Ennes. Quasi no período outonal dos quarenta anos, aquêle que fora escritor e estudante distinto, do então Curso Superior de Letras, onde se graduou em 1868, ainda, na frase sinteticamente lapidada de Lourenço Cayolla, «consumia todas as suas energias e o máximo esforço intelectual numa luta afiliva pela celebridade, ou, pelo menos, para conseguir uma existência desanuviada de preocupações materiais.»

Nêste artigo, procurarei recordar o jornalista fundador de «O Dia». E se assim o faço é porque, na improvisação urgentíssima de todos os valores que o seguraram nas suas angustiosas campanhas de África, ameaçada tiranicamente por incompetências que o tempo e a valia desses portugueses transmutou em novos penhores de boa amizade, António Ennes sempre procedeu como jornalista. Nos seus relatórios, há a vibração da pena ágil, vibrante, sem sobrecarga de palavras; nas suas escolhas, a de Mousinho, especialmente, trepada a seriedade investigadora de um jornalista moderno. E assim surge e se revela em segundos, fulminantemente criadores, um grupo que sempre foi fiel à sua memória. Fidelidade relativamente fácil, pois nunca exigiu serventários desmentizados, mas sim homens senhores da sua própria cabeça, missionários como D. António Barroso; soldados como Mousinho, a quem o vago recado da morte da Pátria levou ao sulcador; a êle, que não da trepidação ante as hostes do Gungunhana; a jornalista como Moreira de Almeida; seu sucessor em «O Dia», e a cavalheirês do jornalismo como Lourenço Cayolla, cujo convívio gratamente recordo e agora perpetuo em seu filho Julio Cayolla.

Em 1886, António Ennes obteve despacho para o lugar de bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa. Satisfetíssimo, com quarenta e dois anos feitos, uma casinha modesta vestida de rosas e uma pequena horta em Queluz, êle convenceu-se e aos seus amigos, de que tudo obtivera e nada lhes devia. Mas assim não era. Os acontecimentos quiseram desfazer, num segundo, o encanto do seu confortável lar, chamando-o pela voz da Pátria às inhospitas costas moçambicanas.

Dividia-se a África do Sul. A Alemanha arrancara Tanganica e a Damaralândia. A França, além de toda a orla mediterrânica, internára-se até ao coração areoso desse continente, ainda hoje por domar. Mas logo os britânicos, no seu ímpeto essencialmente visor do presente e do futuro, inventaram, à nossa custa, o Estado Livre do Congo. Com que intuito? Jámais o realizaram, mas era o que nessas épocas, fazia estremecer de emoção as hordas de cubiceiros pesquisadores de «almas» auríferas ou diamantíferas; a construção, só própria da imaginação de Cecil Rhodes, da linha férrea Cabo-Congo-Cairo, que ficaria sendo a espinha dorsal transafricana, cruzada de uma outra, do Lobito-Lubango-Lourenço Marques, que ligaria as estradas do cobre de Catanga e do carvão de Tete às dos planaltos de Angola.

Projecto atrevido, traçado pelas imaginações ardorosas desses ingleses que se deixavam estalar pela febre e pela fome antes que sair do sítio marcado às suas ambições: essas linhas C-C-C e L-L-L, pertenciam à família B-B-B, ou seja Berlin-Buzando-Bagdad, que se arrastou anos e anos até que, com a guerra europeia, a Lawrence of Arabia, fez desaparecer para sempre com a revolta do Deserto.

Cluimeiras coloniais onde só havia matagal e pantanos — fazem hoje quasi ridículo o que então era tragédia autêntica. Mas, após o consabido ultimatum e depois do estalar da cólera popular, sacrificado o Ministério Hintze Ribeiro, D. Carlos teve de chamar um velho general de 82 anos, João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Para sempre apareceu então, António Ennes, no primeiro plano da vida política portuguesa. De início, teve de aceitar a pasta da Marinha e Ultramar; depois, o alto cargo de comissário régio em Moçambique. E o pacífico paisano, improvisou-se estadista e, anos depois, inspirou em locais formações militares, regulamentos coloniais, formações de companhias magestáticas, missões religiosas coloniais, etc., etc. E voltou, anesados, para morrer, esgotado precocemente, em Queluz, quando os seus craveiros floriam.

O poder foi o seu mais amplo teatro. E, como se este ainda fosse pouco para esgotar a inteligência e fêzêr esse homem de acção intrépida e corajosa, o novo Ministro da Marinha e Ultramar de fins de 1890 a princípios de 1891, precisou de se demonstrar com



ANTÓNIO ENNES

actos de efeito immediato que Portugal estava disposto a reagir contra o infamante apodo de «nação moribunda» que lhe tinham lançado e a provar que se sentia capaz de realizar, naquele momento, obra colonizadora de larga envergadura. Com ela se contava para a total reabilitação de Portugal e para que voltasse a ser exemplo dos outros países.



EDIDAS legislativas fundamentais e de preclaríssima visão foram, essencialmente, as que concederam regalias e vantagens aos sacerdotes do Patriarcado das Índias Orientais; o estabelecimento do Instituto Ultramarino; para a protecção às vítimas ou seus orfãos, do serviço público em África; e, por último, tendo sido criada, três anos antes, a Companhia de Moçambique, ao verificar que esta não podia exercer a sua soberania, sem meios de acção e recursos próprios, concedeu-lhos António Ennes, naquela justa medida que, meio século depois, refluíru na vigorosa instituição de hoje.

Um ano quasi decorrido, António Ennes julgou cumprido o seu dever e aprestou-se para gozar as delicias do Verão na tranquillidade pastoril de Queluz.

Alguns meses transcorridos, o Poder encareceu-o de ir a Moçambique, a fim de chefiar a delimitação das fronteiras e organizar um orçamento verídico das despesas e das receitas. Uma vez ali, a pena quasi lhe caiu das mãos. Estávamos em 1893. No seu relatório referente a êsse ano, ao atender naquêle litoral inerte, a esses rios que se avassalavam em neblina silenciosa, no sertão pedregoso e humido, escreveu, pessimista: — «... não ser ouro puro, não haverá produtos que retribuam os juros dos capitais invertidos no empreendimento de arrotear, de sanear, de preparar e enviar a riqueza». Havia que esmagar pela guerra o genitio rebelde; mas essa guerra custaria mais, num dia, do que as suas terras produziriam em cem anos. Na Beira, accentuou-se-lhe o desalento. No Chindo, o mesmo. Por toda a parte, a fome. Produtos, nenhuns. Moeda corrente, mais então depreciada na Europa, o marfim — de que o monhé era ávido a fim-de saldar débitos na Índia. Produtos próprios, o amendoim, o gergelim, a copra, que mal pagam os fretes. E o ouro, a prata, a hulha de que tanto se falava? Nem vestígio! Uma política possível? A lavoura africana, consistindo, principalmente, no ouro, café, cacau, citrões, principalmente laranjas. A terra, refelta, trabalhada, assente, talvez tivesse futuro — ainda que modesto.

CINQUENTA anos depois a realidade confirmou a visão de António Ennes. Dos capitais, escrevia: — «não falem de capitais nacionais, porque êsses não embarcam em empresas arriscadas.» Não admira, pois que, ao regressar, António Ennes fosse saudado, unanimemente, pela honrada, nitida e realista verdade dos seus relatórios. Escreve Lourenço Cayolla: — «o comissário régio tinha uma política de exploração da terra, uma política indígena, uma política monetária, uma política fiscal, uma política missionária, idéias assentes sobre a administração e a organização de forças, a colonização e trazia um orçamento verídico, conforme lhe tinham encomendado.»

Esmagar, desde já, o Gungunhana, parecia-lhe a aventura perigosa. «Cuido que dêle se pode ser vizinho sem andar com o Credo na boca. Tolerá-lo, não é uma vergonha. Apenas impõe à nossa soberania uma restrição local nem mais nem menos desairosa do que tantas outras a que se sujeitam as mais altas potências coloniais.» Quê! no final de 1894, a Imprensa das colónias inglesas do Sul e a do próprio Transvaal proclamava que os portugueses iam ser atraídos ao mar pelo indígena, exasperados contra uma opressão que embrutecia os homens e esterilizava as terras. Dias antes, conversando com Carlos Lobo de Avila, dissera-lhe António Ennes que bastaria esmagar dois régulos, vassallos do chefe vátua para amedrontar os outros.

Naquêle dia, à sua chegada a casa, pelo enterdecer, encontrara uma carta de Carlos Valbom. «O Governo querêr ouvi-lo». O sangue português já corria. Expôsto o plano de Caldas Xavier, o presidente do Conselho, de subito, perguntara-lhe:

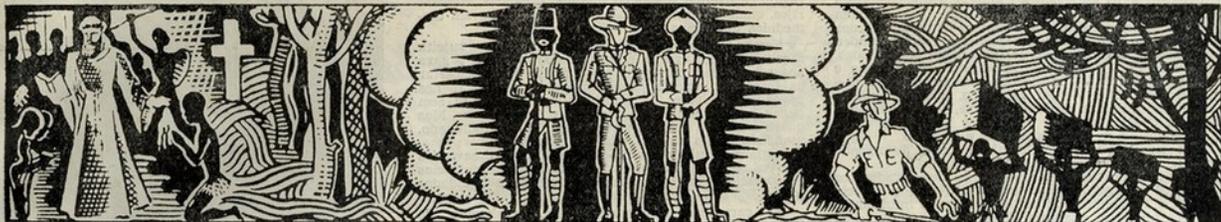
— «Porque não se enearrega de executar êsse plano? Em Janeiro, desembarcava na ilha-capital de Moçambique, rodeado já de um grupo de oficiais, onde sobressaíam Freire de Andrade, Palma Couceiro, Roque de Aguiar e Caldas Xavier; Lourenço Marques via estangulada na sua linha de fortins ingleses. Havia que arrancar até Marracuene ponto de concentração das emangas do Gungunhana. A 28 de Janeiro, saíu uma coluna da Ponta Vermelha; um mês depois, os vátuas, aos milhares, atacaram o quadrado e chegaram a romper uma face dêle. Logo foi esta ruptura reconstituída, após uma noite de luta. Ao romper do dia, os portugueses contavam com a vitória de Marracuene. Contra a vontade de todos os oficiais António Ennes não consentiu em novo avanço. O esforço havia sido tremendo. Novos avanços, sim. Aventuras, não. Mas depois de chegarem reforços. Meses depois, outra coluna atravessou Cossine e esmagou, comandada por Palma Couceiro, milhares de vátuas. Um navio inglês foi a Lourenço Marques, de propósito, deixar cumprimentos e um comunicado da batalha: — portugueses mortos, 5; feridos, 27; vátuas, mais de seis mil. O ganho estava aberto. António Ennes regressou, fatigado, um ano depois, Chalmite e o aprisionamento do Gungunhana.

António Ennes, em Queluz, com cinquenta e três anos incompletos, quando inconsciente do desgaste africano, se preparava para escrever, nos «Serões», uma magnífica série de artigos de que «a guerra em África», fôra, somente um largo capítulo de memórias, sentiu que quebrar-se-lhe a pena... para sempre. Era o dia 6 de Julho de 1901.

CONSIGLIERI SÁ PEREIRA

Dans cet article, en se servant de la biographie remarquable sur António Ennes publiée par Lourenço Cayolla et d'autres éléments rassemblés par l'auteur, Consiglieri Sá Pereira évoque l'action si rapidement fructueuse d'António Ennes — l'homme qui dans un sens réaliste du problème, un journaliste sans prétensions, a su estimer les possibilités de Moçambique, choisir les collaborateurs les plus sélectionnés et jeter les bases de la plus grande œuvre accomplie jusqu'à aujourd'hui et qui sera poursuivie pendant des siècles.

In this article, Consiglieri Sá Pereira, availing himself of facts published by Lourenço Cayolla, in his notable biography of António Ennes — evokes the astounding creative action of this man, who realistically and unostentatiously succeeded in making an estimate of the possibilities of Moçambique, choosing the most able collaborators, and laying the foundations of the great work carried out until the present day, and which will be continued through centuries to come.



PIONEIROS DA COLONIZAÇÃO EM ÁFRICA

OS NEGOCIANTES DO MATO



ANGOLA, em trato com os portugueses desde a última metade do século XV, é ainda uma incógnita histórica. Quanto se poderia desvendar desses povos angolanos, nas eras anteriores à ocupação portuguesa — rebuscando no folclore, na tradição, nos costumes, na glótica, enfim, nos dados etnográficos, que são o único tombo dos povos destituídos de arquitectura e escrita — não atraíu ainda investigadores de categoria e saber

Para o mesmo mistério sobre as extraordinárias travessias da África realizadas pelos comerciantes bufarinheiros, brancos e mulattos que nos trouxeram, outrora, as primeiras revelações da África Central. A verdade sobre os seus feitos perdeu-se na memória dos homens. A tradição conserva, porém, a lembrança de muitas e ousadas investidas pelas terras dos negros, realizadas por comerciantes do mato, e dos perigos e aventuras que lhes custaram. Dados positivos, documentais, rareiam. Mas a tradição oral é ainda bastante forte para que se possa dizer que eles realizaram a travessia da África, de lado a lado, sem louros e sem glória.

E desses sertanejos heróicos e obscuros que vamos falar neste artigo.

★

Quando a Armada capitaneada por Diogo Cão abocou ao Congo, na foz do Zaire, em 1482, segundo o padrão do Zaire, a foz de Bauros, em 1482, conforme Rul de Pina e o padrão do Cabo Negro, Angola era apenas a terra dos *quimbundos*, bárbaras gentes feudatárias do vasto e forte império do Congo. O primeiro desembarque de portugueses em Angola, deu-se no ano de 1575. Nesses noventa anos de contacto pacífico entre portugueses e africanos do Congo e Angola enraizaram-se no genio o hábito dos brancos cruzarem em boa paz o seu território. As guerras de conquista só começaram em 1575, e abriu-se então um período secular de hostilidades. Mas o precedente fora criado, a tradição africana reconhecia-o. Quando, após a ocupação do Ilotário de Angola, se estabeleceram um tanto as nossas relações com os sobas do interior, os portugueses abalanzaram-se à grande aventura do comércio sertanejo. Os negros aceitaram de bom grado as expedições mercantis que devassaram de novo o mistério do sertão, como já fora realizado nos tempos do império do Congo. E a África foi novamente cruzada por ignotas vias que buscavam os sobados mais ricos de borrachas e marfim. Os portugueses, numa penetração pacífica, atingiram primeiro que ninguém, o centro da África.

Se a prioridade da presença na terra fosse a base do direito da posse toda a África Equatorial e Austral pertenceria, de direito, aos portugueses.

★

Uuem hoje atravessa o sertão no automóvel veloz que palmita Angola de lés a lés, e por toda ela encontra estradas, aldeias, vilas, cidades, ocupação militar, civil, colonos e colonização, não computa quantos sacrifícios custou o trabalho de levar a bandeira das quinas até às fronteiras angolanas. Ora os caboucos basilares dessa obra mater de um novo império foram abertos, no sertão, pelas caravanas dos comerciantes sertanejos.

Em 1933, estando eu no Moxico, a mil quilómetros do Atlântico, conheci dois portugueses, que tinham feito vida de comércio e aventura pelo sertão, ainda sem fronteiras seguidas por comitivas de centenas de indígenas armados, pagando portagem aos sobas, cujas terras atravessavam e tributo pela autorização para acampar e comerciar nos seus povoados. Falaram-me de muitos outros, vivos e mortos, tendo ouvido celebrar, de entre os mortos, o nome de Silva Porto, e de entre os vivos, o do seu companheiro Adriano dos Santos Gil. Não conheci este último, mas vi em 1933, a sua casa, modesta moradia sertaneja do planalto do Bié. Ai refugilara, os seus velhos anos, na paz bucólica de uma aldeia de colonos brancos, o sertanejo famoso que acompanhou o comerciante e explorador Silva Porto nas viagens longínquas que profundaram por milhares de quilómetros a selva misteriosa, nos tempos em que a selva ainda conservava mistérios tão aterradores, como as furnas abissais do oceano.

Porque tem sempre mais sugestão e intensidade descrever-se o que se viu, falar-se do que por nós passou

(quando o facto relatado é pitoresco, raro, dramático, ou, de qualquer forma, inédito e curioso), direi algumas palavras desses dois sertanejos que encontrei na África Central, há meia dúzia de anos.

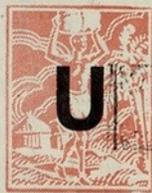
Falei primeiro com António Manuel Malheiro, na granja do Bié, onde ele então trabalhava como contratado na direcção dos serviços agrícolas.

Era um homem alto e magro, de arcabolo amplo e forte, cabelos inteiramente brancos, olhar inteligente, maneiras de natural correcção e simplicidade. Trajava fatos de cáqui, ao uso dos colonos da região, que uma gravata de cambrala branca sempre espelhante de brancura e goma, realçava de uma nota inesperada, quasi elegante.



ANTÓNIO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA PORTO

Dos empregados da granja era ele o único admitido à mesa do engenheiro-chefe. Conservava-se sempre calado, escutando, com muito interesse, quanto se dizia do Mundo e das gentes europeias.



M dia, curiosamente, perguntei-lhe dados da sua vida africana.

— Velho colono?

Respondeu-me vagamente, como se lhe não interessasse falar da sua pessoa, como se quisesse apagar-se mais.

Então inquiri quem ele era e do que fazia. Soube que possuía uma fazenda agrícola, a poucos quilómetros de Longada, onde tinha então um feitor. Cultivara viveiros de café e árvores de frutos europeus, pensando, com ilusões douradas que um dia exportaria esses frutos para as ricas cidades do Congo Belga, servindo-se do caminho de ferro. Mas a crise económica que devastara depois o Congo Belga, queimara, também, as suas ilusões de agricultor. Os frutos apodreciam nas árvores, sem que ele achasse mercados consumidores de fácil acesso e onde o preço lhe desse compensação.

E disseram-me depois:

— Aqui onde o vê, é de fibra riça; foi um sertanejo.

António Manuel Malheiro aportou a Angola, nos últimos anos do século findo, e nela consumiu a vida e o dinheiro. Nasceu em Murça, de uma família nobre e rica, e tinha vinte anos quando resolveu emigrar.

Levou para Angola, muito dinheiro herdado em Portugal, muita ilusão, muita esperança de trabalhar na construção portentosa de um novo império de sangue luso-africano — um outro Brasil mais fiel e filial. A pouco e pouco foi-se escoando o dinheiro, através das suas mãos liberais, e as ilusões enterrou-as na sua fazenda pomícola. Ficou pobre.

Mas, antes de se fixar na vida agrícola, António Manuel Malheiro enfrentou a aventura, dos sertões. Fez o comércio ambulante de sobado a sobado, calcuriando o sertão por caminhos obscuros, entre as trações da Natureza e as dos homens. Foi guia de expedições militares, nos tempos terríveis da ocupação, quando cada dia de marcha se pagava com sofrimentos de fome e sede, às vezes de vidas humanas. Foi condutor geral de carros boers, dirigindo e velando os combos de carros que, atrelados a *spanas* de 20 bois cada um, acompanhados por dezenas de indígenas, multidão bárbara e insubmissa, caprichosa e espantadiza, nos homens e nos animais, iam pelas imensas extensões do Sul de Angola abastecer de material de guerra e mantimentos de boca os postos, os fortins, os corpos de exercito, que fizeram a ocupação e conquista das demarcadas regiões dos cuamatas e cuanhamas, das terras longínquas do Cubango e do Cunene. Enfrentou a selva sem temor, dominou-a e possui-a — e amou-a, finalmente, de amor.



QUANDO a vida de aventureiro acabou em Angola, quando a estrada, o automóvel, o caminho de ferro, desbancaram o comércio sertanejo, António Manuel Malheiro refugiou-se na vida agrícola, vida de pequeno agricultor, atormentada e pobre. Quando eu o via, silencioso e altivo, no seu afã de agricultor, lembrava-me das velhas pedras dos castelos abandonados, derruídos em refregas heróicas, mas tão firmes nos paredões erguidos, mas tão nobres na velhice e na desgraça.

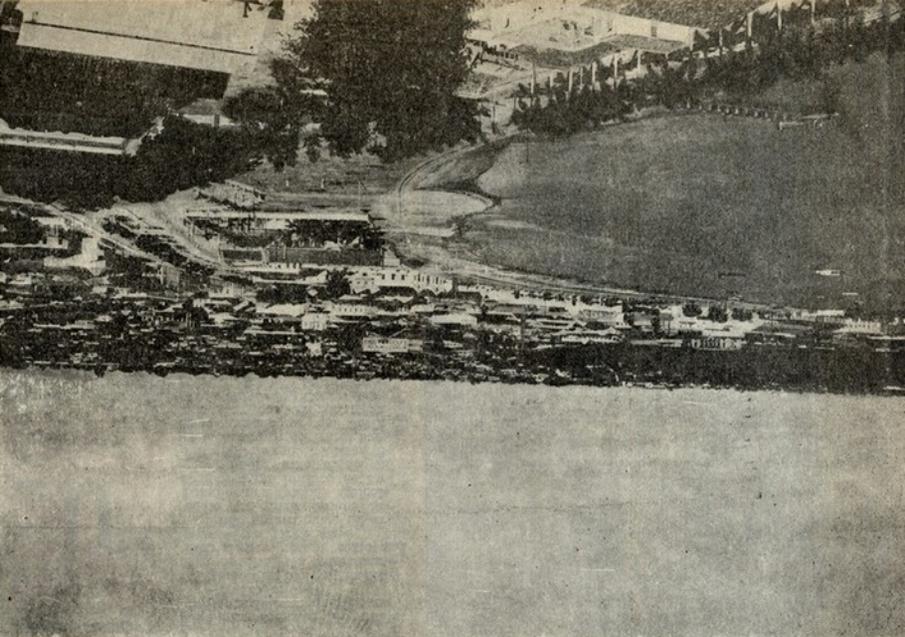
Vaz da Mota, o outro sertanejo que conheci, estava ainda em pleno vigor e denodo para novas e dilatadas empresas. Ouvi da sua boca incríveis travessias do sertão, vencendo todas as oposições dos homens e da Natureza, que atingiram essas lonjuras majestosas onde se oculta o lago Dilolo, na época em que as fronteiras africanas se traçavam, na Europa, com vagos riscos sobre incertos mapas e só os portugueses percorriam as terras representadas por esses traços.

Estive no seu acampamento, situado num velho povoado vizinho de Vila Luso, mais de mil quilómetros afastado do Atlântico.

Vaz da Mota chegou a Angola há quarenta e tantos anos, e começou a sua vida de colono com uma locanda



ANGOLA — Ponta-Prado, na foz do Zaire (Congo)



SOBERANO ASPECTO DO PORTO E CIDADE DE LIANA

Fazia-se assim negócio pelo sertão há ainda poucos annos nunca mais voltavam. E a colheita, tão longa era a demora. Muitas caravanas e apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português. S vezes, eram forçados a demora, e apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Os brancos viajavam de maca, ou montado, e o marfim, cera, borracha, etc., que compravam. E a colheita, tão longa era a demora. Muitas caravanas e apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.



S'F'S serenos andinhos, grande somatório andino dos valores da região, realizavam a sua aventura comercial e cumpriam, a par, um prestígio nacional. Por isso, apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

As vezes, eram forçados a demora, e apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Os brancos viajavam de maca, ou montado, e o marfim, cera, borracha, etc., que compravam. E a colheita, tão longa era a demora. Muitas caravanas e apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.



Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.



Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.



Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.



ANGOLA — Vista da cascata da Hillu

In this article Donna Maria Archer describes the work of the traders who were the first to penetrate into the interior of Angola, making their way across long distances from coast to coast.

Madame Maria Archer évoque dans cet article les négociants de la brousse qui ont pénétré avant toute autre personne dans la brousse d'Angola et ont fait de longues traversées entre la côte occidentale et la côte orientale.

MARIA ARCHER

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.

Quando Linações fez as suas famosas expedições apanhavam para a sua conta. O negociante dispunha muita de terra e mil outros ramos. zinhos, quezites com a gente. Entretanto, recebiam muitas fortificações, no acampamento, consentia que a caravana se retirasse de elatantes. O soba esperavam a chegada dos caravaneiros, ou porque a terra, havia prometido ao português.



UM HERÓI DE AFRICA MOUSINHO DE ALBUQUERQUE



U. que não conheci Mousinho de Albuquerque quando ouço falar d'êste herói, tenho sempre a nítida e profunda impressão de vê-lo, na minha frente, hierático sobre o cavalo, com a espada desembainhada — com uma espada em que está Portugal — dominando a intrincada paisagem africana e submetendo os indígenas traídores ou sediciosos.

Mousinho encheu a minha mocidade, foi mesmo o grande herói vivo, na minha mocidade. Todos os outros que me foram apresentados através da História, careciam de calor real e de presença humana. Mousinho, pelo contrário, tinha realidade objectiva. Era do nosso tempo e, com os seus rasgos de bravura, escaldava as imaginações. Era além disso, o exemplo, o modelo das mais altas e nobres virtudes do século XIX. Quando a vida militar, sem a abandonar procurando elevar o espírito às altas regiões da cultura. E, assim andou, até 1882, nas Faculdades de Matemática e Filosofia, mas, apanhado por doença impiedosa, teve que desistir. No entanto, desta curta passagem por esses estabelecimentos de ensino superior, colheu elementos de sabedoria que, mais tarde, lhe foram muito úteis.

Militar por vocação e paixão, Mousinho deu-se por inteiro à carreira das armas. Em 1834, subiu a tenente, com o aplauso dos superiores e a admiração dos camaradas. Contava, então, vinte e nove anos; e, da vida, como da profissão que abraçou, firmára-se já na certeza de que a actividade constante é a expressão mais lógica de existir. Quatro anos depois, chegou à Índia, para exercer o cargo de fiscal do caminho de ferro de Mormugão. E nessas arduas paragens, êle procedeu com tão elevado sentido administrativo, que, dois anos volvidos sobre a sua chegada, já desempenhava as funções de secretário geral do Governo.

Foi na Índia, sem dúvida nenhuma, que Mousinho de Albuquerque mostrou as suas grandes qualidades de militar devotado à colonização. Porém, foi em Africa, nas três vezes que lá esteve, que desdobrou essas aptidões, enchendo o seu tempo e surpreendendo os seus contemporâneos.

Mousinho esteve em Africa pela primeira vez, em 1862, ou seja pouco depois do ultimatum, a ocupar o cargo de governador distrital de Lourenço Marques, e, com seus olhos de lince, facilmente se apercebeu do terrível perigo que o império vátua e o maninho Gungunhana constituíam para a soberania portuguesa. Por isso, desde a chegada, tomou fortes e energicas medidas para esmagar tal ameaça, mandando aprehender, por exemplo, o nãvo Comandante de Camarões, as mil espinheiras e os cinquent mil cartuchos, presente de Cecil Rhodes para esse potentado negro.

Inexplicavelmente demittido destas funções, Mousinho regressou à Pátria, com as divisas de capitão. O lustre militar que êle era afirmou-se, ainda mais, em 1864, nos regimentos de Cavalaria 8 e 4. Por seus méritos, e muitos já êles eram nessa altura, assumiu o comando de Lancelos 1 em Elvas.

Em 1865, reapareceu em Africa, à testa de um forte esquadrão. Vejamos a sua figura, segundo as palavras com que Eduardo Noronha o retratou: «Era um homem alto, sêco de carnes, de movimentos vivos e nervosos. Inclivava a cabeça um pouco para a frente quando conversava. Sulcava-lhe o rosto várias cicatrizes, sendo a mais acentuada a que lhe arrepanhava um tanto um dos olhos. Era de porte alto, de gesto entre brusco e sobranceiro. Ensombrava-lhe a fisionomia, de quando em quando, como uma onda de melancolia, cortada a miúdo por um reflexo de sonho intangível. O olhar tornava-se por vezes duro, penetrante, como a perscrutar a alma do interlocutor. Em certos momentos, despedia cintilanças de aço, incendiava-se numa labareda de energia sobre-humana e enterrava-se em quem o fitava, ora para o imobilizar de pavor, ora para o atrair a si numa infinita dedicação. Entretanto, quando a commissa dos lábios se enrugava num sorriso raro, o semblante, de uma austeridade de estátua

grega, aureolava-se de uma inefável expressão de caridosa doçura.»

Mas, desta segunda vez, Mousinho demorou-se em Moçambique o suficiente para executar a grande missão que o Destino, através da Pátria, lhe confiara. Êle sabia, como poucos, que a fúria dos apetites e o vento das calúnias sopravam furiosamente sobre a nossa acção colonizadora. Eram dezenas os embicados da nossa terra moçambicana; e eram centenas, se não milhares, os calculadores que, por todo o preço, serviam essas vesgas e obstinadas ambições. Gungunhana, segundo a voz da mais hipócrita das propagandas, era apresentado como inimigo invencível dos portugueses. Animado e auxiliado por mercadejadores de tóda a ordem, o vátua prosseguia nas suas fanfarrónicas investidas. E o seu poder subia, subia sempre, pois os negros consideravam-no um deus e até os brancos, por seu turno, o temiam. Em 14 de Outubro de 1894 e 7 de Janeiro de 1895, Lourenço Marques soffera já dois trágicos assaltos. Aviltante desprestígio tombou e cresceu sobre a nossa soberania. Gonçalves Viana diz a este respeito: «Os negros gabavam-se de que embora Lourenço Marques fôsse, oficialmente, essa obra dêles, acrescentando, com desprezo, que «os brancos eram mulheres e que êlá não sabiam matar pretos!».

O dinheiro dos ambiciosos estrangeiros aguçava as unhas do Gungunhana. Acordada, ou melhor, estremunhada com o que se passava em Moçambique, a Metrópole tomou apressadas precauções, nomeado Comissário Régio dessa provincia António Enes. Os nossos officiaes, em Africa, sabiam que o grande vátua era uma ameaça, suspensa, sobre os nossos interesses. Um, de entre êles, sabia que a vida dêste negro continuaria a ser a morte de muitos dos nossos e, mais, sabia que ella nos poderia furisar, para sempre, irrevogavelmente, essa nossa rica colonia ultramarina. Chamava-se Mousinho de Albuquerque esse officio. E, desde que pisara a Africa pela segunda vez, a si próprio tinha jurado exterminar tão perigoso adversário.

Nos primeiros dias de Novembro de 1895, sob ordens do conselheiro António Enes, uma expedição dos nossos foi lançada em perseguição do imperador de Gaza. Trabalhos, cansaças e sacrificios tombaram sobre os ombros dos portugueses, dêstes verdadeiros portugueses. Gungunhana, sentindo-se perseguido, procurou ganhar tempo, para vir ao ataque quando muito bem lhe aproveusesse. De nada lhe valeram tais ardis. Cansados e esmagados pelo Sol e pela caminhada, os nossos aproximaram-se de Manjacaze — a cidade de palácios de palha — a cidade do imperador. A nossa artilharia entrou em acção e a grande sanzala foi destruída. Mas, era tarde... Gungunhana havia conseguido escapar... E, de cima do seu cavallo, à frente dos seus cavalleiros, ao vêr, ao longe, o negro fugitivo, Mousinho pediu, apressadamente, licença para o perseguir. Foi-lhe negada esta autorizaçã. Porém, o bravo officio destinado a prender o vátua, teria, muito em breve, êsse almejado prazer!

Mousinho depois de Manjacaze, foi nomeado, em 10 de Dezembro governador de Gaza. Desde que tomou conta dêste cargo, pôde dizer-se que não dormiu... O seu pensamento fixo, o seu pensamento de todos os minutos, era prender o Leão de Gaza, cujas arimhanas, ao longe, continuavam a ser perigosas.

No dia 25 de Dezembro, Mousinho e os seus — um punhado de brancos, com muitos pretos — puseram-se a caminho. O maninho imperador negro tinha os dias da sua realza contados. Foram três dias infernaes, três dias em que os homens lutaram contra tóda a espécie do adversidade. Passado êste tempo, Chalmite estava diante de Mousinho e dos seus soldados. Então, tudo se passou rapidamente, como num sonho: O bravo officio, desafiando todos os perigos, arrancou para a porta da palhota do Gungunhana — e, alto, chamou-o, ordenou-lhe que apparecesse.

O Leão de Gaza, acompanhado do filho, de alguns régulos seus tributarios, entrou em Lourenço Marques, nos primeiros dias de Janeiro. O Leão de Gaza estava finalmente preso e vencido. E, pela decisão enérgica de um dos seus filhos mais queridos, Portugal retomou a certeza da sua existência e do seu destino.

O militar Mousinho de Albuquerque, depois da prisão do Gungunhana, foi acompanhado pelo Mousinho administrador. Promovido a major, por distincção, e nomeado governador geral da provincia de Moçambique, em Março de 1896, o herói de Chalmite iniciou, imediatamente, uma série de obras renovadoras importantes. Concededor directo, e a fundo, das necessidades da provincia, ninguém em boa verdade, dava melhores garantias para desempenhar êsse alto cargo. E, respeitado por brancos e negros, a sua voz era a própria voz da Pátria nas plagas africanas.

Em 1897, a 14 de Dezembro, Mousinho veio a Lisboa e não só a capital, mas o País todo recebeu-o triunfalmente. Nada mais justo. Ainda hoje, há muita gente que recorda a atmosfera apotéutica que cercou o herói tanto na célebre sessão da Sociedade de Geografia, como na sua viagem ao Norte do País, Portugal, em festa, louvou e rezou o nome de Mousinho. Correu, depois, algumas nações da Europa, onde o

cumularam de homenagens. Foi êle, nessa altura, por todos os motivos, o nosso melhor diplomata.

No ano seguinte, em 22 de Abril, Mousinho partiu de novo para Lourenço Marques. Moçambique, confiante na acção do governador, esperava-o com todas as firmes esperanças. O herói, por seu turno, tinha pressa, também de chegar. Em Lisboa, depois de tê-lo ouvido, o Governo havia prometido dar-lhe todas as facilidades para bem desempenhar a sua missão. Mousinho, retomando o seu posto, verificou, porém, que o fludiam, que lhe limitavam os gestos. Por fim, desgostoso, demittiu-se. Portugal perdeu, nesse momento, o seu melhor colonialista e Moçambique ficou sem o seu melhor, mais sabedor e mais dedicado governador.

Moçambique chorou, durante muito tempo, a falta de Mousinho. Tinha razão para isso, como se conclui das seguintes considerações de Gonçalves Viana: «Para se avaliarem os resultados maravilhosos da administração de Mousinho, basta dizer que, antes dêle, a colonia vivia em permanente regime deficitário. Desde 1891 a 1896, não se cobravam algumas contribuições no distrito de Lourenço Marques, tanto tanto acontecendo, sabidamente, na provincia. O seu governo, em nenhum dêles existiam matrizes! O imposto de palhota rendia, antes de Mousinho, 90 contos, e passou logo a render 671 contos. O total dos impostos, que eram orçados em 680 contos, passou — só pelo facto de haver ordem na administração — para 1.361 contos! Mas há mais: a situação monetária era caótica: ao lado da moeda portuguesa, tinham curso moedas variadissimas, desde a rupia ao péso mexicano! Isto — é claro — dava origem a graves confusões e a grandes... negociações! Mousinho pôs termo a semelhante estado de coisas, estabelecendo o curso legal, único, da moeda de prata portuguesa.»

Quando visito o Museu Militar, o que succede frequentemente, fico-me largos minutos, em adoração, diante da espada de Mousinho de Albuquerque. Visio, então, pelo que tenho idôo os seus últimos anos em Africa, submetendo definitivamente os derradeiros vátua sediciosos e, depois, administrando, pôde dizer-se, sabidamente, a provincia. O seu governo, foi exemplar, como disse Aires de Ornelas: «Pensam muitos que Mousinho passou o seu governo à cutilada aos pretos. Êle mesmo o disse: é um engano. O seu governo foi a luta da verdade com o êrro as cutiladas foram assentes nas convicções, nas ficções, no êrro de falsidades com o que o País pretende iludir-se a si próprio.»

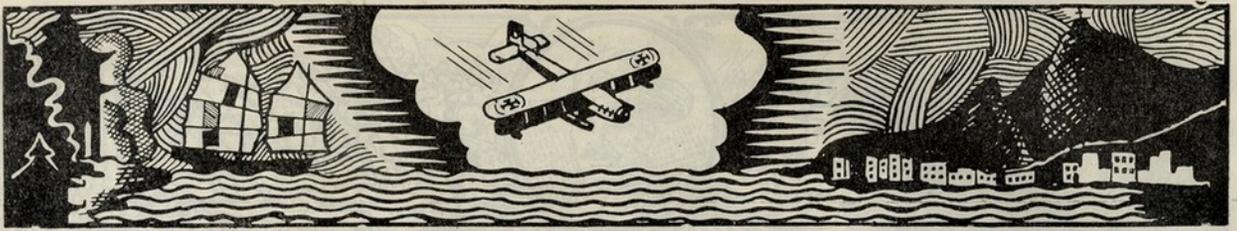
Os maus portugueses quiseram desgostá-lo, no governo de Moçambique — e conseguiram-no. Regressado à Metrópole Mousinho foi nomeado aio dos príncipes. Mas, as baixas calúnias não deixaram mais de perseguir-lo. A Pátria, esquecida de tudo quanto lhe devia, dava, levemente ouvidos aos caluniadores. Os maus portugueses perseguiram, na sombra, o melhor português do seu tempo. Isto o levou, desiludido ao máximo, a suicidar-se, em 8 de Janeiro de 1902, dentro de um trem, na estrada de Benfica.

Ohando essa esvaziã, eu vejo, porém, Mousinho de Albuquerque. Cês morrem, a-final, os mediores e os que não realizam uma obra. A obra de Mousinho, no que representa a unidade indissolúvel, continua viva e de pé. E, por conseguinte, para os que acreditam na união e grandeza do Império Mousinho está vivo e continua ao nosso lado.

QUEDES DE AMORIM

Dans cette patrie de héros le nom de Mousinho de Albuquerque est justement placé parmi les premiers. Étant né militaire, il a compris et vécu la carrière des armes avec bravoure et avec beauté. Il a fait un séjour dans l'Inde où sa culture coloniale a commencé à s'affirmer, puis, transféré à Lourenço Marques, il y a fourni de maintes preuves de son héroïsme. Son écrit de l'arrestation de Gungunhana, le célèbre Lion de Gaza, a passionné le Portugal et étonné le monde entier. Mousinho a également été un grand administrateur, son action comme gouverneur de la province de Moçambique ne pouvait jamais être oubliée. Il a aimé sa Patrie et a toujours bravé le danger. Il a été précepteur de princes et maître dans la dignité d'être portugais. Son nom est actuellement et très justement vénéralé dans tout l'Empire portugais.

In this country of heroes, the name of Mousinho de Albuquerque holds a foremost place. He was a born soldier and his career was a record of brilliant deeds of daring and bravery. It was in India that his colonial culture first left its mark. Afterwards, in Lourenço Marques he gave repeated proofs of great heroism. His crowning feat — the arrest of the native Chief Gungunhana, the famous Lion of Gaza — aroused the highest enthusiasm in Portugal and won renown for him throughout the world. Mousinho was also an able administrator, and his good work as Governor of Moçambique can never be forgotten. He loved his country and dispised danger. He was Officer-in-Waiting to Princes and a staunch supporter of Portuguese honour. His name is justly venerated throughout the Empire.



AS VIAGENS AÉREAS ÀS COLÓNIAS



NINGUEM ignora hoje o papel que a aviação representa na soberania de um grande império. Mas, há vinte anos — quando as maiores forças aéreas do mundo estavam ainda no princípio — já os portugueses tentavam ligar o Continente com os territórios insulares.

Foi, precisamente, às 10 horas do dia 18 de Outubro de 1920, que Brito Pais e Sarmiento Beires descolaram para a sua tentativa Lisboa-Madeira, num avião «Bregueta», de rodas, das Sobrevoaram o Funchal e, sete horas depois, o aparelho caiu no Oceano, por falta de gasolina, próximo de um navio inglês, que os salvou.

Dai por diante, não pararam as iniciativas, e muitas páginas brilhantes se escreveram para a História da Aeronáutica em Portugal.

Não são só a intrepidez e a perícia que ressaltam das nossas viagens aéreas às Colónias, como tantos julgam. Seria pouco — por muito que fosse! — consagrar apenas como bravos motoristas do Ar, os nossos aviadores militares e civis. O trabalho de gabinete, a preparação metódica dos planos; a tenacidade de organização; os conhecimentos técnicos e científicos; a perfeita consciência da missão a desempenhar, onde há, evidentemente, um pouco de aventura, mas também muita certeza de vitória — passam em geral despercebidos. Mas é a esse conjunto de qualidades dos seus servidores do Ar, que Portugal deve já uma linda galeria de triunfos!

Enumerá-los, é contribuir para revigorar o nosso orgulho de portugueses; e tarefa que se impõe num número dedicado às Colónias, nesta hora vibrante das Comemorações Centenárias.

Faremos, portanto, metódica referência a todas as viagens aéreas realizadas por aviadores portugueses ao longo deste Império em que continuam a pairar, serenas e vigilantes, as insígnias de Cristo — subidas das caravelas aos aviões.

As da Aviação Naval não são as mais numerosas, mas como a Marinha formou sempre à direita, damos-lhe o primeiro lugar.

Em 1921, às 10 h. e 5 m. do dia 22 de Março, largou do Bom Sucesso o hidroavião 4.018, pilotado pelo capitão-tenente Sacadura Cabral, levando a bordo o capitão de mar e guerra Gago Coutinho, o 2.º tenente Ortins de Bettencourt (hoje ministro da Marinha) e o mecânico Soubirau. O hidroavião amarrado na base do Funchal, cerca de oito horas depois, constituindo este voo a experiência definitiva, a alvorada de um grande sonho: — a mais brilhante viagem aérea dos portugueses — Lisboa-Rio de Janeiro.

Cinco anos depois, os 1.ºs tenentes Moreira de Campos e Neves Ferreira, tentaram o «raide» Lisboa-Madeira-Açores-Lisboa, mas a viagem decorreu com muitos acidentes, não tendo sido possível completá-la, apesar dos esforços valiosos dos dois aviadores. Partiram de Lisboa a 20 de Abril de 1926, em «Fokker» 25,

demonstraram sempre a excelente capacidade técnica dos nossos aviadores militares, navais e civis e serviram para apertar ainda mais os laços da unidade imperial

e deram a viagem por terminada próximo da ilha de Santa Maria, depois de uma avaria irreparável.

Só em 1935 é que a Aviação Naval voltou a realizar outra viagem — esta de ida e volta — à Madeira e Açores, com «Junker» tripulados pelos 1.ºs tenentes Aires de Sousa, Matoso, Sanches, Bernardino Nogueira, Ferreira da Silva e Namorado, cobrindo 8.000 km. sobre o mar. Fizram-se, durante a viagem, exercícios de estabelecimento de cortinas de fumo, reconhecimento e bombardeamento.

A Aviação Militar, à qual se devem, também, grandes triunfos, tem uma série mais longa de viagens imperiais.

De 7 de Abril a 20 de Junho de 1924, realizou-se a viagem Vila Nova de Milfontes-Lisboa-Macau, de Brito Pais, Sarmiento Beires e Manuel Gouveia, com o seguinte percurso: Lisboa, Oran, Tunis, Tripoli, Bengasi, Cairo, Bender, Abos, Calcutá, Rangoon, Hanoi e Macau, realizada até Johdipur, num «Bregueta», e daí por diante em «Haviland». A entrada em Macau fizeram-na os aviadores a bordo da «Pátria», em virtude de terem sido obrigados a aterrar próximo daquela cidade portuguesa, em Sacheru, a 26 de Junho.

Em Setembro desse mesmo ano, o tenente Emílio de Carvalho, acompanhado pelo sargento mecânico Américo Rodrigues, levou a efeito o «Circuito Norte de Angola», num «Caudron», tendo percorrido em 11 h. e 53 m. a distância de 1.390 kms. Mais tarde, ao procurar fazer o circuito Sul da província, o tenente Emílio de Carvalho sofreu um desastre mortal.

No ano seguinte, o capitão Pinheiro Correia, o tenente Sérgio da Silva e o mecânico Manuel António cobriram o trajecto de 4.060 km. Lisboa-Guiné, em 31 h. e 31 m. de voo, num avião «Bregueta», que seguiu o itinerário Lisboa, Casablanca, Agadir, Cabo Juby, Vila Cisneiros, S. Luiz, Dakar e Bolama.

Em 1930, o major Alfredo Sintra e o capitão Ave-lino de Andrade, num «Morane», realizam a «Travessia de África», partindo de Lourenço Marques e alcançando Luanda, por Inhambane, Beira, Quelimane, Tete, Salisbury, Broken, Hill, Elisabethville, Vila Teixeira de Sousa, Vila Luso, Huambo e Benguela.

Logo a seguir, de 1 a 19 de Novembro, os capitães Moreira Cardoso e Serpa Pimentel, em «Puss Moth», ligam Lisboa à Índia com «etapas» em Sevilha, Oran, Tunis, Tripoli, Benghasi, Abuts, Gaza, Bagdad, Jask, Karachi, Diu e Mormugão.

O tenente Humberto da Cruz e o piloto civil Carlos Bleck — dois nomes que se ligam a outras realizações — fazem a viagem Lisboa-Guiné-Angola-Lisboa — a bordo do avião «Jorge de Castilho», percorrendo 20.500 kms. em 22 dias.

Em 16 de Dezembro do mesmo ano, outro avião parte para a Guiné, desta vez a representar a nossa aviação na cerimónia inaugural do monumento aos aviadores italianos mortos na travessia do Atlântico Sul. Voltou a Lisboa, sempre pilotado pelo tenente Costa Macedo e pelo aviador civil Vicente Santo, 14 dias depois, com 7.470 kms. percorridos.

É curioso registar, em nota à margem, que no mesmo ano, dois tenentes da aeronáutica portuguesa realizaram voos à Guiné, acompanhados por pilotos civis.

O tenente Humberto da Cruz, agora acompanhado pelo sargento mecânico António Lobato — morto em desastre, mais tarde, na pista de Viseu — realiza, em 1934 a maior viagem aérea levada a cabo por portugueses, sob o patrocínio do *Secuto*, conquistando a medalha de campeão aeronáutico da Liga Internacional dos Aviadores e despertando em todo o País um entusiasmo invulgar. Partiram da Amadora num simples monomotor «Leopard-Moth», a 25 de Outubro, para Timor, Macau e Índia, tendo regressado a Lisboa em 21 de Dezembro, após um cruzeiro de 42.670 kms., coberto em 2.682 h. e 10 m. de voo.

O «Cruzeiro Aéreo às Colónias», que partiu de Lisboa em 14 de Dezembro de 1935, sob o comando do coronel Cifka Duarte, era composto por três patrulhas militares, de que faziam parte o então tenente-coronel Ribeiro da Fonseca, majores Pinheiro Correia, Pinto da Cunha, capitães Viegas, Amado da Cunha, Cardoso, Baltasar, Tártaro, Pimenta, tenentes Humberto da Cruz e Manuel Gouveia — e os mecânicos Deniz, Pedro, Gomes, Anibal, Abilio, Santos, Ramos e Simões.

Depois de uma longa viagem Lisboa-Guiné, através do Senegal e Sudão, até ao lago Tchad, daí até Leopoldville, Luanda, Elisabethville, Tete, Beira e Lourenço Marques, o cruzeiro chegou à capital de Moçambique em 29 de Janeiro de 1936. Terminar assim, sem perdas pessoais, o grande cruzeiro aeronáutico às Colónias — o maior voo de formação realizado em terras do Império!

No ano seguinte, o major Pinto da Cunha, a pedido do diplomata dr. Ferreira da Fonseca, que não tinha outro meio de se avistar a tempo com Mr. Pirow, ministro da União Sul Africana, realizou a viagem «Lourenço Marques-Luanda e volta», cobrindo 8.000 kms. em 24 horas de voo.

Em 1938, o tenente Costa Macedo parte de Dessau (Alemanha) e percorre 12.000 kms. para entrar em Moçambique o «Junker» adquirido pelo governo da colónia.

No mesmo ano, o capitão Baltasar, transportando o sr. Ministro das Colónias, realizou o voo Luanda-Nova Lisboa e volta, quasi a seguir à realização de um voo à Ponta Negra, onde levava um decreto do plano do fomento de Angola que tinha de ser submetido à assinatura do sr. Presidente da República, então em viagem por aquela província ultramarina.

No ano seguinte, o major Sérgio da Silva, ao ser nomeado director dos Serviços Aéreos da Guiné, quis despedir-se da sua vida activa de piloto aviador, servindo-se da via aérea e repetindo exactamente o mesmo percurso da sua viagem à colónia em 1925.

Não se pense, todavia, que aos aviadores civis não cabe qualquer iniciativa de voo colonial.

Em 1927, de 10 a 22 de Fevereiro, já Carlos Bleck tentara um voo Lisboa-Índia, sendo forçado a desistir por avaria, cerca de Gaza. Mesmo assim percorreu mais de metade do percurso, totalizando, em 39 h. e 30 m. — 7.300 kms.

De 1 de Abril a 14 de Maio de 1933, realizou-se ainda, com várias demoras, a viagem Lourenço Marques-Lisboa, pelos pilotos civis Torre do Vale e Amadeu de Araujo.

Evidentemente, os portugueses tomaram parte em muitas outras viagens — mas nós só referenciamos as que se podem considerar exclusivamente imperiais. Também se não fez referência à Aviação Colonial propriamente dita, que de há uns anos a esta parte está a ser organizada em condições de satisfazer as exigências das províncias ultramarinas — porque isso não caberia na indole deste artigo. Nem se descreve também o grande número de aparelhos civis e o extraordinário entusiasmo dos Aero-Clubes de Angola e de Moçambique.

Preferimos apenas destacar, os navegadores aéreos portugueses que levaram a cruz de Cristo pelos céus do nosso Império!

H. DE M.

Sacadura Cabral e Gago Coutinho na carlinga do aparelho com que ligaram o «raide» Lisboa-Rio de Janeiro, a maior proeza da Aviação Nacional



On décrit dans cet article tous les voyages aériens aux différentes provinces de l'Empire d'outre-mer, effectués par des aviateurs militaires, navals et civils portugais depuis 1920 jusqu'à présent, en soulignant quelques faits d'un grand prestige international totalisant plusieurs milliers de kilomètres.

In this article the description is given of all the voyages made by military-naval and civil Portuguese aviators to the different overseas provinces of the Empire, since 1920 until the present day, especially noting some achievements of high international prestige, which cover many thousands kilometres.



OS PORTUGUESES NO BRASIL



DESCOBERTA portuguesa, o Brasil é em grande parte, e até certa altura, foi exclusivamente obra dos portugueses. Uma escuadra portuguesa, comandada por um almirante português e tripulada só por marinheiros de Portugal, descobre essa «quarta parte nova», que os chamam Cambés. Já nos «lusiadas» o seu primitivo nome aparece: «De Santa Cruz o nome lhe poreis». Descoberta, a de Pedro Álvares, talvez apenas oficial, por ser já, essa porção do Novo Mundo, conhecida dos portugueses; mas, de qualquer modo, descoberta portuguesa. Redige o registro do seu nascimento, para a vida histórica o escrivão da armada Pero Vaz de Caminha, que era um bom escritor português de Quinhentos; entusiasta nos louvores, mas exacto na observação. Ao rei venturoso dá parte da nova fortuna conquistada ao Inho para a sua coroa: «Esta terra, senhor, é em toda praia praiha chan e mui fermosa... Em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar dar-se-á n'ella tudo». E a verdade é que bem a aproveitaram os portugueses.

Já em data anterior a 1567 na sua obra «Tratado descritivo do Brasil», Gabriel Soares de Sousa diz: «... Está capaz para se edificar nele um grande império». E quem o dizia como autêntico português dessa época, não se limitava a escrever, mas contribuía com o seu esforço para a edificação desse império, morrendo no sertão quando por ele se internava em busca de uma mina. Era a ambição que o guava, mas só com ambição se edificam impérios. Esquecem-no aqueles que falam da cobiça dos portugueses. Sem a sede do ouro, o Brasil não teria tido tão cedo a sua expansão geográfica, com a qual conquistou quasi desde o início da sua existência como região conhecida, as fronteiras que tem hoje. Gabriel Soares aparece-nos assim como um modelo de «bandeirantes» — aqueles homens que desenharam no sólo da América do Sul, com as suas pégalas, o mapa do imenso Brasil. Ambicioso, mas cristão, paradigma dos portugueses do século XVI, Gabriel Soares quis sobre a sua sepultura este simples epitáfio: «Aqui jaz um pecador». Com homens assim se formaria o Brasil.

Mas vejamos outro exemplo, ainda maior, do que eram os portugueses que lançaram os alicerces do Brasil: o primeiro governador, Tomé de Sousa. A sua chegada à Terra de Santa Cruz em 1549 representa, como diz o historiador Paulo Prado, «a primeira tentativa para estabelecer a unidade nacional». De facto: «Pela primeira vez aparecia no imenso território de esparsos elementos de povoação, uma força administrativa centralizadora dominando os abusos dos donatários e de seus locotenentes-ouvidores, dispersos e ineficazes na anarquia individualista dos tempos mais próximos da descoberta». O pensamento unitário, que era, e ainda hoje se mantém, uma das características fundamentais da política e da psicologia dos portugueses travava, pela presença de um governador geral na Colónia, o rumo certo da futura nação brasileira. Mas quem era e como era o irmão de Sousa? Eis como a ele se refere o citado historiador:

«A escolha do governador tinha sido das mais acertadas. A sua passagem pela África, num período de guerrilhas contra os mouros a sua estadia na Ásia, envolvido no «uma da administração indica, davam-lhe um admirável conhecimento dos homens, das coisas e dos factos da vida colonial. Nessa escola de imoralidade que fora a Índia, a sudez e a ponderação do seu carácter tinham-no protegido contra as delicias e os desmandos da corrupção asiática. Um humorismo brusco, a portuguesa, feito de mil experiências, temperava a rispidez inteirga do seu quinhentismo. Conhecedor do primitivo elemento povoador da colónia, em que predominava o enxuro das cidades e cadeias metropolitanas, Tomé de Sousa guiava-se na direcção dos negócios públicos pelo cepticismo desconfiado da sua raça e da sua época. «Todo homem é fraco e ladrão», dizia, acrescentando, porém, que no exercício do poder absoluto

que lhe fora confiado, «nunca fizera das tripas coração mas muitas vezes do coração tripas».

Quisemos transcrever integralmente esse retrato de um grande português de Quinhentos, mas não podemos deixar de notar o pessimismo do historiador sobre a origem do «primitivo elemento povoador da colónia». Anos antes Martin Afonso de Sousa fundara a primeira povoação brasileira: S. Vicente. Quando aportou a essas paragens com as suas naus e a sua caravela, encontrou-as habitadas por «degradados e desertores», segundo o historiador João Ribeiro. Paulo Prado explica a existência no litoral brasileiro, de enclaves esparsos de população europeia, considerando-os «remanescentes de naufrágios ou das viagens anteriores, conhecidas ou anónimas».

A vida de João Ramalho esse extraordinário representante da capacidade colonizadora do povo português, não prova que fossem de má qualidade esses primeiros povoadores. Mas, seja como for, com Martin Afonso chegam a S. Vicente mais de vinte fidalgos, e se com eles vêm homens da plebe, tão pobres, no dizer de um cronista, que trazem nas costas tudo o que possuem — como o recorda Oliveira Viana — essa origem plebeia e essa pobreza não demonstram falta de virtudes. Esses homens, vemo-los nós como precusores daqueles emigrantes que aos milhares acriaram ao Brasil nos tempos da febre amarela quando os italianos e outros estrangeiros ainda não procuravam nesse país a fortuna; daqueles humildes obreiros da prosperidade da grande nação sul-americana; daqueles que, ainda hoje tanto contribuem com o seu trabalho e as suas qualidades morais, para a vida económica e social dessa grande realidade, e ainda maior promessa, que é o Brasil.

Mas nós prossigamos sem frisar que, antes de mais nada, o Brasil nos deve a sua unidade, pois, como diz um grande poeta de hoje, Mário de Andrade:

«A Espanha estilhou-se numa poeira de nações americanas Mas sobre o tronco sonoro da língua do fio Portugal reuniu 22 orquídeas desiguais».

Essas «22 orquídeas desiguais» são os 22 Estados do Brasil perfeitamente unidos apesar das dissemelhanças de clima, de economia e de progresso, constituindo, no meio da América espanhola, uma comunidade de língua portuguesa, com um sentimento comum e a consciência de fazer parte de um todo aquilo a que precisamente se chama uma nacionalidade. Por isso, o poeta pôde acrescentar:

«Nós somos na Terra o grande milagre do amor».



outra grande qualidade do português, depois do espírito unitário, é, sem dúvida, a capacidade de adaptação, que faz dele o colonizador por excelência. Quando o jovem mestre da história social do Brasil, Gilberto Freyre, diz que ainda no século XVI, ao começar a levantar a «casagrande de engenho», o português tornou-se luso-brasileiro: o fundador de uma nova ordem económica e social; o criador de um novo tipo de habitação; depois de ter notado que «essa casa — grossas paredes de taipa ou de pedra e telha coberta de palha ou de telha vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de protecção contra o Sol forte e as chivas tropicais — não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao novo ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português; sua actividade agrícola e sedentária, nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata; quando Gilberto Freyre diz isso, faz o maior elogio às qualidades colonizadoras do luso. Já o dissemos numa «Mensagem à Nação Brasileira», lida na Academia Brasileira de Letras: «a honra de Portugal é ter dado origem a uma grande nação com

alma própria no seio da América em vez de repetir aqui um país europeu. O Brasil honra um mestre? Criar imitadores ou tornar possível o desenvolvimento pessoal dos discípulos de maneira que eles se emancipem e, mesmo divergindo, projectem o seu pensamento noutras regiões? Por ter tido um bom mestre é que o Brasil é diferente. O que o separa de Portugal, aquilo em que diverge do país que lhe deu vida, foi ainda, de início, obra dos portugueses.

E no fundo, bastante inútil esta tentativa de balanço do que o Brasil deve aos portugueses. Seria muito mais simples apontar o que deve a outros elementos. Ao aborigine pouco mais deve, além de certa contribuição folclórica, que o ter servido de pretexto para um mito literário nacional. O índio — julgamos tê-lo provido na nossa recente «História Breve da Literatura Brasileira» — é de todos os temas literários do Brasil, o mais alheio à sua vida social. Porque fugiu diante do invasor e se isolou nas florestas, ou porque, sendo pouco numeroso se dissolveu nas veias do «mameluco», o índio não desempenha qualquer papel na vida brasileira. O «bom herói brasileiro de sangue americano que se pode individualizar na história do Brasil talvez tenha sido Camarão, companheiro do negro Henriques Dias e do branco Vidal de Negreiros, na luta pela reconquista de Pernambuco aos holandeses, entre 1630 e 1649. Nessa aliança de três raças contra o estrangeiro, os índios, aliás, melhor prova da capacidade colonizadora dos portugueses.

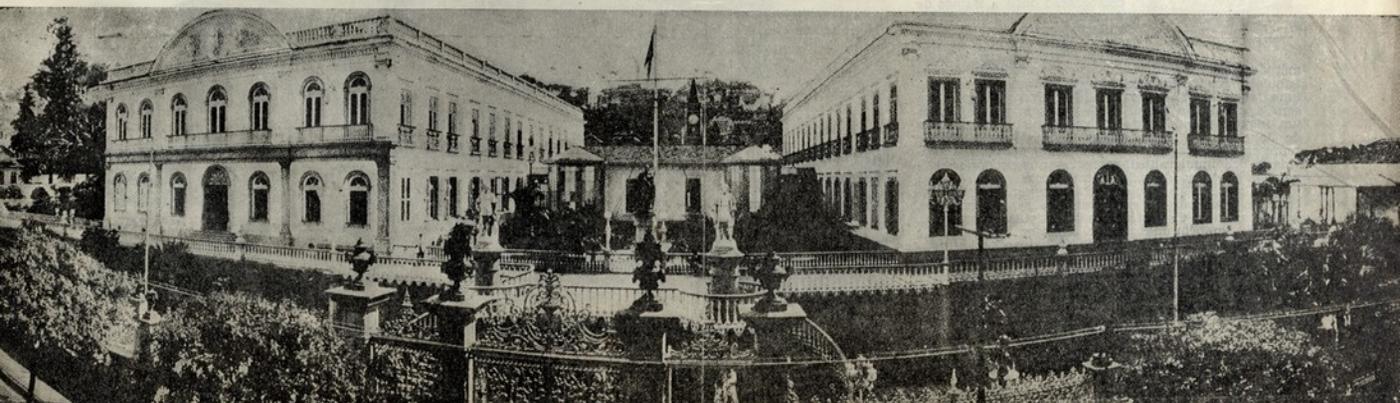
Depois do século XVII, o índio só teria existência, para o Mundo civilizado, nos poemas épicos: «Uruguay» e «Caramuru», ou nos cânticos de Gonçalves Dias e nos romances de José de Alencar. Tão grande — confessemos — é a vitalidade desse mito, que ainda no nosso tempo foi possível tentar a sua ressurreição. Foi o que fez Plínio Salgado, no romance-poema «A Voz do Oeste». A-pesar do grande poder verbal de que dispõe esse escritor, a-pesar dos seus dotes excepcionais de criador de mitos (pois que os seus anteriores romances, não obstante terem por tema a actualidade brasileira, velem principalmente, pela transfiguração mítica da realidade), uma coisa ele não pôde fazer: dar ao índio um valor social.

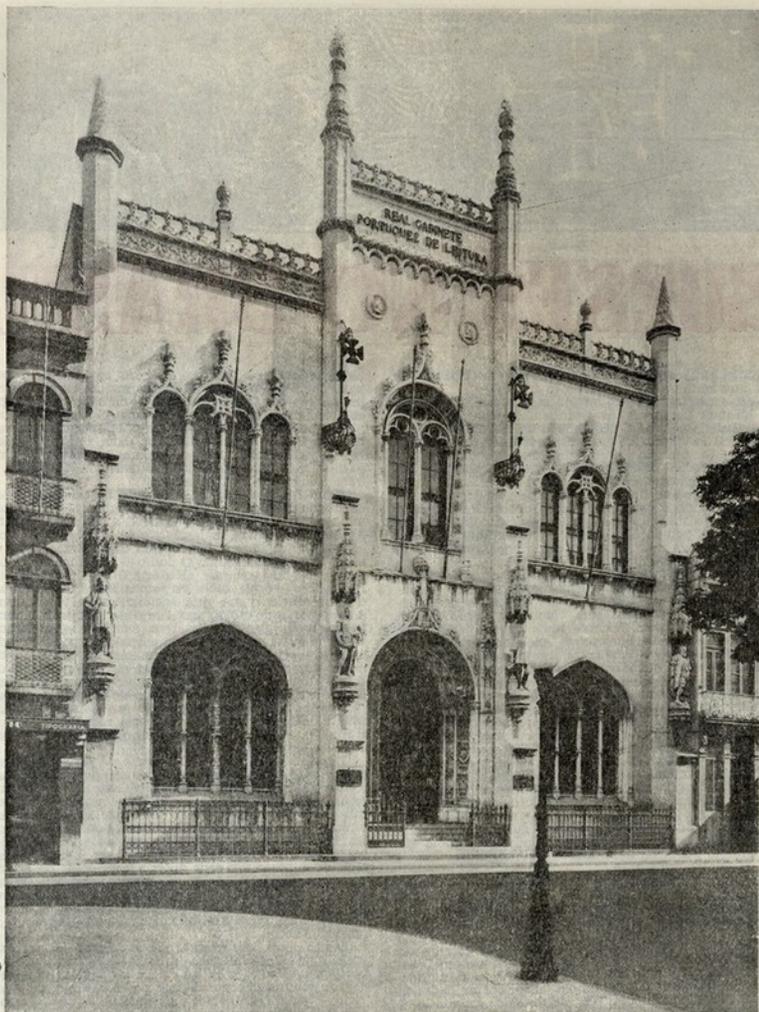
Muito mais importante que a do índio é a contribuição do afro-brasileiro, mas este é ainda obra do português. Fomos nós que para o Brasil levámos o negro; que, mesmo em regime de escravidão, pelo convívio e pelo cruzamento permitimos o seu acesso à vida civilizada tornando possível a integração dos seus descendentes na sociedade brasileira. Os modernos estudos brasileiros de história social e de africanologia reconhecem o lugar que o elemento negro tem ocupado, de facto, na vida social do Brasil. E aquilo que constituiu uma razão de queixa dos brasileiros contra nós — a introdução do africano — tornou-se, praticamente, num motivo de elogio ao colonizador português. Na verdade, no contrário do anglo-saxónico (que segregou o negro da vida social do homem branco, criando uma nação de cor no seio da América do Norte), o português tornou possível a fusão das raças no Brasil, e para maior riqueza psicológica (poética, musical e emotiva, por exemplo), da nação brasileira, forneceu-lhe mais esse elemento.

A não ser algum raro idólatra do homem dolo-louro que leia ainda pela cartilha de Loupou; algum supersticioso defensor da arianização, porventura mestiço envergonhado, ninguém hoje no Brasil despreza o negro. Toda a gente sabe que o maior de todos os brasileiros pelo espírito; o mais talvez, universalizável dos escritores do Brasil: Machado de Assis, era mulato. E na obra ou na vida desse escritor incomparável, vemos ainda reflectir-se a acção dos portugueses: primeiro, pela cultura; segundo pelo amor da sua admirável companheira, a portuguesa Carolina, irmã do poeta Faustino Xavier de Novais, satélite de José Feliciano de Castilho. Digamos de passagem que, embora desenhado ao que parece, a convite do próprio imperador D. Pedro II, o papel de José Feliciano não foi nada simpático pois consistiu em combater a influência de um grande escritor brasileiro, bem nacional pela vontade: José de Alencar.

A esse infeliz actor da vida literária do Brasil queremos opor um exemplo de colaboração. Não nos referimos àquele que, sendo português de nascimento, de condição, de cultura e de espírito, se viu envolvido e

Hospital de São João de Daus da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro





EDIFÍCIO DO REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, DO RIO DE JANEIRO

Foi vítima da Inconfidência: Tomás António Gonzaga, que assim ficou ligado à primeira, verdadeira ou suposta, tentativa de independência do Brasil. Não; não nos referimos a nenhum grande poeta (nem sequer ao ilustre prosador contemporâneo: Carlos Malheiro Dias, que no Brasil encontrou uma segunda pátria), mas a um simples livreiro, ido para o Brasil como humilde emigrante: o editor Francisco Alves. Esse homem sem cultura foi um dos grandes agentes do progresso das letras brasileiras, editor de mil livros que contribuíram para a formação de uma cultura nacional do Brasil e, em particular, das «Poesias» de Bilac, e de «Os Serões» de Euclides da Cunha. Outro estrangeiro o francês Garnier, contribuiu tanto, ou mais, para tornar possível uma vida literária própria no Brasil, mas o que ele não fez foi deixar a sua fortuna, como Francisco Alves, à Academia Brasileira de Letras. Dar aos brasileiros o dinheiro ganho com eles, só um português era capaz de o fazer. E isso muito simplesmente, porque o português ao contrário dos outros estrangeiros, sente-se solidário com o Brasil, e sabe que ao Brasil se deve, como a um filho de Portugal — a qualquer coisa que, embora ampliando e divergindo, prolonga a veia pátria lusitana.

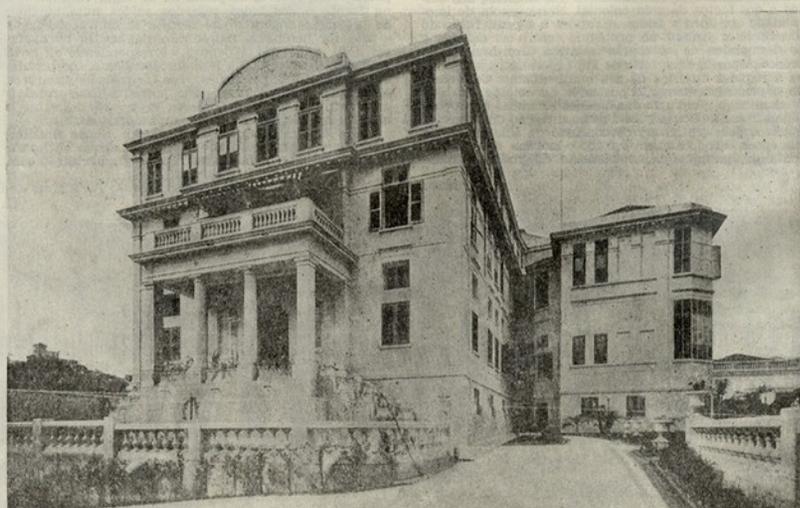


EJAMOS justos, reconhecendo que do domínio holandês, em Pernambuco alguma coisa ficou, e que, modernamente, a imigração italiana muito contribuiu para o prodigioso desenvolvimento de S. Paulo. Mas mesmo na transformação urbana da capital do riquíssimo Estado, a acção dos portugueses se manifesta, na colaboração dada a Ramos de Azevedo, por um ilustre arquitecto português: Ricardo Severo. Um discípulo de Gilberto Freyre applicou os seus

métodos de inquérito à vida social, estudando a contribuição dos portugueses para o desenvolvimento de uma pequena cidade do Estado de Pernambuco. Rara será a cidade do Brasil onde não seja possível fazer um inquérito semelhante. O que Manaus, Belém, Rio de Janeiro, Santos e mesmo S. Paulo ou o Recife representam em grande escala, como indices da actividade dos imigrantes portugueses, reproduz-se, afinal, em centenas de cidades brasileiras.

Não amando particularmente a agricultura, os portugueses confinam-se em geral, nos centros urbanos, consagrando-se, de preferência, à actividade comercial. Mas são também industriais: o maior fabricante de tecidos de lã da América do Sul é o dono da Votantim, aquelle Pereira Trindade que tivemos occasião de apresentar aos portugueses de Portugal como exemplo do espirito empreendedor dos portugueses do Brasil.

Mesmo quanto ao facto de os imigrantes portugueses não se dedicarem a agricultura, há uma rectificação a fazer, que julgamos não ter sido ainda feita. E que o português não deixa de amar a agricultura, e tanto que é ele o exarceiro ou seja, o herdeiro dos arrendadores do Rio e de S. Paulo. O que ele não pode amar, porque provém das regiões portuguesas de pequena propriedade, é o sistema industrial da monocultura do café, do algodão ou da cana de açúcar. Mas nas cidades, quer no comércio quer na industria, quer nos officios e nos mestieros humildes, quanto tem feito a tenacidade dos imigrantes portugueses! A extraordinária capacidade de resistência física e de adaptação biológica do homem do povo português aos climas mais opostos ao seu habitat, permitiram-lhe, também, mercadejar em todos os recantos do Amazonas, abater as árvores gigantes das florestas virgens para abrir caminho aos raias das estradas de ferro, e suportar a carga de sacos pesadíssimos no porto de Santos, a



Edifício da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficencia do Rio de Janeiro

um Sol tórrido antes da metanização do embarque do café.

Mas porque vivem, em geral, nas cidades, os portugueses congregam-se facilmente e daí a força e o prestigio das suas associações no Brasil. As Beneficências, por exemplo, provam de forma incomparável, o sentimento de solidariedade da colonia portuguesa em terras brasileiras. Mas uma obra como a do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro demonstra o interesse que pela cultura têm esses portugueses, quasi sempre de origem humilde e que das suas aldeias saíram sem illustração. Essa obra tem sido uma contribuição fecunda dos portugueses para a cultura dos próprios brasileiros, bastando recordar que nessa biblioteca portuguesa se formou literariamente o extraordinário autodidacta que foi Machado de Assis. Mas já que falamos d'esse aspecto da colaboração dos portugueses na vida brasileira, apontemos ainda o facto de ser português o maior editor de livros juridicos do Brasil aquelle admirável livreiro Saraiva, que se abalçou à edição das obras completas de Rui Barbosa, e a quem tantos juristas brasileiros devem, em parte, a sua formatura pois que a todos os estudantes pobres da Faculdade de Direito de S. Paulo tem fornecido livros a crédito, generosamente.

Sabemos que a Portugal o Brasil deve a lingua que fala, a religião que professa, grande parte da sua cultura intellectual e social, a arquitectura das suas admiráveis igrejas barocas (pois que até o genio intuitivo do Aleijadinho muito deve à cultura artistica do Reino grande parte do seu riquíssimo folclore musical (pois que ainda hoje a Nau Catrineta é o tema de uma das «cheganças» mais populares), a maior parte, sem d'vida da sua vida de familia uma parte muito grande senão também a maior, da sua estrutura social, a sua unidade e, finalmente, quasi todos os seus limites actuaes. Não é, porém, muito menor que a da antiga Metrópole, a contribuição dos imigrantes portugueses para a vida brasileira e para o progresso do Brasil.

Mas sendo tão bons colaboradores do país em que vivem os portugueses não esquecem a «pequena casa lusitana» que é a sua pátria. Sempre que Portugal estremeceu de indignação ou de enthusiasmo, os seus movimentos fizeram vibrar os muitos milhares de portugueses que no Brasil tinham procurado o que a terra natal não lhes pudera dar. Lembremos, sómente, a oferta a Portugal de um navio de guerra, adquirido por subscrição quando do Ultimato. A toda a hora, aliás, os portugueses do Brasil se lembram de Portugal. Basta ver como preferem mesmo depois de ricos as comidas portuguesas: a bacalhoadas tradicional, comida nas «petisqueiras». Raro será o emigrante que, conquistada a fortuna, se esqueça de dotar a sua aldeia com algum melhoramento: um chafariz, uma estrada ou uma escola. Mais raro ainda a aquelle que pelo testamento não deixe um legado para alguma obra de assistência da sua «térnhua».

Esse sentimento patriótico, essa saudade da terra, esse amor por Portugal não desgosta, de modo algum, os brasileiros. Se fossem outros, verdadeiramente estrangeiros que assim se conservassem presos, sentimentalmente, à terra de origem, era natural que os brasileiros não gostassem. O que o Brasil quer é que os imigrantes se tornem cidadãos do novo país, e facilmente o consegue pelo extraordinário poder de captação que têm as nações jovens do continente americano. Mas os imigrantes portugueses, continuando a ser portugueses não deixam de servir o Brasil, e são, praticamente, bons cidadãos brasileiros.

Portugal conserva uma posição muito especial em relação ao Brasil. Sentem-no todos os brasileiros, embora essa posição não esteja expressa em qualquer estatuto politico. Quando em 1908, o Brasil realizou uma exposição nacional, Portugal teve nela um pavilhão. Também agora, que Portugal celebra o oitavo século da sua existência, o Brasil tem, na exposição nacional do Mundo Português um pavilhão seu. E embora nenhum tratado de aliança ligue os dois Estados, se amanhã Portugal precisar do Brasil, temos a certeza que com ele poderá contar. Os laços que unem os dois povos são muito fortes a-pesar-de simplesmente morais e espirituais, para que a grande nação brasileira possa deixar de se sentir solidária com o nosso destino.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

L'écrivain José Osório de Oliveira nous décrit, dans cet article, l'action des portugais au Brésil, témoignage la capacité de colonisation et de civilisation de la race, qui a su créer, par son idéal et son effort surhumain, le plus beau, le plus riche et le plus progressif des pays de l'Amérique.

The author, José Osório de Oliveira, in this article, describes the action of the Portuguese in Brazil, demonstrating the colonizing capacity of this race, which succeeded in creating, with its idealism, its blood and superlative effort, the most beautiful, the richest and most prosperous of all American countries.



SALVADOR CORRÊA DE SÁ



CUMPRE-NOS explicar, antes de mais, a razão porque escrevemos Salvador Corrêa de Sá e não Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Alguns dos autores que consultámos — esquecidos de quem êle próprio deixou bem marcadas, em várias atitudes, as suas preferências — não só não se limitam a designá-lo pelos apelidos nacionais, mas caem até, frequentemente, no pecado de se lhe referirem apenas por Benevides. Outros, mais atentos ao pormenor, citam-no por Salvador Corrêa de Sá, ou ainda por Salvador Corrêa — nome com que se instituiu, em 1919, o Liceu Central de Luanda.

Esta designação, embora não seja tão condenável como a outra, (nacionalismo a menos sempre é melhor do que anti-nacionalismo a mais!) quebra, entretanto, um fio de tradição que o apelido Sá nos impõe. Antes do extraordinário criador de bravuras que ora recordamos, já outro Salvador Corrêa de Sá — seu avô — se distinguira como primeiro governador do Rio de Janeiro. Altos serviços prestou, também, à pátria, Martins de Sá, pai do reformador de Angola. E para além dêles, como ascendentes que é dever evocar, pairam ainda as figuras lendárias de Mem de Sá e de Estácio de Sá, os fundadores da capital que seus netos governariam depois.

Benevides é o único apelido estrangeiro dêste português ilustre «que dilatou a fé e o Império». Herdou-o de sua mãe, D. Maria de Mendonza e Benevides, filha do governador de Cádiz, D. Manuel de Mendonza. Segundo os hábitos de Espanha, Salvador Corrêa de Sá — que nasceu no período da dominação filipina — usou o apelido materno em último lugar. Mas desde que, por um conjunto brilhantíssimo de circunstâncias, demonstrou preferir aos usos de Castela, os usos de Portugal, deixou de ser licito designarem-no em Portugal à moda de Castela.

Esta longa explicação à volta de um nome, que pode parecer à primeira vista excesso de meticulosidade — censurável como todos os excessos — tem a sua razão de ser. Principalmente a sua razão de não poder deixar de ser, visto que não haveria coerência num artigo sobre a obra portuguesa de Salvador Corrêa de Sá, se nesse artigo se não enjeitasse a designação de Benevides, tal como êle enjeitou quaisquer ligações com a Espanha, ao proclamar D. João IV rei de Portugal, logo que chegou ao Rio de Janeiro a notícia da revolução de Dezembro.

Fosse em que século fosse, a acção notável de Salvador Corrêa de Sá deixaria sempre na História um rasto luminoso de triunfo. Mas, naquela época, em que alguns fidalgos de responsabilidade e de influência, ajudando a causa do usurpador, contribuíram para o declínio da sua pátria, toma proporções gigantescas a figura dêste soldado — cuja vida é uma lição permanente de valor, de audácia, de honestidade, de sacrifício e de fervor patriótico. Apesar de ter nascido em 1594, e de não conhecer, portanto, o ambiente da sua pátria livre; de estar ligado a Castela, não só por sua mãe, mas ainda pelo casamento com D. Catarina de Velasco, filha do governador do Chile; de ter recebido, pelos seus feitos, honrosas mercês, entre elas o cargo de almirante dos mares

do Sul — Salvador Corrêa de Sá não hesitou em abandonar o serviço de Castela para seguir a trajectória de Portugal, assim que êste ganhou asas para se libertar, impor e reconstruir. O seu gesto foi a linda recompensa com que Deus brindou o Portugal reentrestecido pela fraqueza de ânimo de alguns dos seus filhos. Enquanto muitos dos que nasceram em terra livre, deixaram que a aprisionassem, êle, que nascera em terra presa, encontrou forças para a libertar ao primeiro ensejo. Prova-se assim, que se «entre os portugueses, traidores houve algumas vezes», êsses traidores são apenas — em qualquer esquina da História — a excepção indispensável para confirmar a regra de lealdade a que nos habituámos e a que Salvador Corrêa de Sá pode servir de «ex-libris».

Este ligeiro artigo em que o evocamos não tem pretensões a estudo. Se dividimos os vários aspectos da sua vida em quatro fases — a que não ficaria mal chamar lua nova, quarto crescente, lua cheia e quarto minguante — é apenas por mera questão de ordem. A primeira fase — lua nova — vai de 1594, data do seu nascimento, a 1625, data em que participou na reconquista da cidade da Baía. A segunda fase — quarto crescente — vai de 1624 a 1640, e tem como ponto culminante a sua nomeação para almirante dos mares do Sul em 1634. A terceira fase — lua cheia — vai de 1640 a 1651 e engloba, num friso de épopéia, tôdas as vitórias africanas. A última fase — quarto minguante — vai de 1651 até 1688, data da sua morte, e sombreiam nela, a partir de 1662, as injustiças da Côrte, que acabou por render-se à evidência.

Primeira fase: — Salvador Corrêa de Sá começa a servir, como soldado, muito cedo. Aos dezoito anos toma parte em várias lutas contra os índios e distingue-se pelos seus actos de bravura; acompanha as expedições mais arriscadas e volta sempre com novas parcelas de glória. A sua actividade não repousa, e até os trinta anos, consome energias na pacificação do Brasil. A partir dessa altura, entra em combate com os holandeses, que procuram asenhorear-se das nossas possessões, aproveitando a vigilância pouco interessada de Castela. É escolhida para «comboiar» trinta navios, de Pernambuco a Lisboa, e consegue trazê-los a salvamento, apesar da perseguição que a forte armada holandesa movia aos nossos barcos. No regresso, alistou duzentos homens na capitania de S. Vicente e dispôs-se a ajudar à reconquista da Baía, com as duas caravelas e as três canoas de guerra do seu comando. Tendo saltado em terra na capitania do Espírito Santo e encontrado um grupo de holandeses, que, por acaso, lá fundeara também, derrotou-os num combate fulminante. Animado por esta vitória, teve uma acção brilhante na reconquista da Baía, a qual se efectuou em 1 de Maio de 1625, dias depois dêle ter chegado ao campo dos sitiadores.

Segunda fase: — Depois de vários feitos nas costas do Brasil, é nomeado almirante dos mares do Sul e encarregado de estabelecer o domínio nas margens do Rio da Prata. O chefe indígena, D. Pedro Chanay, revoltara a província de Tucuman. Salvador Corrêa de Sá venceu-o na batalha de Pelingarta — uma batalha duríssima em que o grande guerreiro português ficou coberto de feridas, mas senhor da situação.



NOMEARAM-NO capitão-general do Rio de Janeiro, e prestaram-lhe, em nome do Governo de Madrid, as maiores honras que podem tributar-se a um vencedor. Entretanto, Portugal sacudiu o jugo de Castela e aclamou rei o Duque de Bragança. Salvador Correia de Sá,

desprezando mercês e recompensas de Castela, colocou o Brasil às ordens do novo rei, e entrou sem hesitações na terceira fase da sua vida: — aquela em que serviu devotadamente a pátria já liberta! Julgava o capitão-general que a mudança de rei animaria os paulistas a desistirem do seu propósito de não darem liberdade aos escravos índios, mas por sua vez, os paulistas, esperavam que os serviços acabados de prestar ao rei servissem para os deixarem à vontade com a sua escravatura. O capitão-general, como não podia deixar de ser, por se tratar de uma causa justa, civilizadora e humana, apoiava os jesuítas que queriam executar as leis e as bulas em que lhes era concedida a liberdade dos escravos. Chegou a ir a Santos conferenciar com os delegados paulistas, e acabou por estabelecer um acordo que não servia inteiramente, mas que era já um princípio de vitória. O governo de Lisboa, no intuito de defender os navios brasileiros de comércio, dos ataques a que estavam sujeitos, por parte dos espanhóis, nos mares da Europa, e por parte dos holandeses, nos mares da América, nomeou Salvador Corrêa de Sá general da frota, dando-lhe assim uma prova do seu apreço. Igualmente o nomeou delegado do conselho marítimo e lhe deu plenos poderes para explorar as minas, cuja importância já começava a sentir-se. Preferindo a luta ao descanso e o serviço da pátria ao amealhar de riquezas, Salvador Corrêa de Sá não cuidou de explorar as minas e fez-se ao mar, realizando três viagens à Europa, no decorrer das quais teve ocasião de contribuir para a restauração de Pernambuco. Até que — e aqui começa o período de maior prestígio de toda a sua carreira — D. João IV o encarregou de reconquistar Angola, em 1648. A empresa não oferecia só dificuldades militares: exigia, também, subtilezas de diplomacia. Portugal mantinha-se em paz com a Holanda na Europa, e a iniciativa de a quebrar em África não deveria pertencer aos portugueses. Era preciso provocar, hábilmente, o inimigo... Salvador Corrêa de Sá, entusiasmado com a expedição, conseguiu juntar quinze navios, quatro dos quais comprados à sua custa, e levar nêles novecentos homens de desembarque. O objectivo aparente da viagem era estabelecer uma fortaleza em Quicambo. E aí aportaram, em meados de Agosto, tendo saído do Brasil a 12 de Maio. Havia seis anos que os holandeses dominavam Angola; e as notícias do seu procedimento para com os portugueses e para com os sobas seus amigos indignaram Salvador Corrêa de Sá. Reunido o conselho dos seus oficiais, chegou-se à conclusão de que havia motivo bastante para uma desfronza. «Fizeram-se de vela para Luanda, e no próprio dia da chegada, o comandante mandou, pelo seu secretário e parente, João Pinto Corrêa, êste aviso, na verdade habilíssimo, ao director holandês: — «Que El-Rey mandara fazer uma feitoria em Quicambo para os portugueses do sertão poderem comunicar com os que viessem

de Portugal, sem alterar a paz feita com os Estados, que inviolavelmente mandara guardar; mas sendo eles os que infringiam maltratando os portugueses e perseguindo os sobos do seu partido; nêstes termos lhe era licito interpretar o seu regimento com a resolução de romper-lhe a guerra; mas querendo evitar mortes e estragos, lhes propunha que se entregassem, assegurando-lhes toda a decente capitulação». O director recusou e os portugueses desembarcaram imediatamente. Ouviram missa, e dirigiram-se para o palácio do Governador. Estava deserto, como deserta estava a cidade. Os holandeses, com alguns auxiliares franceses e alemães e mais de mil pretos, tinham-se refugiado na fortaleza de S. Miguel. Os portugueses, com peças encontradas na cidade e peças de bordo, montaram duas baterias.

No primeiro ataque, foram repellidos, e perderam mais de duzentos homens, além de muitos feridos. Felizmente o adversário não deu pelo desastre, e julgando muito maior a força portuguesa, hasteou a bandeira branca ao iniciar-se o segundo ataque. Ficaram depois surpreendidos com o pequeno número dos nossos... mas já era tarde. Tão tarde, que após duas naus terem ido ao Congo, outras duas a Benguela, e de se arrazarem as feitorias holandesas de Pinda e Luango, nem um só holandês se encontrava em toda a costa de Angola. Expulsos os holandeses, Salvador Corrêa de Sá, voltou-se para os indígenas que tinham pactuado com eles. Bartolomeu da Cunha foi encarregado de castigar o rei do Congo, D. Garcia Afonso, obrigando-o a ceder à coroa de Portugal o domínio da ilha de Luanda. A rainha Janga, D. Ana de Sousa, inteligente como era, desistiu de hostilizar os portugueses e pediu a paz. Há muito tempo que não seguravam mãos tão fortes nas rédeas do governo... Tudo ficou pacificado! Só em 1650 os holandeses se atreveram a aprisionar, ao largo, dois barcos portugueses que regressavam do Brasil. Esboçou-se nessa altura uma revolta indígena em Benguela, que foi prontamente sufocada, não chegando a utilizar-se, sequer, a força comandada por Alvaro de Aguiar Osório. Passou mais um ano de paz, delícia de que a colónia já estava esquecida. Os holandeses tornam a aparecer, mas são repellidos pela esquadra de João Duque, que morre, heróicamente, em combate. Salvador Corrêa de Sá, verificando que Angola não dispunha de navios que bastassem à sua defesa, e não querendo deixá-la com tão escassos recursos, mandou construir, antes do seu regresso ao Rio de Janeiro, quatro galés que deram magníficos resultados, e que recordaram durante muito tempo, através do seu poderio, a acção benéfica do valoroso capitão-general.

De propósito nos deteremos pouco na quarta fase da sua vida, porque nos é desagradável ver pagar com injustiças e com ingratiões o esforço de quem se sacrificou. Não falemos nas invejas que o perseguiram no Brasil, por causa da rainha D. Luiza lhe ter concedido o governo independente do Rio de Janeiro. Não falemos, sequer, no despeito com que o tratou o Infante D. Pedro, a quem desagradou que D. Afonso VI se tivesse aconselhado com ele; nem na sua condenação a degrêdo — que não chegou a cumprir-se, nem na sua fortuna desbaratada; nem na sua reclusão num convento... Evoque-mos, apenas, como nota de recompensa tardia, a sua reentrada para o concelho marítimo e as honras que lhe acompanharam o fim da vida, aos noventa e quatro anos de idade. Mas evocemos principalmente este último eco da sua energia marcialmente desatada. Preparava-se uma expedição à África, e Salvador Corrêa de Sá, velho e doente, ofereceu-se para ir. Tendo-lhe alguém perguntado qual o motivo que o levava a tomar essa atitude, respondeu «que desejava muito ter a consolação de ouvir tiros à hora da morte».

HUMBERTO MANUEL

Cet article nous donne la biographie de Salvador Corrêa de Sá. L'ancien Capitaine, général de Rio de Janeiro et libérateur d'Angola surgit dans l'atmosphère de gloire qui lui est due.

The biography of Salvador Corrêa de Sá is given in this article. The late Captain-General of Rio de Janeiro and liberator of Angola appears in the aureole of glory he so fully deserves.

A Companhia Nacional de Navegação

colaboradora dedicada do engrandecimento do País, na Metrópole e no Ultramar

Directamente relacionada com o desenvolvimento das provincias ultramarinas, a Companhia Nacional de Navegação tem sua origem na União Mercantil, criada em 1858, com o fim de servir as nossas colónias africanas. Nove anos decorridos, sucedeu-lhe a Empresa Lusitana, por sua vez substituída, em 1881, pela Empresa Nacional de Navegação. Liquidada esta, em 1918, surgiu, em seu lugar, a Companhia actual.

E interessante e oportuno recordar que a Empresa Nacional foi constituída pelas firmas Bensaidé & C.ª, Lima Mayer & C.ª e Ernst George. Iniciou as carreiras para a África Occidental, no mesmo ano em que se fundou, empregando os vapores «Angola», «Portugal», «Bolama» e «Guiné». Mandou construir o segundo em Hull. Quanto aos dois últimos, adquiriu-os pouco após a fundação, destinando-os às carreiras da Guiné. Empreendeu, então, uma actividade notável: em 1883, mandou construir os vapores «S. Tomé» e «Cabo Verde»; em 1889, o «Ambaca» e o «Cazengon»; em 1894, o «Zaire». Cinco anos após, substituiu o «Portugal» e o «Bolama», por navios novos que receberam idénticos nomes. Em seguida à falência da Mala Real Portuguesa, adquiriu o «Luanda» e, a seguir, o «Malange», vapores que a Companhia falida mandara construir em 1889.

A Empresa iniciou as carreiras regulares mensais, entre a Metrópole e Moçambique, no ano de 1903. Utilizava para tanto os melhores navios daquele tempo: «Portugal», «Luanda», «Malange» e «Zaire», depois substituídos pelos vapores «África», «Lusitânia» e «Lisboa», também por ela mandados construir e expressamente destinados às carreiras referidas, as quais já se efectuavam por contrato celebrado com o Governo, em 25 de Novembro de 1905.

O serviço entre a Metrópole e a África Occidental mercantil, logo após a assinatura do que comprou à casa Bensaidé & C.ª, em 1898 e 1910, respectivamente, os vapores «Benguela» e «Península». No entanto, já em 1907 adquiriu o «Lobito», para serviço de cabotagem em Angola, substituindo-o, mais tarde, pelo «Ambriz», mandado construir, de propósito, para tal serviço, no mesmo ano. Para carga, construiu o «Dondo», em 1909.

A cabotagem, em Moçambique, principiou em 1903, com os vapores «Bolama», «Príncipe» e «Zambézia», de cuja construção a Empresa tomara a iniciativa. Este serviço, nos termos do contrato já citado, compreendia uma viagem mensal, escalando todos os portos intermédios entre Lourenço Marques e o «Tungue». Nisso eram empregados os vapores «Ibo» e «Manica», mandados construir em 1907, e a seguir o «Chinde» e o «Luabo», para o referido fim construídos, respectivamente, em 1911 e 1910.

Após a perda dos seus navios «Lisboa» e «Lusitânia», em 1911, a Empresa tratou de comprar o «Beira» e o «Angola» (segundo de nome). Destinou o primeiro ao serviço de Moçambique e o segundo ao da África Occidental. Em 1913, adquiriu o «Moçambique»; dois anos depois, o «Mossamedes». Ambos foram dedicados à linha regular da África Oriental.

Em 1918, após trinta e sete anos de actividade brilhante no País e nas colónias, engrandecendo a nossa Marinha Mercante com as melhores unidades do seu tempo, e prestando a Portugal assinalados serviços, a Empresa transferiu todos os navios para a Companhia nessa altura constituída, isto é, a Companhia Nacional de Navegação. Durante a sua existência, a Empresa foi armadora de 31 unidades, num total de 87.761 toneladas, assim fraccionadas: «Lisboa», 9.000 ton.; «Moçambique», 5.770; «Lusitânia», 5.557; «África», 5.515; «Angola», 5.215; «Beira», 4.933; «Mossamedes», 4.615; «Dondo», 3.978; «Portugal», 3.697; «Malange», 3.544; «Luanda», 3.199; «Zaire», 3.156; «Benguela», 2.932; «Cazengon», 2.889; «Ambaca», 2.888; «Península», 2.774; «Cabo Verde», 2.261; «S. Tomé», 2.255; «Angola», 1.966; «Portugal», 1.966; «Luabo», 1.385; «Chinde», 1.382; «Zambézia», 1.281; «Manica», 1.031; «Bissau», 968; «Bolama», 883; «Ambriz», 858; «Ibo», 835; «Lobito», 320; «Mindelo», 318; «Príncipe», 192.

A Companhia Nacional de Navegação, sucessora da antecessora dezoito unidades, totalizando 50.961 toneladas brutas — «Moçambique», «África», «Portugal», «Beira», «Zaire», «Cazengon» (que foi torpedeado em Outubro de 1918), «Luanda», «Malange», «Península», «Dondo», «Mossamedes», «Chinde», «Luabo», «Manica», «Ibo», «Ambriz», «Bolama» e «Mindelo» — que ficaram a constituir a sua frota.



Há vinte e um anos que a C. N. N. empreendeu a sua carreira. A sua vida financeira tem sido desafiada, a pesar da concorrência que tem suportado, e dos prejuizos causados à Marinha Mercante pela crise mundial. Mercê da linha de conduta seguida, o seu estinal é respeitado e acolhido com carinho, onde quer que appareça. Reformou todo o antigo material. Principiou por adquirir na Holanda, em 1922, o vapor «Pedro Gomes». Dois anos após, comprou aos Transportes Marítimos do Estado os vapores «Niassa», «Lourenço Marques», «Cubango», «S. Tomé» e «Congo». Adquiriu o «Angola», em 1925, e o «Zaire» (segundo de nome), em 1928. Na Alemanha, mandou construir o «Quanza», entregue em 1929. Todas estas unidades

substituíram a maioria dos vapores recebidos da E. N. N. e que já hoje não existem.

No entanto, a C. N. N. não descansou, quanto à renovação e melhoria da sua frota. Demonstra-o o facto de ter comprado, no corrente ano, três novas unidades — os navios-motors «S. Tomé» e «Águsa» e o vapor «Alamaria», os dois últimos para os serviços de cabotagem, respectivamente, na Metrópole e em Moçambique.

Desde que foi fundada, a C. N. N. presta ao País altos serviços, por vezes em detrimento dos seus próprios e legítimos interesses, sobrepondo-lhes o engrandecimento de Portugal continental e colonial, cujas necessidades sempre atendeu e atende com verdadeira solicitude. O Estado, sempre que apellou para a sua cooperação em serviços de interesse nacional, quer no Continente, quer no Ultramar, sempre encontrou a sua disposição prontamente os navios necessários, fosse qual fosse a finalidade a que se destinassem. Tem sido, pois, na Companhia Nacional de Navegação — o primeiro organismo da Marinha Mercante Portuguesa — que os Governos da Nação, em todas as circunstâncias e emergências, encontraram e encontram, com lealdade e solicitude, os elementos necessários ao serviço do País. Os seus préstimos à Pátria, durante a Grande Guerra, não podem ser esquecidos. Aos portugueses cumpre recordá-los com um sentimento de carinhosa gratidão.



Pelas facilidades e economia que representam, merecem registar os serviços da C. N. N. relativos ao tráfego de mercadorias entre as nossas colónias africanas e os países estrangeiros. Além disto, o conceito em que a C. N. N. é tida em todo o mundo, o desvêlo posto no sentido de acompanhar o progresso e favorecer a economia nacional, são razões que a impõem à consideração geral e que a elevarão, sem dúvida, ao grau a que tem direito.

A actual frota da C. N. N. é formada por doze unidades, além do material auxiliar na Metrópole e nas Colónias. Soma 51.917 toneladas brutas, assim divididas: «Nyassa», 8.980 ton.; «Angola», 7.884; «Quanza», 6.636; «Lourenço Marques», 6.298; «Cubango», 5.820; «S. Tomé», 5.179; «Cabo Verde», 4.696; «Inharrime», 1.645; «Chinde», 1.470; «Luabo», 1.435; «Águsa», 1.092; «Saves», 782.

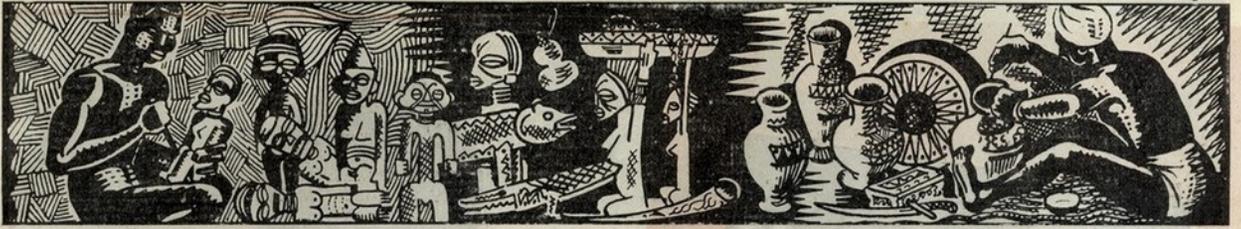
Das oficinas, em número de nove, que são propriedade da Companhia, destacam-se, em apetrechamento, a metalúrgica e a de carpintaria. Ambas dispõem de maquinismo e ferramental dos mais modernos, permitindo que se atenda a reparações e reconstruções nas suas unidades em curto tempo e por maneira a não desmerecerem em solidez e acabamento da concreção industrial alheia. A C. N. N. possui ainda, fundados no Têjo, dois pontões para cação cinco rebocadores e 24 batelões, quer no nosso porto, quer na África Occidental, além de três boas propriedades urbanas e de um depósito carvoeiro na ilha de Luanda. Isto, aliado ao numerosíssimo pessoal que da sua indústria obtém sustento, impõe a C. N. N. como um alto valor nacional, digno de caloroso auxilio e de carinhosa simpatia.

La Compagnie Nationale de Navigation, successeur de l'Union Mercantile (1858) l'Empresa Lusitana (1867) et l'Empresa Nacional de Navegacion, c'est l'organisme chef de la marine marchande Portugaise qui rend au pays les plus hauts services, soit à la Métropole, soit aux possessions d'Outremer. Elle a toujours cherché et continue à le faire, aujourd'hui comme hier — à augmenter le trafic commercial et de passagers entre le Continent et les possessions d'Afrique Occidentale et Orientale. De cette façon, et favorisant le développement du trafic commercial entre les Colonies et Pays étrangers, la C. N. N. coopère activement dans l'agrandissement du niveau économique des Colonies Portugaises d'Outremer. Toutes les fois que ses services ont été nécessaires, la Compagnie patriotiquement les a rendus de façon aussi noble que désintéressée. La C. N. N. possède une flotte, composée de 12 bâtiments magnifiques, un personnel très nombreux et grandes installations modernes. C'est un organisme très apprécié jouissant de la sympathie de la Nation qui lui doit beaucoup.

The Companhia Nacional de Navegacion, successors of the União Mercantil (1858), the Empresa Lusitana (1867) and the Empresa Nacional de Navegacion is the most vital organism of the Portuguese merchant service and its management render the highest services to the Country, both in the Metropolis and the Overseas territories. It has always shought — and continues now as in the past — to intensify the trade and passenger traffic between the Continent and the Dominions West and East Africa. In this way, and by promoting commercial traffic between the Colonies and other countries the C. N. N. cooperates actively in raising the economic level in the Portuguese Overseas Colonies.

Whenever the Company's services have been required they were given disinterestedly, in a willing and patriotic spirit.

The C. N. N. has a fleet of 12 magnificent units, competent staffs and modern equipment. It is very highly appreciated in this country which is greatly indebted to it.



A ARTE GENTILICA



arte gentilica, plena de objectividade e de extravagância, é uma das mais curiosas afirmações do génio humano.

É na escultura — a arte plástica que pode ser considerada como a primeira criada pelo homem — que o engenho gentilico se apresenta sob mais interessantes aspectos, possivelmente porque a arte escultórica tem a virtude de nos impressionar mais fortemente.

Feitiços, manjancos, ídolos e divindades, ricas de expressão e de uma beleza «sui generis», dão-nos idéa perfeita do sentido artístico do homem que, afastado dos grandes meios da civilização e da arte, têm espírito criador a animar o fogo da sua vontade.

Há na arte gentilica um sentimento estético impressionante — sugestiva e brilhante manifestação da sensibilidade humana.

Haverá nos trabalhos dos indígenas das



Trabalhos de indígenas de Moçambique

Colónias uma técnica simplista. Compreendemo-la perfeitamente, recordando que essa gente vive próximo da Natureza e que a sua vista, a sua inteligência e a sua sensibilidade não vão além do que está em seu redor.

Será mesmo aí que residem a grande virtude da arte gentilica e toda a sua beleza.

No que podemos considerar, aliás, no que muitos consideram arte bárbara, arte primitiva, há um comunicativo poder de expressão. Todos os trabalhos revelam um sentido de observação tão curioso, tão objectivo que aos nossos olhos se apresentam, por vezes, como exuberantes testemunhos de génio criador.

Terá bizarria, será — se quiserem — selva-

expressão magnífica da verdade que a Natureza patenteia aos olhos dos homens

gem, fóra de todos os ensinamentos académicos, será pitoresca e fará, por vezes, sorrir pela ingenuidade. Não deixa, todavia, de ser uma afirmação de estética, em que cada indivíduo tem uma visão pessoal das coisas e do género humano.

Na maioria dos casos, a arte gentilica, sendo original, tem um cunho de realismo que a faz destacar de qualquer outra, por isso que é no contacto — repetimos — com a Natureza, que o artista busca todos os motivos das suas criações.

Se passarmos uma rápida vista de olhos sobre as propensões artísticas dos indígenas do Império Português, é possível que não saibamos em qual região havemos de deter-nos, pois cada uma tem a sua feição, formando embora um conjunto de arte em que a oficina é o próprio meio habitado pelo indivíduo.

A Guiné é curioso centro de artistas escultóricos. O seu estilo é realista e a sua inspiração, como em todas as outras partes do Império, não envolve mais do que aquilo que passa a seus olhos, ávidos de belezas.

Será a raça bijagós a de artistas plásticos mais objectivos. Mas, como em toda a parte, a técnica é simplista.

Poderão dizer até que há ridículo na concepção das obras. Não resta dúvida, porém, que a sua compreensão rude da arte a torna bela até quando — e sempre — os criadores exageram as expressões ou simplificam a plasticidade.

Em Cabo Verde, a escultura será como que mais cuidada. Tem ainda, todavia, um objectivo racionalista e não foge à regra geral da arte gentilica, com maneiras imperiosas de se exprimir, por isso que existe personalidade em tudo quanto o negro faz.

Por vezes, a imaginação ocupa na concepção da obra certo papel. Nunca, porém, a arte gentilica deixa de estar vizinha da Natureza, apresentem os indivíduos trabalhos de escultura, ou trabalhos curiosíssimos de objectos de

uso caseiro, como caixas, cadeiras, bancos, ou bichos de forma bizarra. A fantasia não deixa que a arte gentilica se afaste muito da verdade e da configuração natural das coisas e dos seres.

É por isso que em esculturas de saboroso estilo popular, encontramos um encanto tal que os nossos olhos se prendem à realização, como se estivéssemos frente a frente com obras de mestre europeu.

Nesse capítulo, Angola é das terras do Império mais interessantes, e quasi no mesmo plano podemos colocar Moçambique.

Distraia o leitor os seus olhos pelas gravuras que publicamos de arte gentilica.

Terá, possivelmente, na primeira análise uma idéa de rudeza de concepção. Se detiver, porém, a vista nas obras, verificará que a ingenuidade é filha da verdade, e que há por esse Mundo fóra muito e muito artista criador que não se deslustraria em ter realizado tais trabalhos.

A arte gentilica é uma grande, uma exube-



Trabalhos de indígenas de Angola

rante afirmação de verdade — a verdade que a Natureza patenteia aos olhos dos homens.

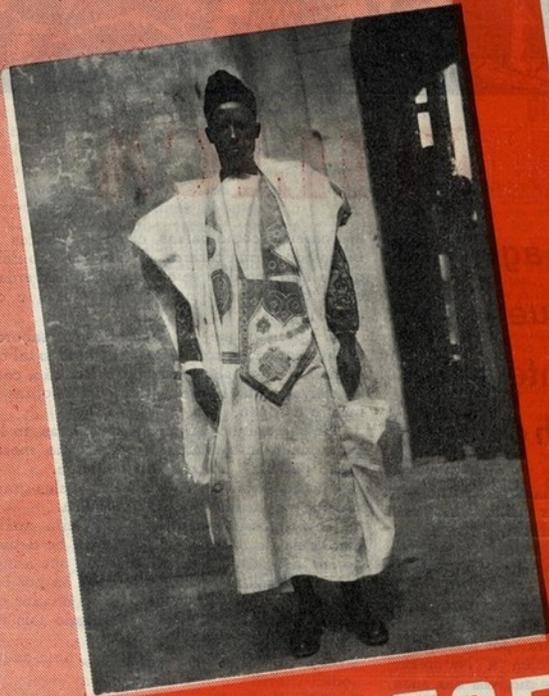
L.

Cet article fait l'appréciation de l'art indigène, expression magnifique et pleine de vérité que la Nature offre aux habitants de nos colonies africaines.

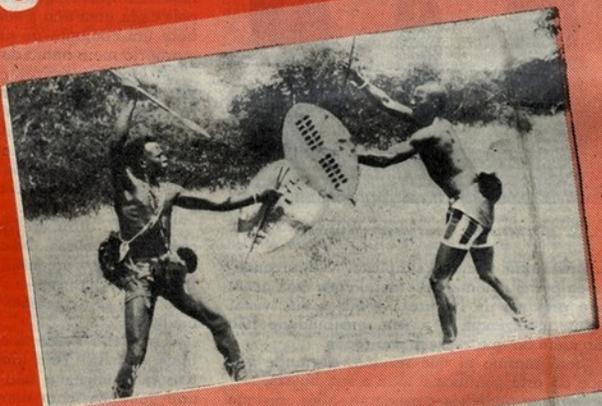
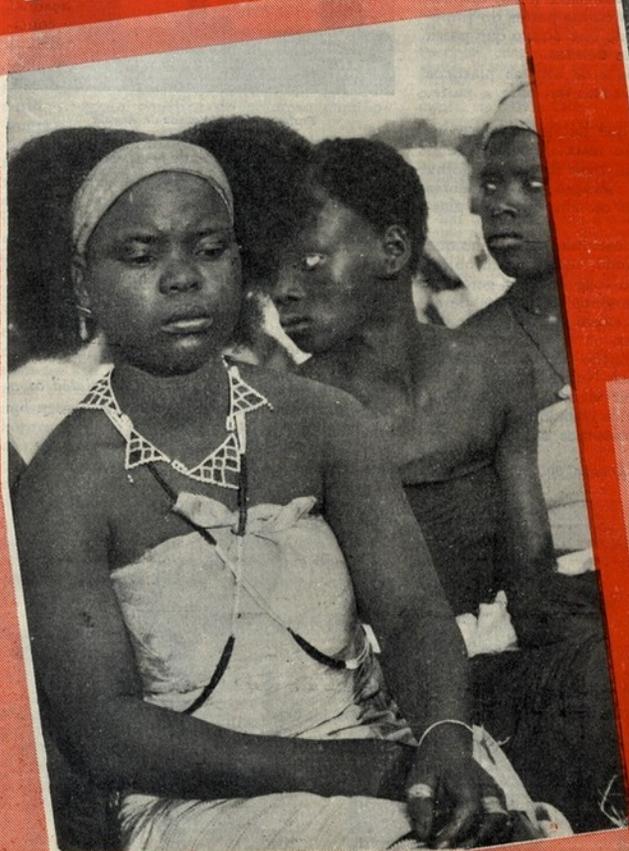
In this article native art is appreciated as a magnificent expression of Nature as is seen by the men of our african colonies.

Grupos de bonecos feitos pelos indígenas das Ilhas Bijagos, Guiné, representando cenas da sua vida social





PORTUGUESES *das* COLONIAS





A CAÇA NA ÁFRICA PORTUGUESA



Os navios — cidades enormes que flutuam; os comboios — casas compridas e estreitas que correm em «zigue-zague» por carris saltadores de fronteiras; os aviões — pequenos hotéis aéreos com «linda vista» em redor; e os automóveis — balas que molejam pelas estradas — cruzam todos os dias e a tôdas as horas, os vários caminhos do Globo. Não há rumo que lhes escape, nem trecho de mar ou de terra que não fique devassado pela fúria que os impelle a descobrir emoções, onde quer que elas se encontrem.

As grandes cidades da Europa e da América deixaram de ter segredos umas para as outras. E se um segredo nasce, por acaso, em qualquer delas, logo a telefonia se encarrega de o desvendar.

Os homens ricos — que saltam rapidamente de Paris a Nova York, de Nova York ao Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro a Lisboa — começam a enfasiar-se de conhecer tudo, com tão prodigiosa facilidade. Um inglês que nunca tivesse ido a Espanha; um espanhol que nunca tivesse ido a Inglaterra; um alemão que nunca tivesse ido à Grécia e um grego que nunca tivesse ido à Alemanha — graças aos livros de viagem, às crônicas dos magazines e às reportagens do cinema — percorreriam, respectivamente, as ruas de Madrid, de Londres, de Atenas e de Berlim — de ponta a ponta — sem necessidade de colher informações. Todos os portmoures se conhecem; todos os guias de turismo se sabem de cór antes de se lerem. Anda no ar, como que uma saturação de paisagens... E não julgamos exagerado admitir que esta saturação actuou, embora como força inconsciente, no misterioso determinismo da guerra, pois só a guerra — devastadora de campos e cidades — pode proporcionar ao homem o prazer selvagem de descobrir aspectos desconhecidos em conhecidos ambientes. Entretanto, a sensação da «distância», que as grandes velocidades nos roubaram e que é tão agradável para quem queira sentir-se «longe», mais se esbateu ainda com a vertigem da guerra.

Quem deseja estar hoje no «fim do Mundo», fóra das influências da «rádio», das rotativas e das gentes em tropel, só tem um caminho a seguir: o das zonas de caça da África Portuguesa! Aí encontrará tôda a sorte de emoções, sâdias e estranhas, que nem sequer fantasia... A África, ou melhor, as zonas de paz que ainda restam em África — e tôdas as nossas estão neste caso, felizmente — oferecem ao homem civilizado quadros bizarros e primitivos de incedível interesse. Com a vantagem de terem perto, ali à mão, as várias comodidades do século, expressas em estradas, caminhos de ferro, portos de mar, assistência médica, vida comercial e recursos de tôda a ordem. Não é bem, como disse o romancista, «uma quinta discreta de Traz-os-Montes com porta para o Chiado», mas é encontrar, todavia, num continente onde não falta o mais requintado conforto da civilização — o sortilégio bárbaro e empolgante do mato.

Os artistas — poetas, músicos, pintores e fotógrafos — encontram nas planícies, nas serras do interior, nas florestas e nas «sanzalas» gentílicas, pitorescos motivos de inspiração. Os desportistas, homens de acção e de luta, recebem em pleno, o efeito da selva, do com-

As zonas de caça da África Portuguesa — grandes escolas de coragem — deveriam ser as melhores fontes do nosso turismo

bate com as fêras, pondo à prova as suas qualidades de audácia, de rápido poder de decisão e de domínio dos nervos.

A caça não é, em boa verdade, um desporto barato, não só pelos encargos directos, como ainda pelo tempo que rouba ao caçador — homem que não pode largar nunca para o mato, deixando no litoral o compromisso de estar em tal dia e a tal hora no ponto de partida; mas também não exige as quantias fabulosas com que muitos sonham. E é sempre bem empregado o dinheiro que se gasta com ela, tanto mais que é possível convertê-la, às vezes, pelos despojos obtidos, em fonte de receita, ou, pelo menos, em conquista de recordações valiosas. Uma pele de leopardo, por exemplo, no escriptorio europeu, de um velho que andou pelas Colónias, é o quadro vivo que melhor recorda os seus dias de outra época; a sua antiga agilidade de caçador.



OM um pouco de método, de planos engenhosamente traçados e rigorosamente cumpridos, a propaganda hábil dos nossos centros de caça, se quisesse firmar-se numa mecânica burocrática rápida e acessível, atrairia à Guiné, a Angola e a Moçambique, uma corrente ininterrupta de entusiastas, excitados pelo ardor venatório, em todos os cantos do

Mundo. Quanto aos portugueses, motivos mais fortes pesam ainda para essa romagem. É que a África, onde se revela em cada canto a acção heróica dos grandes vultos da nossa História — nos seus mais belos capítulos imperiais — é uma fonte perene de orgulho, uma escola de audácia, de vigor e de fé, onde o são nacionalismo ganha raízes mais fundas, e os ânimos dêbeis se retemperam ao contacto da Natureza, no supremo esforço de se bastarem a si próprios.

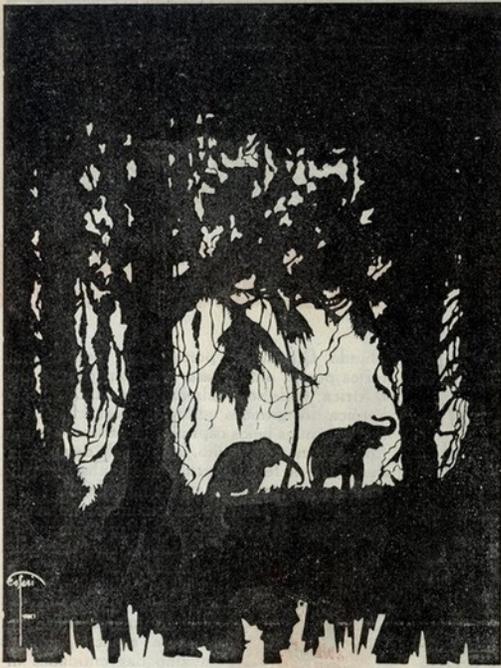


S caçadores da Metrópole, cansados de atirar aos coelhos e às perdizes, poderiam estudar as bases de uma excursão em viagem especial, com o auxílio das entidades interessadas, facilidades oficiais, descontos nas companhias transportadoras e o apoio da Imprensa.

Seria uma lição patriótica magnífica, de que uma orientação firme e segura tiraria óptimas conseqüências de intercâmbio imperial. Evidentemente que a selecção se imporia rigorosa, devendo principiar o critério de escôlha pela consciência de cada um. «Caçar» não é apenas «matar». Na opinião de Teodósio Cabral — considerado por muitos o nosso melhor caçador — «é, sobretudo, uma acção pesquisadora que exige método, inteligência e um grande espírito de observação». Ele, Henrique Galvão e Abel Pratas, no seu livro «Da Vida e da Morte dos Bichos» — valiosíssimo trabalho sobre a fauna de Angola — definem, assim, o caçador: — «Homem de nervos calmos, capaz de conciliar uma coragem serena com uma prudência inteligente, atirador de média categoria pelo menos, conhecedor profundo da vida e costumes dos animais e, sobretudo, sâdio, resistente, ágil e enérgico». Outras competências se referem, em palavras claras, ao mesmo assunto. Destacaremos a do Dr. Jacinto Pereira Martinho, delegado de sanidade pecuária no distrito de Quelimane, que no seu trabalho sobre a caça em Moçambique, nos diz o seguinte: — «Não é exagerado afirmar que a caça em África constitui uma verdadeira escola de valentia



Uma caçada pouco vulgar: cinco elefantes mortos numa noite, em Angola



Elefantes em viagem de núpcias

(Desenho de F. da Silva, na obra «Da vida e da morte dos bichos»)

e de audácia, porque o caçador aqui, ao contrário do que sucede nos países em que os animais são inofensivos, não tem apenas que saber servir-se da sua espingarda e cuidar de ser bom atirador; mais do que isto—que é aqui questão secundária—necessita, sobretudo, de ser corajoso mas sem perder o domínio dos seus nervos no momento próprio. Claro é, que os caçadores do Continente não poderiam nem deveriam meter-se à selva, fiados apenas nos «pisteiros» pretos; mas os caçadores de África, profissionais ou amadores—que os há, e excelentes!—prontificar-se-iam, por certo, a orientá-los. Quem não pudesse deslocar-se às grandes zonas de caça de Angola e de Moçambique, encontraria na Guiné, a nove dias de viagem de Lisboa, fartas surpresas para seu regalo. Porque na Guiné teria ocasião de vêr, no Oio e no Boé, os famosos elefantes, a quem cabe de facto, ainda que não caiba por tradição, o título de rei do mato. Veria, também, leopardos no Cacino e em Catió, e hipopótamos, não só nestes dois pontos, como em Corubal. Por toda a Colónia se lhe deparariam antílopes de várias espécies. E se quisesse esquadriñar os rios, não lhe faltariam os crocodilos à entrevista. Ouviria «chorar» a hiena e ficava a ter da África do interior, do mato lençário e atraente, uma idéia diferentíssima daquela com que fica quando vai ao cinema.



PODENDO saltar até a Angola, onde se conhecem mais de quinhentas espécies de aves, e onde, só no Sul, se encontram vinte tipos diferentes de elefantes, embora os elefantes se dividam apenas em duas grandes classes:—a asiática e a africana—o caçador da Metrópole,

guiado pelos caçadores da Colónia, sentiria todo o peso desta verdade velhinha mas sempre oportuna: «A África é o paraíso dos caçadores!». Aprenderia a organização de vida, inteligente e simpática dos elefantes; a olhar sem pavor as crises de neurastenia do rinoceronte, e a saber, pelo exemplo da linda avesita que lhe pousa no lombo—«Tchilunda» como lhe chamam os indígenas—que, entre os considerados irracionais, até os maiores misantropos encontram sempre um amigo que lhe quer bem—coisa de que os homens se não gabam. Se não tivesse coragem para abandonar as co-

modidades do progresso, caçaria pequenos antílopes, de automóvel, nos arredores das cidades. Não querendo passar da caça miúda a que estava habituado, pasmaria da quantidade de ccelhos, a que poucos atiram, aliás. Mas querendo ir longe, rasgar fatos e carne na acácia e na corriola; suportar a sede e descobrir as feras no seu esconderijo—que mundos se lhe desdobrariam na frente! À noite, junto ao bebedouro, esperando a caça, numa «mutala» erguida entre a folhagem desgrenhada das árvores, gozaria a delícia do luar africano, este luar que não conhece rival. Aprenderia a orientar a caçada pelo sentido do vento, e a olhar, sem tremer, na «chana», a descoberto, a «arrancada» de um elefante, muito próximo, a trinta metros, se tanto! Procuraria o leão no Quanza Norte e no distrito de Malange; a zebra e a gazela no deserto de Mossamedes—toda a sorte de animais bravios nas planícies da Mupa, e, seguindo as margens do Cunene, entre Mulondo e Capelongo.

...Mas se a excursão venatória chegasse a alcançar terras de Moçambique, onde se encontram algumas das melhores zonas de caça do Mundo, servidas pelas maiores facilidades de transporte, a realidade iria além da própria fantasia. Não falando já nas célebres «tandas» da Gorongoza

e nos nomes popularizados de Cheringoma e Marromeu, no território da Companhia de Moçambique, onde as zébras, os bois-cavalos, os leões, os búfalos e toda a espécie de antílopes se contam por milhares—que de encantos se não proporcionariam ao caçador entusiasta, nesta colónia de caça admirável! Pondo mesmo de parte as também decantadas regiões do Limpopo e do Maputo, ainda ficariam os distritos de Cabo Delgado, Niassa, Quelimane, e alguns outros, a desdobrar curiosidades. Seria fastidioso enumerar, ainda que ao acaso, nomes de terras pródigas em caça. Diga-se apenas Quionga, Lugenda, Mirroite, Barué e Pambane, como se estivessemos a

marcar pontos num mapa. Nomes diferentes de regiões diferentes onde só não são notáveis as diferenças de caça...



QUEM se habituar a ver no horizonte europeu a tristeza fria da caça ao homem, encontrará recompensadoras impressões de luta heroica e leal, nos confins africanos. Verá que os bichos exóticos e bravios são, a-final, mais fáceis de combater do que a astúcia e a maldade humanas. E depois, alguns dêles, têm além disso o prestígio da sua tradição milenária. O elefante, a girafa, o crocodilo, o hipopótamo e o rinoceronte, são os reais descendentes dos animais de outras eras. Recordam-nos o passo de outras idades, que estremeram a terra na pré-história e que souberam resistir ao dilúvio.

Tentem uma viagem de caça! Venham até cá! E à noite, no mato, junto da tenda a que a fogueira e o vento emprestam um bailado de sombras, hão-de concluir que a Europa é mais calma, mais doce e mais bonita, quando a chamam apenas os lumes da saúde.

LOURENÇO MARQUES

Junho de 1940.

ANTÓNIO DE MARROMEU

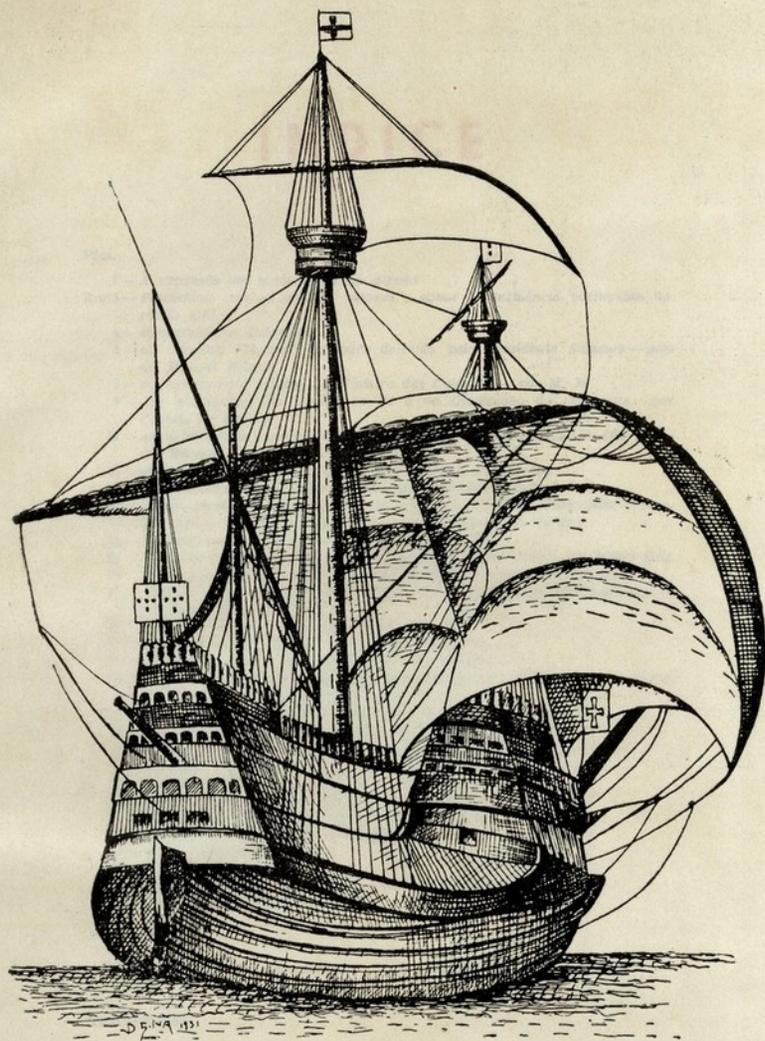
António de Marromeu, vieux colon africain, décrit dans cet article, la chasse en Afrique Portugaise, où existent toutes les espèces connues de gibier.

António de Marromeu, an old african colonist, in this article vividly describes hunting in Portuguese Africa, where all the different kinds of game known in the world, are to be found.



Casul de búfalos do Guisa

(Mostragem do Museu Dr. Alvaro de Castro, em Lourenço Marques)



Colaboraram neste suplemento de "O Século"

OS ESCRITORES E JORNALISTAS:

DR. MANUEL MÚRIAS
Director do Arquivo Histórico Colonial
JÚLIO CAYOLLA
Agente Geral das Colónias
JOSE OSÓRIO DE OLIVEIRA
MÁRIO REIS
LEOPOLDO NUNES
AMADEU DE FREITAS
CONSIGLIERI SÁ PEREIRA
LUIZ FIGUEIRA
SALVADOR SABOYA
MARIA ARCHER
CASTELO DE MORAIS
GUEDES DE AMORIM
HUMBERTO DE MERGULHAO
HELENA DE MAGALHAIS
HUMBERTO MANUEL
ANTÓNIO DE MARROMEU

E OS ARTISTAS:

RODRIGUES ALVES
ROCHA VIEIRA
DOMINGOS SARAIVA
A capa é de EMÉRICO NUNES

*Organização e arranjo gráfico
dos Serviços de Publicidade de «O Século»*

*Composição, gravura, impressão e brochura
da Sociedade Nacional de Tipografia*

*Impressão em papel nacional
da Companhia do Papel do Prado*

L I S B O A
JUNHO — MCMXL

ÍNDICE

Págs.

- 1—A expansão dos portugueses no Mundo.
- 2 e 3—Planisfério com as grandes viagens e zonas de influência portuguesa no século XVI.
- 4—«Governadores Coloniais».
- 5—«O Império Colonial Português definido pelo Presidente Salazar» — pelo dr. Manuel Múrias.
- 7—«O pensamento político do Ministro das Colónias» — por M. M.
- 9—«Os portugueses ao serviço da Fé e da Civilização do Ocidente» — por Castelo de Moraes.
- 13—«As descobertas e conquistas dos portugueses revelaram à Europa dois terços do Mundo» — por Amadeu de Freitas.
- 20—«Os grandes construtores do Império Colonial Português».
- 23—«Os portugueses na Colonização» — por Salvador Saboya.
- 27—«Cinco séculos de acção missionária exprimem em cinco continentes a vocação civilizadora dos portugueses» — por Consiglieri Sá Pereira.
- 30—«Vicissitudes das Colónias portuguesas — 1580-1640».
- 32—«As Colónias portuguesas após a Restauração—1640-1926» — por Mário Reis.
- 35—«A ressurreição do Império Colonial Português» — por Júlio Cayolla.
- 37—«Quatro anos e meio de administração do Ministro Francisco Machado» — por Leopoldo Nunes.
- 53—«Portugal Ultramarino — 1940» — por L. F.
- 61—«Oito séculos de História — O Império em festas».
- 65—«Vasco da Gama, Almirante do Mar das Índias».
- 66—«D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia» — por Humberto de Mergulhão.
- 67—«D. João de Castro» — por Helena de Magalhães.
- 68—«António Ennes» — por Consiglieri Sá Pereira.
- 69—«Os negociantes do mato» — por Maria Archer.
- 71—«Mousinho de Albuquerque» — por Guedes de Amorim.
- 72—«As viagens aéreas às Colónias» — por H. de M.
- 73—«Os portugueses no Brasil» — por José Osório de Oliveira.
- 75—«Salvador Corrêa de Sá» — por Humberto Manuel.
- 76—«Companhia Nacional de Navegação».
- 77—«Arte gentílica» — por L.
- 78—«Portugueses das Colónias».
- 79—«A caça na África Portuguesa» — por António de Marromeu.
- 81—Lista dos Colaboradores.

HORS-TEXTS:

«Ministro Francisco Machado» (Entre as páginas 8 e 9).

TRICROMIAS:

«A conquista de Ceuta» (pág. 11).

«Vasco da Gama e o Samorim» (pág. 65).

ERRATA

Na página 65, e logo no princípio do artigo sobre Vasco da Gama, por lapso de paginação, saiu duplicada a segunda linha e falta a primeira, que era a seguinte: «O descobrimento do Ca».

ÍNDICE

Página

- 1.—A. Organismo de Portugal en Lisboa
- 2.—Plano de la ciudad de Lisboa
- 3.—Cronología de Portugal
- 4.—Cronología de Portugal
- 5.—El reino de Portugal en el siglo XV
- 6.—El reino de Portugal en el siglo XVI
- 7.—El reino de Portugal en el siglo XVII
- 8.—El reino de Portugal en el siglo XVIII
- 9.—El reino de Portugal en el siglo XIX
- 10.—El reino de Portugal en el siglo XX
- 11.—El reino de Portugal en el siglo XXI
- 12.—El reino de Portugal en el siglo XXII
- 13.—El reino de Portugal en el siglo XXIII
- 14.—El reino de Portugal en el siglo XXIV
- 15.—El reino de Portugal en el siglo XXV
- 16.—El reino de Portugal en el siglo XXVI
- 17.—El reino de Portugal en el siglo XXVII
- 18.—El reino de Portugal en el siglo XXVIII
- 19.—El reino de Portugal en el siglo XXIX
- 20.—El reino de Portugal en el siglo XXX
- 21.—El reino de Portugal en el siglo XXXI
- 22.—El reino de Portugal en el siglo XXXII
- 23.—El reino de Portugal en el siglo XXXIII
- 24.—El reino de Portugal en el siglo XXXIV
- 25.—El reino de Portugal en el siglo XXXV
- 26.—El reino de Portugal en el siglo XXXVI
- 27.—El reino de Portugal en el siglo XXXVII
- 28.—El reino de Portugal en el siglo XXXVIII
- 29.—El reino de Portugal en el siglo XXXIX
- 30.—El reino de Portugal en el siglo XL
- 31.—El reino de Portugal en el siglo XLI
- 32.—El reino de Portugal en el siglo XLII
- 33.—El reino de Portugal en el siglo XLIII
- 34.—El reino de Portugal en el siglo XLIV
- 35.—El reino de Portugal en el siglo XLV
- 36.—El reino de Portugal en el siglo XLVI
- 37.—El reino de Portugal en el siglo XLVII
- 38.—El reino de Portugal en el siglo XLVIII
- 39.—El reino de Portugal en el siglo XLIX
- 40.—El reino de Portugal en el siglo L
- 41.—El reino de Portugal en el siglo LI
- 42.—El reino de Portugal en el siglo LII
- 43.—El reino de Portugal en el siglo LIII
- 44.—El reino de Portugal en el siglo LIV
- 45.—El reino de Portugal en el siglo LV
- 46.—El reino de Portugal en el siglo LVI
- 47.—El reino de Portugal en el siglo LVII
- 48.—El reino de Portugal en el siglo LVIII
- 49.—El reino de Portugal en el siglo LIX
- 50.—El reino de Portugal en el siglo LX
- 51.—El reino de Portugal en el siglo LXI
- 52.—El reino de Portugal en el siglo LXII
- 53.—El reino de Portugal en el siglo LXIII
- 54.—El reino de Portugal en el siglo LXIV
- 55.—El reino de Portugal en el siglo LXV
- 56.—El reino de Portugal en el siglo LXVI
- 57.—El reino de Portugal en el siglo LXVII
- 58.—El reino de Portugal en el siglo LXVIII
- 59.—El reino de Portugal en el siglo LXIX
- 60.—El reino de Portugal en el siglo LXX
- 61.—El reino de Portugal en el siglo LXXI
- 62.—El reino de Portugal en el siglo LXXII
- 63.—El reino de Portugal en el siglo LXXIII
- 64.—El reino de Portugal en el siglo LXXIV
- 65.—El reino de Portugal en el siglo LXXV
- 66.—El reino de Portugal en el siglo LXXVI
- 67.—El reino de Portugal en el siglo LXXVII
- 68.—El reino de Portugal en el siglo LXXVIII
- 69.—El reino de Portugal en el siglo LXXIX
- 70.—El reino de Portugal en el siglo LXXX
- 71.—El reino de Portugal en el siglo LXXXI
- 72.—El reino de Portugal en el siglo LXXXII
- 73.—El reino de Portugal en el siglo LXXXIII
- 74.—El reino de Portugal en el siglo LXXXIV
- 75.—El reino de Portugal en el siglo LXXXV
- 76.—El reino de Portugal en el siglo LXXXVI
- 77.—El reino de Portugal en el siglo LXXXVII
- 78.—El reino de Portugal en el siglo LXXXVIII
- 79.—El reino de Portugal en el siglo LXXXIX
- 80.—El reino de Portugal en el siglo LXXXX
- 81.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXI
- 82.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXII
- 83.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXIII
- 84.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXIV
- 85.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXV
- 86.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXVI
- 87.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXVII
- 88.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXVIII
- 89.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXIX
- 90.—El reino de Portugal en el siglo LXXXXX

NOTAS

Ministerio de Ultramarinos, Lisboa, 1911

EXAMENES

El examen de Lisboa, 1911

ERRATA

En la página 10, el nombre de la ciudad de Lisboa debe ser Lisboa y no Lisboia.



Rocha Vieira

